PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Nilo Henrique Neves dos Reis

Hume e Machiavelli: fronteiras e afinidades

DOUTORADO EM FILOSOFIA

SÃO PAULO
2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Nilo Henrique Neves dos Reis

Hume e Machiavelli: fronteiras e afinidades

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Filosofia sob a orientação do Prof. Doutor Antonio José Romera Valverde.

SÃO PAULO
2010

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, às histórias inglesa e florentina que, juntas, forneceram duas das mais intrigantes coleções de fatos políticos da humanidade. Foi nesse ambiente político de tramas e golpes, que homens insidiosos edificaram a história;

A Niccolò Machiavelli, que teve a fresca lembrança daqueles fatos, e a David Hume, pela memória dos escritos. Eles foram escritores que inovaram com suas publicações e ideias. A eles agradeço o registro;

Ao Professor Antonio José Romera Valverde. Tenho uma dívida com seu espírito esclarecido e atento às minhas necessidades. Ele acolheu com entusiasmo e orientação cada linha escrita, mas me permitiu liberdade final para escrever com minha alma, mesmo quando apontava outros caminhos. Minha falta de talento não me permitiu aproveitar o máximo de sua doação a este trabalho;

Aos professores da UEFS: Eliab Barbosa, João Campos, Elyana Barbosa, Eliane Azêvedo, Cleide Mércia e Maria da Glória, pelas palavras de incentivo, carinho e entendimento;

Aos Professores Luís Valverde (UNEB), Israel Pinheiro (UFBA), Sara Albiere (USP), Judith Sena, Eduardo Chagas, Suane Vasconcelos e Graça Simões (UEFS) pelas vírgulas, conceitos, conselhos e observações;

Aos Professores Jorge Vital de Brito Moreira e Catherine Marie Bryan da University of Winconsin (EUA) que me socorreram nas traduções latinas, que me enviaram as recentes publicações dos textos sobre Hume e me presentearam com *History of England*;

Ao Professor Joceval Bitencourt e à minha primeira professora que tive na república das letras: Maria de Fátima Moreira Batista;

Ao final, devo agradecer à família Reis pela convivência e amor dispensados a mim e, em especial, à Janaina Gelma Alves do Nascimento. Ela foi o elo de fraternidade e paixão, o ópio divinal, a inspiração que renasceu como Sísifo, a cada letra;

À Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), pelo incentivo à formação acadêmica;

À PUC, pela oportunidade da experiência acadêmica;

À CAPES, pelo fomento à pesquisa científica.

SUMÁRIO

Resumo 11

Abstract 12

Introdução 13

1 A interlocução entre os filósofos como uma marca da filosofia 27
1.1 A imagem pública de Niccolò Machiavelli e *Le bon* David. 54

2 A Inglaterra e seu universo político: um ambiente favorável ao maquiavelismo 61
2.1 Os escritos de Maquiavel em terras britânicas e sua influência sobre Hume. 73

3 Hume, leitor de Maquiavel: unidos pelas ideias, separados pelo tempo 97
3.1 David Hume em aproximações com Maquiavel: leitor e teórico político. 110

4 A História como laboratório de desvelamento da natureza humana 125
4.1 A história ensina 133
4.2 O governo e sua conexão com a natureza humana 152

5 O comércio esquecido por Maquiavel: da lacuna do comércio à análise estrutural em Hume 183

6 Delineamentos acerca da ideia de Facção 211

7 As facções e as formas de governo: origem e desdobramentos 233

8 Diagnóstico inglês: uma análise política à luz maquiaveliana 261

9 Considerações finais 291

10 Obras de David Hume 298

11 Referências 299

Resumo

REIS, Nilo Henrique Neves dos. **Hume e Machiavelli**: fronteiras e afinidades.

Procura-se identificar a presença do pensamento de Niccolò Machiavelli nos escritos de David Hume, ambos teóricos do realismo político. Tendo os escritos de Maquiavel circulado na Inglaterra do século XVIII, torna-se plausível afirmar que os pósteros do Florentino tenham se inspirado em novas construções políticas a partir de suas leituras. No caso de Hume, os conceitos dos humanistas e renascentistas serviram como ferramentas necessárias para embasar suas críticas ao sistema político britânico. Como um moderado em assuntos de política, ele estava em desacordo com as características do modelo monárquico republicano, denominado misto, vigente na nação inglesa que, segundo ele, favorece crises recorrentes à medida que oscila entre duas formas, monarquia e república, sem se fixar em uma determinada. Tal sistema permite que os interesses particulares justaponham aos coletivos, através dos parlamentares. Hume parte das interpretações dos autores de sua época e aprofunda com originalidade a política. De modo semelhante ao Florentino, aponta a monarquia efetiva como o caminho para findar as deficiências do sistema. É preciso, contudo, identificar estes traços (natureza humana, história, facção, comércio), pois ele não deixou estas marcas evidentes. Em verdade, Hume parece "disfarçar" o itinerário conceitual que o associava ao seu interlocutor privilegiado. Tinha, todavia, "consciência" de que essa ligação dificultaria, de algum modo, a leitura profícua de seus escritos, em virtude do preconceito e da crítica negativa que estava adstrita ao pensador italiano.

Palavras-chave: Hume, Machiavelli, Facção, Comércio, Interlocução, Política.

Abstract

REIS, Nilo Henrique Neves dos Reis. **Hume and Machiavelli**: borders and affinities

This thesis seeks to identify the presence of Niccolò Machiavelli's thinking within David Hume's writings. Both were theorists of political realism. Since the writings of Machiavelli had been circulating in England during the eighteenth century, it is plausible to consider that the next generation following the Florentine found inspiration in new political constructions arising from their readings of Machiavelli. With regard to Hume, both Humanist and Renaissance concepts served as necessary tools with which to base his critique of the British political system. As a moderate figure in political issues, Hume disagreed with the basic characteristics of the monarchic republican model – called mixed – in effect in the English nation, which according to Hume, favored recurring crises, oscillating between the two forms – monarchy and republic - without focusing on one in particular. This system permitted that private interests enter in juxtaposition to collective ones, through the parliamentarians. Hume works with the interpretations of the authors of his time, and deepens the political issue with his own originality. Similar to the Florentine perspective, Hume suggests the effective monarchy as the way to put an end to the deficiencies of the system. It is necessary, however, to identify certain features (human nature, history, faction, trade), because Hume did not leave these marks in an evident way. Indeed, Hume seems "to disguise" the conceptual itinerary that associated him to his privileged interlocutor. Nevertheless he was "aware" that a connection would hinder somehow, a useful reading of his writings, as a result of the prejudice and of the negative criticisms that were attached to the Italian thinker.

Keywords: Hume, Machiavelli, Faction, Trade, Dialogue, Politics

1 Introdução

> Aqui houve um homicídio e o assassino era um homem. Tem mais de um e oitenta de altura, é relativamente novo, com pés pequenos para sua altura, usa botinas grosseiras, de bico quadrado, e fuma um charuto Trichinopoly. Chegou aqui com sua vítima em um cabriolé de quatro rodas, puxado por um cavalo com três ferraduras velhas e uma nova, na pata dianteira esquerda. Com toda probabilidade, o assassino tem o rosto corado e as unhas da mão direita são bastante compridas. Estes são apenas alguns detalhes, mas que podem ajudar (CONAN DOYLE, 2007, p. 25).

Os inspetores da polícia de Londres, Gregson e Lestrade, ficaram surpresos quando Sherlock Holmes descreveu as características físicas do assassino, diante do moribundo. Além disso, ele foi capaz de afirmar que o método utilizado pelo homicida foi um determinado veneno. Para o Dr. Watson, aquilo foi alguma intuição profissional. No entanto, para o autor do **Livro da vida**[1], um especialista atencioso (como um detetive) encontra indícios preciosos em que um homem comum apenas observa. O crime parecia insólito, dado as aparentes provas circunstanciais. Para Holmes, *não há nada de novo sob o sol. Tudo já aconteceu antes* (CONAN DOYLE, 2007, p. 23), em uma referência ao **Eclesiastes**.

Da mesma forma que Holmes procurava coletar vestígios em uma cena de um crime, este escrito tentará esquadrinhar indícios de que David Hume foi um leitor de Niccolò Machiavelli. Ainda não foi encontrado um sinal distintivo que revele a presença de Maquiavel nos trabalhos de Hume, porém existe um conjunto de elementos que tornam evidente a materialidade da hipótese. De fato, Hume faz comentários do **Príncipe**, **História de Florença**, **Clitia**, dos **Discorsi** e de um relatório a respeito das coisas da França. Além disso, existem certos elementos nos ensaios de Hume que são comuns nos escritos de Maquiavel, o que deve ter sido útil à interpretação do fenômeno político pelo Escocês[2]. Estes traços são significativos e revelam o esforço de Hume em recorrer aos textos do Florentino, mas sem evidenciar seu débito ao público. Ao longo dos **Ensaios**[3], Hume menciona Maquiavel ou situações que estão

---

[1] Trata-se de um suposto artigo escrito pelo detetive Holmes, que descreve o método de observação e as deduções obtidas após análise minuciosa e sistemática.

[2] O uso do vocábulo Escocês com letra maiúscula tem por objetivo fazer referência a Hume, e as palavras Florentino e Italiano a Machiavelli.

[3] Utilizar-se-á esta edição traduzida, por Luciano Trigo, editado pela Topbooks, em 2004, dos **Ensaios morais, políticos e literários** de David Hume, por reunir uma soma considerável dos textos do

relacionados à reflexão do último. **Este é o fio condutor da investigação**. Não se trata de uma missão clara e bem definida. Se, de um lado, os ensaios de Hume não obedecem a uma sequência analítica, de outro lado, ele conhecia o valor das palavras e como um bom artesão das letras, soube manipulá-las eficientemente ao longo dos seus escritos. A descrição e a análise dos textos de Hume sugerem que o Florentino é uma presença constante no pensamento político do Escocês, constituindo-se em material temático que lhe permitiu a reflexão crítica da sociedade inglesa. Hume é um intérprete original o qual repensa a contribuição do Florentino para fundamentar uma perspectiva do fato político de um ponto de vista realista[4].

Existem indícios diretos da presença de Maquiavel nos ensaios políticos de Hume, entretanto eles são circunstanciais e não permitem dimensionar a significância real dos escritos do Italiano nos pensamentos de Hume. A prova inquestionável de tal influência seria a afirmação do próprio punho do filósofo. Parece, contudo, que Hume não teve tal intenção de mostrar publicamente seu diálogo com Maquiavel. Havia também a dimensão temporal com suas realidades distintas, o que não impossibilita a interlocução.

Para o personagem Holmes da epígrafe, às vezes, faltam vestígios, o que prejudica o encadeamento lógico das deduções e, comprometendo as sequências do pensamento, levam a outra interpretação. Contudo, dispondo dos vestígios necessários, é possível elaborar o *raciocínio retroativo*. Este procedimento permite, segundo ele, deduzir, a partir dos resultados, as faces anteriores de um determinado evento. Deste modo, ele conseguiu entender que aquele crime se tratava de uma mera vingança, resultante de um ódio juvenil. No caso da influência de Maquiavel em Hume, só existem indícios. Aliás, por influência se entende o poder que os escritos de um autor exerce sobre o outro. Esta pode ser deliberada ou não. Ela pode acontecer de diversos modos, porém é necessário reconhecer que não está sujeita a uma incerteza. A leitura comparada de Maquiavel e Hume sugere que eles apresentam algum tipo de concordância de ideias e opiniões acerca da política. Esta relação aparece na ressonância dos temas maquiavelianos nos escritos de Hume. Ainda que o Escocês não tenha expressado publicamente seu débito ao Florentino, é possível encontrar algum

---

filósofo em língua portuguesa. As referências ao original serão registradas quando se fizer necessária. Deste modo, durante a exposição, os textos de Hume contidos nesta edição estarão em negrito e no início reforçado com a data de 2004. As caixas altas que aparecem nas citações de Hume são do original.

[4] A palavra realista está em oposição a qualquer proposta teórica.

tipo de manifestação ou de identidade de sentimentos ou ideias entre eles. Este acordo ou consentimento pode ser resultado, em parte, da influência dos escritos de Maquiavel em Hume. A convergência entre eles é plausível à medida que se folheam os assuntos, temas ou estilos de tratamento aos qual o influenciado deixa seu débito com aquele que o influencia. Este contato pode ser percebido pelas menções presentes nos escritos e, às vezes, (pela ausência das citações) ou através da leitura indireta, o que permite interligar conceitos. O poder de influência acontece em uma variabilidade de formas, pela ação de sugerir ou de dar uma ideia a alguém, na ideia apresentada por insinuação. De modo geral, a influência pode acontecer de modo imperceptível.

A fragilidade humana é demasiada para se entender a totalidade dos eventos. No entanto, a leitura correta da realidade é um sonho idílico para a espécie. Desde as engenhosas criações do ateniense Dédalo ou quando Teseu serviu-se dos deuses em suas astúcias, os homens perceberam que unindo destreza e perseverança poderiam se arremessar aos céus e às profundezas das águas, tornando-se senhores dos seus destinos. No caso de Holmes, as evidências põem fim às confusões e tornam claros os fatos. Infelizmente, o raciocínio retroativo é uma pérola da literatura, mas não deixa de ser um desafio estabelecer o conjunto de fatores que determinam os resultados.

As ações humanas são motivadas por seus interesses, sejam nobres ou vis. A industriosidade de Dédalo permitiu construir o labirinto, a imprudência de Ícaro levou-o a morte. Para ambos, foram seus sentimentos que determinaram suas ações. Do mesmo modo, Jefferson Hope, o homicida encontrado por Holmes, serviu-se do ódio como elemento fundamental para sua conduta de assassino, outra pessoa pode utilizar o domínio de sua força para se abater em nome de uma causa.

> [...] um homem está engajado numa conspiração para servir ao interesse público; ele é preso como suspeito; é ameaçado de tortura; e, consciente de sua própria fraqueza, sabe que o segredo lhe será arrancado. Poderia tal homem servir melhor ao interesse público do que dando um fim rápido à sua miserável vida? Este foi o caso do famoso e bravo *Strozzi* de *Florença* (HUME, 2004, p. 811).

Uma conspiração pode ser uma oportunidade para o estudo do fenômeno político, embora não seja tarefa fácil percorrer tal maquinação para entendê-la. É preciso verificar quais foram às motivações dos envolvidos, os caminhos percorridos entre a trama e os artifícios preparados para realizar o tentame. Apresentada essa premissa, torna-se importante compreender a estrutura do poder constituído e

situações análogas. Tal análise é significativa para separar as justificativas do conluio, bem como as ficções engendradas por ambos os lados da querela.

A verdadeira causa de uma conspiração é a motivação causada por algum tipo de interesse. É evidente que não há unanimidade em qualquer justificativa adotada. No entanto, é incontestável que toda ação humana repousa sobre uma explicação. O espírito desta espécie necessita encontrar razões para aquilo que confirma suas predisposições afetivas. A escolha de Strozzi acima pode ser assunto de muitas controvérsias. Entretanto, do seu ponto de vista, a alternativa fatal pode ser resultante de um processo lógico, motivada pelos sentimentos calorosos de sua vontade política ou, de modo simples, por perceber a carência das suas pernas e músculos para se evadir de sua situação letífera.

A escolha de findar com sua vida, por aquele florentino, não deixa claro qual é a origem do conflito, mas revela que o personagem envolvido na trama mantém uma identificação psicológica positiva com a conspiração política. A afirmação permite sugerir que existem diversos tipos de conflitos dentro de uma sociedade. Tal passagem desvenda que alguns indivíduos estejam dispostos a recorrer à violência contra si em favor dos princípios que os levaram a participar da conspiração. Além disso, expõe que a violência é uma ferramenta aceitável na luta pelo poder, bem como um instrumento utilizável para refreá-lo, como o foi a tortura. Reconhece que o uso da violência para obter informações e que a relação entre princípios e temores, permite-lhe pensar na possibilidade do suicídio. O momento é crucial para ele, visto que é preferível a morte por princípios do que a delação por aflição. Para Hume, não deixa de ser uma atitude prática do Strozzi. A solução parece trágica, no entanto estava profundamente sustentada no fato de que a causa de que participara era nobre e que denunciaria, mediante a tortura, seus partidários. De acordo com sua consciência, preferiu eliminar a própria vida a ter o dissabor de entregar os amigos.

As conspirações fornecem material importante para o estudo das sociedades. De outro modo, a análise das sociedades serve como reflexão para os assuntos políticos. Ao estudar os acontecimentos passados, além da informação acerca das ações dos homens, obtêm-se elementos para pensar como as coisas do mundo se desdobram e, assim, fazer conjecturas acerca de eventos similares que ocorrem na história. Tal afirmação não se funda em uma leitura cíclica deste saber. O espectro simplesmente sugere que o tempo e o acaso têm suas próprias vontades e, às vezes,

oferecem panoramas análogos. Além do mais, ao estudar as inclinações humanas. Percebe-se que elas continuam buscando a realização dos seus interesses particulares, independente do tempo, apenas se manifestando de acordo com a cultura.

O modo de narração de uma conspiração contém uma visão política de mundo e, assim, requer do leitor uma reflexão teórica dos próprios fatos narrados[5]. Tal labor se constitui em uma atividade política.

O estudo da atividade política sempre procurou se edificar como uma reflexão política desde os fatos sucedidos na história, reforçado pela ideia de que os homens devem saber o acontecido no passado. Outros pensadores acreditaram que, conhecendo os eventos anteriores, poderiam deduzir os efeitos posteriores e identificá-los, caso eles se repetissem de modo semelhante no presente. Evidentemente, esse saber sofre profundas modificações no tempo e em cada estrutura social, dificultando aos especialistas a previsão dos fatos seguintes. No entanto, tais situações são oportunidades estimulantes para refletir a política. A história é feita por homens e condições materiais concretas que se interagem. As volições inconscientes das pessoas estão presentes a cada momento e nem sempre são passíveis de observação. As urdiduras políticas de cada época não se repetem exatamente em outras. Tais considerações são suficientes para que o leitor da história mantenha-se sempre desconfiado das próprias narrações dos fatos históricos. É preciso desconfiar da objetividade dos fatos, pois o historiador faz parte da história e, desse modo, *o conhecimento objetivo comporta sempre conteúdos que é impossível reduzir ao objeto* (SCHAFF, 1986, p. 280). Mas esta visão da história é recente. Para Maquiavel e Hume, a história seria de certo modo cíclica. Pelo menos, as volições humanas continuavam sendo as mesmas no tempo. Desse modo, havia uma crença no século XV de que um observador atento aos fatos acontecidos poderia recorrer a estes mesmos eventos para refletir sobre o presente e, em especial, como os homens agiam diante do poder.

À primeira vista, uma investigação que procura semelhanças entre Niccolò Machiavelli e David Hume pode levantar diversas oposições. As informações não são definitivas, embora já se tenham elementos suficientes para apresentar alguma identidade de pensamento entre eles. Para Pocock, no século XVIII existia um

[5] Hume deixa latente a ideia de que os escritos são seletivos. Este assunto será novamente explorado ao comentar a leitura que Maquiavel fez de Xenofonte.

ambiente maquiaveliano na Inglaterra, o que permitiria um contato de Hume com as ideias de Maquaivel. Para Whelan (2004), esta relação é real.

Ao examinar retrospectivamente os ensaios de Hume e o modo como suas ideias políticas foram apresentadas ao público, é possível considerar que os escritos do pensador Florentino foram, de algum modo, relevantes para as análises do fenômeno político por parte do filósofo Escocês. A base desta hipótese sustenta-se no conhecimento que Hume tinha acerca da perspectiva política do Florentino e pelo contexto das ideias que circulavam em solo inglês.

De fato, o grau de informações das ideias do Florentino por parte de Hume é muito maior do que mera curiosidade filosófica. Afinal, Hume conheceu ao menos um relatório[6] escrito por Maquiavel que não estava circulando tão frequentemente no Continente. Apesar de proibido pela Igreja Católica, **De Principatibus**[7] é uma peça dele, era facilmente encontrada nos circuitos dos livres pensadores[8]. Outras obras do Florentino, contudo, só eram tão acessíveis aos frequentadores dos *Orti Oricellari*. Francis Bacon[9], Baruch de Spinosa[10] e Rousseau[11], que parecem ser os primeiros a mencionar Maquiavel em seus escritos, limitam-se tão somente ao primeiro livro do Florentino.

Maquiavel é, sem dúvidas, um ícone da reflexão política, o representante de um momento histórico que inovou a maneira de pensar a política. Qualquer outro que ousasse acrescentar ou apenas refletir a respeito do assunto, deveria, necessariamente, folhear primeiro, ao menos, o **Príncipe**. Por seu turno, nota-se que Hume tinha algum

---

[6] Esta sentença é contida à medida que existe materialidade para tal afirmação. Contudo, é possível imaginar que o filósofo tivesse tido acesso a leitura de outros relatórios.

[7] Duas versões desta obra serão utilizadas aqui. A principal será da editora Nova Cultural, traduzida por Lívio Xavier, em 1991, que será identificada somente por **Príncipe**. A segunda, uma edição bilíngue, traduzida por José António Martins, da editora Hedra, de 2007. Este será nomeada por **Príncipe**(b).

[8] A **Arte da Guerra** e os **Discorsi** foram comentados por Maquiavel nos jardins dos Rucellai (Orti Oricellari) em Florença. Trata-se da casa de Bernando Rucellai, em Florença, na qual aconteciam encontros entre sábios e escritores para discutir filosofia.

[9] Bacon foi um leitor profícuo de Maquiavel. No decorrer do trabalho, aparecerão citações suas ao Florentino.

[10] *O penetrante Maquiavel demonstrou clarissimamente de que meios um Príncipe onipotente, possuído pelo desejo de domínio, deve usar para estabelecer e manter seu poder* [...] *talvez Maquiavel tenha querido, também, mostrar quanto a população se deve defender de entregar o seu bem-estar a um único homem...* (SPINOZA, 1994, p. 60).

[11] Foi um dos poucos filósofos, no século XVIII, que fez uma menção direta e elogiosa aos escritos do Florentino. Ao comentar a monarquia faz a seguinte consideração: *é o que Maquiavel fez com evidência. Fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos. "O Príncipe" de Maquiavel é o livro dos republicanos* (ROUSSEAU, 1978, p. 89).

interesse pelos textos do Florentino, pois, no século XVIII, conhecia outros escritos de Maquiavel.

Hume escreveu acerca da política e sua estreita relação com a política econômica. Seus textos são importantes para se entender a situação política da Inglaterra e para compreender como os principais partidos da época pensavam a administração do Estado. Além disso, uma leitura 'breve' dos ensaios permite ao leitor afirmar que ele era um partidário da causa absolutista em um momento histórico em que a Europa passava por modificações profundas sobre os pressupostos do poder. Nada se compreende desta afirmação sem perscrutar a totalidade do pensamento humeano e, assim, descortinar que sua perspectiva política está mais para a vanguarda do que uma simples filiação à causa do rei. De fato, Hume tinha mais característica de um teórico favorável à causa republicana do que a absolutista. De um modo similar a Maquiavel em o **Príncipe**, ele defendia o retorno à monarquia como um caminho para se evitar a anarquia. É possível atribuir-lhe um determinado conservadorismo. De fato, ele está mais para um arauto que prega a permanência de uma velha fórmula para preservar o Estado, que se encontra eminentemente em perigo e, assim, aconselha recorrer à centralização do poder para se restabelecer, evitando passar por todas aquelas desordens que historicamente se assiste quando um Estado entrava em decadência.

As ideias políticas de um filósofo são fruto de sua reflexão em um determinado contexto político, mas elas devem ter uma fonte de inspiração. Decerto, seria interessante evidenciar quais foram os autores que influenciaram Hume e saber da extensão da contribuição/presença desses pensamentos em seus ensaios. Do mesmo modo, torna-se significativo entender se há uma relação teórica existente entre os escritos de Hume e Maquiavel. Hume não expõe diretamente a relação, entretanto não deixa de ser uma hipótese plausível. Desse modo, torna-se imperioso uma nova leitura dos ensaios. Não há dúvidas de que Hume inaugura uma posição crítica e desconcertante do pensar do Florentino ao afirmar que ele não descobrira a importância do comércio para a reflexão política. Esse estudioso não é anacrônico a sua assertiva, visto que após a crítica ele mesmo desculpa os italianos. Tal conceito será explorado adiante e mostra a consciência do filósofo Escocês dos trabalhos do filósofo Florentino. Além disto, é interessante notar que a insatisfação humeana acerca do silêncio do comércio nos escritos florentinos não foi alvo de comentários na

república filosófica posterior. Como Maquiavel não dedicou atenção ao comércio? A história de Florença foi marcada pelas lutas que tinham como motivação *a tríade suprema — família, política, dinheiro* (MARTINES, 2003, p. 172). Estes elementos poderiam ter despertado em Maquiavel a necessidade de unir o comércio a sua reflexão política. De todo modo, Hume é uma espécie de arauto entre duas áreas de conhecimento: política e economia.

A maior dificuldade do empreendimento será identificar como Maquiavel o auxiliou em suas meditações acerca da política. A esse problema aproxima-se outro: a imagem pública de Maquiavel era nefasta. Para Hume, seria um incômodo ainda maior às suas atribulações pessoais associar-se ou, simplesmente, recorrer ao pensamento do Florentino para referendar suas posições filosófico-políticas. Do mesmo modo, como escrever filosofia política sem entender minuciosamente as ideias de Maquiavel ou os antecessores? O objeto da política encontrava-se na história.

É evidente que tal influência só poderá ser descoberta pela leitura dos ensaios de Hume. Outrossim, uma coisa perturba enormemente este tentame: as interpretações dos trabalhos de Maquiavel produziram uma vasta literatura que repercutiu proficuamente na história do pensamento filosófico e político das épocas posteriores. De certo modo, é quase impossível ler o Florentino sem trilhar as páginas de Chabod, De Grazia, Espósito, Guicciardini, Gramsci, Lefort, Marchand, Matucci, Pocock, Ridolfi, Sasso, Skinner, Tommasini, Villari, Viroli, dentre tantos. A estrutura do pensamento de Maquiavel foi examinada meticulosamente, sendo alguns deles profícuos intérpretes do Florentino. É evidente que o Florentino foi citado por vários autores, mas antes do século XIX, o simples vocábulo maquiavélico, estava associado *a encarnação da astúcia, da hipocrisia, da crueldade e do crime* (CASSIRER, 1976, p. 137-138); maquiavelismo representava as forças do mal. Foi preciso esperar o filósofo Francis Bacon[12] contrapor esses argumentos para que Maquiavel fosse lido de modo menos preconceituoso. Aliás, este sentimento sobressaiu somente no século XIX, quando se percebeu a originalidade dos escritos e se permitiu estudar o homem como humano ao invés de projetar uma abstração inadequada da condição humana.

Exposta a dificuldade, questiona-se o próprio Hume, em concomitância aos fatos políticos e o recurso à história inglesa, para apurar as possibilidades de ter sido influenciado por Maquiavel, procurando as marcas comuns através da linguagem

[12] As ideias de Maquiavel foram enormente difundidas na Inglaterra, permitindo uma duplicidade de interpretações.

relacionada, que recorre a pressupostos ordinários. Deste modo, o próprio texto de Hume será interrogado diretamente com a intenção de descobrir a veiculação dos seus pensamentos aos de Maquiavel. Assim sendo, será necessário encontrar as relações discursivas e paralógicas nos conceitos que estão distribuídos entre os escritos que mantém relações intertextuais e, ao mesmo tempo, interlocução com o Florentino. A ligação entre eles é subjetiva e complexa à medida que a exposição semântica não desvela, com facilidade, a argumentação mediada por interlocução. Trata-se de um enfoque direto da fonte e visa encontrar os elementos argumentativos de Maquiavel, estruturantes ao discurso subjacente de Hume. Não significa que os epígonos do Florentino sejam ignorados; ao contrário, eles estão como suporte indireto na elaboração dialógica do trabalho. De outro lado, convêm ressaltar que o empreendimento não se constitui de afazeres a propósito de Maquiavel, mas sim como David Hume leu Maquiavel em um ambiente maquiaveliano. Do mesmo modo, a leitura de Hume exige o exame de especialistas. No entanto, parece lícito afirmar que os epígonos do Escocês não atentaram para o problema epistemológico e conceitual, o que exige a investigação dos escritos do próprio Hume e a história política.

Não há dúvidas de que a melhor maneira de identificar tal aproximação entre os filósofos exige que o foco principal seja a interrogação aos próprios escritos de Hume, e não através dos seus leitores posteriores. Afinal, algumas ideias de Hume parecem ser resultantes da autoridade não declarada de Maquiavel. A título de indicação, percebe-se que as propostas políticas de Hume são permeadas por um realismo político em contraposição a concepções utópicas.

Entende-se por realismo político a perspectiva originada em Tucídides (1987), a qual Maquiavel recorreu como alicerce de suas reflexões políticas. Do ponto de vista do indivíduo, os homens, em linhas gerais, são egoístas, devido à natureza intrínseca deles. Como consequências, toda ação humana visa à realização do próprio interesse, móbil da ação humana. A maximização dos interesses tende a criar conflitos que só podem ser resolvidos por instituições de um Estado centralizado. Do ponto de vista do Estado, os interesses nacionais norteiam as ações dos atores políticos em primeira instância. Em virtude desta escolha (divergência de opiniões e interesses dos atores políticos), os conflitos são inevitáveis. A diferença principal é que no âmbito dos Estados não existe um poder supranacional capaz de dirimir as controvérsias. Embora alianças e tratados estejam na pauta das negociações, a paz sempre é provisória,

quando existe. Além disso, esse ponto de vista prima pela ideia de que a soberania (autoridade suprema do estado) deve ser incondicional, visto que a luta entre indivíduos e Estados tendem a minar a autoridade e põe em risco a segurança. Maquiavel e Hume, por exemplo, caracterizam-se pela maneira de entender o homem como realmente é, enérgico e egoísta, em detrimento das perspectivas que defendem a edificação do ótimo estado baseados em uma suposta essência humana, imaginam o homem como um ser cooperativo por natureza. Tal marca os motiva a uma atitude prática nas decisões políticas.

No **primeiro capítulo**, explana-se a afirmação de que o trabalho filosófico não pode ser fruto do acaso e da imaginação inebriante do pensador; ao contrário, ele decorre de uma realidade e de uma interpretação da mesma. No caso de Hume, ele manteve uma leitura cuidadosa dos escritos antigos e dos que circulavam recém-publicados. Este expediente do filósofo pode ser, em parte, reconhecido pelas menções aos escritos e, ao mesmo tempo, pela influência que, às vezes, recebeu dos textos. Em verdade, defende-se a proposição de que a produção de um filósofo é fortemente vinculada aos autores que exerceram algum tipo de influência em suas reflexões.

No **segundo capítulo** deste estudo, apresentam-se indícios de que a Inglaterra era um ambiente político em ebulição. Assim, não se pode excluir a atmosfera cultural da produção filosófica e política. O período, que antecede e sucede à grande Revolução, é dominado pela disputa entre os defensores da monarquia absoluta e a limitada. Na contenda, dois partidos foram proeminentes e representantes dos princípios destas perspectivas políticas: Whig e Tory. Na plêiade de ideias, nasce um discurso político favorável a instalação de uma república inglesa. Ele não era uníssono, mas provocou uma tempestade no céu de Londres. Desafiando dogmas seculares, os escritores desta corrente ressuscitaram antigos textos que, relidos, refletidos e reavivados, trouxeram argumentos republicanos à baila. Pelo trovejar das discussões, foram acrescentados os escritos dos humanistas. Niccolò Machiavelli, dos florentinos o mais profícuo escritor de política, serviu como parceiro de interlocução dos intelectuais ingleses. Muitos assumiram as concepções políticas do Florentino e, assim, difundiu-se, ao mesmo tempo, criando uma atmosfera favorável para tratar os temas políticos à luz maquiaveliana. A partir do ambiente literário, David Hume teve intimidade com os escritos dos italianos.

No **terceiro capítulo**, configura-se a interlocução, provavelmente, existente entre os filósofos em estudo, abordada no primeiro capítulo. Embora tenha transcorrido muito tempo entre as publicações dos livros do Florentino, parece que uma série de argumentos ou conclusões converge com as de Hume. Sem dúvida, o estilo é diferente, caso contrário, tal aproximação já teria sido exposta. Além disso, tentará mostrar que Hume era um intelectual político contextualizado com as questões do seu tempo, procurando escrever acerca dos fatos úteis, desde a *verdade efetiva das coisas*.

No **quarto capítulo**, serão feitas reflexões acerca da natureza humana e como se manifesta. A história aparece como um laboratório para aprender e compreender o passado e, ao mesmo tempo, pensar o presente. Tal interpretação permite entender que certos atributos e manifestações humanas são contínuos. Parece que os teóricos acreditam na imutabilidade da condição humana, por exemplo, no egoísmo, como uma espécie de princípio norteador das ações dos seres humanos. Este tipo de conhecimento precisa ser unido ao saber histórico, para ser feito uma leitura adequada da política. Deste modo, o ator político precisa conhecer como a natureza humana revelou-se nos eventos históricos para calcular o tipo de efeito desencadeado, se tomassem medidas políticas semelhantes em situações análogas. Ao mesmo tempo, tenta-se mostrar que alguns conceitos em Hume mantêm uma aproximação com os do Florentino no que diz respeito a essa temática.

No **quinto capítulo**, há uma análise de uma crítica de Hume a Maquiavel. Trata-se da questão do comércio. Para o Escocês, a história florentina, os acontecimentos políticos ocorridos na Europa, as transformações sócio-econômicas estavam diante dos olhos dos italianos, no entanto eles não perceberam a importância da atividade mercantil para o sucesso no empreendimento político.

Nos dois próximos capítulos, apresenta-se o conceito de "facção". O termo foi largamente utilizado pelos antigos, que o associaram a algo danoso para as cidades. O vocábulo foi importante para reflexão do Florentino e é possível que seu uso esteja vinculado a leitura e a interpretação dos historiadores gregos e romanos, configurando uma interlocução entre eles. O mesmo termo foi usado por Hume. Parece, contudo, que o Escocês conheceu o sentido antigo e o seu uso por parte dos italianos. É provável que também neste ponto Hume tenha sido influenciado pelo Florentino, visto

que o ensaio que trata do assunto deixa diminutas pistas de que manteve um 'diálogo' com vários escritos, sem se filiar a um escritor em particular.

No **oitavo capítulo**, como uma breve síntese, mostra-se as considerações de Hume acerca do cenário político inglês. Sua análise contém elementos que permitem uma interlocução com Maquiavel, mas acima de tudo mostra como o teórico estava contextualizado com o seu tempo.

Nas **considerações finais**, defende-se a ideia de que Hume deve ter sido influenciado por um escritor profícuo, mas que não teve a intenção de revelar ao público a identidade de quem tanto contribuiu para a edificação da sua teoria política.

Hume faz *excursus* nos **Ensaios**. Esses caminhos, decerto, desviam a exposição do tema principal para outros tópicos, permitindo interpretar tal procedimento como um extravio da exposição. Não se trata de um equívoco do filósofo, mas sim uma forma de atrair o leitor aos outros ensaios e, assim, oferecer uma visão geral do pensamento, que mantêm um tronco principal. Deste modo, a análise e a discussão exigirão uma liberdade de exposição à medida que será necessário mostrar as relações entre enunciados, constantes de ensaios diversos e por que Maquiavel e Hume nem sempre são tão precisos na exposição contínua dos seus escritos. Maquiavel, por exemplo, dividiu claramente os **Discorsi** em três partes, porém é comum encontrar discussões a respeito de um tema em outro. Em Hume, este aspecto é quase uma característica do escritor.

Em relação ao **método** de análise, o **exame do discurso** da filosofia política de Hume requer um tipo de aproximação histórica, que reúna a atitude imediata e primordial do ser humano, viver com a experiência concreta da Inglaterra. Estes são móveis na urdidura do pensamento humeano expressos em momentos singulares dos escritos e, novamente, reapresentados com mais alguma informação anexa, tornando-se imprescindível ao leitor retomar o mesmo ponto da argumentação em várias oportunidades em que os conteúdos aparecem de modos distintos, como um recurso de estilo do filósofo. Tais situações são provocadas por ter em vista um determinado interesse: apresentar o cenário geral da política, porém, em doses ínfimas. Hume apresenta o complexo fenômeno da política como uma atividade social dos homens, por isso fragmenta seus textos em uma pretensa aparência superficial. Desse modo, será necessário conviver com a tensão dos escritos. Se Hume recorre ao *excursus*, será apropriado fazer um *dis-cursus*. Barthes (1981, p. 1) afirmou que *dis-cursus é,*

originalmente, a ação de correr para todo lado, são idas e vindas, *demarches*, *intrigas*, o que contempla significativamente este desvio (détour) para entender este caminho que busca compreender o discurso político do Escocês. Destarte, o leitor deve acomodar-se ao procedimento na leitura deste escrito que fará diversas recorrências, em uma inevitável reprodução de temas e recortes históricos, mas sempre acrescentando uma nova informação ou retomando a linha da exposição.

Este estudo é uma tentativa de procurar a extensão das ideias de Maquiavel nos trabalhos de Hume. Como Hume não deixou uma declaração de débito com o Florentino, ainda que suas menções aos escritos permitam perceber que foi, ao menos, um leitor, o texto tentará encontrar Maquiavel pelas 'extremidades', nas adjacências do pensamento humeano.

1 **A interlocução entre os filósofos como uma marca da filosofia**

> Todo o meu futuro filosófico foi determinado por minha leitura de Heidegger. Entretanto, reconheço que Nietzsche predominou. Não conheço suficientemente Heidegger, não conheço praticamente **Ser e tempo**, nem as coisas recentemente editadas. Meu conhecimento de Nietzsche é bem melhor do que o de Heidegger; mas não resta dúvida de que estas são as duas experiências fundamentais que fiz (FOUCAULT, 2004, p. 259).

A consulta às fontes constitui um importante passo na edificação do conhecimento. Ler Tucídides, Políbios, Xenofonte, Cícero é quase uma obrigação para os especialistas atuais em republicanismo. A leitura de um clássico, ainda que seja feita sob cuidados especiais, pode influenciar os juízos dos leitores. De fato, as reflexões arroladas sobre as mesmas fontes podem, às vezes, causar convergências de ideias entre pensadores de épocas distintas. Na tentativa de esclarecer os conceitos que alguns filósofos utilizam em seus escritos, é comum recorrer-se à origem de seus estudos, mesmo sabendo que tal empresa envolve diversos riscos. Alguns autores, no entanto, facilitam tal investigação em suas autobiografias e, outras vezes, o autor evidencia seu débito com seus antecessores quando evoca na escrita ou no estilo a terceiros. A exemplo disso, poder-se-ia consultar os **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**[13], de Maquiavel, em uma clara intenção de louvar aquele historiador.

Esclarecer as fontes de consulta, às vezes, facilita compreender as articulações empreendidas por um pensador e, ao mesmo tempo, descortinar como a leitura daqueles clássicos estabelece relações entre eles, ainda que cada um tenha dado um enfoque diferente em suas filosofias. A leitura de um clássico é sempre entendida como uma obrigação entre os epígonos. Porém, existem outros caminhos. Além disso, a compreensão de um filósofo pode, naquele instante, ser com maior profundidade quando se examina os problemas enfrentados em seu tempo e em quais fontes estabeleceu diálogos. No caso de Hume, de certo modo, é preciso entender as condições teóricas que influenciaram seu pensamento, bem como as contingências históricas que vivenciou e a concepção política acerca do Estado. Na luta pelo poder, entre a Coroa e o Parlamento, os intelectuais que simpatizavam com estes grupos

[13] A partir de agora, este livro será mencionado apenas como os **Discorsi**, editado pela Martins Fontes, em 2007.

recorreram tanto as armas como as penas. Esta última também era um gladífero. A defesa de suas perspectivas envolvia uma plêida de argumentos. Tudo indica que a Bíblia foi a principal inspiração. Não obstante a este livro, os escritos dos humanistas devem ter sido consultados. Dentre estes, é bem provável que Maquiavel e Guicciardini tenham convivido como parceiros de interlocução. De fato, os conceitos fundamentais de Maquiavel podem ter favorecido a reflexão de muitos pensadores ingleses. Ao redor de seus escritos, formou-se uma espécie de diálogo na qual o escritor desenvolvia seus raciocínios sob a influência do cúmplice, que muitas vezes não era declarada em sua autobiografia.

Não obstante, uma leitura dos ensaios permite levantar a hipótese de que o Escocês tenha uma dívida com os italianos. Hume dialoga com quase todos os filósofos anteriores a ele e com seus contemporâneos, mas ele deve ter escolhido um interlocutor em especial. É possível, também, que dois autores apresentem semelhanças de pensamento mesmo que o posterior não se tenha dado o trabalho de ler o antecessor. Afinal, mentes brilhantes chegam aos mesmos resultados por caminhos diferentes. No entanto, as confluências de pensamento são restritas. As mesmas fontes de consulta podem, às vezes, possibilitar uma interpretação parecida, porém de modo circunspeto. A leitura do **Político** de Platão, por exemplo, é um caminho importante para se entender o núcleo do pensamento político do Filósofo, mas muitos intérpretes julgam necessário somá-lo a **República** e **As Leis**; enquanto outros divergem, pois acreditam que tão somente o segundo livro contém o básico do pensamento político do filósofo grego. Depois de leituras semelhantes, é possível detectar sugestões parecidas. Porém, é difícil encontrar uma soma de semelhanças.

A leitura é um processo unilateral que envolve certos fenômenos variáveis segundo o nível de interpretação de cada leitor, que são medidos por elementos psicológicos e conjunturas materiais entrelaçadas por diversos fatores, transcendentes ao poder do ledor. Desse modo, não é possível uma interpretação uníssona de um texto complexo, muito menos que dois escritores de períodos diversos cheguem a uma conclusão similar porque leram os mesmos autores. Platão é uma referência filosófica, porém existem epígonos que concentram sua leitura em uma única obra. O que aparece, portanto, de modo surpreendente é como um escritor de menor relevância surge nos escritos de dois filósofos de períodos distintos, sem ser uma referência para os intelectuais da época. Porém, o que aconteceria se alguém lesse o

nome de um autor pouco conhecido em uma obra que é referência? Por suposição, imagine que o leitor da obra admire o escritor? Neste caso, alguém é remetido aquele texto pouco divulgado, porque valoriza a menção do clássico ou porque julga importante conhecer as ideias de um autor citado em outro escrito. As variáveis são muitas, mas, à primeira vista, fica a hipótese de que menções de autores clássicos a obras menores são dignas de observação por parte do leitor interessado na leitura do remetente. Em resumo, a curiosidade dos epígonos foi provocada pelo clássico.

Flávio Josefo foi historiador cuidadoso em apresentar seus escritos e ainda hoje é uma fonte importante nas descobertas arqueológicas no que se refere à religião judaica. As afirmações dele explicam à expansão territorial, os costumes, a política dos judeus, porém não é uma referência didática nos livros de História da Modernidade. Seja como for, Maquiavel (2003, p. 59) interessou-se por este autor e o citou em seu trabalho. Mas, foi um pequeno comentário que poderia passar despercebido ao leitor. Não se sabe de que modo, entretanto este historiador chamou a atenção de Hume. Nem há nele qualquer indício conhecido que o distingue ou o aproxime do Escocês. Assim, permanece uma dúvida: sua presença no ensaio quanto à natureza e à função da sua interlocução. O ponto nodal é que ele não era uma referência na *República das Letras* à época.

De qualquer modo, esta reflexão sobre a origem dos conceitos de um filósofo pode, às vezes, revelar certas curiosidades e, ao mesmo tempo, permite entender o núcleo da problemática enfrentada por ele. Este é apenas um recurso para compreender o discurso de um pensador, afinal, sua construção filosófica é uma resposta a uma indagação provocada pelo contexto ou por outro pensador. Identifica-se esta situação quando surgem questionamentos ou explanações nos textos sem qualquer referência à sua origem, o que demanda um esforço sobre-humano de hermenêutica. Assim sendo, antes de qualquer outro esforço de interpretação, às vezes, é necessário apreender as raízes do pensamento para que se possa atingir um ponto de partida mais seguro. É bem provável que se descubra que a sua reflexão foi provocada pela leitura direta de um filósofo, permitindo um tipo de diálogo entre leitor, a obra e o primeiro texto que motivou o segundo. Tal procedimento seria uma espécie de processo no qual ocorre uma ação recíproca entre o leitor e o texto. O último modifica o pensamento por uma força, sua autoridade e, em segundo, ocorre um diálogo, uma parceria em que o sujeito leitor adota opiniões de seu locutor e, ao

mesmo tempo, ele extrai um novo domínio acerca das questões tratadas no discurso lido. De certo modo, o leitor transita a reflexão, agora, de modo autônomo, mas a partir de um campo de reflexão já existente. Foucault, por exemplo, deixou claro que seu trabalho foi profícuo em virtude da influência que sofreu da leitura de Heidegger e Nietzsche. É bem sabido que todo filósofo dialoga sobre os textos de outro, em uma crítica ou em uma continuidade, como foi o caso de Nietzsche com Schopenhauer, como também, com Freud e Nietzsche, em uma sequência que exemplifica, tanto nos dias atuais como na antiguidade. Há, portanto, a suposição de que os filósofos escolhem seus interlocutores.

De outra perspectiva, tal enlace demonstra como um tema pode ser tratado em consonância imediata com as ideias de um filósofo, sem fazer qualquer referência ao mesmo. Tal afirmação serve apenas para referendar a hipótese de que os escritos de um pensador sempre têm origem em outro, ocorrendo uma intertextualidade. Dessa maneira, fica mais fácil perceber que Hume tem uma dívida de interpretação política com seus antecessores.

Aquela afirmação de Foucault é um tipo de evidência material. Nela, o filósofo declara que foi influenciado por aqueles dois pensadores, embora não tenha dedicado qualquer escrito a Heidegger. É possível que Hume tenha se dedicado aos assuntos políticos em virtude de sua leitura de Maquiavel, mesmo sem elaborar um tratado específico sobre o mesmo. Foucault teria ainda escrito que conhecia bem mais Nietzsche do que Heidegger, mas só teve aquele estalo filosófico quando uniu os dois. Por outro lado, ele chega mesmo a admitir que nunca escreverá nada sobre o último. Foucault confirma a tese de que é preciso encontrar um pensador para estabelecer uma interlocução.

Provavelmente, no caso de Hume, tal diálogo tenha tido diversas fontes, como foi o caso de James Harrington, Platão, Thomas More (HUME, 2004, p. 723), bem como Francis Bacon, John Locke, Shaftesbury, Hutcheson, Samuel Clarke, John Milton entre outros citados nos seus ensaios. Mas existem sinais de que ele estava familiarizado com Maquiavel e que Hume, à primeira vista, se identificou em assuntos de política. Provavelmente, o Florentino tenha lhe fornecido as ferramentas conceituais para realizar um diagnóstico político do seu tempo, embora não tenha posto isso de punho. Um detalhe não pode ser desconsiderado, Hume consultou os textos do Florentino, ainda que tenha sido por uma leitura indireta, mediada por Bacon e

Harrington. Estes foram fautores do Florentino e fizeram interlocução com seus escritos. É um ponto incontroverso de que Hume enfrenta os problemas de sua época, apoiado em certo número de escritores, pois esta é uma condição fundamental para o próprio pensar. Foucault expressa de forma mais eloquente:

> [...] creio que é importante ter um pequeno número de autores com os quais se pensa, com os quais se trabalha, mas sobre os quais não se escreve. Talvez eu escreva sobre eles algum dia, mas neste momento eles apenas serão para mim instrumentos de pensamento (FOUCAULT, 2004, p. 259).

Pelas menções nos ensaios, parece evidente que Hume pensa a política a partir dos cânones da política. Não se deve considerar estranho tal afirmação, visto que estes permitem diversas interpretações. Este é um recurso filosófico. Pode se referir a um meio empregado para se alcançar um objetivo ou a um indivíduo que serve de intercessor para alguma coisa. Foucault trouxe à baila um aspecto importantíssimo: conhecia muito de Nietzsche e pouco de Heidegger; mas, segundo ele, somente quando reuniu os dois filósofos, teve um *abalo filosófico*. Em um plano mais geral, o que Foucault deixa claro é que existe um filósofo diferente depois que conectou aqueles dois, no seu caso específico, na sua leitura.

Não é de ontem que os filósofos escolheram seus próprios interlocutores. Do mesmo modo, o hábito de existirem lacunas nos escritos de muitos filósofos. Afinal, o pensador não discute apenas com sua época, mas com os problemas deixados antes de seu tempo. Ora, essa afirmação é tão verdadeira que, às vezes, é possível conhecer melhor as conclusões de um filósofo quando se descobrem os escritos que foram alvo de sua problematização, pois:

> [...] por mais ligado que esteja um grande escritor político à sua época, por mais direcionada que esteja sua obra aos combates travados com questões e problemas surgidos do próprio contexto de produção do texto, sempre há a intenção de estabelecer diálogo com a tradição teórica, até porque a tradição expõe problemas que a posteridade nunca considera suficientemente resolvidos (LOPES, 1997, p. 106).

Por essa razão (exposta acima), pode-se afirmar que a história da filosofia é construída de problemas relacionados à natureza e do próprio homem, em um contínuo esforço de enquadrar uma imagem mais humana de si e da natureza

humanizada, porém mediatizada por uma interdiscursividade. Essas tentativas geraram escritos que hoje se constituem como a base para uma educação filosófica, bem como ato inicial para o exercício da filosofia; faz-se necessário à leitura de textos de filosofia. Os textos se denominam cânones à medida que pertencem a outro tempo, mas são utilizados para pensar em outros contextos. Em um exame particular da vida dos filósofos, percebem-se dois aspectos significativos. Primeiro, o tempo mostrou-se oportuno para uma espécie de 'estalo filosófico'. Segundo, eles escolhem e dialogam[14] com outros filósofos, ainda que não façam menção aos interlocutores. Dessa maneira, não se pode deixar de reconhecer a importância ao passado e, com equidade, perceber a sensibilidade dessa aquisição cultural. Os problemas da Filosofia não surgem do vazio e, tampouco, *os filósofos*

> [...] brotam da terra como cogumelos; eles são fruto de sua época, do seu povo, cujas energias, tanto as mais sutis e preciosas como as menos visíveis, se exprimem nas idéias filosóficas (MARX, 1975, p. 14).

De acordo com Marx, a interlocução possui uma história e não surge do acaso, mas sim, é uma tentativa de encontrar um novo caminho ascendendo nos ombros antecedentes. Em suma, torna-se sempre importante descobrir as fontes do pensamento político de um filósofo como David Hume. Ao desvendar as causas que o estimularam a refletir sobre a atividade política, bem como a disputa entre Whigs e Tories e, de modo igual, o peso intelectual de livros escritos por Locke e Hobbes, pode-se conjecturar que as leituras de Maquiavel o auxiliaram na construção do seu pensamento político, empírico, antiutópico, realista, crítico e moderado. Existem razões para crer que esse conhecimento foi utilizado por Hume para compreender as sutilezas e, ao mesmo tempo, as complexidades de um "problema filosófico" de seu tempo.

Na arquitetura do processo intelectual em que se formam os conceitos políticos de David Hume, podem-se encontrar elementos que o ligam às posições do realismo político. Um exame detalhado dos escritos de Hume deixa indicações de que ele leu com atenção os textos do Florentino[15]. Confirma tal assertiva na desconfiança expressa de Hume em relação a algumas conclusões de Maquiavel, baseadas no estudo

---

[14] Nenhuma resposta em filosofia é definitiva. O tempo impõe novos desafios aos homens.

[15] A observação de Whelan (2004) sobre a **Ritratto di Cose de Francia** mostra que Hume teve um alcance bem maior sobre os escritos de Maquiavel: **Príncipe** e os **Discorsi**.

da história, que não tiveram as consequências temíveis e imaginadas por este último. Esta crítica é material. Do ponto de vista lógico, elas não se confirmaram ao longo da história, segundo assinala Hume. Este fará outra crítica contundente aos escritos de Maquiavel. Ei-lo o sinal da leitura de Maquiavel por parte de Hume. Ademais, seus escritos parecem ter consultado as mesmas fontes. Hume parece ter tido a preocupação de re-examinar os temas e discordar de algumas interpretações de Maquiavel[16]. Esta é uma forte inclinação[17] de que Hume tinha uma escolha em mente enquanto escrevia seus textos. De acordo com Whelan (2004), algumas semelhanças políticas de Hume com Maquiavel são decorrentes da forma maquiaveliana do Escocês interpretar os problemas de sua época. De fato, a interpretação da natureza humana e da História e sua função parecem ter algo em comum; que o príncipe deve estar sempre vigilante; durante as desordens são as tropas que resolvem as querelas; os conflitos são importantes dentro da República; as facções são danosas aos Estados, entre outros. Eles acreditam que a História é um espelho e aumenta o saber com suas experiências e convidam os seus leitores a compartilhar de tal conhecimento. Uma crítica completa do escólio político de Hume, simplesmente, revela que sua obra tem indícios de afluências de Maquiavel, pontos de análises em comum, discrepâncias conceituais, em alguns casos e similaridades de opiniões em outros.

Mas Hume não se deixa identificar com alguns de seus interlocutores de modo fácil. A omissão consciente é um recurso de sua escrita. À primeira vista, os ensaios parecem independentes. A leitura deles parece revelar certa heterogeneidade de temas, no entanto, eles também parecem possuir algum tipo de inter-relação à medida que os conteúdos se sobrepõem durante a exposição de assuntos que à primeira vista não possuem ligação. De algum modo, eles parecem se comunicar, permitindo a Hume avançar na exposição de ideias e adequar o poder monopolístico do Estado a complexa rede de interesses privados que formam a sociedade civil. O ensaio **Do suicídio** (HUME, 2004), por exemplo, propõe-se a refutar os argumentos contrários a este ato. No entanto, Hume discute nele relações e implicações desta ação existencial como parte integrante da existência política do indivíduo em sociedade, dando enfoque a arquétipos políticos. Utiliza o ensaio **Do amor e do casamento** (HUME, 2004)

[16] Outros exemplos serão apresentados adiante.

[17] A palavra "inclinação" é utilizada aqui como um sinônimo de propensão e o objeto de estima, por parte de Hume, aos escritos de Maquiavel e, ao mesmo tempo, pela ausência explícita de Hume em testemunhar sobre tal disposição.

para discorrer sobre a submissão e os problemas decorrentes destes, ao tempo que aponta que a tirania é fruto da insubordinação, em consonância com outros ensaios que versam acerca da desconfiança do regente com seus súditos. De modo geral, os escritos de Hume apresentam estas características, embora tenham um propósito específico, com chamadas pontuais, eles fazem reflexões políticas que excedem ao título do ensaio. É preciso perceber que a exposição, às vezes, transcende o tema proposto. Além da transversalidade temática, ele é herdeiro do pensamento político e recorre à história como mediadora para a reflexão do presente. Decerto ele concordaria com as seguintes linhas:

> [...] todos os historiadores, e não de maneira dúbia mas fazendo dessa ideia o princípio e o fim de seu labor, procuram convencer-nos de que a educação e o exercício mais sadios para uma vida política ativa estão no estudo da História, e que o mais seguro e na realidade o único método de aprender a suportar altivamente as vicissitudes da sorte é recordar as calamidades alheias (POLÍBIOS, 1985, p. 41).

Do mesmo modo que Políbios, Hume julga que a tarefa da memória é instruir os homens a não cometerem os mesmos erros do passado. Desse modo, até mesmo a história é uma maneira de se estabelecer uma interlocução. Hume leu Políbios com muito cuidado e, com certeza, sua interpretação da história obedece também a exigência do historiador. Maquiavel deve ter lido Políbios em algum momento, pois seu pensamento sobre o assunto converge na mesma direção. Uma leitura da **Arte da Guerra** (MAQUIAVEL, 2003) pode, talvez, mostrar que ele leu Políbios[18], ainda que esse autor não seja citado. A questão, talvez, seja perguntar por que o Florentino não menciona literalmente este historiador em sua obra, mas deixa uma opinião, indubitavelmente, semelhante à do outro. Bignotto (1991, p. 178) aponta a necessidade de *estudar um pouco melhor Políbio, para compreender o uso que faz Maquiavel de seus escritos*. Em todo caso, tudo parece mais indicar que os secretários[19] leram Políbios, embora não tenham escrito algo assim: "a minha visão da História foi completamente baseada na posição do historiador!" A propósito da interlocução e, ao mesmo tempo, da omissão consciente de que houve diálogo na edificação de um raciocínio, basta folhear **A Política** (1985) de Aristóteles. Neste escrito, ele defendeu a construção de muralhas como um expediente útil para se evitar invasões. Este tema foi tratado por

[18] Assim sugere a tradução da **Arte da Guerra**.
[19] Tanto Maquiavel quanto Hume exerceram a função de secretários políticos em suas épocas.

Maquiavel no capítulo XX em o **Príncipe**, porém, ele não faz nenhuma menção ao filósofo grego. É possível que tal discussão pudesse ser feita sem a mediação de Aristóteles, mas tendo ciência que seus escritos eram os cânones da época, como, então, desconsiderar os ensinamentos da história? Assim, a omissão intencional ao Florentino parece ter sido um expediente.

Ninguém duvida mais da capacidade de observação de Maquiavel, por isso que sua interpretação sobre a fortaleza construída por Francesco Sforza permitiu entender que sem o apoio do povo não existiria muralha segura. Sem dúvida que o assunto sobre as fortificações estava em pauta no Renascimento. Deveriam existir vozes que debatiam o assunto recorrendo à autoridade do velho discípulo de Platão, considerado o mestre em vários assuntos. Decerto que o método de privilegiar um aspecto em razão direta de sua utilidade, provavelmente, tenha feito com que Maquiavel abandonasse o raciocínio dedutivo e a autoridade da Igreja para lidar com a 'verdade efetiva das coisas', conforme atesta seus escritos.

Hume privilegia os fatos políticos sobre um ponto de vista realista, mesmo tendo diversas perspectivas à mão. Evidentemente, não se trata de uma ruptura e, contudo, não deixa de ser sedutora e, por igual, indispensável essa renovação no quadro dos autores políticos que ligam Hume aos textos que seguem a linha do realismo político. Uma nova silhueta se expõe e permite lê-lo em uma tradição em que o coloca sobre os ombros de Tucídides e, quiçá, de Maquiavel. Ora, esse caminho não renuncia a outras interpretações de Hume, mas busca, por faz ou por nefas, complementar seu entendimento, do mesmo modo que evita desprezar essa sensível influência de Maquiavel.

Maquiavel é um autor singular que penetra o universo da administração política para expor a verdade efetiva das teias do poder. A política, assim, é uma técnica que se caracteriza por uma ideia central: a conquista e a manutenção do poder. Trata-se de uma atividade humana, todavia que não tem um fim em si mesmo. Poder-se-ia afirmar então que ela traz em si um fermento para o conflito, visto que todo projeto político é associado a uma pessoa ou grupo em detrimento de pessoas e grupos. Entender e administrar com eficiência esse fermento público que é o Estado seria uma função tão somente exclusiva do político que tem a *virtù* requerida pelo Florentino. Sem dúvida, o fenômeno político é complexo e Maquiavel tentou colocar o conflito nas instituições, conforme se lê nos **Discorsi**. Nesse sentido, ele é um clássico consagrado da política,

da história e da filosofia, constituindo-se, como tal, em ponto de partida sobre o conhecimento político moderno. Seus escritos se põem a disposição para o diálogo e reflexão. Pode-se não concordar com Maquiavel, atribuir-lhe um cinismo latente em suas obras, afirmar-se uma série de concepções negativas sobre ele, porém é consenso que suas obras políticas, em especial, o **Príncipe**, são fundamentais e marcam a diferença de tratamento da política na Idade Moderna. Portanto, seus escritos podem nutrir aqueles que se alimentam de ideias.

Segundo Hume, o **Príncipe** foi escrito pensando tão somente nas fronteiras italianas. Esta é uma crítica, mas também configura a existência de uma interlocução por parte do Escocês. A Inglaterra, dividida entre Whigs e Tories e suas divisões partidárias sem nenhuma moderação. Sem uma constituição suficientemente forte para coibir os excessos de um mau ministro, como Robert Walpole, que cede às exigências de interesses particulares para manter a governabilidade; e, assim, introduz a corrupção e, a passos, vai criando as sementes das dissensões sociais e, por decorrência, a anarquia que leva ao fim de todo governo. Para Hume, nesses momentos, é preciso recuperar o governo forte e unitário, que não permita divisões entre grupos. Hume procura mostrar que, sem o respeito à lei e à autoridade, o Estado pode desmoronar. Esta interpretação é condizente com a história do Estado Moderno. Aliás, este só conseguiu sua denominação quando conseguiu abolir o sistema policêntrico do poder, no qual os senhores feudais tinham o comando sob seus territórios. Foi na Modernidade que o Estado começou a estabelecer sua finalidade por meio de uma gestão técnica administrativa submetida e unificada na figura do monarca. O governo, de certo modo, representava esta organização. Sem dúvida, Hume deve ter imaginado que o fracasso do governo fosse também do Estado. Não há uma distinção entre governo e estado tão nítida. As revoluções representavam um perigo à ordem social. A história recente tinha mostrado que a mudança de governo afetou à segurança patrimonial e à vida. Ainda que suas reflexões tenham a preocupação de preservar a propriedade, de uma maneira contextual, Hume estabelece com os clássicos uma troca de ideias para refletir o dilema político grego: submissão às leis ou não.

Uma abordagem histórica revelará que o cenário sócio-político sempre recorre a um conjunto de opiniões para manter ou subverter a ordem social. A força é um elemento capital, porém, de certo modo, as ideias justificam a utilização da violência.

Desse modo, é conveniente recorrer aos autores que souberam edificar conhecimentos. Em uma época em que as instituições feudais foram incapazes de administrar o ressurgimento do comércio e das cidades, Maquiavel trocou o discurso de como *deveria ser* o político pela revelação de como ele, realmente, *é*; ou seja, ele revelou os bastidores do poder e dos seus atos políticos para alcançar e manter-se no poder. Escorel lembra que *certas coisas se fazem, mas não se dizem* (GRAMSCI *apud* ESCOREL, 1979, p. 64). O Florentino, com facilidade, colocou no papel aquilo que se executava nos gabinetes. Afinal, não foi ele quem ensinou a Agátocles a conquistar o poder, tão pouco a César Bórgia a eliminar os conspiradores de *La Mangione*[20]. Ao colocar em uma linha tão distinta a tradição política, o secretário Florentino pôs-se em uma posição conflitual com o discurso político vigente, de orientação cristã que consagrava o estilo denominado *Espelho dos Príncipes*.

O Humanismo preocupou-se proficuamente em dignificar os atributos humanos em sua relação social. Afinal, os homens estão unidos em sociedade. Esta condição impulsionou uma maior atenção a vida *activa* e aos problemas da sociedade. O resultado imediato é a própria organização social e a proeminência da política como uma atividade humana. A vida coletiva é problemática e era preciso encontrar soluções. Maquiavel pertence a um tempo em que o efetivo exercício do mando segue a ideia de eficiência do mando, em desconsideração à linhagem biológica inata do rei. O ator político eficiente é aquele que encontra recursos para manter a ordem social. Candido (1992, p. 89), em uma análise de Shakespeare, embevecida de raízes dos escritos de Maquiavel, afirma que: *o transgressor pode ser um salvador ou um criminoso, pode apenas perturbar as relações normais da sociedade*. E acrescenta: *será avaliado moralmente conforme o resultado final do seu ato*. Hume parece ter uma compreensão semelhante. Afinal, é preciso julgar o governo pela sua eficiência administrativa: manutenção da ordem. A desordem ocorre pela divergência de interesses. De um modo semelhante, Maquiavel, ao revelar que o problema político pode ser abreviado com o conceito básico de conflito de interesses, no qual uns querem mandar e outros não desejam ser oprimidos, desqualificou uma série de tratados políticos de viés teológico que apresentavam o homem como ser racional e naturalmente talhado para

[20] Trata-se do ardil preparado por César Bórgia para eliminar seus oponentes. Este acontecimento foi narrado por Maquiavel com o nome: **Descrição do Modo de que se Serve o Duque Valentino para Matar Vittelozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo e o Duque de Gravina Orsini** (MAQUIAVEL, 1991, p. 137-146).

a convivência pacífica, nas ações idealizadas, sem uma efetiva relação com os fatos empíricos. A obra mais conhecida de Maquiavel não deixa de ser um espelho para príncipes e um instrumento de diálogo.

A ideia de homens virtuosos, preconizada por Platão, naturalmente sociáveis, por Aristóteles, e vivendo em perfeita harmonia, seria, justamente, aquilo que o Florentino definiria como não útil ao seu intento. Sob sua pena, as cidades são palcos de conflitos entre humores e, se antes havia um princípio manifesto de que os homens são sociáveis por natureza, Maquiavel expôs o outro lado da vida política; e Hume, de certo modo, concordaria com ele. Os homens são motivados por seus interesses. E nessa busca incessante, sempre geram conflitos de interesses. Por isso, para Hume, no ensaio **Da liberdade civil** (2004), as reflexões sobre a política são as mais úteis, desde que sejam moderadas e concentrem-se nos fatos empíricos. Além do mais, se a **República** de Platão (1996) exigia a separação das esferas política e econômica, Maquiavel, neste ponto, faz um silêncio e Hume retorna à estreiteza desses domínios como chave para o controle pleno do exercício político.

Percebe-se o colóquio do Florentino com os clássicos da política. Este estilo é indispensável, pois seu objetivo é a solução do problema e o recurso para expor suas opiniões é a palavra. As palavras representam os objetos do seu pensamento, mas estes objetos já foram definidos. Assim, ele, em um constante diálogo, resgata o pensamento, avalia seu sentido e empresta um novo ponto de vista.

A ideia de Maquiavel de que a imprevisibilidade no funcionamento do Estado é um sinal de que a *Fortuna* tem uma participação nos eventos políticos, foi de grande valor na compreensão das crises inerentes à atividade política. Elas podem ser internas ou externas e afetam, de modo direto a estrutura do governo. A *Fortuna* representa o acaso, aquilo que foge ao cálculo e, por decorrência, ao controle do ser. Hume (2004, p. 812) escreveu: *reconheça que a idade, as doenças ou a má fortuna podem tornar a vida um fardo, e ser até piores que a aniquilação.* Não deixa de ser interessante o detalhe notado por Maquiavel sobre o revés da *Fortuna* ao lado de um comentário sobre a família *Strozzi de Florença*. Ela pertencia a ramo importante da nobreza florentina. Às vezes, aliada e rival dos Médicis, os Strozzis sentiram o peso de sentir a *fortuna* oscilar o destino. De modo semelhante a Maquiavel, Hume (2004, p. 96) escreveu a seguinte afirmação: *a boa e a má fortuna dependem pouco de nossa vontade*. Além disso, não deixa de causar certa perplexidade que Hume tenha tido uma semelhança semântica com o

conceito de *Fortuna* utilizado por Maquiavel e que em outro ensaio tenha escolhido justamente o exemplo que continuava sendo exposto no raciocínio do Florentino? E por que Hume escolheu justamente esta família para discorrer acerca do suicídio? E por que ao escrever acerca deste ato, ponderou sobre envolvimento político, interesse e compromisso social? Somente alguém que soubesse a história italiana poderia utilizar o exemplo da família *Strozzi* para referendar, ao mesmo tempo, uma proposição política a uma crítica a interpretação religiosa. Afinal, por que ele a escolheu como exemplo ao tratar o tema do suicídio unindo a motivação política das ações humanas? De milhares de opções, por que ele elegeu justamente aquela família No ensaio **O estóico**, redigiu:

> [...] a instabilidade da fortuna é um aspecto que não deve ser negligenciado ou esquecido. A felicidade não pode existir onde não existe segurança: e a segurança não pode existir onde a fortuna exerce qualquer domínio. Mesmo que esta divindade instável não voltasse sua raiva contra você, ainda assim o receio de sua fúria o atormentaria, perturbaria o seu sono, povoaria os seus sonhos e estragaria a alegria dos seus banquetes mais deliciosos (HUME, 2004, p. 270).

Ainda que o cenário seja distinto, não há como negar que exista alguma semelhança com Maquiavel. Convém recordar que a *Fortuna*, desde a Grécia arcaica, apresenta a ideia de oscilação sobre os acontecimentos dos homens. Em uma referência muito tênue com diversos temas tratados no **Príncipe**, escreve:

> [...] e, por mais negativos que sejam os sentimentos que possamos ter em relação aos homens, a verdade é que eles sempre se mostram prontos a sacrificar o sangue e a fortuna pela manutenção da justiça pública (HUME, 2004, p. 130).

A sentença contém alguns significados que poderiam ter alguma relação com Maquiavel, visto que ao afirmar que o intuito de preservar seus próprios interesses, os homens oferecem seu sangue, bens, vida e filhos. Em verdade, os homens desejam a paz e a ordem social, o que não deixa de ser um interesse. A manutenção do Estado e com ele as regras de justiça que asseguram a propriedade, torna-se o maior interesse do indivíduo dentro da sociedade.

Para Hume, os governos absolutos, diferentes das repúblicas, dependem, quase que exclusivamente, do monarca. Segundo Candido (1992, p. 89), *a estrutura do mando pressupõe três elementos: um princípio geral que o justifica; uma função que o encarna; uma*

pessoa que exerce. Do ponto de vista conceitual, Hume parece ter tido uma posição política próxima daquela defendida por Maquiavel. Além disso, tal como o Florentino, mas pensando na existência dos partidos, Hume considera que uma República com boas leis e instituições sólidas pode criar mecanismos para evitar males consequentes à má administração, como foi sua crítica a Robert Walpole. Não obstante, como falta aos homens moderação em política, os interesses dos partidos tendem mais para desordens do que para a ordem política. Mas Hume percebeu que não é mais possível conviver sem os partidos na ordenação social. A discussão de Hume pode ser breve, embora o assunto seja extremamente importante, no entanto, tais temas são tratados em um mesmo ensaio no qual Hume faz uma abordagem crítica sobre o **Príncipe** de Maquiavel.

Nada impede Hume de criticar duramente Maquiavel naquilo que considera uma falta em seu gênio. Segundo o Escocês, o Florentino parece ter cometido falhas em seus escritos, a saber, tendo estudado como nenhum outro antes a política, Maquiavel não teve, em nenhuma de suas obras, dedicado importância à questão da economia e sua ligação com o poder político. A questão apresenta-se como um colóquio entre passado e presente. Ele não é anacrônico e reconhece os limites de sua crítica. Para Hume, trata-se de uma falta lamentável. Segundo o Escocês, os Estados devem ser ligados pela política e pela comercialização, uma vez que estas esferas promovem o crescimento intelectual e material da pátria. Aliás, neste ensaio (**Da origem e do progresso das artes e das ciências**), traça dois raciocínios curiosos e próximos ao pensamento de Maquiavel. Em primeiro lugar, Hume (2004, p. 225) afirma que a *avareza ou o desejo de ganho é uma paixão universal que age em todos os tempos, lugares e sobre todas as pessoas*. Ele (2004, p. 228) defende a República como forma de governo, pois, *é impossível para as artes e as ciências surgirem, inicialmente, num povo, se este não viver a benção de um governo livre*. Trata-se de uma defesa condicionada ao interesse das ciências, mas não deixa de ser uma advocacia pela república. Do mesmo modo, pelo lado anverso e como filósofo moderado que sabe analisar as vantagens de cada proposição, Hume (2004, p. 232) afirma que *o florescimento das artes e das ciências, portanto, jamais pode ser esperado em governos despóticos*.

Convém ressaltar que o mesmo ensaio contém muitas passagens e comentários que parecem associá-lo a Maquiavel como seu crítico, em especial, ao legislador na fundação do Estado. Ainda, na opinião de Hume, o intercâmbio promove o

aprimoramento crítico da nação, pois permite a troca de informações e, do mesmo modo, uma reflexão moderada sem os excessos da paixão. Nas suas exposições sobre as atividades políticas, este parece seguir de perto os textos daquele, porém acrescenta pequenas considerações aos assuntos econômicos. A discussão sobre o mérito do comércio para a política e, sobretudo, o silêncio do Florentino sobre o tema, permite visualizar que o Escocês tinha uma relação estreita com as opiniões do autor de **Arte da guerra** (2003).

O protesto político não implica em uma descaracterização das posturas e das leituras de Maquiavel. As inobservâncias são lamentadas pelo filósofo Escocês. No conjunto, essa reserva ficou limitada à uma crítica pontual de Hume ao gênio. Parece que esse pensador faz aquela crítica pública a Maquiavel, tão comum no seu tempo, enquanto por um esforço curvilíneo recepciona as posições do Florentino no contexto de seus escritos. Além disso, se Hume queria de fato criticar tão severamente Maquiavel, por que colocou ao lado de seu comentário o adjetivo "gênio" para designar o Florentino? Talvez quisesse transmitir certa ironia, mas é pouco evidente à medida que Hume era um especialista na arte de ironizar com letras. A favor de Maquiavel, a política econômica não tinha se constituído como um conhecimento. No entanto, as regulamentações do Estado sobre esta atividade deixavam visualizar a sua política de expansão econômica dos Estados. Além disto, as mesmas normas mercantis e o protecionismo das cidades italianas sobre suas rotas marítimas, bem como a intervenção dos Estados sobre as atividades mercantis, demonstravam como os negócios eram importantes para a soberania e independência dos Estados e cidades.

Enquanto a sociedade italiana lutava em torno do controle do mediterrâneo, outras nações se tornaram proeminentes com seus exércitos em virtude da mercancia. Estes detalhes importantes não foram percebidos pelo Florentino, conforme assinala Hume. Vivendo em Florença e assistindo às modificações que ocorriam no cenário europeu, teve a oportunidade de ser um pioneiro na análise conjunta da política e da economia, mas, segundo deixa a entender em Hume, perdeu a chance de fazer esta valiosa contribuição à posteridade. Os Estados europeus se preocuparam em demasia em controlar as atividades de importação e exportação, com objetivo de obter uma balança comercial favorável com a guarda de metais nobres em seus territórios. Contudo, ainda que incipientes, pode-se perceber a presença do Estado nos assuntos de mercados. A luta intestina que havia em Florença concentrava-se no controle

político que, de maneira inevitável, tinha relações com o controle dos empreendimentos das 'Sedas', terras, metais e transações bancárias. Do mesmo modo, o fenômeno do Estado moderno já era uma realidade para Hume e, de igual modo, o processo de concentração do capital e de bens já estava bem mais solidificado na Inglaterra do século XVIII do que na Florença de mercadores ao tempo de Maquiavel. Neste ponto, Hume pode ser considerado um homem de vanguarda ao criticar o controle excessivo do Estado sobre a economia, bem como o próprio papel da economia para o Estado.

Ora, perceber a importância do tema econômico ao início da Modernidade e sua relação necessária com a formação de uma monarquia forte e capaz de dominar a diversidade de interesses dos "antigos senhores", era crucial aos que dedicavam sua vida ao estudo da política naquela época. Tudo parece indicar que Maquiavel desconhecia o real valor da Seda. Este fato mostra-se interessante para Hume, visto que ele conhecia perfeitamente as ações de Lorenzo de Médici na política de Florença, durante seu reinado sem coroa. Afinal, Lorenzo (poeta e mecenas) ocupava-se dos dois domínios: o controle político da cidade e do sistema bancário. Mas Hume defendeu Maquiavel ao constatar que o problema da economia não foi frequentemente suscitado pelos historiadores antigos. Ora, tal atitude parece ser coerente. Primeiro acusa o Florentino de não dedicar nenhuma reflexão ao tema; em seguida, afirma que poucos fizeram tal empreendimento. É possível, inclusive, que o movimento pela construção dos Estados Nacionais da Europa, tão íntimo à questão, tenha ofuscado os sinais que direcionavam a importância do tema. A Inglaterra de Hume - com seu território definido e defendido por um exército nacional, gozando de uma centralidade do poder, no qual o rei reina, mas o parlamento legisla, segundo princípios que legitimam e oficializam os ritos do exercício do mando - é, sem dúvida, diferente do aparelho administrativo e político da Florença de Maquiavel. A saída de James e a entrega da Coroa a Guilherme, por exemplo, afetaram sensivelmente as relações de mando na Inglaterra, porém tal mudança representou a consolidação das Instituições do reino, em especial, o Parlamento. Já na Florença dos Médicis e do jovem Maquiavel, um ano após a morte de Lorenzo foi o tempo suficiente para desencadear a fuga do filho e o exílio do Médici[21]. Evidentemente que outras circunstâncias se agregam ao

[21] *No ano seguinte ao da morte de Lorenzo [magnífico], alguns dos aristocratas que haviam facilitado seu controle cada vez maior do poder começaram a se voltar contra seu filho Piero, que lhes parecia muito pouco sutil e competente para ocupar o lugar do pai [...] quando o rei Carlos atravessou os Alpes em agosto-setembro*

desfecho de Piero, mas os fatos demonstram a fragilidade das instituições florentinas e a conformação personalista que tais órgãos de Estado possuíam.

Maquiavel não redigiu de modo direto um tratado acerca da moral, o que não impede uma interpretação do assunto nas entrelinhas dos escritos. Contudo, os diversos temas subjacentes à reflexão da conquista e da manutenção do poder oferecem uma visão mais profunda da administração do aparelho político, apreciada pelos interessados em política. Para o Florentino, a meta do político é o controle e manutenção do Estado; assim, ele inova com os antigos preceitos erigidos na Idade Média. Para Escorel (1979, p. 13), Maquiavel rompeu com o medievalismo ao abraçar *o processo indutivo como meio de conhecimento do fato político*[22]. Entretanto, o responsável por difundir esta ideia foi Francis Bacon[23]. Bacon mantém, de modo confesso, uma interlocução com os ecritos do Italiano. Percebe-se que este autor que materialmente alimentou as ideias de Hume estimava Maquiavel. Talvez, aqui comece a se tornar um pouco menos nebuloso como esse pensador chegou ao conhecimento de Hume. Em linhas gerais, Maquiavel defendeu uma postura distinta perante o fato político, bem como a separação entre esfera política e ética cristã, que gerou o problema da antinomia entre a política e a ética. Desde os gregos, os dois domínios da *práxis* humana tentam caminhar juntos em um cruzamento inevitável. Maquiavel reivindica para a política um domínio de ações que, necessariamente, não passa pela esfera da moral, visto que existem coisas em política, por exemplo, a eficiência de determinadas ações, razões de Estado, que obrigam os governantes a 'violar' as normas morais e até mesmo as jurídicas, se a segurança do Estado for ameaçada. Desse modo, é o gesto

---

de 1494, à frente de 30.000 homens e de um formidável trem de artilharia, temor e discórdia tomaram conta de príncipes e elites italianas. Neste contexto tenso, Piero de Médici partiu para o acampamento francês para encontrar-se com o rei [...] ao voltar à cidade, no dia 8 de novembro, Piero e uma escolta aramada tentaram entrar no palácio dos Prioes no dia 9. Foram firmemente repelidos. Naquela noite, ele figiu da cidade, junto com os dois irmãos (MARTINES, 2003, p. 309).

[22] Tal conduta muda radicalmente o palco da evidência escolástica que tinha na Bíblia e na lógica silogística suas "verdades". O mais duro golpe ao método dedutivo na modernidade foi dado por Francis Bacon ao propor o raciocínio indutivo em seu livro **Novum Organum** (1978) em detrimento do **Organum** aristotélico. Além disso, é interessante notar alguns aspectos em Bacon. Primeiro, ele é o defensor de um novo método de conhecimento, que segundo Escorel, já estava presente no Florentino, o procedimento indutivo. Segundo, ele é um leitor de Maquiavel, uma vez que cita o Florentino no **Advancement of learning**. Terceiro, ele foi um sujeito que participou ativamente da política do seu tempo, tendo inclusive ocupado cargos de relevada importância na administração do rei James I. Portanto, trata-se de alguém que conhecia os meandros da política e, finalmente, dado ao que representa como intelectual e propenso defensor das ideias empiristas, foi um dos autores mais lidos por David Hume.

[23] Bacon (1978, p. 40) faz a seguinte referência ao Florentino: is *not the ground, which Machiavelli wisely and largely discourseth concerning governments, that the way to establish and preserve them, is to reduce them ad principia, a rule in religion and nature, as well as in civil administration?* O que importa aqui é o fato de ser um comentário, de certo modo, que elogia sua reflexão.

intimidativo que provoca as decisões e não, simplesmente, como tentaram associar ao perfil de Maquiavel, uma vontade psicológica e tirânica do governo em usar de modo desmedido a violência. Tal ruptura é importante para entender as transformações políticas e sócio-econômicas que aconteciam em parte da Europa.

O Florentino não foi o primeiro a negar a ideia tomista de *buon governo*[24]. Coube a Maquiavel explicitar que a principal tarefa de um príncipe é governar; cabe entender nisso: conservar o poder. A fim de consolidar esse propósito, cabe ao monarca adotar todos os meios possíveis, inclusive o recurso à violência. Dessa maneira, ele se importava em revelar o funcionamento do poder e, ao mesmo tempo em que mantinha tais preocupações, estava sempre refletindo sobre outros temas menores, porém relacionados com a construção de uma mentalidade nacional e, não menos também, com a eficiência da ação política. O domínio da política é contínuo e sempre divergente, o que leva Maquiavel a perceber nisto a possibilidade do conflito. Nesse sentido, não há somente um projeto a ser estabelecido, tampouco um fim perpétuo a ser alcançado. De modo similar, Hume sabe que política é a busca pelo poder e que em cada situação, sobre diversas ópticas, existem problemas que solicitam uma intervenção do político. A situação é que determina o fim político. As coisas do Estado precisam, de modo invariável, de ações prescritivas, ou seja, constitui-se de uma atividade essencialmente terapêutica.

A história, como entendia Maquiavel, *a grande mestra, a fonte mais segura de ensinamentos, pois o que ocorrera no passado,* assim o Florentino idealizava, *tendia inevitavelmente, a seu ver, a repetir-se no presente e no futuro* (ESCOREL, 1979, p. 73). Outro tema que encontra ressonância em Hume: os remédios. Estes são os caminhos adotados, com base nos exemplos do passado, para introduzir medidas extraordinárias quando o momento político exige. Com efeito, para o Florentino, isso significa que sempre que as situações políticas se façam necessárias, por exemplo, o risco da perda do poder, deve-se recorrer à violência para vencer a oposição do inimigo; durante uma invasão recorrer a uma aliança com outra força estrangeira; em uma ocupação por exércitos forasteiros recorrer à unidade nacional ou independência ou, à monarquia, para que seja mantida a integridade do Estado. De todo modo, uma coisa faz-se necessária em todas as situações: aquele que pretende praticar a ação tem que ter o monopólio da força. Afinal, o recurso à força tem como objetivo direto a

[24] Ribeiro mostra o papel de Maquiavel na substituição da ideia de *iustitia* pela jurisdição (1992).

destruição do oponente. Para Maquiavel, ação ética e a ação política estão intimamente ligadas à dimensão conjectural do governo, conforme lembra no capítulo XVIII no **Príncipe**. Uma leitura de Hume pode sugerir que ele concordava com a tese de Maquiavel de que é preciso ao governante, em alguns momentos, recorrer a outros expedientes políticos para garantir a segurança do Estado. Este posicionamento de Hume poderia ter sido fruto de sua leitura de Maquiavel. As ideias do Florentino se encontravam em solo inglês e muitos autores recorreram aos seus escritos para justificar ou se inspirar.

No interior da obra maquiaveliana, pode-se encontrar traços diretos da influência de Tucídides[25] e, em especial, Tito Lívio. Uma análise do discurso revela tal perspectiva e delimita as fronteiras e contribuições (que acrescida pela genialidade) do autor (sua contribuição) ao pensamento político. Sem embargo, tal influência é uma espécie de domínio, embora se possa localizar diferenças teóricas e uma terminologia própria que transcende as marcas da influência. Neste caso, a questão central é perceber, sem o testemunho direto do autor, a internalização das leituras que contribuíram na edificação dos seus escritos. Afinal, a interpretação de um clássico permite várias acepções e, no caso de Hume, parece existir uma intencionalidade de não deixar claro a presença de seu interlocutor privilegiado em seus ensaios. Deste modo, a produção discursiva tem uma história, ainda que secreta, mas também é fruto de um conjunto social e de uma relação interpretativa deste conjunto em uma interpretação particular. Como já foi notado, sabe-se que ideias humanistas eram frequentes na Inglaterra. Assim sendo, o discurso maquiaveliano é uma materialidade real, nas ilhas britânicas, e Hume demonstrou, por citação, conhecimento dele e leitor confesso de autores que publicamente sentiram a extensão do conjunto de seus escritos.

É uma ilusão de qualquer leitor desconsiderar que a produção intelectual de um autor não seja fruto de uma co-elaboração do escritor com o universo que o cerca e a história de suas leituras. Pode-se entender um texto de muitas maneiras, mas para se fazer o mesmo com o autor é preciso, às vezes, convocar seu passado. Aliás, a produção e a análise do passado podem ser muito esclarecedoras. Afinal, eles expõem a origem de elementos conceituais que revelam a fonte de inspiração do autor e, assim, mostram a trajetória do escritor. Trata-se de uma ação comunicativa, uma

[25] É citado, por exemplo, nos **Discorsi**, p. 374.

intencionalidade entre presente e passado, no qual este último colabora para o enfrentamento do primeiro:

> O mel da volta, nobre Ulisses, buscas?
> Netuno irado, a quem cegaste o filho,
> To embarga. A seu pesar, tens de alcançá-lo,
> A seres comedido e os companheiros,
> Do atro pego arribados à Trinácia,
> Onde achareis pastando bois e ovelhas
> Do Sol, que tudo vê, que exouve tudo:
> Ileso o gado, a custo ireis à pátria;
> Ofendido, ao navio agouro a perda...
> (HOMERO, 1992, p. 208).

As palavras do velho Tirésias ensinam o valor do saber a Ulisses. Segundo o poema, este evento ocorreu no Hades, porque Tirésias já estava morto. Não obstante a sua condição a *Psykhe*, ele ainda retém o conhecimento. Esta característica lhe torna especial, pois tem a posse do saber e pode ensinar alguma coisa ao mais industrioso dos homens. Dentre as interpretações possíveis desta passagem, descortina-se a mensagem que sempre é conveniente consultar os antigos para saber quais são os caminhos do presente.

Configura-se uma conectividadde entre o tempo passado e o presente. A história da filosofia política foi essencialmente construída com diálogos entre filósofos de gerações diferentes que questionavam as proposições sugeridas antes. Os eventos históricos também possibilitam a reflexão e o diálogo, visto que a troca de ideias é, por excelência, comunicação. A discussão é, portanto, uma ferramenta de análise. De fato, Maquiavel, como um observador político, estava certo com sua leitura dos atos do rei Luís, visto que as intenções dos franceses em aumentar sua jurisdição com a conquista e anexação de terras ricas na Itália, despertaram na Espanha uma política expansionista em direção à Península Itálica, envolvendo a região em infindáveis disputas territoriais.

Maquiavel apontou que a força e o cálculo orientam as ações do Estado. Hume entendeu que o Estado é mais fruto da força do que de uma vontade intelectual dos homens. Para este, as determinações da sociedade estão indissociavelmente ligadas à uma "luta intestina" por interesses, onde a liberdade e a autoridade estão em conflito, onde os homens disputam, em algumas circunstâncias, por sérias divergências de interesse, outras por pura "animosidade". Porém, segundo o Escocês, somente pela instituição de Leis os homens encontrarão o caminho para dirimir suas diferenças. Mas

ele reconhece que no *furor das revoluções, das conquistas e das convulsões políticas, geralmente é a força militar ou a habilidade política que decidem a controvérsia* (HUME, 2004, p. 673). Há uma tentativa de institucionalizar as contendas, na qual os homens devem se submeter as leis:

> [...] na melhor constituição civil, na qual todos os homens são constrangidos pelas mais rígidas leis, é fácil descortinar as boas ou más intenções de um ministro, e julgar se o seu caráter pessoal merece o amor ou o ódio (HUME, 2004, p. 127).

O conflito em Hume é colocado nas instituições[26], sendo tal ideia defendida, também, pelo Florentino. De certo modo, eles entendem a política como uma atividade humana que envolve medidas administrativas comuns. Apesar do conflito natural dos homens, através do Estado eles podem continuar convivendo coletivamente. Por meio da negociação, os homens podem encontrar pontos de acordo, visando regras de convivência, planos para defesa externa e a manutenção da paz interna. Essa era uma preocupação latente em Hume. Em algumas passagens dos seus ensaios, ele chega mesmo a admitir que o político deve adequar o seu agir à realidade do seu tempo, em uma clara identidade de pensamentos com Maquiavel. Existem no filósofo Escocês, portanto, análises que vão da fundamentação do governo à função dos impostos e dos juros, em uma sociedade que faz dele um escritor privilegiado de política. Mas, talvez, por hipótese, o realismo político do filósofo Florentino e sua compreensão da história devem ter sidos os pontos que mais influenciaram Hume como autor de política.

Uma leitura dos ensaios de Hume revela a adoção de uma perspectiva realista dos fatos políticos, em referência indireta ao Florentino. Á medida que pensa a política como uma atividade útil à sociedade, focaliza a análise em eventos empíricos, fenômenos descritos do presente e pela história, em uma correlata crítica às situações ideais, sem os traços da experiência. Para Escorel (1979, p. 12), a abordagem de Maquiavel é de um realista em política, visto que ele *abandona aquilo que se faz por aquilo que se deveria fazer, conhece antes a ruína do que a própria preservação.* Hume era contrário às teorizações do tipo utópicas e, sem dúvida, concordaria com o Florentino.

---

[26] *Os conflitos entre o privilégio e a prerrogativa podem ser facilmente resolvidos por meio de leis, votações, conferências e concessões, sempre que houver um grau razoável de moderação e prudência de um ou de ambos os lados. Mas, entre títulos conflitantes, a questão só pode ser resolvida pela espada, pela devastação e pela guerra civil* (HUME, 2004, p. 717).

Em suas leituras, o tema sempre se orienta por uma experiência política, em detrimento de teorizações ou concepções acerca dab política. Conceitos fundamentais da política como, por exemplo, Justiça, Governo, Propriedade, Obediência Civil são, para Hume, invenções denominadas como "artifícios". Por outro lado, afirma que as regras de Justiça são artificiais, no entanto condicionadas à questões materiais.

A análise de Hume estabelece de dois modos: a recusa por um tipo ideal de governo e, em seguida, uma resposta negativa ao discurso reinante. Assim ele dialoga com diversos autores. No **Segundo Tratado do Governo Civil**, Locke (2006), parte da suposição de que o "estado de natureza", pré-social, permitiu a fundação da sociedade regida pelo "contrato social". Hume (2001, p. 533), por seu turno, afirma que esse suposto *estado natural* nunca existiu e que é mera ficção. Para ele, os acampamentos de guerra foi o início da comunidade social. Em Locke, o Estado político foi uma consequência da natureza humana. Hume não pretende discutir política em tais bases e, por isso, lança uma proposição ousada que discorda e contesta, radicalmente, Locke: estado natural é uma peça retórica do discurso contratualista, uma inverdade. Parece que tal digressão será propositiva quando o assunto for "obediência civil", pois, para Locke, sendo o estado civil uma espécie de continuação do estado natural, sobre outras condições, as leis são, paulatinamente, codificadas em um legislativo e revelam somente a vontade expressa da lei natural. Para Hume, ao afirmar que a "Justiça" é um artifício, ele coloca a questão da legitimidade como um mecanismo do poder estabelecido que se assemelha ao poder de fato. Qual é o fundamento do poder? Por que se deve obedecer? Tais respostas serão apresentadas por Hume sem recorrer ao estado natural de Locke ou Hobbes.

Em diálogos diretos e oblíquos, Hume escreve que os pilares da sociedade, por exemplo, Justiça, Governo e Propriedade, não são elementos espontâneos da natureza, mas sim criações de gênio humano. Maquiavel recomenda, para a manutenção do Estado, um poder concentrado. Hume e Maquiavel entenderam que a força é o dispositivo essencial para a soberania, mas é preciso fazer com que os homens se sintam ligados ao governo. Esse sabe que a permanência do governo advém da opinião geral de que ele é útil; esta premissa parece ser um argumento justificável para preservar esse mesmo governo no poder. Por outro lado, por que Hume, então, declara que os pilares do governo são artificiais? Em primeiro lugar, as investigações dele procuram entender o fenômeno político como uma atividade humana e, assim,

torna-se inevitável que ele descubra a fragilidade da organização coletiva. Em segundo lugar, sabe que poucas pessoas estão preocupadas com esses assuntos, mas isso não desqualifica a sua própria averiguação. Há uma tendência psicológica nestes filósofos em descobrir "a verdade" e, ao mesmo tempo, repudiar a interpretação proeminente. Se Maquiavel (1991, p. 63) afirma: *é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem*; Hume, na **Investigação**, escreve:

> [...] parece-lhes vergonhoso para toda a literatura que a filosofia não tenha até agora estabelecido, para além de toda controvérsia, os fundamentos da moral, do raciocínio e da crítica, e que fale interminavelmente sobre verdade e falsidade, vício e virtude, beleza e deformidade, sem ser capaz de determinar a origem dessas distinções (HUME, 1991, p. 10).

Este pensador procura as coisas úteis e a verdade efetiva dessas mesmas coisas. Se *o homem é um ser racional*, como ele afirma, também *é um ser ativo* e, como tal, percebe que sua empresa deve se concentrar na descoberta dos fatos. Na epígrafe, pode-se observar que o pensamento de Hume é, ao mesmo tempo, um apelo e uma crítica ao conhecimento impreciso da espécie humana. Por outro lado, parece revelar um pouco dessa natureza que se compraz mais em disputas, do que em investigar a natureza do entendimento humano.

Se, de um lado, a pesquisa de Hume revela a fragilidade das instituições, de outro, desvendará que o homem é um animal pleno de deficiências e fragilidades, o que o levará, inevitavelmente, a viver em coletividade, pois só assim proverá suas necessidades. Portanto, é preciso consolidar as instituições sociais existentes. Depois de mostrar a anuência natural ao conflito, esse filósofo afirma que o homem é um ser inclinado à sociabilidade. Por conseguinte, Hume revela o óbvio: o homem precisa da sociedade. A vida em sociedade implica em um constante relacionamento entre os homens e, ao mesmo tempo, na necessidade de estabelecer acordos. A vida em sociedade exige a forma dialogada à medida que permite o câmbio de ideias e a solução de problemas coletivos. Em uma consulta à natureza humana, ele percebe que não existe uma inclinação natural dos homens para cumprir os ajustes constituídos antes quando esses não lhe são mais interessantes. A reflexão de Hume mostrou justamente o inverso. O homem tem várias debilidades naturais que prejudicam a vida em sociedade, a exemplo, o egoísmo. Maquiavel já tinha notado que os homens desejam sempre ganhar e para isto estão dispostos a oferecer seu sangue e patrimônio,

quando as coisas concorrem paralelas aos seus empreendimentos, e esquecem facilmente suas promessas quando se sentem prejudicados.

Ao dedicar atenção ao egoísmo, Hume percebe algo similar à proposição de Maquiavel. Este sabe que o príncipe precisa manipular as paixões dos homens para obter sucesso na administração do principado. O controle das paixões oferece ao monarca a possibilidade de conduzir as pessoas para determinados fins. De algum modo, o príncipe sabe que precisa da afeição dos súditos, bem como precisa ser temido por eles. Já o outro sabe o que significa tanto o egoísmo como a afeição. Prova-se isto quando discorre sobre certa "afeição" para aqueles que estão aptos a receber a "generosidade humana"; mas essa também é mais uma deficiência para a vida social. O primeiro pode parecer mais filosófico; enquanto o segundo, mais político na digressão destes temas. No entanto, é importante lembrar que a reflexão de Hume tem em mira o aprimoramento da *mente humana*. Portanto, moral e política estão estreitamente vinculadas no edifício filosófico do Escocês. Existe certa generosidade na natureza humana: *em vez de preparar os homens para vida em grandes sociedades* (HUME, 2001, p. 528), e continua, *é quase tão contrária a estas quanto o mais acirrado egoísmo*, à medida em que a generosidade está restrita ao círculo dos mais próximos em detrimento dos demais, ou seja, *essa situação deve necessariamente produzir uma oposição de paixões e, consequentemente, uma oposição de ações*. 'Afeição' é uma palavra utilizada por Maquiavel, porém sua interpretação leva a crer em um sentimento natural de simpatia que os homens sentem uns pelos outros, como, um servo por seu Senhor, bem como pela simpatia de ideias que ligam os homens. Não obstante, indiretamente, este sentimento está associado ao outro sentimento: interesse; pois, tanto na relação servo-senhor e entre os membros de uma mesma sociedade particular dentro da sociedade, os homens mudam por não estarem satisfeitos com a situação em que se encontram.

Após investigar a natureza humana, Hume descobre que a mesma natureza não oferece uma solução para o problema engendrado por ela. E se a natureza não proporciona uma solução para o problema, o caminho é encontrar um "remédio" para além da natureza. A isso, esse filósofo denomina de *artifício*. Ele deixa evidente que tal recurso só advém após os homens perceberem "as vantagens" de uma vida em sociedade e, em especial, de poderem gozar dos bens adquiridos a partir do *trabalho* e da *boa sorte*. Assim, concentra-se a maioria dos problemas, pois a vida em sociedade

permite o usufruto dos bens, mas, ao mesmo tempo, estes não existem em quantidade suficiente para todos. O *egoísmo humano é atiçado pela escassez de nossos bens* (HUME, 2001, p. 535) e, assim, chega-se ao desejo de acumulação, pelo fato de o homem *distinguir entre seus próprios bens e os dos outros*. Exposta a dificuldade, cabe aos homens estabelecerem uma convenção que dará permanência à posse, *permitindo que todos gozem pacificamente daquilo que puderam adquirir por seu trabalho ou boa sorte* (HUME, 2001, p. 530). A convenção é aquilo que é tacitamente aceito e que a convivência social foi levemente inclinada a proceder. As determinações materiais nas primeiras sociedades inauguram *essa convenção*, escreve Hume (2001, p. 530), e ela, ainda, *não tem a natureza de uma "promessa", pois mesmo as promessas* [...] *dependem das convenções humanas*. Para reforçar esse raciocínio, Hume (2001, p. 531) recorre ao exemplo das "*línguas" que se estabelecem gradualmente pelas convenções humanas, sem nenhuma promessa*. Para ele, portanto:

> [...] a justiça tira sua origem exclusivamente do egoísmo e da generosidade restrita dos homens, em conjunto com a escassez das provisões que a natureza ofereceu para suas necessidades (HUME, 2001, p. 536).

Este é o seu entendimento sobre a Justiça. Para ele, a justiça constitui-se em uma invenção determinada pelo problema da propriedade. As condições escassas de prover a todos se constituem em uma dificuldade para a vida social, agravadas pela dificuldade natural do homem encontrar um "remédio" para solucionar as desigualdades. As regras de justiça foram criadas para impor um limite aos impulsos naturais dos homens, garantindo as vantagens asseguradas por tais normas. Ela se afirma em defesa da propriedade. Para confirmar sua conjectura é que ele descreve uma situação hipotética:

> [...] é evidente, porém, que a única causa pela qual uma irrestrita generosidade humana e a perfeita abundância de todas as coisas destruiriam a própria ideia de justiça é que a tornariam inútil; e, por outro lado, uma benevolência restrita e a condição de carência só dão origem àquela virtude por torná-la necessária ao interesse público, bem como ao interesse de todo indivíduo (HUME, 2001, p. 536).

O excesso de bens tornaria as regras de justiça desnecessárias. Hume é um filósofo que propõe ideias novas ao perceber o problema gerado pelas inclinações

egoístas, inerentes à condição humana; manifesta-se tão acentuadamente diante das carências materiais. Jamais houve uma guerra pelo controle das coisas que existem em abundância. É o interesse que promove a vida em sociedade e, do mesmo modo, a observância às regras de justiça. Esse filósofo não se preocupa em estudar o pensamento abstrato e transcendente, se existe um "bem" absoluto e, por decorrência, uma moral metafísica. O ser humano tem uma natureza. Para Hume, é preciso entendê-la. Não obstante ao fato de sua existência, ele não se trata simplesmente de investigar se a natureza humana é boa ou má, pois, para o Escocês, esse tema não tem importância diante do mundo material que provoca ações, tais como, a institucionalização da justiça. É a necessidade imposta pela natureza à condição humana que provoca o surgimento de uma virtude artificial, bem como, a necessidade força os homens a viverem em cooperação mútua. De onde quer que a política seja vista em Hume, ela é sempre entendida como atividade humana e parte de fatos reais fornecidos pela experiência. O exercício do mando deve ser avaliado como útil à vida social. Afinal, para ele, a vida regida por normas é bem melhor do que a anarquia. É em virtude deste temor que Hume discute o excesso de fanatismo, partidarismo sem moderação e liberdade sem a tutela da autoridade; eles geralmente conduzem o Estado à anarquia. Deve-se obediência civil ao governo, estabelecido, simplesmente, por encontrar-se em atividade e proteger a vida e a propriedade; caso contrário, é preciso repensar o exercício do mando e o princípio da obediência. Com efeito, trata-se de um cálculo político.

Em diversas oportunidades, Hume e Maquiavel escreveram que o príncipe deve estar sempre atento às medidas adotadas e que, de vez em quando, é preciso disfarçar suas intenções, bem como ter o suporte das armas e leis para manter as instituições funcionando. Aliás, Hume observa que só existe soberania de fato quando existe uma supremacia política, com instituições sob a tutela de leis e amparadas militarmente. Há muita imprecisão sobre a origem dos conceitos de Hume, porém sabe-se que eles são frutos dos diálogos com os que lhe antecederam. Assim, pode-se encontrar pelo menos um traço sobre o qual ele questionava Hobbes e Locke. Afinal o *princípio primeiro e original da sociedade humana,* para ele, *não é outra senão aquele apetite natural que existe entre os sexos* (HUME, 2001, p. 526). Não deixa de ser uma afirmação provocativa, ainda mais quando se sabe que o tempo mostra aos filhos que as vantagens de sua subsistência, proteção e educação foram proporcionadas pelos pais,

que foram motivados por um instinto natural. As experiências cotidianas mostrarão as vantagens da vida em família e no Estado e que eles só poderiam, de fato, desfrutar da vida em sociedade:

> [...] el apetito y el interés que suscita es uma primera razón para asociar a las personas em torno a "una familia", a partir de la cual la asociación primera se convertiría em uma sociedad jerarquizada y cuya autoridad residiria em los padres [...] La extensión de las reglas, especialmente el respeto a la propriedad, motiva, según Hume, a la realización de uma convención, que, lejos a los pactos de los contractualistas, está basada em la primacía de la costumbre. Em suma, de acuerdo a la opinión de Hume, la sociedad no es sino uma asociación, producto de la "atracción" debida los sexos, que es reforzada, más tarde, por la fuerza de la costumbre (PISON, 1992, p. 123)[27].

Poder-se-ia supor tratar-se de uma afirmação isolada de um contexto político, mas, pelo contrário, tal hipótese de Hume assegura o desdobramento de outras assertivas que integram o conjunto de seu pensamento, tal como a ideia de que todo poder começa com o uso da força. O recurso à força, talvez, seja o reflexo do pensamento político para a conquista e a manutenção do poder. Maquiavel (1991, p. 25) foi proeminente neste assunto, conforme seu comentário ao Frei Savanarola: *todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram*. Hume deixa um indício importante de seu conhecimento do universo florentino quando escreveu: foi *a riqueza dos MÉDICI* [que] *os tornou senhores de Florença* (HUME, 2004, p. 149). Mais à frente, em outro ensaio, ele escreve sobre o desenvolvimento de Florença; esta *realizou os seus principais progressos nas artes e nas ciências depois que começou a perder a liberdade, devido a usurpação da família Médici* (HUME, 2004, p. 199). Esta afirmação mostra que David Hume foi um leitor atento dos eventos ocorridos na cidade de Florença, principalmente, quando se considera a questão do excesso de liberdade na monarquia mista inglesa; porém, é preciso ser cauteloso ao recorrer aos títulos de um autor como Maquiavel.

[27] Para se evitar a polissemia e a ambiguidade interpretativa, optou-se por não traduzir o texto original, embora em determinados trechos, buscou-se tercer alguns esclarecimentos para se dar continuidade ao pensamento.

1.1 A imagem pública de Niccolò Machiavelli e *Le bon* David

O nome de Niccolò Machiavelli esteve associado às ideias de violência, fraude e vitupério. Os preconceitos eram latentes em toda a Europa. Segundo Cassirer, a sociedade inglesa teve uma contribuição significativa na disseminação desse renque intelectual. Para ele, no século XVII, *não somente os políticos e os filósofos, mas também os grandes poetas, tiveram a sua parte na propagação do mito* de que o Secretário Florentino representava *a encarnação da astúcia, da hipocrisia, da crueldade e do crime* (CASSIRER, 1976, p. 135-136). Tal imagem foi tão difundida pela literatura da *República das Letras*, que poucos ousaram discordar da opinião geral. Por essa razão, há diferentes níveis de interpretação do livro o **Príncipe** e poucos perceberam as disposições centrais que subjazem à superfície das intenções do autor. Para um republicano realista, algumas ações orgânicas deviam ser precedidas à instalação da república, mas para o leitor que não percebia obviamente os mecanismos exigidos pelas ações políticas, tal escrito soava-lhe como algo paradoxal. Outros elevaram o texto de Maquiavel a clássico e outros seguiram a ideia popularizada de coisas "maquiavélicas.

Maquiavel serviu fielmente a República Florentina e seu livro mais conhecido propõe-se a mostrar como se conquista e conserva o poder político. A análise da natureza humana indicou como os homens são inconstantes, egoístas, insatisfeitos e que o líder de um principado deve compreender as circunstâncias da prática política. A recomendação repercutia na esfera ética à medida que o príncipe só seria eficiente (caso a situação exigisse) se fosse capaz de violar as normas éticas. A virtude cristã exigia outras qualidades que diferiam das assertivas maquiavelianas. A interpretação de Maquiavel do universo político provocou uma tensão entre as fórmulas do autor para lidar com o fato político e a moral vigente, permitindo que sua obra tivesse uma conotação negativa. O que é estranho na paráfrase é que as monarquias nacionais utilizaram vários meios para assegurar o sucesso pátrio, mantendo, evidentemente, as aparências. De todo modo, "maquiavelismo" tornou-se uma palavra coligada a ausência de escrúpulos de alguém que só persegue fins egoísticos. De acordo com Anglo (1989, p. 86), tal escólio acentuou-se com a publicação do "**Dictionary of the French and English Tongues** [que] *definiu machiavélisme como política ardilosa, astúcia*", dando

pouca importância à conduta do próprio homem e o uso desmedido do seu nome substantivado. Segundo Cassirer (1976, p. 146), *existe uma flagrante contradição entre a doutrina política de Maquiavel e o seu caráter pessoal e moral*. Para este, seria necessário distinguir a doutrina do Florentino no seu sentido técnico que seculariza a vida política, pondo de lado suas influências do sistema Medieval. Maquiavel não inventou "coisa" alguma, apenas teve a real compreensão das condições materiais que atravessavam as cidades italianas naquele tempo. Isto não impediria uma discussão acerca da moral, porém seria preciso diferenciar as duas instâncias da contenda. Para Cassirer, somente no século XIX abriu-se uma nova perspectiva sobre os escritos do Florentino que permitiu entender a fecunda contribuição dele à política, além de possibilitar ao público conhecer a sua profícua contribuição à política.

A Europa e a Inglaterra, em particular, sofreram uma forte influência da Igreja Católica na Idade Média. O universo humano estava marcado com as tintas da interpretação bíblica que exercia um fascínio nas mentalidades dos seres, na qual existia uma permanente luta entre o Bem e o Mal. As ações humanas tentavam ajustar-se às palavras dos dois testamentos como um meio de evitar os desvios recomendados pelo Senhor. Desse modo, existia uma matriz de valores inerente à vida social e privada que se estenderam além do período medievo. A palavra de Deus está em seu livro. A "democratização" da leitura da Bíblia não baniu sua influência, pelo contrário, abriu novas perspectivas; contudo, o ponto central da ideia de "mal" ainda estava identificada em Lúcifer. De tal modo, que ninguém queria ser achegado ao Príncipe das trevas. Nesse ambiente bipolar, Maquiavel foi considerado um louvador do mal.

O elemento religioso forneceu bases ideológicas à Revolução Inglesa. Depois que Henrique VIII assumiu a chefia da Igreja Anglicana a insatisfação católica tornou-se uma tensão constante no plano político. A restauração de uma monarca católica (Mary I) servil aos interesses de Roma e, em seguida, a anulação de tal subserviência por parte de Elizabeth estimularam uma série de tentativas de destronização da última monarca da linhagem Tudor. De fato, com as novas transformações políticas que ocorriam na Inglaterra, grupos religiosos tornaram-se forte o bastante para se opor a realeza à medida que formavam o elenco da Câmara dos Comuns. De acordo com Hill (2003, p. 41), *a Bíblia foi fundamental para toda a vida intelectual e moral dos séculos XVI e XVII*. Segundo ele (2003, p. 39), as Escrituras eram *a única fonte divina para tratar qualquer assunto, inclusive a política* na Inglaterra. O teatro e a literatura já tinham

identificado Maquiavel como o demoníaco e o *dictionary* que oficializou o substantivo, mencionado por Anglo, foi publicado em 1611. A Inglaterra dos Stuarts "escutou" a era pré-revolucionária sob os púlpitos e até mesmo a Bíblia em seu texto básico dividia os homens. Desse modo, a religião foi um componente fundamental no cenário político inglês; e tanto Milton quanto o Arcebispo Laud recorrem ao documento sagrado. A simples menção ao nome de Maquiavel despertaria desconfiança do público; e, quem sabe, por este motivo, Hume considerou inapropriada a associação de sua obra ao Florentino.

É quase certo que Hume não desejava, bem como qualquer outro filósofo do seu tempo, com exceção de Spinoza (1994) e Rousseau (1978), ser identificado como um apreciador do *Old Nick*[28]. Antes do século XIX, quaisquer menções elogiosas à figura de Maquiavel eram simplesmente menosprezadas e motivo de aborrecimentos. Hume foi um filósofo que sempre evitou as contrariedades, embora sempre estivesse perto delas. A referência a Maquiavel não era bem vista pelos ingleses à época de Hume, ainda que fosse uma menção política, e os conselhos do Florentino fossem muitas vezes colocados em prática nos gabinetes. Escorel retrata a situação recorrendo a Gramsci, em **Note sul Machiavelli**. Acerca do exercício do mando, escreve que é a manifestação teórica deste princípio de arte política elementar: *que certas coisas se fazem mas não se dizem*. O suposto autor do **AntiMaquiavelo** (FEDERICO II, 1995)[29] exemplifica esta afirmação. Se nem mesmo o maquiavélico Federico queria parecer um defensor do Florentino, porque Hume deveria sê-lo? Talvez, este seja o motivo pelo qual Hume recorre a Maquiavel como interlocutor sem nomeá-lo. Para Whelan, isto é um fato, visto que os escritos políticos e históricos de Hume indicam afinidades, em especial, quando se trata da recomendação metodológica para interpretação da realidade. Não obstante a sua utilidade, a imagem negativa do Florentino é um dado. Trata-se do "ódio" público que se tornou opinião corrente na Europa, derivado de um contexto histórico. É plausível pensar que a não indicação da fonte maquiaveliana tenha sido um expediente para evitar aborrecimentos do *Le bon*

[28] Segundo Escorel, o livro de Gentillet, traduzido em 1602 para o inglês, contribuiu grandemente para divulgar na Inglaterra a legenda de Maquiavel demoníaco, a ponto de, segundo alguns autores, ter se associado a seu nome o apelido de "old Nick", sob o qual o diabo figura na literatura elisabeteana.

[29] Federico de Hohenzollern ou, apenas, II encarna de modo exemplar esta singular pasagem. Autor do **Anti-Maquiavel**, foi um hábil político e um excelente guerreiro à medida que transformou a Prússia em uma grande potência, reunindo uma espécie de *virtù* e *Fortuna*. Soube lidar com os humores dos homens.

David, mas isso não implica que os temas políticos não fossem refletidos à luz maquaveliana.

À medida que se lê Hume, percebe-se a política a partir da vida "ativa", como uma atividade que envolve ações constantes, por entender que as coisas humanas estão sempre em mutação, em similar concordância com o pensamento do Florentino. De fato, as ideias de Maquiavel encontram ressonância no empirismo de Hume, ainda que não fosse a intenção objetiva do Filósofo. Hume parece seguir o raciocínio de Maquiavel, afirmando que tudo terá seu término, inclusive o governo. Nesse sentido, reivindica para a política uma moral própria, afinal, para o fim que tem em vista, a política merece ser julgada pelos seus resultados. Os meios, portanto, são válidos desde que consigam atingir os fins esperados com a ação política. Embora não diga em um cálculo sobre a "Fortuna", a ideia de Hume é muito próxima.

Em seu livro sobre Hume e Maquiavel, Whelan (2004) faz uma afirmação sobre a extensão dos conhecimentos de Hume sobre Maquiavel, além de fazer menção a um determinado escrito deste. Na verdade, tal documento faz parte de uma coletânea de cartas, dentre as quais, uma missiva de Hume endereçada para Robert Wallace, datada de 1753, reunida e editada posteriormente por Raymond Klibansky e Ernest C. Mossner. Trata-se de uma mensagem na qual Hume faz uma crítica ao relatório de Maquiavel. De acordo com a carta de Hume:

> There is a very good Passage to your Purpose in Matchiavel had you fallen upon it. He says that Flanders is so cold a Country that it will not produce Corn, and that it is dependent on France for its bread. This proves how ignorant an Italian may be, even in modern times, when the Communication is supposed more open, of what passes in the northern Parts of Europe. The Passage, I think is, in his Ritratto della Francia. If you find it there & think it to your Purpose, I very fairly lend it you. You know I am in your Debt (KLIBANSKY; MOSSNER, 1969, p. 32).

Dentre tantas coisas analisáveis ao comentário, convida a atenção dele para fazer menções ao Florentino em um bilhete particular, para informar uma opinião pessoal que contrasta com o relatório elaborado pelo ex-Chanceler e que só deveria ter sido lido por alguém que tivesse um profundo interesse nos escritos de Maquiavel. Além disso, as descrições das coisas tratadas na mensagem foram feitas sem consultar a fonte, como bem demonstra a passagem "penso que é em seu...". Salvo a menção a

"Matchiavel", parece que a intimidade de Hume com os temas tratados pelo Italiano é acentuado, a ponto do Escocês recorrer as palavras dele sem consultá-lo.

Poder-se-ia supor que o interesse de Hume ficasse limitado simplesmente à leitura do **Príncipe** e, talvez, aos **Discorsi**. No que toca às expectativas de um melhor esclarecimento, Hume parece ter conhecido alguns escritos de Maquiavel. Não deixa de ser revelador que a curiosidade de Hume o levasse a consultar escritos além *de Principatibus*. Trata-se de uma situação completamente inusitada e, ao mesmo tempo, uma evidência de que o interesse de Hume por Maquiavel tinha um foco muito mais abrangente do que um mero leitor que conhece a obra mais conhecida de um autor. Até mesmo Spinoza ou Rousseau, que louvaram o clássico livro gerado por um exilado em *Sant' Andrea*, parecem limitar seus saberes sobre o Florentino a partir, tão somente, do **Príncipe.** Tal comentário revela ainda outro aspecto: a obra mais conhecida de Maquiavel na história do patrimônio cultural foi insuficiente para Hume, em pleno século XVIII. Por outro lado, essa última passagem desvela algo muito mais profundo sobre a relação de Hume com os escritos de Maquiavel. Hume adentrou as linhas do secretário Florentino que excedem ao **Príncipe** e de modo deliberado conheceu e refletiu sobre as posições políticas desse filósofo e sua interpretação da realidade política. A evidência disto é sua familiaridade com os escritos. Aquela carta já revela que ele era capaz de mencionar uma opinião de Maquiavel sem sequer consultar o original. A simples menção a um assunto, à primeira vista sem importância, como o frio da região dos Flandres, já demonstra o profundo interesse de Hume pelo outro; além disto, é possível descortinar que seu interesse é sempre pontuado por uma constante atitude crítica em relação aos escritos do Florentino. Somente isto poderia explicar por que ele não seguiu a postura de Locke e, ao mesmo tempo, não se encaixa como defensor da Monarquia como Robert Filmer. Mas uma coisa permanece disso tudo: o latente interesse de Hume por Maquiavel foi além do **Príncipe**. Se tal conjectura é válida, deve-se observar ainda que existem outros pontos que ligam os pensadores como se pretende mostrar. Inicialmente, veja-se a provocação:

> Hume's political theory is basically liberal in all of the above respects, and yet in his writing there are numerous passages indicating that He appreciated and sought to make some allowance for the opposing Machiavelli perspective (WHELAN, 2004, p. 7).

De acordo com Whelan, a filosofia de Hume contém elementos que permitiriam identificá-lo como um teórico do liberalismo. De fato, Hume tenta estabelecer uma linha de raciocínio na qual permitiria justificar uma ordem política como uma necessidade natural do ser humano, embora saiba da contingência dessa afirmação, em consonância com as liberdades do indivíduo sob o império das leis, na qual, a propriedade estivesse assegurada pelo Estado. Para Whelan, é evidente que Hume recorreu aos escritos de Niccolò Machiavelli. Tal afirmação poderia ser confirmada pela interpretação de que os homens não agem em cooperação ou racionalmente entre si, mas sim pelo egoísmo individual que afeta as conjunturas, permitindo alterações na composição política social da humanidade que provoca ciclos regulares de mudanças políticas as quais fomentam mutações estruturais, em especial, econômicas. Salvo a questão econômica, este tema foi proeminentemente explorado pelos escritores humanistas e, em particular, por Maquiavel. Além disso, o pensamento político foi fruto de uma crise política em resposta ao problema da política mercantilista, mas a crítica é, em geral, uma resposta a um problema anterior. Desse modo, ela é fruto de um diálogo que e, segundo Whelan, deve ter acontecido, não faltando indícios que reforçam a hipótese e atenuam as dúvidas.

A isso se acrescenta o ambiente político. Hume cresceu e ponderou suas ideias em um cenário de disputas políticas. Seria uma inverdade negar o peso da tradição, das contribuições dos autores que enriqueciam o mercado com diversas opiniões políticas. Hume devorou essa produção política como um antropófago e, assim, foi sensível a tradição inglesa, mas também sensível às novas tendências.

2 O universo político inglês: um ambiente favorável ao maquiavelismo

> Meu grande amor:
> A intenção desta carta é expor-lhe a enorme desgraça em que vivo desde sua partida. Garanto-lhe que dessa vez a nossa separação me parece muito mais longa do que a última, apesar de estarmos longe um do outro há apenas quinze dias. Acho que a sua delicadeza e a intensidade do meu amor são a razão desse sentimento; por outro lado, eu não imaginava que em tão pouco tempo a aflição tomaria conta de mim. Mas agora que me dirijo a você, sinto que minhas dores diminuem um pouco (...) Eu desejo muito (sobretudo à noite) estar nos braços da minha amada e beijar-lhe os seios.
> A mão que lhe escreve é a de um homem que, por vontade própria, foi, é e sempre será seu (H. R. *apud* TIN, 2009, p. 35).

Conforme revela o autor da epístola, sua finalidade é mostrar a amada sua melancolia inquieta, certa nostalgia e ao mesmo tempo esperança de revê-la logo. Este tipo de amor é raro e, talvez, tenha sido descrito somente por profícuos poetas. Ele foi feliz em sua missiva. Sem dúvida, demonstrou um amor incondicional, um espírito voluptuoso e plástico, pois sofre e deseja o objeto de seu amor. O estilo tem musicalidade e ressonância com sua existência de sujeito amante. Trata-se efetivamente de um texto sensível, delicado e de um realismo prático, mundano em outras palavras. A causa da sua infelicidade: a distância temporária da amante; o desejo maior: reencontrar-se com o corpo da amada. Dessa maneira, a fome que sente da mulher só será extinta quando retomar os beijos e as carícias dela.

Ao ler aquela mensagem, o leitor poderá se imiscuir do senso crítico e imaginar que seu autor seja um italiano. Tal escrita não chega à altura de Cátulo ou Ovídio, mas não deixa de ser a expressão de amor ou indigna do estilo dos itálicos. Para Hume, ninguém supera os filhos de Rômulo na tragédia, afinal, para ele: *o amor, o ciúme e a ausência constituem o* ***dolce peccante*** *dos ITALIANOS, que eles consideram tão fundamental para qualquer prazer* (HUME, 2004, p. 362).

Decerto que os homens podem ser estigmatizados por causa de sua nacionalidade. Talvez, tenha sido o propósito do Escocês ao lançar sua crítica literária. É comum, às vezes, afirmar que o povo germânico tem uma compulsão ao cumprimento da ordem; que os latinos são excelentes amantes; que os franceses desdenham da norma. Dizem, por fim, que os britânicos são eminentemente práticos. Sem dúvida, este tipo de proposição contém reservas, entretanto, é possível afirmar também que o homem sente necessidade de justificar as ações. O amante teria sido fiel

à amada por toda a vida, conforme tinha declarado na missiva? Parece que não. Afinal, Henrique VII ordenou que ela fosse decapitada. Ele foi um monarca de ações utilitárias. Desse modo, teve ter sido uma surpresa da amante saber que seu "eterno" amante assinou tranquilamente sua sentença de morte. Os dedos de Henrique estavam acostumados tanto as cartas de amor quanto aos decretos de extermínio. Sua mão persegue tão somente seus interesses. Se as almas têm algum tipo de consciência depois de afastarem do corpo, quanta tristeza teria Anne Boleyn (Ana Bolena), pois não passaram sequer duas semanas inteiras para que seu incondicional amante se entregasse de modo oficial, aos carinhos de Jane Seymour. Desse modo, parece que o adágio de que os ingleses são práticos parece conter algum grau de verdade. Henrique VII era tão eficiente em sentir amor, como em se desprender dele e voltar a senti-lo.

Entretanto, a execução de uma rainha não era uma coisa comum. Era preciso justificar tal ato. Desse modo, uma série de manobras secretas para prejudicar e eliminar a rainha, sem macular a imagem do monarca, foi posta em prática. A conspiração beneficiava o rei e seus lacaios. Desde cedo os ingleses se acostumaram a participar das tramas palacianas. Embaraçar ou favorecer alguém por meio de uma conspiração, tornou-se comum naquelas searas. Nesse ambiente, os homens que desejavam o poder começaram a se filiar em torno de seus interesses. Na Inglaterra já existia uma tradição que favorecia o clima para disputas, à proporção em que a autoridade e a força do rei eram instáveis. Mas dependendo da habilidade política do monarca, esse hábito ganhava contornos inusitados.

O duelo político entre Whig e Tory, na Inglaterra, permite visualizar que não há uma oposição ferrenha entre os defensores da monarquia constitucional e os defensores de uma república mista. A luta consiste em quem vai conduzir a máquina pública sob a tutela do parlamento. É evidente que a execução de Charles I não foi obra de radicais, mas sim uma manobra política necessária para defender as instituições políticas e os direitos individuais ameaçados por uma doutrina absolutista incompatível com a realidade britânica.

Neste cenário, foi possível encontrar diversos intelectuais que influenciaram o modo de pensar britânico, dentre eles, figuras como Francis Bacon, Robert Filmer, Thomas Hobbes, John Locke, dentre outros. No entanto, um olhar mais acurado desvelará outros autores que foram significativos ao pensamento político inglês, independente da perspectiva social de mundo. Francis Bacon, por exemplo, serviu

como uma referência para uma geração inteira de pensadores. Suas ideias políticas ecoaram como um produto do tempo, servindo de modelo para vários escritores (HILL, 1992).

É difícil conceber os escritos de Hume sem a influência de Bacon (1561-1626), Hobbes (1588-1679), Descartes (1596-1650), Shaftesbury (1671-1713), e Locke (1632-1704). A presença de alguns pensadores pode ser notada de modo mais radical, quando Hume recorre ao estilo, a forma ou as letras para apresentar uma ideia. Jost, por exemplo, pontua a observação de Hill[30]. Este percebeu o empréstimo de palavras feito por Hume a Pope para apresentar o insucesso do **Treatise**. Neste livro (2001, p. 22), ele reconhece seu débito com seus predecessores. Parece, contudo, que o empréstimo ao poeta não fosse um caso isolado, tendo tal expediente já ocorrido anteriormente. Em diversos momentos dos seus textos, o filósofo recorre aos conceitos e argumentos dos seus antecessores. Gill, por exemplo, evidencia claramente este expediente do Escocês. Hume (2001, p. 522) escreveu: *um inglês, na Itália é um amigo; na China, é um europeu*; e Mandeville: *When French, English and Dutch meet in China or any other Pagan Country, being all Europeans, they look upon one another as Country-men, and if no Passion interferes they will feel a natural Propensity to love one another* (MANDEVILLE *apud* GILL, 2000, p. 93-94). Percebe-se que a semelhança é marcante e tal marca se acentua quando se estende o contexto e temas que estão tratando. Deste modo, é possível perceber que o discurso produzido por Hume obedece a certas circunstâncias e está envolvido em uma conjuntura de condições de produção. Compreende-se também que a individualidade do sujeito mantém uma interlocução com as formas históricas do seu tempo. No caso de Hume, tal materialidade permite afirmar, pelo menos, hipoteticamente, que sua produção política é atravessada por uma interdiscursividade e que tem um parceiro de diálogo. Segundo Whelan (2004, p. 40),

> among those who have been proposed as sources for the idea are two writers who were indisputably well known to Hume, Mandeville and Harrington. A more distant source for all three of these, however, and indeed the most likely candidate for being Hume's direct source, is Machiavelli, who says that "it is necessary to whoever disposes a

[30] Segundo Hill, quando Hume se refere em sua obra magna com as seguintes palavras: *nasceu morta da gráfica, sem alcançar qualquer distinção, sem despertar sequer murmúrio entre os zelotes* (HUME, 2004, p. 74), ele a teria utilizado uma frase do poema de Pope: *dead-born from the press*. (HILL *apud* JOST, 2009, p. 7).

> republic and orders laws in it to presuppose that all men are bad and that they always have to use the malignity of their spirit whenever they have a free opportunity for it".

Decerto que Hume foi influenciado por Mandeville e Harrington, conforme assinala Whelan. De fato, pode-se sentir a extensão de certos pensadores em seus escritos, a exemplo de Samuel Clarke, Lorde Shaftesbury, William Wollaston, Francis Hutcheson, Bispo Butler, Thomas Hobbes, John Locke entre tantos. Hume mantém-se na tradição filosófica inglesa que reconhece os filósofos antigos e contemporâneos como uma fonte de conhecimento, bem como um ponto de interlocução.

Na obra **Textos filosóficos**, Marx (1975, p. 14) teria afirmado que os *filósofos* não são *como cogumelos* que de modo simples aparecem ao acaso; ao contrário, *eles são frutos de sua época, do seu povo, cujas energias*, por eles captadas *se exprimem nas ideias filosóficas*. Hume é a evidência desta afirmação. Os trabalhos dele não podem ser dissociados dos eventos políticos que ocorreram nos dois últimos séculos que lhe antecedem. Maquiavel era um referencial teórico à medida que empresta ferramentas conceituais para refletir acerca daquele cenário político. Neste ponto, James Harrington admirava abertamente o Florentino; John Milton defendia um republicanismo de aspirações populares; e Algernon Sidney combatia a realeza com o princípio da soberania do povo. Estes confessaram uma admiração pelos escritos do Florentino. Harrington foi o primeiro a observar a ausência de tema econômico nos escritos de Maquiavel. Hume também fez críticas ao Florentino. Neste campo, este último percebeu um pouco mais. Segundo ele, Harrington preocupou-se tão somente com a propriedade da terra, esquecendo-se do comércio, da indústria e das finanças, o que reforça a ideia de que Hume edificou sua obra diante de uma conjuntura política.

Embora faça análises sobre os grupos que disputaram o poder durante a revolução e o período pós-revolucionário, Hume recusa-se em se filiar à forma binária das ideias impostas em sua época: republicano ou monarquista. Os escritos de Maquiavel encontraram espaço no conturbado panorama político inglês, mas são suas defesas republicanas que se tornaram familiares neste país, conforme se percebe nos textos produzidos em Inglaterra, à época. Hume extrairá novas consequências dos escritos que circulavam e sugerirá que o excesso de zelo político de ambos os partidos, Whig e Tory, são improcedentes do ponto de vista político, ao mesmo tempo em que fragilizam a hegemonia da nação e põem em risco a estabilidade política pelo facciosismo de suas doutrinas. Para ele, o caminho mais seguro para preservar a

ordem social e garantir a liberdade econômica e social passa pela moderação partidária. Este modo de encarar a política é vital e, assim, produz uma sólida contribuição ao processo político inglês. Portanto, para entender a perspectiva realista de Hume, é preciso conhecer os fatos históricos que formaram aquela nação e, assim, confirmar a assertiva de Marx de que os filósofos expressam as condições objetivas do seu tempo.

As ferramentas maquiavelianas já eram utilizadas por uma plêiade de autores ingleses e, Hume, também deve ter recorrido a eles em suas análises. De fato, desde que Aristóteles assinalou, e Maquiavel concordaria com tal assertiva, que uma república bem organizada é mais estável do que uma monarquia fundada sobre a vontade do monarca. Afinal, dentre as formas de governo, a monarquia esclarecida seja a melhor, é mais suscetível a corrupção. Aristóteles recomendará o regime misto, afastando-se dos extremos, uma constituição *mediana* capaz de se adaptar as circunstâncias, *imune ao facciosismo*[31]*. O regime misto é concebido como um meio para se evitar a instabilidade das democracias e das oligarquias* (BIGNOTTO, 1991, p. 181). Tal forma, decerto, estaria menos propensa a formação de facções. Até mesmo Políbios acreditava no regime misto como o ideal. Mas uma parte significativa (menos influente) dos atores políticos desejava mudanças radicais. Neste contexto, republicanos mais exaltados, a exemplo de Milton, argumentavam a favor do suplício do monarca, enquanto outros tentavam negociar com Charles I um caminho alternativo que limitasse as prerrogativas da Coroa, sem que se implantasse uma república de fato.

Os intelectuais ingleses utilizavam os clássicos para apresentar velhas ideias com tintas novas. A retórica era um expediente valioso para envolver e forçar as pessoas a se vincular a um princípio. Talvez, por isso, a leitura de Salústio, Tito Lívio, Maquiavel, Salutati tenha sido significativa, dentre tantos. A força de clássico é um argumento. Tanto Aristóteles como Harrington acreditavam que os homens são por essências sociáveis e, por consequência, não egoístas. Maquiavel impressionou a muitos republicanos ingleses, porém divergiria de tal interpretação. Hume percebeu algo parecido com o que Maquiavel pensara da natureza humana: o egoísmo é a causa da ação humana. Do mesmo modo, Hume concordou que as relações humanas estão em constante estado de conflito e, por fim, observou que a escassez de recursos mantém relação com estas questões. Hume considera o último fator mais determinante,

[31] Aristóteles (1985, p. 145).

embora reconheça que as animosidades pessoais possam se entrelaçar com motivos reais de disputa. Assim, o ator político precisa obrar em um mundo em que os dois primeiros pontos estão correlacionados: egoísmo e escassez. A política é uma forma de conflito que tenta encontrar "remédios" para que o mesmo não se estenda em demasia na ordenação social. Hume recusa de modo peremptório as soluções utópicas, não aceita que uma ideia de virtude cívica seja o caminho a colocar o conflito como princípio de enriquecimento e liberdade política.

Whelan (2004) afirma: Maquiavel foi um manancial de inspiração para os Mandeville, Harrington e Hume. Porém, não só o Florentino, mas, muitos outros humanistas que tiveram seus livros republicados no esplendor da glória da dinastia Tudor. Ademais, as ideias de liberdade começavam a circular em solo inglês, devido ao próspero comércio que possibilitou a hegemonia inglesa no cenário internacional. Também o intercâmbio de pensamento, proporcionou críticas às estruturas políticas que sustentavam o mercantilismo como única fonte da riqueza da nação. Com efeito, não se pode entender o pensamento político britânico sem recorrer às fontes que o inspiraram, a interlocução com os clássicos, os humanistas e, acima de tudo, as condições estruturais da História Inglesa, na qual a monarquia encontrava-se em grave crise.

Destarte, é preciso também considerar a história da Inglaterra como um campo profícuo à reflexão política. A eclosão das guerras entre as duas Rosas[32] foi consequência do insucesso militar contra a França, que gerou uma falta de autoridade central e, ao mesmo tempo, a dissolução militar que mantinha unida a alta aristocracia. A disputa pelo poder entre as famílias Lancaster e York, no passado, evidenciou que o exercício do mando tem sua origem somente na força. A guerra civil, fomentada em torno dos interesses destas facções, permitiu que uma força distinta (família Tudor) assumisse o governo da Inglaterra, findando anos de combate e da instabilidade política. Ao assumir o poder, Henrique VII tratou de eliminar os pretendentes ao trono, inclusive com ajuda religiosa do Papa Inocêncio VIII. Reformou a política fiscal do Estado e reconstruiu o reino da Inglaterra. Após sua morte, foi sucedido por seu filho Henrique VIII. O monarca teve como conselheiro Thomas Cromwell que segundo Delumeau (1989, p. 138-139), tinha *uma profunda admiração pelos escritos de Maquiavel*. Este consiliário do rei morreu em 1540 e, como esteve a serviço de banqueiros

[32] Trata-se da luta pelo poder, na Inglaterra, travada entre as famílias York e Lancaster, que tinham como brasão a rosa Branca e a Vermelha, respectivamente.

florentinos, presume-se que as ideias de Maquiavel já circulavam no solo inglês desde aquela data. Henrique VIII foi, na maior parte do tempo, um político habilidoso. Segundo Anderson, ele *herdou um Executivo poderoso e um próspero erário* (ANDERSON, 1994, p. 118). A influência da Coroa aumentou de modo significativo em seu governo devido ao acúmulo do poder temporal e secular. Não obstante, sua política externa fragilizou sensivelmente o Estado.

Falecido Henrique VIII, subiu ao trono seu filho Eduardo VI. Este morreu muito cedo e iniciou-se um período conturbado na política inglesa[33]. Um tumultuado vaivém de interesses entrou em cena e ao final foi escolhida e entronizada rainha Lady Jane Gray[34], a qual, perdeu a Coroa poucos dias após sua coroação[35]. Subiu ao Trono Mary I que morreu pouco tempo depois, sendo sucedida por sua irmã Elizabeth[36]. Esses acontecimentos foram profícuos de manobras políticas para se assumir o leme da Inglaterra. A luta pela Coroa proporcionou diferentes conspirações, permitindo que a cada sucessão a fragilidade do governo ficasse exposta.

Neste ambiente político, em que os súditos começam a questionar o ordenamento jurídico do Estado pelo aspecto absoluto e indivisível da lei do soberano, deve ter sido promissor receber os escritos de Tito Lívio com reservas ao papel dos reis, desembaraçando velhas ideias e pondo em dúvida a autoridade que não se funda na lei discutida e aprovada no Parlamento. O Segundo Livro do primeiro volume da **História de Roma** (**Ab Urbe Condita Libri**) começa com a exortação à República Romana, que conseguiu a liberdade depois de abolir a monarquia. Liberdade significava a desentronização dos reis e a instalação de um governo, dos quais os *magistrados* seriam escolhidos *anualmente e sob à autoridade de leis superiores a autoridade dos homens* (TITO LÍVIO, 1989, p. 105). Em Inglaterra, tais ideias encontraram eco, pois sofrera profundas modificações econômicas e a burguesia sentia as contradições de

---

[33] *A rivalidade entre os duques de Somerset e de Northumberland, com as suas respectivas clientelas de nobres menores, funcionários e homens em armas conduzia a golpes e contragolpes velados no Conselho Privado, em meio à tensão religiosa e à incerteza dinástica* (ANDERSON, 1996, p. 127).

[34] Hume (1983, V. III, p. 395) a descreve como uma mulher de excelente educação e de caráter amável, digna para função de rainha. Ele expõe que ela não sabia das transações que visavam colocá-la no poder. Aliás, Hume (1983, V. III, p. 402) afirma que ela teria ficado surpreendida quando soube das intenções, chegado mesmo a considerar em não desistir de sua rotina a arriscar-se em uma aventura tão perigosa.

[35] Ela foi abandonada pelo povo enquanto Mary gozava de mais reputação. Depois da coroação de Mary, Lady Gray foi executada. (HUME, 1983, V. III, p. 420).

[36] Para Anderson, a habilidade desta rainha foi fundamental para reafirmar a ordem monárquica. Com ela, *as rivalidades de facções no seio da alta nobreza assumiam agora a forma de intrigas de corredor em busca de honrarias e cargos na corte* (ANDERSON, 1996, p. 127).

sustentar o Estado e não participar diretamente do próprio governo. O cenário torna-se cada vez mais conflituoso no final do reinado de Elizabeth.

Ideias republicanas de liberdade política, econômica e religiosa se tornavam comuns nos escritos ingleses. As figuras de Tito Lívio e de Maquiavel, fautores do republicanismo, serviram aos autores para criticar o princípio absolutista de que o rei simbolizava a nação. Henrique VII tornou-se rei da Inglaterra com uma espada, um casamento e unindo, simbolicamente, as duas facções, que iniciaram a disputa pelo poder, em uma terceira Rosa. Dispondo de argumentos bíblicos, os monarcas souberam de fato, moldar a opinião pública de que tinham sido escolhidos pela Graça divina. No entanto, a conduta política dos monarcas ingleses começou a sofrer pequenas oposições que de modo inábil foram tratadas pelos reis. De forma imprudente, reinava de modo absoluto sem consultar o Parlamento, o que provocou uma insatisfação generalizada na população, motivada pelas diversas facções contrárias ao sistemático político inglês. O impacto deste tipo de poder foi perceptível nas diversas classes sociais, o que descaracteriza a ideia romantizada de que havia um perfil nítido entre os grupos que buscavam o poder.

Não seria irrelevante acrescentar, segundo Barzun (2002, p. 296), que a divisão entre "Cavaliers" (Cavaleiros) e "Roundheads" (Cabeças redondas) à época da Revolução Gloriosa *era uma ficção*. Havia uma forte aglomeração de pequenos proprietários e de manufatureiros contrários a Charles I, mas também *havia lordes e gentis-homens nas hostes parlamentares que continuavam trajando seu usual vestuário "cavalier"*, bem como, continua Barzun, *puritanos cujos princípios exigiam a conservação de longas cabeleiras*. Torna-se óbvio que a luta pelo poder mescla uma visão social de mundo e, em partes iguais, interesses econômicos. O crescimento das contradições sociais, políticas e morais agruparam múltiplos setores da população inglesa em uma clara orientação política: a insustentável situação política real. Hume teve uma percepção clara do episódio quando escreveu:

> [...] um príncipe ambicioso, ou antes mal-orientado, surgiu, e considerou que todos esses privilégios eram concessões de seus predecessores, e que portanto podia revogá-los livremente; e, de acordo com esse princípio, agiu em aberta violação da liberdade, ao longo de muitos anos. A necessidade, por fim, o obrigou a convocar o parlamento: o espírito da liberdade surgiu e se espalhou: o príncipe, privado de qualquer apoio, se viu forçado a conceder tudo o que lhe foi exigido: e seus inimigos, enciumados e implacáveis, não puseram limites às suas pretensões. Aqui começaram aquelas disputas, e não é

> de se admirar que os homens daquele tempo tenham se dividido em vários partidos; e mesmo hoje o observador mais imparcial não é capaz de decidir sobre a justiça da contenda. Se as pretensões do parlamento fossem aceitas, o equilíbrio da constituição seria rompido, tornando o Governo quase inteiramente republicano. Se não fossem aceitas, talvez a nação continuasse ameaçada pelo poder absoluto, devido aos príncipes estabelecidos e aos hábitos inveterados do rei, claramente manifestados em todas as concessões que ele foi forçado a fazer ao seu povo. Nessa questão, tão delicada e incerta, os homens se inclinaram, naturalmente, para o lado que mais se harmonizava com seus princípios habituais, e os mais apaixonados partidários da monarquia declararam-se a favor do rei, enquanto os mais zelosos defensores da liberdade apoiaram o parlamento (HUME, 2004, p. 171-172).

A dissolução dos valores absolutistas ingleses acontecia ao mesmo tempo em que se desenvolviam as relações burguesas, que solicitavam transformações radicais no plano econômico da política estatal. Segundo Hume, os partidos envolvidos na contenda não eram contrários à monarquia, e sim ao sistema político que o rei tentava implementar, sem o devido cuidado de adaptar com eficiência as medidas com tal propósito. Além disto, o cenário político estava repleto de novas exigências políticas. A perspectiva republicana mostra-se mais dinâmica em relação à realidade do momento e se recusa em reconhecer na vontade do monarca o limite da ação humana. Hume percebe estas exigências coevas e defende a liberdade econômica como uma medida administrativa mais condizente ao processo histórico, mas sabe que tal liberdade deve ser por necessidade concomitante com a ordenação social. O realismo político de Hume edifica seu pensamento político na autonomia do útil e sublinha este mesmo ponto em sua situação política. O caráter peculiar do momento exige liberdade econômica, mas existe uma crise acerca do exercício do mando que ameaça o Estado. À medida que os conflitos se intensificam, torna-se evidente para o Escocês que o Estado deve ser conduzido por um governo enérgico, que saiba definir de modo explícito o papel do Estado na economia e mediar as relações sociais dentro da lei. A crise política desembocará, provavelmente, na desordem social e só será contida pela espada. De maneira objetiva, seria mais útil, segundo Hume, transferir a regência do governo para a família real do que esperar que o acirramento das insatisfações provoque outra revolução que recorrerá de modo sequencial ao gládio e à ordem política.

A própria história das sucessões inglesas serviu como palco das evidências de que a luta pelo poder não tinha nada de sagrado. Tal leitura era assegurada pela

própria história inglesa. Ricardo III tornou-se rei com uma forte suspeita de que tenha eliminado os legítimos herdeiros. A maneira pela qual Eduardo V foi considerado ilegítimo para suceder seu pai é outra prova dos constantes golpes que outrora aconteceram em solo inglês. Estes fatos deixavam claro que o rei não era investido no poder pela vontade da Providência. James I precisou vencer algumas conspirações para se manter no poder. Não obstante, começou a reinar sem consultar o Parlamento, chegando mesmo a dissolvê-lo por um longo período. Em seus desmandos, tentou impor sua vontade pessoal em detrimento das razões de Estado. De modo lento, iniciou-se uma campanha panfletária acerca da tirania do governo. A tradução da Bíblia para os idiomas nacionais permitiu que ela se tornasse o recurso infalível à autoridade. No entanto, as partes em conflitos utilizavam tão somente os trechos que se adequavam aos seus interesses. Alguns autores sustentavam que era inapropriado justificar o mando recorrendo a artifícios religiosos quando o monarca parecia ser mais um déspota. Este panorama agravou-se ainda mais com a ascensão de Charles I, que continuava a reinar sob o pretexto do direito divino. Em várias partes da nação, a autoridade do monarca era contestada e uma crise de legitimidade se formava em torno do conceito de monarquia absoluta, ao extremo do Parlamento desafiar o poder real. A guerra civil, segundo Barzun (2002, p. 295), foi para saber quem era, de fato, o soberano na Inglaterra.

A crise foi alimentada por escritores que ressuscitaram os ideais humanistas e desejavam a fundação de um novo sistema político em que a lei escrita fosse a mais alta autoridade do país. Tratava-se de uma forte crítica ao modelo absolutista, à medida que pregava um governo das leis, de caráter impessoal. Dentre os vários pensadores, pode-se destacar John Milton (2005, p. 5), que afirmava de modo decidido que *só os homens de bem podem amar vigorosamente a liberdade; os demais amam, não a liberdade, mas a licença, que sob os tiranos goza de irrestrito alcance e inteira indulgência*. Tais palavras defendem princípios republicanos e com facilidade podiam ter sido inspiradas nos escritos de Maquiavel. A partir deste pressuposto, instala-se um conflito entre os súditos e o monarca no qual os primeiros contrapõem a obediência passiva alegando o direito de resistência. Os descontentes aumentavam dia-a-dia, devido à difusão de ideias que exigiam mudanças profundas na ordem política. Porém, o rei foi inábil em encontrar expedientes para salvar sua coroa. Afinal,

> [...] na década de 1640, a tradição real era tão forte que, na meia dúzia de anos da luta civil, por noves vezes foi oferecida a Carlos I a chance de conservar o seu trono; ele tinha apenas que aceitar alguma forma modificada das 19 exigências originais. Quando ele acordou, na última tentativa de aproximação, mas com modificações adicionais de sua própria iniciativa, já era tarde demais (BARZUN, 2002, p. 296).

Em uma época em que circulavam textos de humanistas e republicanos, faltou ao monarca inglês a habilidade preconizada nestes para permanecer no poder. De fato, não sabendo contemporizar as dificuldades, provocou sua própria ruína. Charles I era um príncipe hereditário (embora a tradição inglesa não fosse dada a este seguimento), e isso o colocava em vantagem sobre os novos, conforme a perspectiva do Florentino, mas mostrou-se sem *virtú*, em linguagem maquiaveliana. Posto em uma situação contingente, não empreendeu os esforços necessários para manter o Estado. Lefort em uma reflexão acerca do **Príncipe** tece as seguintes considerações, que seriam apropriadas a este monarca:

> o príncipe aparece, então, como um ator cuja conduta é determinada pelas exigências da situação e, consequentemente, cuja potência própria é indissociável da inteligência que adquire quanto à relação de potência: é ou não capaz de reconhecer essa ordem e se conseguir será sob a condição de dominar a confusão dos acontecimentos, de resistir à tentação de utilizar meios que, por serem eficazes a curto prazo, estão destinados a se voltar contra ele (por exemplo, aliar-se a uma potência estrangeira que não deixará de se transformar em inimiga assim que tiver ocupado um lugar no país em que ele opera), isto é, enfim, se for capaz de se livrar da contingência dos fatos presentes e dos próprios móveis que o fazem agir (LEFORT, 2003, p. 46).

Estas palavras de Lefort estão sustentadas na interpretação do **Príncipe**, porém, ajustam-se de modo perfeito em uma análise do perfil de Charles I. A perspectiva de Hume é por inteira favorável à remoção do monarca, bem como o retorno do Stuart, depois da morte de Cromwell. Hume não apóia tal recurso por uma volição, mas sim pelo fato de que os Stuarts teriam menos contestação em função de um princípio biológico:

> seria fácil verificar o grande benefício resultante da restauração da família STUART, que implicaria uma sucessão segura e sem contestação, livre de um rival que detivesse um título tão valioso quanto o do sangue, o que sempre constitui para a multidão a

> reivindicação mais forte e mais facilmente compreensível (HUME, 2004, p. 710).

Hume evidencia a leitura de teórico realista com esta afirmação. A afirmação busca a estabilidade política, visto que argumenta pela continuidade do mando em favor de uma determinada família em virtude das inclinações humanas de estarem habituadas a manter uma regularidade por conta de hábitos adquiridos no passado. Para ele, esta família gozava ainda de uma deferência pública que, sendo reconduzida ao cargo, não teria uma incompatibilidade entre a pessoa e a função. Hume difere daqueles que tentam negar tal relação, mas é importante recordar sua compreensão do poder sustentado pela força.

Aquela é uma característica marcante do pensamento humeano e demonstra que ele estava em estreita sintonia com os conceitos do realismo político. Em nenhum momento ele elege uma forma de governo por uma vontade pessoal, mas sim por condições concretas do panorama político. Este traço pode ser verificado quando concorda com a revolução e depois com o retorno dos Stuarts ao poder. As dificuldades que emergiam após a revolução provocaram um período de instabilidade política na qual o "Protetorado" tornou-se um expediente eficiente. O golpe de Cromwell foi o caminho para assegurar a ordem da nação. Este ponto de vista demonstra que inexiste em Hume uma defesa tanto da república, quanto do absolutismo em si. Trata-se de um momento singular, no qual existe uma enorme quantidade de material para refletir. É importante lembrar, conforme Delumeau (1989. p. 79), que os humanistas recorreram à filologia e ao método crítico para afastar os abusos de interpretação do discurso oficial, mas é preciso aconselhar também que o *Príncipe era o grande livro anticristão*. Desse modo, Hume escreve textos utilizando os escritos dos republicanos e dos monarquistas. Um texto político precisa gerar interpretações, não importando a visão política do autor. Esta circunscrição permite que se consultem autores que estão em uma linha favorável às prerrogativas do monarca. Em termos de filiados à causa real, Hume tem um apreço especial ao filósofo Francis Bacon, sendo este uma figura importante na política inglesa e tendo exercido funções significativas para aprovar o '*Acts of Union*', tornando-se Lord Keeper e Lord Chanceler.

2.1 Os escritos de Maquiavel em terras britânicas e sua influência sobre Hume

Segundo Hill (1992, p. 119), Bacon incorporou seus antecessores da mesma forma que os canibais incorporaram o missionário. Tal metáfora ratifica a ideia de que o trabalho filosófico é produto de um diálogo que, volta e meia, recorre a um gigante do passado. Bacon foi um filósofo que exerceu diversas funções públicas, tendo inclusive servido a dois monarcas: Elisabeth e James I. Em 1621, envolvido nas disputas entre facções, foi acusado pela Câmara dos Comuns de corrupção e obrigado a se retirar do cargo estatal. Bacon percebeu como o poder fascina e seus reverses, afinal, parte do seu sucesso, na vida pública, deve-se a indicação de Robert Devereux (Conde Essex). Quando este foi indiciado como traidor, coube ao filósofo instruir certa parte do processo, escrevendo que *o desejo de poder em excesso causou a queda dos anjos; o desejo de conhecimento em excesso causou a queda do ser humano* (BACON, 2001, p. 51). Ele tinha recorrido aos escritos do Florentino para refletir acerca da política e concordou em diversas interpretações dele. De certo modo, ele parece antever os futuros acontecimentos, pois percebeu que uma insatisfação generalizada contra o governo através de "rumores" e panfletagem *são os prelúdios das sedições vindouras* (BACON, 2001, p. 55). É evidente que Hume conhecia Maquiavel, mas existe uma forte possibilidade de que este saber tenha começado através da leitura de Bacon, afinal, este enalteceu o teórico político florentino ao afirmar: *Est itaque, quod gratias agamus Machiavello est hujusmodi scriptoribus, qui aperte et indissimulanter proferunt, quid hominess facere soleant, non quid debeant* (BACONIS, 1829, p. 156).

Segundo Bacon, deve-se muito ao Florentino, que demonstrou como são os homens. Aliás, ele também conhecia os trabalhos de Guicciardini, conforme atesta em **Advancement of Learning** (BACON, 1978, p. 6). Para ele, Maquiavel descoloriu o véu da imaginação transcendente que desenhava uma criatura semelhante ao seu criador. Tal ação desvelou ao público o que os homens realmente fazem em política. Além disso, as palavras do Florentino encontraram eco no projeto baconiano de "repúdio" ao passado, ao mesmo tempo em que lançava as bases da nova investigação científica, bem como as ferramentas teóricas para pensar em diversos assuntos relacionados ao conhecimento. Os escritos de Bacon realizam um movimento de ataque-defesa a respeito do saber. **De augmentis**, por exemplo, segundo Rossi

(2006), é uma peça chave neste processo; **Advancement of Learning** é outra obra significativa no conjunto do seu edifício filosófico. Residem nestes escritos muitas referências louváveis aos trabalhos de Maquiavel, o que evidencia uma luminosa influência do Florentino nas ideias do filósofo inglês. De certo modo, a maneira de abordar o problema e os mecanismos utilizados por Bacon demonstram que sua análise do italiano, serviu-lhe como alicerce para a reflexão política. Além disso, permitiu-lhe compreender o fenômeno em diversos aspectos e, assim, deixou de ser um prisioneiro da causa monarquista e começou a pensar Maquiavel como um defensor da estabilidade política e da liberdade.

Skinner (1999, p. 22) mencionara o papel de Bacon como um escritor que recorreu aos escritos de Maquiavel para referendar um discurso a respeito do *vivere libero*. Este renascimento do *vivere libero* deve-se, por certo, a releitura dos escritos de Tito Lívio, o que confirma a ideia de que ele tinha entendido o problema político de sua nação e que os conceitos maquiavelianos ofereciam elementos para elucidar a questão. Bacon evoca Maquiavel como um médico que entende de remédios e, assim, de realizar um procedimento terapêutico pautado somente na condição humana, abandonando vãs ilusões acerca do que poderia vir a ser esta criatura. A morte de Elizabeth ocorreu em um período de profundas transformações econômicas que reivindicavam mais liberdades aos súditos e, em alguns casos, uma intensa aversão ao modelo absolutista. O desenvolvimento da indústria e do comércio chocava-se abertamente com as regulamentações excessivas do governo e com os privilégios concedidos aos apaniguados, conduta oposta à livre concorrência. A rainha não deixou herdeiros, o que possibilitou ao rei da Escócia tornar-se também rei da Inglaterra e Irlanda. Adotando uma política absolutista com justificativas divinas, o monarca sentiu-se no direito de impor leis, o que provocava o descontentamento do Parlamento. Em virtude de sua política de aspirações divinas, surge animosidade no campo religioso entre o rei e os súditos, o que gerou uma forte emigração. Este cenário político propiciava a difusão de ideias acerca da liberdade no plano político, econômico e teológico. A leitura de Tito Lívio, neste ambiente, inspira sentimentos convenientes, principalmente, como recorda Skinner, quando escreve de como *o povo de Roma se libertou de seus primeiros reis e conseguiu fundar um Estado Livre*[37]. Esta ideia *civitas libera*, chega aos ingleses através de Tito Lívio, assim defende Skinner (1999, p. 45). Ele (1999,

[37] Esta ideia de deposição dos reis é fundamental nos escritos de Maquiavel (SKINNER, 1999, p. 45).

p. 47) afirma que no tempo de Harrington, Lívio, Maquiavel e Salusto (Salústio) foram fontes significativas para os autores ingleses. Bacon, sem dúvida, teve acesso aos textos de Tito Lívio. Afinal, o conhecimento do pensamento de Maquiavel instiga, pelo menos, a leitura da **História de Roma**, que serviu de base para os **Discorsi**.

De acordo com Hill (1992), Bacon tornou-se uma referência política aos ingleses. Ele recorreu ao pensamento de Maquiavel para pensar na atividade política, refletindo acerca do conceito de *vivere libero* do Florentino (SKINNER, 1999, p. 22) que se difundiu entre os escritores ingleses. Bacon também se ocupou em pensar e criticar o **Organum** de Aristóteles. Para ele, o grego antecipava conclusões sem recorrer à experiência. Considerando este procedimento inadequado para aquisição do conhecimento, ele lança um ataque ao livro do discípulo de Platão e propõe uma nova doutrina em seu livro **Novum Organum sive Indicia de interpretatione naturae**. A concepção central de Bacon consiste em se afastar do princípio da autoridade, do empirismo e do racionalismo enraizados, encontrando um estilo intermediário entre estas duas atitudes. Em uma metáfora excelsa, ele afirma:

> those who have treated of the sciences have been either empirics or dogmatical. The former like ants only heap up and use their store, the latters like spiders spin out their own webs. The bee, a mean between both, extracts matter from the flowers of the garden and the field, but works and fashion it by its own efforts (BACON, 1978, p. 126).

Em direta oposição aos dogmáticos e ao princípio da autoridade, Bacon propõe-se a indagar a própria natureza para saber a respeito do seu funcionamento, tendo em vista aplicações práticas. Para ele, aqueles que se espelham nas abelhas oferecem uma contribuição sólida ao edifício do saber. Não existe conhecimento sem a consulta à natureza, o que em resumo torna o método indutivo uma exigência fundamental na construção do conhecimento. Deste modo, afirma que o conhecimento não é teorético, mas sim prático e depende, portanto, da experiência. Esta será nodal para o conhecimento e o agir do ator político.

Apesar da habilidade, do conhecimento efetivo da política, Bacon foi também um teórico do tema, escrevendo ensaios ao mesmo tempo ao exercício da função. Seus escritos apresentam uma defesa pela tolerância religiosa e, sobretudo, estabilidade política e prosperidade econômica. Mostra-se preocupado com a ordenação social quando percebe que as sedições públicas têm origem, às vezes, na

fome ou discórdias dentro do Estado. *As Rebeliões dos estômagos vazios são as piores* (BACON, 2001, p. 57). Afirma, de modo indireto, a importância da história para a atividade política; afinal, *nada há de novo sobre a Terra* (BACON, 2001, p. 57). Esta passagem faz referência ao rio *Léthes*, no qual, as pessoas que se banhavam eram tomadas pelo esquecimento. Com certeza, reflete a política do presente a partir de ensinamentos extraídos pela história. Tal questionamento reveste-se de singular importância para o ator político. O ponto de partida é que não existe nada de novo no universo humano que não encontre seu correlato na história, fornecendo exemplos concretos de como os indivíduos se comportaram em determinada situação, permitindo extrair lições prescritivas para a ação política atual. O primeiro dever do ator político é estar informado acerca do patrimônio histórico, à medida em que este fornece detalhes a respeito da degradação dos impérios e repúblicas, mostrando relações de ações que levaram ao sucesso ou à ruína das nações. Torna-se, desse modo, o saber do passado, em uma ferramenta indispensável para o ator político. Ele afirma que é tarefa deste dominar a máquina administrativa, imprimindo uma boa ordenação:

> [...] os pastores do povo necessitam conhecer os prognósticos e indícios das tempestades que podem suceder nos Estados e que são geralmente mais avassaladoras quando os elementos em oposição que as fomentam tendem a igualar-se, do mesmo modo que as tempestades naturais que se formam em torno dos equinócios são também mas violentas que em todo o resto do ano (BACON, 2001, p. 55).

Esta perspectiva aproxima Bacon de algumas ideias de Maquiavel. Aliás, a epígrafe (em latim) é reveladora deste débito de Bacon para com o Florentino: *devemos ser gratos a ele porque nos descreveu o homem como é, não como deve ser.* Tal filiação demonstra uma vinculação direta de Bacon com os conhecimentos extraídos da experiência (visto que este saber foi adquirido por esta base, em Maquiavel), colocando em destaque uma preocupação a respeito da natureza humana. Ele também discorre acerca das influências que a pessoa recebe, seja com a educação, seja pela leitura, como causa de suas inclinações posteriores. Acrescenta-se o fato de que preconizava que a reflexão filosófica fosse voltada para um fim imediato e relacionada com o bem da sociedade, muito mais do que para o prazer do indivíduo. O governo, para ele, deve fornecer os meios necessários à segurança e prosperidade do sujeito.

Estes pormenores poderiam apenas ser hipotéticos. No entanto, sente-se a estreita conexão com os escritos do Florentino quando, Bacon faz a seguinte observação para corroborar a tese de que o "hábito" é significativo para se entender a natureza humana. Para ele,

> para empreender um atentado perigoso e comprometedor, quer de conspiração, quer de qualquer outra espécie, não te fies na ferocidade natural do indivíduo nem na audácia com a qual o empreende, mas sim num homem que já tenha suas mãos habituadas ao calor do sangue (MAQUIAVEL *apud* BACON, 2001, p. 134).

O exemplo de Bacon serve para ilustrar a função do costume sobre as inclinações do indivíduo e para demonstrar o quanto estava familiarizado com os escritos de Maquiavel. Esta passagem deve ter chamado a atenção de um leitor de Bacon. O hábito acomoda as criaturas. Para ele, o homem nasce em uma sociedade formada e tende a observar os preceitos dela, porque foi *suavemente constrangido* a entendê-la como natural; quando, na verdade, foi um hábito adquirido na infância e reforçado de modo paulatino pelas instituições sociais.

Não obstante aquele comentário, Bacon utiliza diversas vezes os textos do Florentino para referendar argumentos a respeito da moral e da política. Em determinada anotação escreveu:

> Nicolau Maquiavel, um dos sábios da Itália, ousou escrever nos termos mais claros que a fé cristã fora prejudicial aos homens bons, que são presas dos homens tirânicos e injustos, o que afirmou pelo fato de jamais ter havido lei, seita ou dogma religioso que tanto exaltasse a bondade quanto o faz a religião cristã (BACON, 2001, p. 52).

Bacon interpreta Maquiavel em uma perspectiva de esclarecedor do fenômeno político, como um escritor a revelar com nitidez a estrutura da religião a serviço do despotismo, em consoante interpretação daquela formulada por Peltonen (2004) e reforçada por Skinner (1999), de que os ingleses já estavam familiarizados com os textos do italiano. *Das sedições e tumultos* é outro ensaio de Bacon no qual se pode sentir a presença de Maquiavel e, ao mesmo tempo, pode-se notar que este mesmo escrito tem pontos de convergência com o Florentino, permitindo visualizar uma relação entre estes filósofos, o que decerto deve ter influenciado David Hume a conhecer as linhas do Florentino. É evidente que Bacon aprecia a história, a moral e a

política e tais assuntos são tratados em alguma concomitância com os escritos de Maquiavel, mas em um estilo próprio. A evidência mais clara entre eles está no uso dos conceitos de Maquiavel por Bacon.

A interlocução de Bacon acontece também com os clássicos, conforme lembrara Hill. Ao refutar Aristóteles, ele, de fato, inicia uma crítica ao conhecimento antigo, que procura sublinhar os equívocos de um *pseudo*-saber, mas, ao mesmo tempo, busca edificar um caminho novo e "verdadeiro" para o conhecimento. Nesta inquirição, a ciência da memória será fundamental. O **Novum Organum** traça diferentes considerações acerca da função da memória e da sua importância, que é na verdade a própria história. Evita os floreios retóricos em seus escritos, em uma clara associação de estilo ao Florentino, ao qual o próprio Hume também considera importante evitar. De um modo divergente de Maquiavel, porém em uma mesma linha de raciocínio, Bacon defenderá uma vida *activa* em contraposição à contemplativa. A leitura de Maquiavel deve ter levado Bacon a considerar a vida *activa* superior à vida contemplativa. A conduta política do filósofo e a sua proposta de utilizar o procedimento indutivo na edificação do conhecimento científico foram evidências dessa perspectiva. A ideia central do filósofo situa-se no princípio de que o *bem coletivo* é preferível ao privado, o que demanda a exigência de uma reflexão direcionada à causa pública. Esta é a dependência do seu pensamento ao espírito do Secretário, que fica latente quando afirma que

> [...] as causas e motivos das sedições são: reformas religiosas, impostos excessivos, mudança das leis e costumes, abolição de privilégios, opressão geral, *ascensão de homens indignos*, *intrigas de outras potências*, presença excessiva de estrangeiros, as grandes elevações dos preços, súbitas dispensas nos exércitos, *o desespero das facções*, e numa palavra, tudo o que pode irritar o povo e uni-lo numa causa comum (BACON, 2001, p. 58), (destaque nosso).

O trecho é construído sob a influência dos escritos de Maquiavel, que é evidenciado pelo conteúdo, bem como, pela menção direta ao Florentino, em um mesmo ensaio. Reforça tal convicção quando Bacon escreve:

> [...] quando as discórdias, insurreições e facções irrompem de maneira aberta e ousada temos um sinal de que o respeito ao governo está perdido, pois os movimentos dos grandes num governo têm que ser como os movimentos dos planetas em submissão ao *primum móbile*, que de acordo com a opinião dos antigos consiste no veloz

> arrastamento de todos eles pelo movimento maior da esfera que estão forçados a acompanhar, embora se movam lentamente em virtude de seu movimento próprio inferior. E, assim, quando os grandes no seu próprio movimento empreendem uma marcha mais violenta e como Tácito o expressa tão bem, *liberius quam ut imperantium meminissent* [mais livre do que concebiam os mandantes] é indicativo de que as órbitas se acham fora de equilíbrio, porquanto o respeito dos súditos é a dádiva que os Príncipes recebem de Deus e o fundamento de seu poder, que, por vezes, se vê por Ele ameaçado de dissolução: *Solvam cingula regum* [dissolverei os laços de comando dos reis] (BACON, 2001, p. 56-57).

A passagem considera os mesmos problemas que o Florentino enfrentava na edificação do **Príncipe** e expõe a preferência de Bacon por uma ordenação na qual a autoridade encontra-se acima dos partidos; além de afirmar que a função primordial do monarca é a segurança do Estado. Deste modo, os reis não devem se filiar aos interesses dos partidos, pois, como *acontece a um navio que porta excesso de carga num dos seus lados, ou seja, soçobrará* (BACON, 2001, p. 56). Portanto, convém aos monarcas adotar "remédios" a fim de evitar que os *humores corrompidos* produzam a instabilidade política do governo, que sempre tem origem na pobreza e no descontentamento de homens que perderam suas posses:

> o primeiro remédio ou medida preventiva consiste em eliminar, de todos os meios que forem possíveis, aquela causa material à qual aludimos, ou seja, privações e pobreza no Estado. Os meios cabíveis para isso incluem a abertura de todas as vias de comércio, sua harmonização e reorganização, dar novo influxo às indústrias, eliminar totalmente a ociosidade, reprimir os desperdícios e os excessos mediante leis suntuárias, criar novos incentivos para a agricultura e aprimorá-la, regular os preços comerciais e moderar taxas e impostos, etc (BACON, 2001, p. 58).

Para Bacon, em uma nação na qual os súditos estejam endividados e a falta de alimentos seja marcante, é possível que uma onda de transformações políticas aconteça, se medidas eficientes para dirimir tal cenário não sejam administradas. Este foi o caso de Roma, como o próprio Bacon assinala nesse escrito. No mesmo ensaio, ele apresenta uma ideia de equilíbrio de forças políticas que deve ser, em parte, decorrente das ideias de Maquiavel. Para este último, existem *duas classes principais: a nobreza e as pessoas comuns (o povo)* (BACON, 2001, p. 60); e deve o monarca adotar prevenções para que nunca estejam as duas descontentes com sua política, mas deve sempre optar pela ação. Em caso de emergência, deve se certificar da boa vontade do povo. Deve o soberano garantir uma política de distribuição de rendas, de modo tal

que não se concentre em poucas mãos, evitando que algum notável, diante de uma multidão insatisfeita, consiga atenção dos contrariados com o monarca. Além disso, deve *dividir e fragmentar as facções e alianças que se formam num Estado semeando a inimizade entre os chefes* (BACON, 2001, p. 61). O fragmento permite ainda visualizar temas que serão desenvolvidos mais tarde por Hume, mas que mantém estreita relação entre o Florentino e Bacon, levantando uma forte hipótese de que esse último foi a porta de abertura para Hume conhecer, hipoteticamente, os escritos de Maquiavel. Ora, o primado da vida *activa* foi uma verdade efetiva de Bacon e sua ética, com força influenciada pelo escopo de sua filosofia natural. Assim, ela busca tanto o bem individual quanto o coletivo, declarando-se como um filósofo 'pragmático' que conhece o esforço humano de ser, antes de qualquer aspecto racional, um ser humano. Este lado prático era fruto do ambiente inglês.

Pocock, Skinner, Peltonen e Whelan foram taxativos em afirmar que os ingleses receberam em seu território os escritos dos humanistas italianos. Bacon foi o exemplo. Ele foi um desses intelectuais que evocou as polêmicas ideias realistas do Florentino e retirou consequências políticas para o cenário nacional. Bacon conheceu o esplendor do governo de dois monarcas. O primeiro foi uma monarca no sentido estrito da palavra. Enfrentou com sensatez as inquietações internas, bem como, as externas. Da mesma forma que Henrique VIII, esta rainha soube acalmar as reivindicações do Parlamento, sabendo adotar práticas que viabilizavam seus reais empreendimentos. James I foi feito rei da Escócia no primeiro ano de vida e, aos 37 anos, da Inglaterra, sucedendo Elizabeth que não deixara herdeiros. Seu reinado foi marcado por constantes conflitos com o Parlamento. Os gastos públicos foram intensos e sua condução política, sobretudo, pela forma absolutista, que o levou a enfrentar conspirações e problemas religiosos, é interpretada como os primeiros passos em direção à guerra civil inglesa.

Uma monarquia só é absoluta quando possui o monopólio do poder e das finanças do reino. Estes elementos são requisitos necessários, por exemplo, para a presença de um exército e de funcionários que cumpram as leis determinadas pelo soberano. Na Inglaterra, antes da Revolução, o Parlamento era um órgão consultivo à disposição do rei. No reinado de James I, diversas medidas administrativas foram tomadas sem tal consulta, o que provocou a formação explícita de uma oposição dentro desta instituição, oposição essa que exercia um considerável poder no reino,

capaz, por exemplo, de exigir a demissão de um ministro. Tal situação levou o monarca a dissolver o Parlamento.

A situação agravou-se de modo sensível quando o filho, Charles I, assumiu o poder. Acreditando-se um monarca por direito divino, ele dissolveu, durante certo tempo, o Parlamento. Em virtude de algumas medidas, foi levado a recorrer ao Parlamento para criar taxas e impostos. Contudo, foi surpreendido pelos Comuns, que se recusaram a atender aos seus pedidos, iniciando uma oposição forte aos desígnios reais. A guerra contra a Espanha afetou a popularidade do monarca e as consequências do improfícuo empreendimento militar reforçou a disposição do Parlamento para o enfrentamento, levando Charles I a dissolver esta Casa e convocando-a somente onze anos depois. Um expressivo número de parlamentares começou a expressar o descontentamento perante o governo, culminando com a guerra civil.

Diversos autores escreveram a respeito desses acontecimentos e exerceram algum tipo de influência sobre o ambiente político inglês. James Harrington, Algernon Sidney e John Milton estão entre eles. Parece que Hume tem uma inclinação ao antropofagismo de Bacon. Ele conhecia as ideias desses revolucionários, embora não se desse ao trabalho de refutá-los. Seu conhecimento pode ser confirmado pelas menções aos textos em seus **Ensaios**. Alguns, ele conhecia tão bem que chega mesmo a criticar o estilo de seus escritos, embora reconheça o proficiente conteúdo de suas obras. Para Hume (2004, p. 201), eles estavam tão preocupados com os fatos políticos que se descuidaram da gramática, ainda que tenha colocado Milton entre os grandes poetas ingleses, ao lado de Pope (HUME, 2004, p. 766).

Milton estudou no Christ's College e em Cambridge. Seus primeiros poemas foram escritos em latim e italiano e versam acerca da religião e da política. Esteve *com Grócio e Galileu e foi entusiasticamente recebido em várias das academias humanista de Florença*[38]. Retornando à pátria, participou de modo ativo nos eventos políticos do seu tempo.

Hume não escreve acerca dos escritos políticos de Milton (2005), embora saiba que ele foi responsável por fundamentar o governo em princípios de soberania popular. Esteve associado à causa parlamentar, criando argumentos que negavam a distinção entre quaisquer tipos de tirania, seja doméstica ou estrangeira. Do mesmo modo, ele refuta a ideia de vontade divina na escolha do monarca, o que lembra uma

[38] Conferir a "Introdução" dos **Escritos políticos** de John Milton. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. XII.

tese posterior de Hume[39] de que não há evidências de que a providência escolhe um, dentre todos os homens. Tais indicações seriam entendidas como um direito natural do povo de se impor diante do tirano, afirmando este como o fundamento e a origem do mando. A marca dos seus escritos é o respeito à nação e à Lei, o que o leva a defender a liberdade política e, ao mesmo tempo, o regicídio de Charles I. Estas posturas o levaram a condição de ser um defensor das ideias republicanas em solo inglês. Segundo Burzun (2002, p. 294), *a atuação de Milton é particularmente significativa. Ele era um propagandista do regime, mas também um crítico independente*. Para Milton:

> [...] mesmo um homem que nada saiba jamais será tão estúpido para negar que todos os homens nasceram naturalmente livres, feitos à imagem e semelhança do próprio Deus, e pelo privilégio sobre as outras criaturas nasceram para mandar, não para obedecer. E assim viveram, até que, como fruto da transgressão de Adão, ao incorrerem na prática do mal e da violência, e preverem que esses rumos necessariamente levariam à destruição de todos eles, concordaram por aliança comum em obrigar-se uns aos outros contra a agressão recíproca, e a se defender em conjunto de qualquer um que perturbasse ou opussese a tal acordo. Daí vieram as vilas, cidades e repúblicas (MILTON, 2005, p. 12-13).

Segundo Milton, a liberdade é congênita à espécie humana e, em decorrência deste diagnóstico, não existiriam diferenças entre os homens. Ao mesmo tempo em que afirma a liberdade como princípio, ele apresenta o conceito de igualdade entre os homens e deixa evidente sua predileção por uma forma de governo. Em seguida, propõe-se a explicar a questão da autoridade:

> [...] e porque não considerassem suficientemente obrigatória a boa-fé de todos, julgaram necessário dispor alguma autoridade que pudesse refrear pela força e pela punição toda violação da paz e do direito comum. Como essa autoridade e esse poder de autodefesa e conservação residiam originalmente e por natureza em cada um deles, e conjuntamente em todos eles, para sossego, ordem e sob pena de que cada homem fosse juiz parcial de si mesmo, eles os transmitiram e atribuíram a um único homem, a quem preferiram a outros pela eminência de sua sabedoria e integridade, ou a mais de um, aos quais julgaram de igual merecimento. Ao primeiro chamaram Rei; aos outros, Magistrados (MILTON, 2005, p. 13).

[39] *Todas as coisas que, efetivamente acontecem, fazem parte do plano ou intenção geral da providência, e, nesse sentido, até mesmo o maior e mais legítimo dos príncipes não tem motivos maiores para alegar alguma santidade especial ou autoridade inviolável do que um magistrado inferior ou até mesmo um usurpador ou ainda um salteador ou um pirata* (HUME, 2004, p. 663).

A argumentação de Milton desenvolve-se em consonância com a conclusão do seu raciocínio: os homens continuam iguais entre si. A invenção da autoridade deve-se à complexidade social, porém, em momento algum, o rei tem o direito de colocar seus interesses além dos de seus semelhantes. O que caracteriza sua função é com razão a capacidade de ser imparcial em seu julgamento. Este juízo reforça-se com as seguintes palavras do filósofo:

> [...] não que os chamassem assim para se tornarem seus senhores e mestres, mas para serem seus representantes e delegados, para executarem, em virtude do poder que lhes fora confiado, a justiça que do contrário cada homem, pelo elo de natureza e do pacto, precisava executar por si mesmo e por outro. Ninguém que queira bem considerar por que entre pessoas livres um homem, por direito civil, detém autoridade e jurisdição sobre um outro poderá imaginar outra finalidade ou razão (MILTON, 2005, p. 13).

O trecho confirma a ideia principal e o direito congênito mencionado acima. As figuras chamadas de reis e magistrados concorrem apenas para o bem-estar coletivo, em uma estreita relação com os modelos republicanos, nos quais os cidadãos têm plena consciência de que a sociedade precisa ter governantes e governados, mas em nenhum momento a liberdade destes últimos pode ser subtraída por interesses dos primeiros. A ideia funcionou de modo racional seguindo o princípio de sua invenção, mas,

> por fim a tentação de um tal poder absoluto deixado em suas mãos os perverteu, levando-os a ser injustos e parciais. Então, os que por experiência descobriram o perigo e os inconvenientes de confiar o poder arbitrário a qualquer um inventaram as leis, fossem elas formuladas, fossem aprovadas por todos, que deveriam confinar e limitar a autoridade dos que eles escolheram para governá-los, de modo que sobre eles pudesse exercer o mando não mais o homem de cujo fracasso eles haviam tido provas, mas a lei e a razão abstraídas, tanto quanto possível, dos erros e das fraquezas pessoais. (Assim como o Magistrado antes se pusera acima do povo, agora a lei se punha acima do Magistrado) (MILTON, 2005, p. 13-14).

As palavras de Milton ajustam-se ao raciocínio de que a função da autoridade é servir ao cidadão. Ao mesmo tempo, apresenta a justificativa para a desobediência civil que se torna legítima, quando o governo não observa o *pacto* estabelecido. A autoridade repousa na vontade do povo e o poder do rei é tão somente uma concessão desta volição ou, como escreve ele:

> [...] o poder de reis e magistrados é algo tão-só derivativo, transferido e transmitido em confiança a eles pelo povo, para o bem comum de todos aqueles em quem o poder ainda permanece fundamentalmente, não podendo ser-lhes tomado sem violação de seu direito de nascença natural e considerando que em razão disso Aristóteles e os melhores dentre os escritores políticos definiram rei como o que governa para o bem e proveito de seu povo, e não para fins próprios (MILTON, 2005, p. 15).

Os argumentos de Milton o tornam um panfletário da causa republicana e o crítico do poder absoluto que Charles I procura encarnar. Os defensores deste último tentaram justificar seu mando pela vontade de uma providência, o que Milton procura provar ser um falso pretexto, tanto em saber qual seria a vontade desse Criador ou pelo nascimento histórico da autoridade. O império das leis é outra marca do autor que recomenda a substituição do governo que não atende aos interesses do povo e não pauta suas ações pela constituição, afinal, quando o monarca desvia-se do reto caminho;

> [...] o povo poderá, tantas vezes quantas julgar melhor, elegê-lo ou rejeitá-lo, mantê-lo ou o depor mesmo sem ser tirano, unicamente pela liberdade e pelo direito que homens nascidos livres têm de se governar como melhor entenderem (MILTON, 2005, p. 19).

As palavras defendem a revolução política como um expediente necessário para impor a vontade dos homens livres, o que Milton e tantos outros recorrem em termos análogos. Ao mesmo tempo, eles defendiam o regime do protetorado de Oliver Cromwell. Segundo Skinner (1999, p. 24), Marchamont Nedham[40] escreveu diversos artigos *com o propósito explícito de ensinar aos seus concidadãos o que significa estar "estabelecido em um estado de liberdade"*; mas estes escritos[41] *eram autorizados e supervisionados por John Milton*. Naquele período acentua-se a divulgação de textos antigos e italianos que saúdam o ideal republicano e o princípio de liberdade como uma condição fundamental que deve ser assegurada pelo Estado. Mesmo depois com o

[40] Jornalista que cobriu a Guerra Civil Inglesa (1620-1678).

[41] Trata-se de uma figura emblemática deste período. Começou escrevendo no semanário *Mercurius Britanicus* em clara oposição ao *Mercurius Aulicus*, de inclinação monarquista. Parece ter sido responsável pela publicação da correspondência oficial do rei no diário, em estreito auxílio aos empreendimentos dos parlamentares. Anos depois foi preso e libertado por Charles I, voltou-se para o *Mercurius Pragmaticus* com tendências realistas. Com a queda do rei foi novamente preso e, em seguida, perdoado; reiniciou suas publicações no *Mercurius Politicus*, veículo oficial do novo governo.

retorno dos Stuarts ao poder, tal ideia não perde seu significado, principalmente para o Parlamento.

Os escritos de Milton desempenharam um papel decisivo nos eventos políticos que culminaram com a queda de um governo e na sustentação política de outro. Chegou mesmo a ser preso quando Charles II reassumiu o poder, mas foi libertado devido à idade avançada e, talvez, à cegueira. Não obstante, existem diversas menções a ele nos **Ensaios** de Hume, porém nenhuma aponta para uma reflexão mais acurada deste personagem que escreveu acerca da soberania, leis, religião e política e, principalmente, em uma linha argumentativa favorável aos ideais republicanos. Hume julgou adequada a queda de Charles I e de James II à medida que foram inábeis administradores e não souberam conduzir o monopólio do poder. Esta lacuna de Hume permite conceber a ideia de que ele não era de todo contrário aos discursos republicanos, mas um teórico realista que avalia o discurso mais apropriado à realidade da experiência efetiva. Os temas tratados por Milton, sem dúvida, estavam entre aqueles considerados por Hume como significativos à reflexão. Nos escritos, demonstra que tem conhecimento das concepções de Milton, chegando mesmo a considerá-lo um gênio quando escreve: *estou convencido de que só houve um 'Milton' na 'Inglaterra' nestes últimos 300 anos* (HUME, 2004, p. 765).

Não obstante, coube a Marchamont Nedham explorar o tema da liberdade em estreita sintonia com conceitos políticos do republicanismo e do humanismo. Parece que tinha a intenção de difundir tais ideias no cenário político. Para Pocock (2003(b), p. 382), quando escreve acerca da recomendação à submissão, em estreita sintonia e relação com argumentos hobbesianos, ele também utilizou alguns *Machiavellian elements.* Do mesmo modo, Nedham encontrou um *new mode of expressing democratic ideas in English* (vivere civile e popolare) que estava presente nos modelos maquiavelianos quando pensava no ideal clássico de cidadãos armados (POCOCK, 2003(b), p. 383). Este ponto foi produto do

> [...] momento culminante na emergência de uma teoria integral republicana de liberdade e governo na Inglaterra surgiu em 1665. Após dois anos desastrosos de experiência constitucional, Oliver Cromwell resolveu, em maio, convocar um novo parlamento. A oportunidade para denunciar o protetorado e pleitear um acordo autenticamente republicano foi imediatamente aproveitada por Marchamont Nedham, que revisou seus editoriais anteriores e republicou-os como *The excellency of a Free State* em junho de 1656. Em poucos meses, a mesma oportunidade era aproveitada por James Harrington, que

> produziu o que pode ser considerado o mais original e influente de todos os tratados ingleses sobre Estados Livres, *The Commonwealth of Oceana*, que apareceu pela primeira vez no final de 1656 (SKINNER, 1999, p. 25).

De fato, James Harrington foi um personagem central no cenário político inglês. Esta obra que Skinner descreve como a teorização de um Estado, mas, como pensa Barzun (2002, p. 300), não pertence à classe da utopia. Aliás, o próprio Hume afirma que *OCEANA*[42] *é o único modelo aceitável de república que foi até agora apresentado ao público* (HUME, 2004, p. 723).

Harrington foi republicano neste escrito. Para ele, é imperioso que as leis estejam escritas e que as esferas políticas e econômicas estejam de acordo; que o poder também esteja dividido em duas câmaras, para que uma possa deliberar enquanto a outra aplica as medidas políticas. Este recurso impede que o poder recaia sobre uma única instituição. Nesta comunidade, os cargos públicos teriam rotatividade e o chefe político eleito pelo voto, em uma clara defesa de um governo representativo no qual a comunidade tem como principio a liberdade, à medida que o povo inteiro participa do sistema político.

Maquiavel foi citado diversas vezes no livro de Harrington, **La República de Oceana**, o qual tinha tanta "admiração" pela Antiguidade quanto Maquiavel. Este representava um patrimônio para a ponderação política. De fato, Harrington recorre aos escritos do Florentino para demonstrar sua importância na reflexão acerca da liberdade e participação efetiva dos cidadãos na política. Ao mesmo tempo em que cita Maquiavel, Harrington filia-se ao grupo de escritores ingleses que utilizaram os escritos dos humanistas e renascentistas para ponderar o cenário inglês, comprovando a tese de que os textos de Maquiavel circulavam regularmente neste solo.

O ensaio de Hume (2004), a **Ideia de uma república perfeita** foi totalmente baseado em **Oceana** de Harrington, permitindo que o Escocês tivesse um contato (in)direto com os conhecimentos do Florentino. Torna-se ilustrativo que a perspectiva política mais realista de Hume (2004, p. 721) esteja na introdução deste escrito: *um governo estabelecido apresenta uma grande vantagem, justamente devido ao fato de estar estabelecido*. Para Whelan (2004), um ponto de vista que demonstra o realismo político de Hume e, ao mesmo tempo, aproxima-o de Maquiavel é o seguinte:

---

[42] Forma abreviada do livro de Harrington: **The Commonwealth of Oceana**.

> Hume asserts that it is "a just *political* maxim" that "in contriving any system of government, and fixing the several checks and controuls of the constitution, every man ought to be supposed a *Knave*, and to have no other end, in all his action, than private interest" (Whelan, 2004, p. 40).

A observação de Whelan e a outra feita por Hume no intróito do ensaio a respeito de Harrington são significativas para deixar latente a perspectiva realista de Hume. Ele adverte quando se pensa na contribuição teórica de um Estado ideal, para sua efetiva realização empírica. A proposição segue acompanhada de uma série de dificuldades reais que denotam que Hume esteve refletindo sobre uma teoria (ideal), com o máximo de ocupações reais que a mesma solicita. Segundo ele,

> uma vez que devemos admitir que uma forma de governo pode ser mais perfeita que outra, por que não deveríamos tentar determinar qual é a mais perfeita de todas, ainda que os governos vulgares, toscos e defeituosos pareçam atender às necessidades da sociedade; e ainda que o estabelecimento de um novo sistema de governo não seja tão simples quanto a construção de um navio segundo um novo modelo? Esta questão é, seguramente, merecedora da curiosidade de todos aqueles dotados de inteligência humana. E talvez, depois que o consenso universal dos indivíduos sábios e prudentes tiver resolvidos essa controvérsia, surja no futuro uma ocasião para se passar da teoria à prática, com a dissolução de um velho governo qualquer ou mediante um acordo entre os homens para a formação de um novo governo, em alguma região remota do planeta. De qualquer forma, será vantajoso saber qual é mais perfeita de todas, para tentarmos aproximar dela qualquer constituição ou forma de governo já existente, por meio de modificações e inovações suaves, que não provoquem grandes perturbações na sociedade (HUME, 2004, p. 722-723).

O cenário edificado pelo filósofo Escocês é revelador. Em primeiro lugar, ele afirma a necessidade permanente de refletir acerca da política, em um esforço evidente de transformá-la em uma ciência. Tal meditação não é uma filiação ao modelo proposto por Harrington, visto que Hume defende a posse da propriedade enquanto o outro propõe uma reforma agrária; aliás, esta foi criticada por Hume (2004, p. 724) por considerá-la *inviável na prática*. Esta passagem coloca a história da República Romana, Maquiavel e Harrington interligados e demarca que Hume repousa em conhecimentos consubstanciados sobre os três, à proporção que sua crítica une os tópicos em sua resposta. Este ensaio mostra de forma clara que os **Discorsi** era conhecido do Escocês porque ele aponta o encaminhamento de Maquiavel de que *os governos são forçados a voltar a seus princípios originais* (HUME, 2004, p. 725), às vezes,

para preservar um tempo maior de existência, o que implica que um exercício efetivo estaria concentrado em um único órgão, contrariando a tese da divisão do poder de Harrington. Este detalhe apontado por Hume evidencia o pleno conhecimento destes autores. Além disso, a tese sub-reptícia do Escocês permanece intacta: a natureza humana continua com as mesmas inclinações.

O panorama político proporciona uma nítida ideia de que os escritos do Florentino serviram aos escritores ingleses e Hume não é uma exceção dentro desta paisagem política. Assim, antes mesmo que Hume começasse a escrever seus ensaios, existia um clima propenso a uma abordagem política com viés maquiaveliano. Hume não inventa Maquiavel, uma vez que as ideias do Florentino ocupam um espaço imaginário na intelectualidade inglesa. Se Bacon esforçou-se ou não para conhecer os escritos do Italiano é outra questão. Se este foi o responsável pela difusão é outra. Trata-se de um fato testemunhado, que os escritos do Florentino circulavam na Inglaterra. Hume não deve ter se furtado a consulta como alguém que apreciava "missionários". Parece que ele recorre a Maquiavel, não para referendar uma doutrina, mas sim para entender melhor a conjuntura política da Grã-Bretanha. A guerra civil foi uma disputa para saber de fato quem governava o país. Os princípios do republicanismo poderiam ser utilizados por Hume para justificar a saída de Charles I, bem como de James II em outra conjuntura, mas ele opta em justificar o afastamento devido à ineficiência política dos monarcas.

A imperícia daqueles monarcas permitiu um clima de instabilidade política que promoveu o desafio da própria autoridade real, e mais, a transferência de um governo para outro. Hume tem uma leitura clara de que o rei não é *primus inter pares*, pelo contrário, ele sabe com perfeição que o exercício do mando só se justifica quando é exercido de modo eficiente e sustentado pela aceitação geral e o recurso a força. A preocupação de sua reflexão é a estabilidade política e usufruto da propriedade, o que decorre da boa ordenação social.

Cromwell foi a evidência de que o governo se mantém pela soma da eficiência e força. Afinal, somente tendo o controle do exército e os recursos financeiros, o ator político se torna o centro do poder. Esta é a lacuna que não foi preenchida pelo Florentino, o significado da economia como fonte de recurso para o Estado.

A difusão dos conceitos republicanos e humanistas na Inglaterra tinha como intenção clara difundir uma virtude cívica republicana, preparando o espírito público

dos cidadãos. Hume nega-se de modo peremptório em aceitar as justificativas em favor da república participativa, bem como do absolutismo. A crítica aos sonhos republicanos baseia-se na recusa em acreditar em procedimentos coletivos em torno de ideais que não repousam em fatos efetivos da existência humana. Para Hume, é evidente que os atores políticos devem considerar a humanidade da forma em que encontraram e, assim, de modo análogo, implementar medidas que visam atender o homem como ele é de fato. Whelan (2004, p. 42) afirma que esse tipo de abordagem de Hume é do tipo maquiaveliana. Tal afirmação é consistente e se fundamenta na inclinação humana que busca sempre o ganho. Além disso, para Hume, a política deve atentar para estas motivações de ganho do homem e orientá-las para continuar em seu curso, porém limitadas à lei. Desse modo, ele reafirma que o homem deve buscar seus interesses (pois estes são naturais de sua condição humana).

Ao mesmo tempo em que se apresenta o cenário inglês, é preciso visualizar o realismo político em compasso com as ideias difundidas. Ao analisar a importância das leis e os controles constitucionais, afirma seu realismo, talvez, de modo mais contundente do que Maquiavel. Ele não acredita em virtudes capazes de modificar a condição humana, embora reconheça que elas podem ser direcionadas para o interesse coletivo. Os freios da lei evidenciam que os homens devem ser considerados como, de modo potencial, destinados a se desviar do interesse público pelo privado; que é preciso existir mecanismos institucionais que sejam capazes de tratar destes casos sem recorrer a expedientes extraordinários. A tensão é inevitável nas relações humanas e elas geram disputas que mesclam animosidade com reais interesses. Hume constata que o conflito é um fato e que ele decorre da escassez de bens suficientes para todos. Deste modo, continua o projeto maquiaveliano, porém dando novos enfoques e não como um mero repetidor das ideias do Florentino.

Hume (1999, p. 13) escreve: *sê um filósofo; mas, em meio a toda tua filosofia, não deixes de ser um homem*. Este é o ponto nevrálgico da filosofia desse pensador. Não obstante, o que significa ser homem? A resposta ultrapassa os interesses do filósofo, mas um aspecto é relevante: não é a razão que resolve este problema. Para Hume, esta ferramenta nada mais é do que a escrava das paixões, portanto, sua serventia está associada aos interesses dos sentimentos. A política não pode se fundamentar em nenhum recurso, a uma moral, *a priori*, por exemplo, para explicar a sociedade ou o sentido de justiça. Ideias como "contrato natural", expostas por Locke, ou sustentadas

no direito natural, também serão irrelevantes para demarcar com balizas a vida em sociedade.

A razão pode socorrer os sentimentos em alguma direção, demonstrando como as volições podem ser, em parte, saciadas ao mesmo tempo em que apresentam as vantagens da existência em sociedade. Essas vantagens forçaram os homens a uma reunião e, aos poucos, os que nasceram depois deste episódio foram suavemente constrangidos a permanecer nesta relação, internalizando uma situação concreta e formando, de um modo igual, o hábito de que tal circunstância é natural. A este costume deve-se a fonte da obediência aos governos, reforçada pela educação e pela força coercitiva do Estado. Tal perspectiva utilitária evidencia a vinculação de Hume como um teórico realista em política. Whelan (2004, p. 4) afirma que Hume é um *realist analyst* [...] *attempts to understand the political world as it actual is, with its inescapable imperfection frequently highlighted*. Eis a maneira de Hume interpretar o fato político.

Hume com sua atitude, estabelece que a reflexão filosófica não pode estar descontextualizada da realidade. A natureza preparou o homem com duas características específicas, mas determinou que todas as suas diligências tivessem um fim prático. Continua na linha dos filósofos empiristas, como Locke, Berkeley, porém seu projeto é mais audacioso. Afinal, sua proposta busca reunir todos os campos possíveis da especulação filosófica, porém dando um sentido prático a elas.

Hume, pensador da vida, analisa os objetos do mundo com o objetivo de edificar o conhecimento humano. Para realizar tal empreendimento, precisa primeiro identificar quais são os limites do entendimento e é por isso que a reflexão da natureza humana ocupa um lugar de destaque em sua filosofia. Afinal, a função primordial do homem é viver. A partir desta constatação, descobre-se que o ser humano é *racional*, *sociável* e *ativo* (HUME, 1999, p. 13). Este é o ponto de referência humeano, a vida no sentido próprio. A natureza humana manifesta sua condição com constância diante do mundo externo; deste modo, o homem é sempre uma criatura "ex-posta" à vida. Não se requer nenhuma qualidade intelectual para descobrir que os animais, inclusive os homens, estão no mundo. A condição humana exige, segundo Hume, que qualquer reflexão sobre o mundo precisa ter uma relação direta com a própria condição humana. Esta conduta de Hume é pontual à medida que se pensa em Locke como o filósofo político e baliza do empirismo inglês. Em sua análise da realidade, este não

conseguiu se desembaraçar do conceito de substância sem admitir a presença de algo subjacente as coisas[43], uma espécie de essência; enquanto Hume nem sequer admite tal possibilidade em sua filosofia.

Ao discorrer sobre a "origem das ideias", na **Investigação**, avisou que *as percepções da mente* são de dois tipos e *se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade* (HUME, 1999, p. 24): as impressões e as ideias. Para saber se uma "ideia" é verdadeira ou não, basta somente consultar o mundo empírico e encontrar a impressão que lhe corresponde, por exemplo, a ideia de fogo. Ao encontrar o objeto fogo nos sentidos, verifica-se que ele tem alguma relação com a ideia de fogo, portanto, existe de fato. Trata-se de um expediente simples, que evidencia que a análise do pensamento corresponde ao fenômeno. Embora tivesse dividido as pesquisas em *questões de fato* e *relações de ideias*, foram as primeiras que concentraram sua atenção. Ademais, Hume é o filósofo da experiência.

O projeto de Hume solicita que a experiência seja a chave do conhecimento seguro sobre o mundo. Este ponto de vista exige que tenha uma atitude antiutópica em questões políticas e econômicas. Aliás, qualquer pensamento abstrato que não tenha relação direta com a condição humana deve ser descaracterizado. A história é conhecimento válido enquanto mantém uma correspondência com a regularidade dos fatos observados. A natureza humana deve ser estudada em sua singularidade, apresentadas na esfera da existência, e não com os caracteres idealizados pelos poetas. Hume prende-se à leitura da realidade, tão somente daquilo que se oferece como fenômeno. Assim, ele vê a história, a moral e a política do passado como consultas para análise do presente. De um lado, não busca somente entender tais assuntos, mas, também, explicar os temas estudados com uma linguagem mais acessível ao homem comum, o não-erudito. Deste modo, Hume poderia ter encontrado em Maquiavel o conteúdo de sua reflexão e pôde começar afirmando que a política é um artifício para administrar a justiça, sem a qual a vida em sociedade seria impossível. De outro lado, mostra-se um realista político ao afirmar que as sociedades tendem a rematar no tempo. Não obstante esta verdade, é possível que o nível de refinamento em algumas possa protelar as mudanças a que todos os corpos estão sujeitos pela ação do tempo.

---

[43] Segundo Locke (1999, p. 387), [...] *no que respeita à ideia de substância pura em geral, descobrirá que, na realidade, não possui qualquer outra ideia acerca da mesma senão uma suposição do desconhecimento do que "sustèm" essas características que são capazes de originar em nós ideias simples, cujas características são habitualmente denominadas acidentais*.

Para ele, os tratados de política ainda são insuficientes, visto que existem muitos aspectos para meditar sobre o fenômeno político, por exemplo, a balança de poder entre as nações; o fim das taxações indevidas sobre o comércio, assim como a função deste no âmbito internacional como fatores de enriquecimento das nações e, igualmente, instrução dos homens.

David Hume parecer continuar algumas das reflexões políticas de Maquiavel, mesmo quando se coloca em uma atitude de divergência do Florentino, quando critica o silêncio dele acerca de temas vitais para a ordenada condução da máquina administrativa. O ponto de sua referência é o realismo político, quando percebe que o monopólio da força é fundamental para manter a boa ordenação do Estado. Tal proposição se converte na sua decisão de que compete às autoridades constituídas garantir que os homens cumpram as normas jurídicas, morais e econômicas que regulam o funcionamento do Estado; bem como, não permitir que os humores dos homens possam subverter as condições que alicerçam o mesmo. De fato, segundo Whelan, eles teriam *some points of overlap or convergence*, visto que

> both expect self-interested and private ambition to be important; both expect politics to involve the interplay of interests and the conflicts that result; both assume that a reasonable practitioner in politics will take full account of the constraints imposed on action by empirical realities and the opposition of other actors, aiming at goals that are feasible in light of such factors; and neither neglects the centrality of power or overestimates the role of sheer goodwill or benevolence in human life (WHELAN, 2004, p. 5).

O trecho afirma que muitos temas discorridos por Maquiavel foram também discutidos por Hume e em bases conceituais próximas. De acordo com Whelan, a abordagem de Hume o coloca na mesma linha teórica do Florentino, permitindo encontrar diversos elementos em comum. Esta leitura é reforçada pelo escritor quando escreve que

> Hume was an attentive reader of Machiavelli and refers to him, usually favorably, on a number of occasions. Beyond the explicit references, moreover, there are numerous passages and themes in Hume's political and historical writings that derive from Machiavelli or that are strikingly reminiscent of themes in Machiavelli's political theory. The inspiration for such passages may reasonably be attributed, if not always to Machiavelli directly, then to a Machiavellian tradition of statecraft and reflections on statecraft that were common currency for anyone concerned with political affairs in the eighteenth century.

> At first glance, and in most treatments of his thought, Hume does not strike modern readers as a remotely Machiavellian figure or thinker; thus the frequency of Machiavellian themes in his works, and their meaning, constitute a fruitful problem for interpreting his political theory and perhaps that of the Enlightenment more broadly (WHELAN, 2004, p. 3).

Os outros capítulos da obra, de onde se destaca o fragmento acima, foram profícuos em demonstrar tal afirmação. Para ele, Hume recorre diversas vezes ao Florentino para referendar suas análises. Mas é possível encontrar outros pequenos que somados a ulteriores podem contribuir para tornar a hipótese não mais desprezível. A exemplo disso, a referência em italiano na despedida da carta, bem como, os comentários à peça **Clizia** de Maquiavel levantavam a suspeita de que teria lido os escritos do Florentino no idioma original. Para Whelan (2004, p. 9), Hume leu *Machiavelli and Guicciardini (in Italian)*, reforçando uma hipótese defendida antes. Do mesmo modo, Whelan levantou uma questão intrigante nos textos de Maquiavel que vai ao encontro da crítica de Hume ao Florentino:

> Considering the prominence of fifteenth-century Florence as a financial center and of its banks as creditors of European rulers, it is noteworthy how little interest Machiavelli shows in financial matters. As Hume himself remarks, "trade was never esteemed an affair of state till the last [seventeenth] century," and even the Italian political writers (astute as they are) "have kept a profound silence with regard to it" ("Of Civil Liberty,"). The only (fairly minor) exception in the *Discourses* is Machiavelli's observations on the Roman agrarian law as a factor in the class conflict between patricians and plebeian. The *Florentine Histories* are centrally concerned with class and factional strife in Florence but are virtually silent on the economic interest and pressures that often lay behind the contentions (WHELAN, 2004, p. 15-16)

A mais grave crítica de Hume a Maquiavel: o silêncio a respeito das questões econômicas nas disputas pelo poder ocorridos em todo continente Europeu e, sobretudo, na Península Itálica. Os bancos de Florença possuíam sede nas principais cidades mercantis e o espírito do negociante florentino era uma marca acentuada no imaginário dos homens ligados ao comércio. Se Hume aponta esta lacuna nos escritos do teórico Italiano, eles estão na mesma perspectiva política quando entendem que a motivação pelo poder é o interesse dos grupos que desejam controlar o leme da sociedade; dessas disputas nascem os conflitos que, bem conduzidos por príncipes ou

instituições sólidas, tendem a se estabilizar ou ameaçam a ordenação social em períodos de instabilidade política.

Whelan assinala o débito que ambos os teóricos devem ao filósofo Cícero, embora por caminhos diferentes. Hume faz seu tributo direto em várias ocasiões, porém o Florentino não tem a intenção de mencionar sua dívida. De acordo com este epígono:

> Machiavelli cites Cicero only three times in his Discourses: the first time as a valuable authority, the second time neutrally, and the third time as exemplifying grave political errors (D I.4; I.33; I.52). Machiavelli does not mention Cicero at all in The Prince, but for purposes of a suggestive contrast with Hume, we should note the extent to which that work is antagonistic to Cicero's teachings and even takes De Officiis as an antimodel for a proper understanding of virtue in the world of politics (WHELAN, 2004, p. 23).

De fato, Whelan comenta diversas evidências de que Maquiavel explora os escritos de Cícero, chegando mesmo a recorrer à metáfora da "raposa" e do "leão", contida no **De Officiis**, com outro significado, à medida que estes seres são tomados como forma de injustiça. Aliás, em uma recorrência a Cícero, Maquiavel inverte os conselhos do senador romano:

> Machiavelli says that a prince should break his agreements if it is disadvantageous to himself to keep them, Cicero says that "promises should not be kept if they are disadvantageous to those whom you have made them (WHELAN, 2004, p. 25).

Hume parece ter notado que Maquiavel, às vezes, parece se desviar da correta transcrição dos eventos, assim como Miguel (2007, p. 21) escreve que ele *não se furtava a alterar os fatos para robustecer seu caráter alegórico ou exemplar*, como foi o caso em algumas passagens da **História de Florença**. Ao comentar a conspiração dos Pazzi, Martines afirma que o relato foi possivelmente fantasioso, em uma referência direta a Maquiavel.

Parece que o antropofagismo foi praticado por Maquiavel. É possível sentir a influência de Tito Lívio em seus escritos, ainda que o Florentino não tenha deixado, ao estilo de Foucault, nada que testemunhasse tal autoridade além do seu livro. No tempo de Hume, as ideias humanistas concorriam com os cânones da época, proporcionando encontro e choque de perspectivas, forçando Hume a se encontrar com tais ideias. O

exame retrospectivo não deve negligenciar a sólida contribuição desses pensamentos republicanos em território inglês e, ao mesmo tempo, exerceram algum tipo de domínio sobre a produção dos intelectuais mais profícuos, em especial, aqueles que se debruçavam sobre os problemas políticos sustentados nas costas dos gigantes.

3 Hume, leitor de Maquiavel: unidos pelas ideias, separados pelo tempo

> [...] sou um dos poucos que acreditam que a loucura de um monarca e a idiotice de um ministro em anos passados não evitarão que nossos filhos sejam algum dia cidadãos do mesmo país, sob uma bandeira que será uma combinação da inglesa e da americana (CONAN DOYLE, 2007, p. 249).

Sherlock Holmes faz referência às desastrosas atitudes políticas do rei George III, e, provavelmente, a George Grenville ou a Charles Watson-Wentworth, os quais causaram o endividamento do país e tiveram de aumentar o controle fiscal nas treze colônias na América. O monarca pretendia recuperar as prerrogativas reais e, assim, governar a Grã-Bretanha, independentemente do Parlamento. Em seu reinado, na escolha de ministros, a corrupção foi largamente utilizada como instrumento político.

David Hume nasceu em 1711, na Escócia, sob o reinado de Anne Stuart. Pelo *Act of Union*, em 1707, a Inglaterra e a Escócia se transformariam no Reino Unido da Grã-Bretanha. A rainha era filha do rei deposto na Revolução Gloriosa, James II, mas assumiu o trono quando o marido de sua irmã, Guilherme III (William III), faleceu. Este tornou-se rei em 1689, pela vontade política do Parlamento, retirando o direito que pertencia a James Francis Edward Stuart, filho do rei deposto. Como a rainha Anne não teve filhos que conseguissem tornar-se adultos, a Coroa foi transferida para George I, de origem alemã, pela força do partido Whig, em oposição aos Tories que não desejavam que um estrangeiro se sentasse no trono inglês. Este rei foi uma sombra no trono, cabendo toda a administração do Estado a Robert Walpole, chefe do gabinete de ministros e político sagaz. Este rei foi sucedido por George II que manteve aquele mesmo ministro à frente do Estado até 1742. George III assumiu o trono porque seu pai, o Principe de Gales, filho de George II, morreu antes do rei.

Concomitantemente às sucessões reais, ocorre nos bastidores da política inglesa uma luta pelo poder entre os partidos Whig e Tory. Desde que Guilherme recebeu o trono da Inglaterra, cabia ao conselho de ministros, também conhecido como Gabinete, exercer o mando efetivo da máquina administrativa. Este conselho era o órgão que determinava a política interna e externa do reino. Tornava-se líder do gabinete aquele que conseguia a "confiança" do Parlamento. Robert Walpole ficou no cargo de 1721 a 1742. Mesmo depois da queda deste, os Whigs permaneceram na liderança do gabinete. Na verdade, desde a Revolução Gloriosa que Whigs e Tories

disputavam o controle político do governo, mas tendo o príncipio da liberdade como uns dos pilares da Constituição mista inglesa. Foi neste ambiente político que David Hume edificou sua filosofia.

A construção do pensamento político de Hume exigiu a leitura dos clássicos e dos autores de sua época. Este saber mostrou-se vantajoso nos temas de política, moral e das ciências. Em matéria de religião, seu conhecimento não deixa nada a desejar, à medida em que conhecia a história e os princípios das nações antigas e novas. Percebeu a importância da especulação teológica e da utilidade dela para solidificar o poder político, visto que muitos homens se alimentam de superstições e formam falsas opiniões sobre a morte; enquanto outros difundem, com interesses mesquinhos, uma má educação sobre este tema. Por outro lado, sabia que somente uma sã filosofia poderia ser o remédio eficaz em oposição aos inverídicos argumentos da religião. Mas sua curiosidade parece não ter limites, pois até mesmo a obra de Flávio Josefo era-lhe íntima, afinal este escrevia sobre religião, guerra, política entre outros assuntos.

Josefo, historiador hebreu, nascido em 37 da Era Cristã, rebelou-se contra a ocupação romana nos territórios judeus e, em seguida, tornou-se cidadão romano. Seu livro, **Guerra dos Judeus** (2008), serve como estudo para entender a luta do seu povo contra o Império Romano sob a perspectiva de um hebreu, embora os tenha escrito quando gozava da pensão e cidadania romanas. Segundo Josefo (2008, p. 14), seus livros *amam a verdade, não o prazer* e, em virtude disso, suas descrições seriam mais próximas da verdade.

Embora Niccolò Bernandi di Machiavelli tenha nascido em Florença, Itália, em 1469, e David Hume em 1711, na Escócia, de algum modo, as percepções políticas deles parecem se aproximar, embora tais semelhanças não sejam apontadas com frequência na história do pensamento político ocidental. Whelan (2004, p. 2-3) afirma que *Hume was an attentive reader of Machiavelli and refers to him, usually favorably, on a number of occasions*. Segundo o autor, existem diversas passagens do Escocês que tem relação direta com o Florentino.

Um ponto em comum é a ideia de poder centralizado em momentos de instabilidade política. Nestes períodos, a monarquia aparece como um caminho. A questão não deixa de ser interessante e, ao mesmo tempo, um desafio. As dificuldades políticas que eles perceberam em suas respectivas épocas quanto à soberania efetiva

do Estado para enfrentar as oposições externas e internas, só poderiam ser dirimidas com a instituição de uma monarquia plena. Maquiavel foi declarado um defensor da monarquia por muitos anos, mas existe uma ideia aceitável de que ele fosse um pensador favorável ao regime republicano. Hume é considerado um monarquista por muitos epígonos, inclusive ele deixa palavras que testemunham sua predileção por tal forma de governo, o que corrobora tais escritos. Quaisquer que sejam as dificuldades de redefinição existem motivos, tais como a ordenação do governo, em oposição clara ao estado de anarquia[44], que conduziram Hume a defender a monarquia, embora ele optasse por um regime republicano. Para ele, a soberania é a chave da questão e será uma realidade preferível dentro de um Estado governado por leis e sustentado em uma tradição pelo hábito e pela autoridade.[45] Defende que a soberania é uma demanda complexa e, ao mesmo tempo, um assunto que deve ser tratado como uma realidade empírica e não como um tema que se pode teorizar com excelsas ideias de Estados Perfeitos, inexistentes no mundo real. Ora, se o que importa de fato é a ordenação pública do Estado, para Hume, tanto faz uma monarquia ou mesmo uma democracia de fato.

Hume, filósofo realista[46] em assuntos políticos como Maquiavel, prefere tratar dos assuntos políticos como questões de fato, ao invés de descrever repúblicas perfeitas. Em decorrência desta perspectiva política, ele percebeu que o egoísmo é uma característica do ser humano que, aliada ao sentimento de ambição, norteia as ações humanas. As ações visam atender seus interesses imediatos, o que provoca, em um mundo escasso de recursos naturais, uma constante tensão conflituosa entre as pessoas que desfrutam suas propriedades em uma relação comunal e, em um nível maior, entre as nações. A escolha material dentro de um aspecto formal e positivo obriga ao ator político gerenciar suas decisões a partir das razões de Estado, pondo de lado qualquer teorização que não resulte na preservação e extensão das estruturas que mantenham o poder estabelecido. Desse modo, a análise da natureza humana procura, para Hume, encontrar o fundamento para a ordem social. Tal forma de debater a política parece colocá-lo próximo da reflexão do Florentino. Mas há ainda

---

[44] Anarquia é uma palavra que suscita diversas interpretações e pode ser considerada neste momento anacrônica. No entanto, ela é um vocábulo grego (*anarkhia*) que denota falta de governo, sem governo e, por extensão, desordem, confusão. Para Hume, seria impossível gozar a segurança dos bens materiais se os homens fossem, por completo, livres.

[45] Este tema, ao lado da liberdade, terá uma predileção na análise política de Hume.

[46] Trata-se da perspectiva política de Hume e será explicada ao longo da discussão e explicitada em outro momento.

outros motivos que os aproximam: a compreensão dos temas e, do mesmo modo, a adoção de medidas políticas, aspectos nos quais eles são antiutópicos e selecionam as interpretações humanas porque sabem que estas ações são motivadas por um sentimento egoísta e desejo de ganho constante; embora as determinações políticas de cada período possam favorecer a camuflagem da natureza humana de cada momento histórico. De fato, eles acreditam que a política é um palco de conflitos entre os homens e que a ideia de "bem comum" não revela as intestinas lutas pelo controle político. Maquiavel deseja um Estado para a sociedade italiana e pensa no "pulso forte" de alguém que tenha a semelhança e a *virtù*[47] de um César Bórgia, porém, maior *fortuna*; Hume tem o Estado como realidade concretizada, mas teme a perda dele por causa da animosidade pessoal.

Hume, ao escrever acerca das divisões internas relativas aos grupos que disputam o poder, percebe que o mesmo não teria uma imagem do conceito sem, possivelmente, recorrer às reflexões de Maquiavel sobre o tema. Aliás, as ideias de conflitos, e que existem em Hume, tornam visível que a base do pensamento do filósofo Escocês deve ter sido influenciada pelas leituras que fez de Maquiavel. Tal hipótese é permissível à medida que Hume teria uma base abstrata sobre o tema se não tivesse uma opinião semelhante sobre a natureza humana com a de Maquiavel. Eles parecem acreditar na imutabilidade do ser humano. Maquiavel formou tal juízo da experiência, da leitura histórica e da psicologia humana que manifesta as mesmas volições em todas as épocas da história. A história é sempre um espelho para o Florentino, à proporção em que ensina sobre a conduta humana e ajuda a calcular sobre as novas escolhas e posturas políticas do presente. A fria experiência de Hume lhe ensinou o valor da história, mas a semelhança que ela tem com a visão de Maquiavel é considerável, ainda que tal aproximação não fosse vinculada a leitura do Florentino. A leitura dos clássicos é quase uma obrigação na formação de um intelectual. Desse modo, é comum a leitura de homens como Tucídides, Políbios, Cícero entre tantos e não soaria como mera expressividade de uma erudição. Ler Tito Lívio foi fundamental para Maquiavel e para Hume. Contudo, por que eles leram Flavius Josephus (MAQUIAVEL, 2003, p. 59); (HUME, 2004, p. 636)? Mas a questão não é saber por que Maquiavel leu este historiador, mas sim entender porque Hume teve a

[47] A palavra *virtù* em Maquiavel é muita usada, porém em nenhum momento ela aparece precisamente definida. Existem diversas tentativas de conceituá-las entre seus epígonos, mas não existe um consenso. Exposto tal dificuldade, deve o leitor não confundi-la com a tradição cristã.

curiosidade de estudá-lo. Ao ler os ensaios de Hume, encontram-se diversos autores e personagens mencionados por Maquiavel. No entanto, a proximidade das questões analisadas e as aparições súbitas destes temas, durante uma exposição sobre determinado assunto que tem Maquiavel direta ou obliquamente citado, convidam a pensar que Hume escolheu, talvez, o Florentino como uma espécie de mestre para debater questões de política. Amiúde não se pode determinar as menções a Maquiavel, aos temas e aos personagens; porém a frequência em que surgem nos textos, permite conceber a hipótese de que Hume leu minuciosamente, pelo menos os escritos mencionados de Maquiavel.

Há uma aproximação de temas entre os filósofos estudados que sugere que a coincidência seja um indício de que Hume dialoga com o Florentino. Ainda que seja um indicativo, todavia, não deixa de suscitar desconfianças de que existam razões maiores para tantas coincidências. Para Whelan (2004), existe um vínculo entre eles. Apesar da proposição de Whelan, é necessário indagar: David Hume foi um leitor atento dos textos de Niccolò Machiavelli? Ao perseguir a origem das ideias de Hume, tem-se a sensação de que ele não seria capaz de conceber tamanha semelhança com os escritos do Florentino, sem o exercício de uma leitura minuciosa. Mas há somente sinais, pois falta a prova final: a confissão de Hume. Porém, Hume não é Foucault[48]. Entretanto, conforme o conceito de influência sugerido, a relação da extensão também ocorre de modo indireto e a maior prova circunstancial é a escolha de temas e a ressonância de ideias que, segundo Whelan, Hume tomou emprestado a Maquiavel. Além disso, os escritos de Hume não são apenas teorizações que, às vezes, apresentam semelhanças com os de Maquiavel, mas sugere ser o ponto de interlocução para a reflexão política do Escocês. Por outro lado, a imagem de Maquiavel, com suas leituras indiciárias sobre os bastidores da política, não era bem aceita no Continente Europeu. A época de Hume, o Florentino, apesar de ser o filósofo político mais contundente, era sempre lembrado publicamente como astuto, velhaco e pérfido. A ausência de materialidade, provavelmente, seja fruto de um sentimento humano de alguém que não deseja mais desafetos do que aqueles que já os tem. Desse modo, torna-se inevitável que Hume deixasse marcas de tal domínio em seus ensaios, embora ele tivesse a intenção clara de não deixar tal evidência nos mesmos.

[48] Em verdade, se Foucault não tivesse dado aquela entrevista, faltaria à materialidade, embora a influência estivesse presente em seus trabalhos.

É possível, portanto, identificar sinais da influência do realismo nos ensaios de Hume, bem como considerar a suposição de que o último escolheu o Florentino como seu teórico debatedor para assuntos da política. Pocock acredita que sim e Whelan, também. O traço dessa autoridade será encontrado, às vezes, de modo visível em seus ensaios e, em outras oportunidades, enviesado. Assim, pois, o leitor poderia conceber a ideia de que a leitura dos ensaios de Hume torna-se compatível com o propósito de Maquiavel, que se constitui não raro em ponto de inspiração de Hume para ousar um pouco mais sobre o tema político.

A elaboração filosófica de Hume estava atenta à produção intelectual de sua época e, certamente, influenciou muitos intelectuais e políticos que, até o momento, tiveram sucesso na exposição de suas ideias, porém traziam uma extensão dos seus pensamentos ou, pelo menos, críticas a ele. Coube a Hume, de modo esmerado, denunciar os exageros dos partidos políticos, todavia era preciso ter uma base para refletir tal assunto.

Hume tem outros méritos. Na construção de uma reflexão que alcance o cume do conhecimento, descobre que o saber está limitado ao entendimento humano e o êxito ou fracasso desse empreendimento será pontuado, à risca, pela seguinte postura: explorar as verdades das coisas, mas dentro do limites humanos. Desse modo, Hume substituiu o desejo de um saber metafísico por um esforço de esclarecer tão só aquilo que está dentro das capacidades da pessoa humana. Tal diligência revela que ele estende as mesmas preocupações nos escritos sobre política econômica e a política em si. O resultado da reflexão humeana objetiva entender os pressupostos básicos da política e, ao mesmo tempo, apresentar argumentos mais razoáveis para a existência do Estado. Ao perseguir tal meta, Hume afirma, por exemplo, analisando as ideias vigentes, que o dever de obediência política, referendado, primeiro em Thomas Hobbes (1979) e, fortemente, consolidado pelas novas ideias do "contrato social" de Locke (2006), não é, decerto, uma justificativa plausível para o dever de obediência passiva na sociedade. Para ele, os sentimentos naturais, que estão presentes nos homens jamais permitiriam fundar o Estado com base no argumento de que esses já viviam uma condição pressocial no *estado de natureza,* como alegara Locke. O esforço de entender a função do egoísmo e, ao mesmo tempo, perceber que este sentimento representava uma séria dificuldade para que as pessoas ficassem unidas e, de modo igual, condicionadas umas às outras na vida social, demonstra o valor do pensamento

profícuo de Hume. Ao identificar o egoísmo como uma inclinação natural do ser humano e, ao mesmo tempo, como um problema para a reflexão política, Hume faz uma abordagem que poderia ser semelhante àquela de Maquiavel de que o interesse é a regra da ação política. Este aspecto pode ser considerado apenas como prático ou resultante de uma perspectiva realista. Estes elementos podem até se mesclar nos escritos de Hume e, assim, sobressair-se o homem objetivo.

Este filósofo defendia a ideia de instituições sólidas que fossem capazes de harmonizar com a liberdade dentro das regras das leis. Ele foi a favor da autonomia da América[49], uma significativa marca de que não era um simples defensor da causa monárquica, mas sim um teórico que pensava a monarquia, naquele instante, como um ingrediente necessário para se manter a estabilidade do governo que já se encontrava fragilizado. O conceito de estabilidade é polissêmico na ciência política, porém naquele contexto era entendido, de modo resumido e não problemático, pela unidade de comando e sua eficiência em conservar a paz interna por meio da monopolização da força nas mãos do monarca. Deste modo, Hume, talvez, sugere acreditar que a falência do governo cause a ruína do Estado.

Da mesma forma que Maquiavel, Hume entendeu o homem como um ser natural que existe no tempo e que mantém, devido à natureza que não se altera, uma relação volitiva com seus antepassados. Para eles, existem épocas de progresso e civilização que se alternam em regressão e barbárie, como uma espécie de ciclos de florescimento e ruína das civilizações, já que tais predisposições fazem parte de uma ordem natural. A natureza humana expõe-se de modo semelhante diante das crises políticas e mantém a mesma inclinação em satisfazer suas necessidades em qualquer sistema político. Eles perceberam que as condições concretas de cada época e os limites impostos pelas condições materiais da sociedade, fartura ou escassez generalizada de bens e produtos[50], afetam o comportamento humano em razão de sua natureza imutável. Por outro lado, a história está cheia de exemplos dessa afirmação: os homens desejam sempre ganhar alguma coisa. Por isso, erra o político que não examina minuciosamente as condutas dos homens na história e, ao mesmo tempo, demonstra *virtù* aquele o qual tendo este conhecimento está atento aos

[49] Esta passagem será demonstrada mais adiante, mas ele afirmava que as 13 colônias tinham o direito a autoafirmação e a independência.

[50] A posse da propriedade e o usufruto assegurado pelo Estado são duas preocupações constantes nos discursos de Hume.

acontecimentos; e sabe calcular e mensurar as ações humanas condizentes com a natureza humana. Para Maquiavel, essa psicologia contribuirá para formar o Estado; em Hume, para mantê-lo.

O Florentino era uma referência política por diversas maneiras e Hume não poderia furtar-se a leitura dos escritos. De modo semelhante, Hume merece ser lido como escritor da política, por sua tentativa de ser um filósofo analítico do fato político. Independente da origem da ideia, ele preocupa-se mais com a eficiência da proposição e sua exiguidade política. Desse modo, consegue, igualmente, ser um crítico do partido Whig, bem como, das fragilidades argumentativas da facção Tory.

A autobiografia de David Hume é construída de forma elegante e fluída e, ao mesmo tempo em que expõe de modo sucinto a vida, convida as pessoas a conhecerem seus pensamentos acerca da Filosofia, Moral e Política[51]. A política sempre foi um tema complexo e que permite diversas interpretações. No entanto, Hume escreve acerca dela de modo agradável e expõe suas ideias de maneira simples. Em política nada é simples, mas tanto Maquiavel quanto Hume se esforçaram em tratar o tema com uma linguagem mais clara e sem os adornos tão comuns que os doutos exigiam. Isto não implica em pensar que seus escritos não tivessem se fundamentado nas mais criteriosas fontes. A função das diversas filosofias, segundo Hume (1999, p. 9), é *contribuir para o entretenimento, instrução e reforma da humanidade*. Ele procura entender a experiência política como de fato ela é, embora saiba que envolve problemáticas hercúleas, mas procura reduzi-las à linguagem comum e que, imediatamente, possam ser sentidas pela vida prática. Este é o fio condutor da filosofia humeana, conhecer aquilo que as coisas são dentro dos limites da condição humana e, destarte, deixar de lado as questões que transcendem ao conhecimento humano. Com esse objetivo, o filósofo pode adentrar as minúcias do saber e, dessa maneira, descortinar o papel da sensibilidade na edificação das ciências e na reflexão política e moral que permite aos homens viverem em sociedade. Hume procura, de modo similar ao florentino, *a verdade efetiva das coisas*, todavia nunca além das coisas mesmas, privilegiando a experiência como palco da evidência dos raciocínios. Sua predileção pelas coisas empíricas, em detrimento dos mistérios da metafísica, delinea-se com mais clareza quando se percebe que suas ideias sobre política estavam contextualizadas na problemática do seu tempo, assim como embasadas em leituras aprofundadas nesse

[51] Para conhecer um pouco mais a respeito de Hume, é interessante pontilhar o livro de Mossner, **The life of David Hume**, (2001) e, assim, conhecer este filósofo que viveu no século XVIII.

campo, com experiências que refletiam, proficuamente, os fundamentos do exercício do mando.

Hume principia as reflexões em política pela seguinte constatação: não existem diferenças entre os homens que os impeçam de refletir as ações do ser e, assim, edificar um conhecimento a respeito do mesmo ser. Desta afirmação, torna-se possível visitar a história e encontrar diversas situações em que as ações humanas foram determinadas em virtude de sua natureza. De maneira análoga, ele contrapõe o presente ao passado e, da mesma maneira, aproxima a história da ciência política, tornando-as indissociáveis para entender o homem em sociedade. De fato, se não houvesse uma relação entre as atitudes dos seres humanos perante a história, não haveria sentido investigar e elaborar qualquer conhecimento, visto que não se poderia construir uma cadeia de raciocínios baseada exclusivamente na experiência. O estudo dos fatos do passado em suas causas e efeitos permitiria certa previsibilidade do futuro. Se os eventos do passado são reforçados em virtude de certa simetria, eles serão esperados no futuro por causa da mesma experiência que força, suavemente, a mente a conceber das mesmas causas os mesmos efeitos. Tal traço permite entender na história que os países que se dedicaram ao comércio prosperaram muito mais do que aqueles que descuidaram de tal atividade humana. Para alguns contemporâneos do filósofo, somente em territórios livres as atividades mercantis floresciam, como era o caso da Inglaterra. Hume discorda prontamente desta afirmação, porém acredita que o comércio é a fonte de riqueza material e intelectual de um povo. Com tal juízo, rompe-se o discurso de que o comércio é um empreendimento que só floresce em governos livres. Ao mesmo tempo, descortina o paradoxo, segundo o qual, os homens livres, que fazem preleções a favor da liberdade, submetem outros homens à condição de escravos, sem problematizar tal contradição.

Independente de ser um defensor do comércio internacional como uma fonte de engrandecimento nacional[52] e, também, fundamental para o aprimoramento das artes e ciências, Hume contestava, de modo veemente, a escravidão em pleno século

---

[52] *A vantagem do comércio 'exterior', bem como as riquezas e a felicidade que ele produz. Ele aumenta o estoque de trabalho da nação; e o soberano pode converter a parcela que julgar necessária deste trabalho para o serviço do público. Por meio das importações, o comércio exterior fornece materiais para novas manufaturas; e, por meio das exportações, produz trabalho em produtos particulares, que não seriam consumidos internamente. Resumindo, num reino com importações e exportações em larga escala, haverá mais trabalho, e este será mais empregado em luxos e supérfluos que num reino que se contente com os seus produtos nativos* (HUME, 2004, p. 411).

XVIII. Para muitos daquele tempo, seria impossível pensar o enriquecimento sem esse recurso desumano, essencial para o sucesso da política econômica. As navegações européias buscavam riqueza e poder, desde a formação dos Estados Nacionais, com seus empreendimentos e, naquele período, isso significava o uso da mão-de-obra do homem negro e a caça aos metais preciosos. A ideia de riqueza, associada ao homem negro e aos metais, operou uma mudança radical da economia, bem como nos transportes marítimos que tiveram que atender às novas demandas. As velhas embarcações foram substituídas por caravelas e, em seguida, por galeões capazes de transportar e proteger os carregamentos. No século XVIII, o comércio de africanos já se encontrava consolidado na mentalidade europeia e poucos tiveram a sensibilidade de condenar a escravidão. É importante ressaltar que muitas décadas separam o movimento abolicionista da condenação que o filósofo Escocês fez dessa prática abominável. Para este pensador (2004, p. 565), no entanto, aquele que, em sua casa, submete outro homem à sujeição de servo já se torna *um pequeno tirano*. Para Losurdo (2006, p. 178), *clara e firme é a crítica do instituto da escravidão em Hume.*

Hume elaborou ideias sobre moral, liberdade, economia, religião e política, entretanto foram relegadas a um segundo plano. Tanto os Whigs quanto os Tories estavam descontentes com os escritos de Hume. Além disso, ele era escocês, o que não era benquisto aos londrinos. O filósofo estava acostumado à hostilidade dos conterrâneos, visto que só recebia *Insults & Indignities from my native Country: But if it continue so, ingrata pátria, ne ossa quidem habebis* (HUME *apud* GREIG, 1932, p. 429). Parece que nos *salons* franceses teve melhor receptividade: *the good Company of Paris* (MOSSNER, 2001, p. 449). Em sua autobiografia, já tinha escrito acerca do preconceito que sofreu, devido as suas ideias sobre os fatos políticos, ocorridos na Inglaterra. Segundo Forbes (1975), o século XX reabilitou o pensamento de Hume ao reconhecer o valor do **Treatise of Human Nature** (HUME, 1985). As ideias do Escocês não poderiam permanecer para sempre no esquecimento, dada a extensão de assuntos que foram alvo de suas reflexões.

A dúvida metódica, por exemplo, foi o instrumento capital da filosofia de René Descartes (1991) para encontrar o conhecimento verdadeiro e, ao mesmo tempo, um marco na *Respublica literarum*. Tal esforço do filósofo francês mostrou uma exigência original perante o edifício do conhecimento na modernidade. Com esse procedimento, o filósofo recusava a autoridade dos antigos, os conhecimentos fornecidos pela

tradição e lançava as bases do saber universal que tinha na razão seu alicerce. A reflexão de David Hume[53], no entanto, sobre esse expediente cartesiano, revela que uma dúvida *antecedente* dificilmente levaria a uma ciência acastelada; para ele, seria impossível atingir tal saber. O recurso daquele filósofo, nascido em La Haye, possuía um grande número de adeptos na Europa, porém não estava inteiramente livre de objeções, em especial, na Inglaterra de Hobbes, Locke, Berkeley e, acima de tudo, do jovem Hume. Além disso, da crítica feita na **Investigação**, depois da revisão do **Tratado** (HUME, 2001), observa-se que não existe nenhum princípio original que fosse autoevidente e capaz de oferecer uma ciência exata e indubitável. Não contente em denunciar tal impropriedade, insiste em afirmar que se tal expediente existisse na natureza humana, o que ele considera dificílimo, ainda assim, se fosse possível tal método, não seria possível ter garantia sobre qualquer assunto, dado os limites do entendimento humano. Em resumo, David Hume considera um equívoco o procedimento cartesiano.

Ao edificar tão severa objeção à dúvida cartesiana, Hume colocava-se como um filósofo no limite do empirismo, seguindo, assim, a tradição inglesa. A extensão de suas críticas influenciou outros autores e, em especial, Adam Smith (1987; 1999) em sua obra magna: **Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações**. Smith, de fato, esteve muito próximo a Hume e se sabe da contiguidade de suas ideias. Smith reconhece sua dívida a Hume em diversas passagens. A **Teoria dos sentimentos morais** (1999), de Smith, livro de 1759, discutia a importância da simpatia humana como forma de suplantar a inclinação natural dos homens e de encontrar um caminho para a solidariedade humana, para além do egoísmo natural. Na **Riqueza das nações**, esse escocês conclui que a busca pelos interesses pessoais resulta no bem comum e no interesse público. O egoísmo, que representava uma dificuldade para a vida em sociedade, estava presente nas duas obras principais desse pensador. Em sua mais sólida contribuição à economia, Smith (1987) percebe que a competição e o egoísmo proporcionam o aperfeiçoamento do mundo. O primeiro livro aglutina três temas constantes das ponderações de Hume, fundamentais para a compreensão do conjunto de suas ideias:

---

[53] Segundo Hume (1999, p. 194), Descartes *prega uma dúvida universal não apenas sobre nossos anteriores princípios e opiniões, mas também sobre nossas faculdades, de cuja veracidade, dizem, devemos nos assegurar por meio de uma cadeia argumentativa deduzida de algum princípio original que não tenha a menor possibilidade de ser fraudulento ou enganoso*.

> [...] por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, e a considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela (SMITH, 1999, p. 5).

Smith e Hume, cada qual à sua maneira, discorrem acerca da inclinação humana ao egoísmo. Percebem que os homens, quando buscam realizar seus interesses, não raro, promovem o equilíbrio social. Smith e Hume compreenderam que as políticas mercantilistas representam um atraso econômico e social para a sociedade. A liberdade comercial era importante para o crescimento do Estado e, consequentemente, eles desejavam a menor intervenção do Estado em assuntos econômicos. Se Hume antecipa uma discussão acerca do Estado máximo diante da iminência do destempero partidário que se recusa a negociar interesses, por outro lado, defende o Estado mínimo nas questões econômicas. Ele repensa o papel do Estado em sua época. Para eles, o Estado obrigava manter as regras de justiça, bem como sua soberania aos perigos externos e internos. A política econômica do governo permitiria a livre iniciativa, somente regulando-a em casos de necessidade de Estado.

Não obstante as proveitosas sentenças econômicas de Smith e o mérito pessoal, ele manifestou que seu trabalho repousa sobre outras reflexões. Segundo ele, Hume foi marcante em suas observações acerca da economia. De fato, um traço do realismo político deste filósofo pode ser encontrado nas discussões a respeito da economia. Ele concebeu uma reflexão que une atividade comercial e moralidade, percebendo, de modo inédito, que somente em sociedades organizadas e estáveis se pode usufruir em segurança os bens materiais, mas também que esta situação social cria novos desejos. Hume foi um escocês que viveu no momento em que seu país estava mais maleável às influências do "Esclarecimento" (POCOCK, 2003; HAWTHORN, 1982). Segundo Smith, n'**Os discursos políticos**, Hume teria sido o único que observou as vantagens produzidas pelo comércio. Este débito de Smith levou Robertson a escrever:

> [...] é preciso destacar um dos contemporâneos escoceses de Smith – seu amigo íntimo David Hume. Famoso como filósofo do pensamento, Hume foi igualmente um filósofo da sociedade. Sua filosofia social foi destilada numa série de brilhantes ensaios, discutindo tópicos individuais no campo da economia e da política. Ao longo deles, fluem

> os temas dominantes da conveniência do desenvolvimento econômico e da necessidade, por conseguinte, de mudanças adequadas nos valores e instituições políticas. Assistemático, onde Smith seria sistemático, o espírito penetrante de Hume constituía, entretanto, uma constante fonte de inspiração intelectual. Na elaboração da nova filosofia da sociedade, Hume foi o Galileu para o Newton de Smith (ROBERTSON, 1989, p. 142).

Hume estava contextualizado com as questões políticas. Com ele, política, economia, moral e natureza humana se tornavam um marco referencial para se pensar o homem. Trata-se de um empreendimento que coloca o ser homem no epicentro da reflexão. Com isto, as artes, a estética, a ciência e a religião não mais se distanciam de seu projeto principal. Acrescenta-se a isso a contribuição de Newton e o significado da observação e da experiência como método.

A presença de Hume é sentida em outros campos. Segundo Baier (1995, p. 93), Hume tecia fortes críticas à conduta que promovia à segregação entre os sexos, pois, em seu raciocínio, considerava isso um sinal claro das sociedades bárbaras; enquanto no comportamento oposto, um traço da civilização. Em verdade, ele adota uma postura radical para a época, à medida em que afirma quão, na França, *nenhum Autor educado se aventura a publicar qualquer texto sem a Aprovação de algumas Juízas famosas daquele sexo* (HUME, 2004, p. 749). A influência das senhoras francesas estende-se além da mera defesa, pois, existiram alguns leitores do movimento proto-gênero que tentaram interpretar em uma determinada passagem do **Tratado** a má disposição dele quanto à eficiência do talento das mulheres. Como pensar nisso, afirma em seu ensaio: *não sei de onde se tirou a ideia de que eu fui de algum modo contaminado por uma sorte de implicância contra as mulheres* (HUME, 2004, p. 783). Nem sequer a conflituosa relação com a Condessa de Boufflers[54] parece direcioná-lo em sentido contrário[55]. Em qualquer hipótese, há que se ler Hume com certo cuidado, pois os relatos de seu caráter, em especial, daqueles que frequentam a intimidade de sua companhia, descrevem-no como um ser de amabilíssima cordialidade[56]. Acontece que suas ideias não deixam de atormentar os seres que não estão propensos à ponderação mais laboriosa. A hostilidade que enfrentou em vida diverge da delicadeza guardada na

[54] Hume manteve uma correspondência com a Condessa. Ver as cartas de Hume e o trabalho de Itxaso: *Hume y las mujeres como los mejores jueces literários*. (IBRASO, Hume y las mujeres como los mejores juees literários *In* **David Hume**. Madrid: Editorial Complutense, 1998).
[55] Coube a ela provocar a aproximação e, de um modo igual, a separação entre eles.
[56] *Le bon* David, como era conhecido pelos franceses.

memória dos amigos[57]. A carta, no rodapé, aponta dois aspectos que o ligam ao universo florentino. Embora o primeiro seja trivial: relata os últimos acontecimentos – *gossips*– ocorridos na República de Florença (GREIG, 1932, p. 85-86), na qual a princesa parece ter feito um desatino. Hume esteve em Florença e é bem provável que tenha discutido sobre política e Maquiavel nos encontros com os intelectuais da cidade. O segundo ponto é, contudo, significativo: comenta a mudança de humor popular contra William Pitt[58], mostrando a flutuação de ideias dos homens. Esta é uma abordagem de tipo maquiaveliana. Whelan (2004, p. 49) afirma que este episódio decorre da *volatility of opinion or the caprices of the people* em concomitância com a ideia contida no **Príncipe** de que ele nunca deve confiar inteiramente nos súditos.

3.1 David Hume em aproximações com Maquiavel: leitor e teórico político

Hume escreveu diversos ensaios de política econômica e foi um crítico, em parte, da política mercantilista adotada pela Inglaterra. As diversas regulamentações e a política econômica inglesa levaram Hume a escrever diversos ensaios de economia, nos quais apresentou queixas e indicou caminhos para a reflexão econômica. O que há de mais interessante nos ensaios, além dos problemas tratados, é o esforço do filósofo em tornar claras as suas ideias, bem como a recusa em aceitar propostas que não se encaixam com a realidade do momento.

Em **Que é filosofia?**, de Ortega y Gasset (1971, p. 87) lê-se: *a filosofia é um enorme apetite de transcendência e uma resoluta vontade de clareza*. A existência de David Hume foi marcada, de maneira clara, pela determinação de conhecer as coisas dentro do limite do conhecimento humano e de tornar o assunto suficientemente claro e elegante ao leitor. À primeira leitura de sua maior obra, percebe-se tal desiderato. O

[57] Em diversas oportunidades, Hume viu-se tomado por inquietações provocadas por pessoas ou situações que ele não tinha instigado. Em carta endereçada para Marquise de Barbentane, ele escreve: *I was just ready to set out for Scotland, in order to visit my friends, and take leave of them, when I received that horrible letter, accusing me of the blackest crimes, in return for all my favours and good offices. In* **The letters of David Hume** (GREIG, 1932, v. 2, p. 84).

[58] William Pitt (1708-1788) foi ministro da Inglaterra por duas vezes, tendo ganhado notoriedade no primeiro por vencer a guerra dos Sete anos. Segundo Hume, perdeu sua popularidade no segundo.

Tratado é a exposição elegante dada a um tema abstruso[59]. O problema do livro não foi o estilo, nem sequer a forma terapêutica dispensada à questão da "causalidade", mas sim o próprio conteúdo. É difícil encontrar uma interpretação tão desconcertante e não menos satisfatória para as reflexões acerca da causalidade[60]. Se Descartes escreveu em francês para conseguir um público maior, Hume não quer que seus pensamentos limitados aos doutos. Afinal, a filosofia que cultivava, exata e abstrusa, proporciona uma ajuda *à filosofia simples e humana* (HUME, 1999, p. 14), em todos os domínios da atividade humana[61].

Niccolò Machiavelli é uma referência política. Escreveu muitas obras, mas a mais famosa foi o **Príncipe**. Há traços claros da influência da função da chancelaria na construção de seus escritos. Poder-se-ia pensar que seu trabalho foi, em parte, resultante de sua situação por trabalhar nas entranhas do poder de Florença e, como enviado em diversas missões diplomáticas, teria, assim, desenvolvido suas qualidades pessoais e se tornado um excelente observador do fenômeno político. É natural que após o indivíduo examinar cuidadosamente um problema, pode estabelecer premissas

---

[59] Termo utilizado por Hume, na **Investigação**, para classificar sua filosofia de difícil compreensão em relação à outra filosofia simples e acessível, que é preferível pelas pessoas.

[60] Hume trouxe à superfície a "desocultação" da frágil justificativa para o fenômeno "causalidade". No seu contexto cultural, Hume queria debater sobre o indiscutido tema da natureza, que inadvertidamente era aceita como um fato cristalino no tempo. Com efeito, a questão da uniformidade da natureza era uma "verdade" na *Respublica literarum*. O ponto que ele discutia nem sequer era considerado um problema. Para ele, a natureza apenas informa que o evento **C** ocorre em seguida ao evento **A**. Imaginem, por exemplo, a situação de ver um gato devorar um leão. Parece absurda, não? No entanto, por alguma razão desconhecida, os gatos estão devorando saudáveis leões. No início, tal fenômeno parece um absurdo, mas a continuidade do fato insiste em se repetir. De algum modo, as pessoas vão aos poucos formando o hábito de que é natural tal ocorrência. A insistência da experiência vai consolidando um hábito de que é "natural" pensar que, existindo um gato e a ossada de um leão juntos, o segundo foi devorado pelo primeiro. Acreditar que **A** (gato) foi à causa de **C** (morte do leão), ou que há uma conexão necessária entre eles, que **C** aconteceu em função de **A**, e só poderia ser assim, é o que, vulgarmente, chamar-se-ia de uniformidade da natureza, quando, na verdade, a única coisa que se constatou foi, de fato, que a experiência obrigou a mente a formar uma conexão naquilo que foi somente um costume de ter tido experiências daquele modo. Além disso, a mente *suavemente* acredita que as experiências do passado irão se repetir no futuro. Eis um problema original à medida que o evento ocorrido foi de tal maneira, não implica em dizer que no futuro ele aconteça do mesmo modo. A única coisa que, de fato, sabe-se é que ele ocorreu de um determinado modo. Pensar no evento **C** que ainda não ocorreu, só é possível como crença. Ainda que se coloquem palavras como probabilidade e porcentagem altas, estas não resolvem o âmago da pergunta de Hume: além do costume de se ter experiências no passado e da crença de que o futuro será igual como era antigamente, quais justificativas racionais podem ser apresentadas a favor da causalidade? Hume não negava a possibilidade de se continuar fazendo ciência, apenas mostrava que a substância do cristal não era tão sólida como muitos imaginavam em sua época, porém pouquíssimos puderam entender sobre o que ele discutia e, assim sendo, era muito melhor deixar as partículas do vidro do mesmo estado em que se encontrava do que acreditar naquele jovem que debatia sobre questões que ninguém entendia.

[61] *O político adquirirá maior previdência e sutileza na subdivisão e balanço do poder; o causídico empregará princípios mais metódicos e refinados em seus arrazoados; e o general, mais regularidade em seus exercícios e mais cautela em seus planos e operações*. (HUME, 1999, p. 15).

sobre o objeto de seu estudo. No entanto, o secretário Florentino foi muito além das condições proporcionadas pela função de servidor público. A primeira consideração estabelecida por Maquiavel foi a de que os assuntos da política precisam ser entendidos com a sensibilidade humana, mas sem recorrer às forças teológicas. A política é um assunto, tipicamente, humano e, portanto, merece uma atenção mundana. O Estado não é fruto de uma invenção dos deuses, pelo contrário, trata-se de uma construção dimensionada pelos sentidos humanos.

Em um contexto diferente, todavia em situação aproximada, Hume recorria às leituras do fato empírico para atestar a veracidade dos eventos, dando proeminência, em última instância, à realidade que se apresenta à sensibilidade. Na compreensão do fato político, ele tentou deixar a seguinte lição à posterioridade: ater-se às coisas úteis. Ele teve experiências com os meandros do poder, à medida que conhecia diversos segredos sobre a política exterior da Inglaterra e participou, pelo menos, de algumas reuniões políticas nos gabinetes das embaixadas nas quais trabalhou[62].

Esse filósofo constatou que a política é feita por homens que têm as mesmas volições em todos os tempos. Por seu turno, Hume escreveu alguns ensaios sobre política, mas não tão profundo como Maquiavel. Aliás, a História da Filosofia não tem pensado em Hume como um filósofo político. O trecho de sua carta (GREIG, 1932, p. 133), endereçada ao Reverendo Hugh Blair, descortina informações que permitem pensar um novo perfil de sua instrução política. Em primeiro lugar, mostra uma rotina de trabalho executada com facilidade, se não é gratificante, também, não é desagradável. Em segundo, recebe informações "secretas" que devem apresentar as relações de poder nas altas esferas administrativas. Terceiro, a diversidade de informações solicita atenção especial e sugere que elas devem ser analisadas continuadamente, já que são em grande volume e de todas as partes conhecidas pelo globo terrestre. Quarto, trata-se de mensagens pragmáticas que envolvem deliberações e acordos secretos com fins utilitários e imediatos. Quinto, tem a oportunidade de participar intelectualmente desses conflitos e, assim, formar uma leitura muito acurada da política como uma técnica de poder. Finalmente, tal passagem revela uma coisa óbvia: Hume qualifica-se como um teórico político. Afinal, ele

[62] A evidência disto pode ser lida na descrição que fez de sua rotina de trabalho: *My way of Life is very uniform, and by no means disagreeable. I pass all the Forenoon in the Secretary's House from ten till three, where there arrives from time to time Messengers, that bring me all the Secrets of this Kingdom, and indeed of Europe, Asia, Africa and America* (Hume, Letter to The Rev. Hugh Blair) *In* **The letters of David Hume** (GREIG, 1932, v. 2, p. 133).

trabalhou nas embaixadas de Viena, Turim e Paris e se tornou amigo do Conde Hertford, embaixador inglês em Paris, tendo convivido com o irmão deste, o General Conway, e finalmente, foi Subsecretário de Estado em Londres.

A simples menção à presença de uma embaixada inglesa desvela o fato de que existe com um único objetivo, auxiliar o governo em sua política exterior. Hume foi secretário do embaixador e teve diversas oportunidades de entender a função deste órgão como representação simbólica e braço armado para os negócios da Inglaterra. Era o instrumento político que o governo utilizava para tornar mais eficaz sua política econômica, bem como sua estratégia político-militar na condução dos conflitos internacionais. Desde a época da rainha Elizabete I, com Francis Walsingham (um dos principais assessores desta monarca e responsável pela criação de uma rede de espionagem), os ingleses desfrutavam de uma rede de recolhimento de informações privilegiadas. Não há dúvida de que as embaixadas tinham um papel na análise desses documentos. Tal situação é reforçada, em sua plena evidência, com as palavras de Hume, *de onde de hora em hora, chegam mensageiros com todos os segredos da Europa, Ásia, África e América* (GREIG, 1932, V. 2, p. 133).

Torna-se claro que Hume teve alguma experiência com a política efetiva e, desse modo, teve um conhecimento singular do fenômeno, como será mostrado em seus ensaios. Talvez, por isso, ao conhecer todas as partes do globo terrestre onde a Inglaterra mantinha interesses comerciais e militares, tenha conhecido os bastidores do poder e considerado estimulante compreender o pensamento de Maquiavel, uma vez que este tinha sido um brilhante observador das cenas políticas. Aliás, seu estilo deve ter sido agradável a Hume, pois estava de acordo com a própria filosofia empírica que o Escocês edificou. Eis uma evidência formal de que David Hume leu cuidadosamente o secretário Florentino:

> Maquiavel era certamente um grande gênio, mas tendo limitado seus estudos aos governos furiosos e tirânicos dos tempos antigos ou aos pequenos e tumultuados principados da ITÁLIA, os seus argumentos, especialmente sobre o governo monárquico, se revelaram extremamente falhos; e dificilmente se encontra uma máxima em seu *príncipe* que a experiência posterior não tenha refutado completamente (HUME, 2004, p. 195-196).

O destaque à nação foi feita pelo próprio filósofo. Tal referência é uma demonstração de que Hume conhecia Maquiavel e, ao mesmo tempo, estabeleceu

comparações entre seus escritos e de outros autores, embora nem sempre mencionados na crítica. Observou também os acontecimentos previstos pelo Florentino que foram contrapostos pelos fatos históricos. O Escocês, evidentemente, não poderia fazer uma crítica construtiva sem recorrer a outros textos do filósofo Florentino. Do mesmo modo, reconheceu como o pensamento de Maquiavel dava uma sensível contribuição ao entendimento da política. A passagem acima merece atenção especial porque sugere uma crítica, mas traz uma menção elogiosa. Diferente da observação que fizera contra a "dúvida cartesiana", para Hume, Maquiavel poderia ser uma significativa interlocução, ainda que tivesse, no entendimento do Escocês, restrições aos limites italianos. Segundo Pocock, a Inglaterra do século XVIII tinha recebido as ideias maquiavelianas, o que permitia um contato direto com as suas concepções.

A Revolução Inglesa e a restauração da monarquia na Inglaterra permitiram a Hume entender que muitos fatos na política são recorrentes na história. Tal como Maquiavel, ele se deu conta de que a história é uma espécie de laboratório[63] para estudar as ações humanas, pois a natureza humana permanece a mesma ao longo do tempo. Eis uma feliz coincidência de pensamento entre eles. Aquela menção elogiosa contém uma crítica estampada a Maquiavel, mas uma observação meticulosa revelará que Hume discorda profundamente da imagem coletiva atribuída ao Secretário Florentino. Aliás, a própria adjetivação de "gênio" não deve ser despercebida no interior da mensagem; embora tal palavra possa ser entendida como uma qualidade de um ser benéfico ou maléfico, ela também denota a significação de um indivíduo de extraordinária potência intelectual. Portanto, torna-se importante perceber essa declaração explícita e, do mesmo modo, por via oblíqua, que Hume reconhece o valor de Maquiavel como escritor de coisas da política. Se, de um lado, existia uma reserva aos comentários políticos de Maquiavel, de outro, existia também o manifesto que seu trabalho, salvo a limitação às fronteiras italianas, possuía algum mérito para Hume.

[63] Usamos a palavra laboratório, do lat. med. *laboratoriu*, porque ela permite uma plausível interpretação: local no qual os fatos políticos podem ser observados, enquanto atividade comum dos homens e, simultaneamente, campo de estudo que permite re-examinar minuciosamente aqueles e, a partir, dessa descrição atenta, elaborar um conhecimento para as necessidades coevas. A história, como um conjunto de situações, traz as informações necessárias para efetuar uma prescrição política que visa ao tratamento da arte de governar. Ademais, encontrar-se-á nela exemplos de conduta de homens que devem ser imitadas, bem como de outros que, apesar do sucesso ou não em seus empreendimentos, não devem ser louvados, em virtude das razões que geraram seus atos. De antemão, poder-se-ia pensar em César Bórgia e Agátocles respectivamente.

Com efeito, o simples fato de Hume debruçar-se sobre as obras do pensador atesta a sua importância.

Hume publica seu ensaio **Da liberdade civil** (2004) com uma forte crítica ao pensamento político de Nicolau Maquiavel. À primeira vista, não se pode desenhar todos os pormenores e traços que este excerto revela, contudo não deixa de ser curioso que Hume também tenha julgado o filósofo italiano. Do mesmo modo, não cabe simplesmente julgar incoerente ou mesmo acertado o juízo da menção. Percebe-se que a análise desperta novas discussões consoantes à política do Secretário Florentino ou inicia uma navegação política que, lamentavelmente, escapou à obra do Secretário Escocês.

Ao percorrer as outras linhas do ensaio, confirma-se um fato interessante que perpassa uma parte significativa dos trabalhos de Hume: este avalia com cuidado os escritos de Maquiavel. Tais palavras, de imediato, não indicam com precisão outra coisa, senão, que ele, provavelmente, conhecia as ideias contidas nos textos de Maquiavel enquanto redigia seus próprios textos. Seria, portanto, concebível que os textos do Escocês estivessem sendo, estreitamente, influenciado pelas ideias do Florentino, apesar das pequenas alterações em conceitos e, até mesmo, sobre algumas personagens da história. Da primeira coincidência já mencionada, a natureza humana permanece a mesma, não é uma mera justaposição entre eles, senão um primeiro indício de que existe, pelo menos, um tema que os aproxima. Não obstante, nos ensaios de Hume se pode deparar com muitos comentários que ressuscitam a imagem de Maquiavel e, mais ainda, fazem referência direta ao Secretário, conforme registrou Whelan (2004). Não obstante, não há contradição em afirmar que ele meditou sobre o tema. Hume, de modo igual, fez uma crítica à pena política do Florentino. Essa argumentação não implica somente dizer que Hume percorreu a vista pelos textos de Maquiavel, contudo pensou com cuidado as máximas e, só depois de algum tempo, refletindo acerca das considerações que o Florentino elaborou a sua asseveração.

Ao passo que se perseguem os sinais da presença de Maquiavel nos escritos de Hume, é possível encontrar alguns temas ou ressonâncias entre os pensadores. Whelan (2004) garante que há, entre eles, ideias em comum. Por diversas vezes os interesses políticos de Hume parecem encontrar inspiração nos escritos de Maquiavel. Por isso, algumas leituras do primeiro devem privilegiar a autoridade do segundo nos seus ensaios. Não se deve considerar estranho que David Hume tenha lido o

Príncipe, visto que este trabalho tornou-se um referencial para ele, nos debates políticos[64]. O **Príncipe** de Maquiavel, foi certamente, uma fonte política obrigatória, influenciando a educação política de Hume, de monarcas e de outros filósofos. Ademais, uma leitura política de seu tempo e a relação com os temas maquiavelianos poderiam se revelar como úteis ferramentas para se perceber melhor a própria política inglesa. Afinal, depois que Bacon escreveu que Maquiavel descreve como os homens são, ao invés de como deveriam sê-los; da corrupção dos valores nasce as facções; da instabilidade política a ruína do Estado; da ausência de autoridade, dentre tantos assuntos, tornava-se um referencial ao contexto inglês.

Hume surpreende com suas análises. Porventura, poder-se-ia considerar "retórico" um filósofo admitir que um nível de corrupção seja necessário para se manter a balança de poder equilibrada na administração do Estado? Seria um adorno empolado entender um homem que deseja uma república, optar por uma monarquia absoluta, ainda que fosse a ela contrário? Seria uma peça primorosa, porém vazio de conteúdo, examinar cautelosamente um filósofo que afirma que o suposto *estado de natureza* é apenas uma ficção no discurso dos seus predecessores, a saber, Locke e Hobbes. Seria o objetivo do estudo da oratória apreender o papel e a função dos partidos para a ruína e a harmonia do exercício do mando no Estado? Do ponto de vista prático, Hume realiza uma reflexão sobre a política que visa explicar e, do mesmo modo, prescrevê-la como uma atividade política meramente humana e permeada por conflitos de interesses, todavia tendo como alicerce o empirismo e o realismo político[65] em suas meditações. Nos **Prolegômenos a toda metafísica futura** (1988), encontra-se uma epígrafe na qual Kant afirma que Hume o despertou para certa atitude filosófica[66]; em um modo muito próximo, possivelmente, teria cabido aos temas tratados por Maquiavel fornecer as bases para o "despertar" político de Hume[67]. O Florentino edificara a análise política pelo esteio da experiência. A proeminência da experiência nas teorias era decisiva para Hume. Segundo Escorel (1979, p. 13), *não*

---

[64] A crítica de Hume a Maquiavel, ao **Príncipe**, torna-se uma prova material desta hipótese.

[65] De início, entender-se-á por realismo político a maneira de tratar os assuntos da política em estreita relação com os fatos empíricos e, ao mesmo tempo, afastando-se da ideia de compreender o fenômeno político como uma teorização do Estado ideal. Este assunto será mais desenvolvido na 4ª parte deste ensaio.

[66] *Foi a advertência de David Hume que, há muitos anos, interrompeu o meu sono dogmático e deu às minhas investigações no campo da filosofia especulativa uma orientação inteiramente diversa* (KANT, 1988, p. 17).

[67] Hume foi um autor conhecido em sua época, em especial, pelos franceses. Depois de sua morte, ele ficou um pouco esquecido pelos leitores. Coube a Kant despertá-los à curiosidade pela obra de Hume. Embora seja um exagero tal suposição, parece que Flávio Josefo foi lido por Hume por alguma menção em suas leituras.

parte Maquiavel jamais de postulados metafísicos ou teleológicos, mas de realidades empíricas imediatas para entender o fenômeno político; Hume, quem sabe, teria encontrado no Autor todas as proposições necessárias e, em consonância com sua filosofia, para edificar uma análise sólida do fato político inglês. Ora, entender a política é sempre um ofício instigante, não obstante, do ponto de vista teórico, torna-se uma atividade mais filosófica procurar compreender a engrenagem do pensamento político de Maquiavel, exercendo uma força sobre as reflexões do filósofo que foi apenas considerado um pensador que estudou somente a causalidade.

Pode-se afirmar que os ensaios de Hume estão repletos de comentários da política interna e externa, do papel das Leis e da violência para instituir o Estado; ao mesmo tempo, que o político deve ser um ator na arena política, capaz de dissimular as intenções ao tempo que realiza atos promovedores de sua administração. Ora, pensar dessa maneira, estaria muito próximo do pensamento principal do **Príncipe**: manter o poder. Além disso, Hume percebera que somente as leis e a força são incapazes de garantir a soberania e o controle do Estado. Em sua opinião, o exercício do mando precisa ser justificado e, igualmente, aceito pela população. Eis aqui mais um ponto que o aproxima indiretamente do secretário Florentino, contudo o leva a um tema que não foi investigado por Maquiavel. Hume percebe que é difícil às massas tomarem parte do governo, ainda que seja possível uma democracia eleitoral. É preciso "teatralizar" a participação do povo por algum expediente, permitindo pensar que a existência de um governo estabelecido serve para o bem comum de todos. Afinal, somente a "opinião" de que é vantajoso ter aquele governo é, por fim, sua justificativa. Logo, afigurar-se que ele tem outras palavras que devem ser consideradas em seus ensaios.

Ao considerar-se, brevemente, a história do pensamento político, é comum perceber que as ideias sobre política são como embarcações que saem de um porto, enquanto crítica à sociedade vigente, e velejam por mares em busca de outros portos. Tal como os marujos, os escritores que se propuseram a pensar a política velejam com mapas e sonhos. Dessa maneira, é natural que muitos só encontrem um lamentável naufrágio, todavia não deixam de ter importância as considerações do tema. Se são como navegantes que procuram portos, uma inspeção pouco minuciosa revela que a política foi tratada de diversas maneiras e com uma largueza de conteúdos. É raro, portanto, encontrar um filósofo que não tenha deixado, pelo menos, uma ou duas

palavras sobre o tema. No caso específico de Maquiavel, parece que ele preferiu escrever sobre o próprio porto, pois é ali que as coisas acontecem; naquele lugar são preparados os navios e os mapas; lá estão os homens que capitaneiam as embarcações. Desse modo, tudo indica que Maquiavel escrevia exclusivamente sobre problemas italianos, mas é possível também que sua visão sobre a atividade política poderia ser estendida para outras situações e lugares; esta é a percepção que Hume registrou do Florentino. Conforme assinala Cassirer (1976, p. 134), a polêmica criada pelas ideias contidas no **Príncipe**, quando cita Terentianus Maurus, *a sorte de um livro depende da capacidade dos seus leitores*. No caso de Hume, os epígonos da política pensaram que ele estava muito distante da costa e não gostavam da essência aromática que o mar trazia para o continente e, assim sendo, não deram conta de que Hume, quiçá, tenha tomado emprestado algumas dessas opiniões de Maquiavel e as aplicou à sua interpretação da estrutura política inglesa. Esta interpretação é confirmada por Whelan. É verdade que o problema de Hume tem sua especificidade e o contexto britânico difere, radicalmente, da cidade Florentina. Porém, as posições de Maquiavel, possivelmente, interessassem a Hume pelos propósitos contidos na própria atividade política. Afinal, o homem é, por natureza, egoísta, motivo pelo qual esquecem os verdadeiros *interesses* que a vida social lhes proporciona pela simples satisfação de volições imediatas. Por conseguinte, cabe ao ator político traçar a rota que os homens devem perseguir em busca dos reais e permanentes interesses da sociedade: a segurança, a vida e a propriedade. Contudo, o propósito, nem sempre, precisa ser imposto pelo recurso à força. Com efeito, se Maquiavel pensa a política a partir dos fins, Hume parece ter seguido a mesma trilha.

As afinidades entre Maquiavel e Hume se estreitam em muitos temas e, em particular, pelo estudo da política e da natureza humana. Afirmar isso não significa que, de modo desigual, estivessem preocupados em determinar, exatamente, qual é a suposta natureza, mas sim entendiam que a vida se dá, essencialmente, na vida coletiva e, consequentemente, é preciso saber como essa natureza tem se manifestado perante o fenômeno político. A afirmação revela que a história terá uma função pedagógica para o ator político, à proporção em que compete a ele combinar ações administrativas que podem ter na história exemplos dos seus efeitos. Obviamente que o novo sempre se manifesta e que o cálculo da ação tem somente uma porcentagem

diante da "Fortuna[68]", todavia não deixa de ser importante para o exercício do mando saber como os mesmos fatos aconteceram no passado. Ora, satisfazer a engrenagem social só é possível dentro de instituições permanentes que assegurem a paz e a prosperidade dos seus elementos. Tal fato demanda uma educação política que seja capaz de entender como funciona a própria atividade política. Eis por que, na mesma qualidade, Maquiavel valorizava o conhecimento dos antigos e Hume pensa de modo parecido. Portanto, de maneira prática, entender a natureza humana é importante para a mesma atividade política. Esta perspectiva elimina suas preocupações com essa natureza.

Partindo de um ponto realista, Hume tenta mostrar o papel de uma má administração que será ruim tanto para a república quanto a realeza. Do mesmo modo, implicações sobre a liberdade aconteceriam na escolha de uma em detrimento da outra. Em verdade, ele forneceu uma série de contribuições que refletiam sobre a política do seu tempo e, em especial, em assuntos capitais à meditação política. O raciocínio é verdadeiro, como se verá adiante, e percebe-se sua plausibilidade quando se recorda que ele tratou de temas que, invariavelmente, encontravam-se entrelaçados com a discussão política: a moral, a natureza humana e a origem e o conceito de justiça. Tais temas em comum, parece sugerir que a preocupação com o tema político, para Hume, foi bem maior do que aquela atribuída pela história da filosofia. Parece que as supostas razões de Estado encontraram em Hume um filósofo político, pois sua análise revela que a política deve ser entendida pelos resultados práticos: a garantia à vida e à propriedade, mediada pelo Estado Moderno.

De modo distinto de Maquiavel, que assistiu ao florescimento cultural e econômico de Florença, mas sempre associado ao sucesso e à ruína de alguma família daquela cidade, Hume teve a oportunidade de conhecer as linhas estruturantes do Estado Moderno. Desde a dinastia Tudor, conseguiu-se implementar medidas que proporcionaram uma próspera economia à Inglaterra, dando, por certo, os primeiros e decisivos passos para a centralização do poder, com a demarcação territorial e as imposições civis. Com a morte da última Tudor, os ingleses tiveram a oportunidade de assistir: às forças burguesas destronarem e executarem um rei da linhagem ds Stuart; à ascensão e queda da família Cromwell; à restauração dos Stuart; à entrega da coroa a Guilherme; ao retorno da família Stuart ao poder; à entrega da Coroa à família

[68] No caso, destino, acaso, sorte.

Hanover e, sobretudo, à pífia política colonial inglesa na América[69]. Tais acontecimentos permitiram a Hume compreender como o Estado tornou-se importante para que os homens vivessem em sociedade. Afinal, dependendo uns dos outros e cada qual desejando realizar seus interesses imediatos do que aqueles que garantem a sobrevivência da sociedade, somente a presença de um Estado poderia manter as regras de justiça funcionando. Além disso, em todos aqueles eventos mencionados, percebeu o papel das armas e o fundamento do dever de obediência política, fundamentado no direito divino que passou a ser regido pela ideia de contrato social. Hume procura compreender a natureza da política e entender o Estado constituído, em funcionamento, de acordo com leis e sob instituições consolidadas pelo tempo e avaliadas segundo a eficiência, como mais apropriada que o Estado idealizado, sem existência real. A força coercitiva dos Tudors facilitou a edificação do Estado, devido aos conflitos partidários sem o cuidado da moderação que o expõe à fragilidade externa e interna, principalmente se os grupos que disputam o poder não dialogam em virtude dos princípios políticos. Pode soar estranho a esta altura, mas Hume mostra-se mais um conservador na questão da sobrevivência do Estado, embora seja, de certo modo, um arauto das questões políticas estrangeiras, do comércio, da política econômica e da moral.

Não obstante os resultados práticos, somente a efetivação de um Estado centralizado seria capaz de assegurar tais resultados. Para Maquiavel, o que importava em política era definir a própria atividade política que consegue a meta de preservar o mando do governo. Para ele, a origem do Estado é importante, para moldar adequadamente as bases. Se o governo inicia de um modo racional ou se foi devido à natureza humana, tal fato não é um problema filosófico para Hume como o foi para Aristóteles (1985), Filmer (1991), Hobbes (1979) e Locke (2006). Ao contrário, o juízo do tema é claro: *o governo começa de forma acidental* (HUME, 2004, p. 138), mas somente com o recurso à força e o auxílio de leis e, em particular, uma concordância coletiva de que é necessário para garantir que cada um possa gozar de seus bens como melhor lhe aprouver, consolida esse mesmo governo. De certo modo, Hume como

[69] *Sou um americano em meus princípios, e desejaria que os deixássemos em paz, para que governem ou desgovernem a si próprios como lhes parecer mais adequado* (HUME *apud* POCOCK, 2003, p. 170). Trata-se de uma carta de Hume endereçada para o Barão Mure of Caldwell, datada de 27 de outubro de 1775. Ele, nela, assume uma posição em defesa dos norte-americanos em plena crise política entre a Coroa e a Colônia. Excertos como estes revelam, de imediato, que o Escocês não era simplesmente um defensor da monarquia.

Maquiavel não se dedicam a debater a origem do Estado, embora seja forçado pelas condições concretas a edificar um ensaio sobre o tema. Neste sentido, a preocupação consiste em encontrar os elementos retóricos nos discursos que sustentam a origem do Estado em alguma "essência" humana.

Entretanto, os homens estão em constante conflito, pois sempre desejam mais bens e, por contradição da natureza, estes não existem em fartura para todos. Aliás, Hume foi perspicaz ao afirmar que ninguém entrava em conflito devido ao "ar", pois existe em abundância e é mais importante do que bens supérfluos do excesso de luxo. Tal como Maquiavel, Hume percebeu a importância dos humores, dos grandes que desejam dominar, e dos pequenos, que não desejam ser oprimidos, e a importância das facções no Estado. Em virtude disso, acredita tão somente nas leis como um modo de se prevenir contra tais humores. Maquiavel viu o conflito e a consequente ruína das cidades, devido aos conflitos causados pelas facções. Mas, Hume percebeu isso e um pouco mais. Para ele, o conflito é inerente à espécie humana.

A característica mais interessante dos antigos, ao descrever uma república, alicerça-se, primeiro, em não definir o estatuto da História, preocupar tão somente com os *acontecimentos político-militares* (BIGNOTTO, 1991, p. 183). Assim, desconsideravam as diversas redes existenciais, a opinião do povo, nas diferenças de comportamentos e, por fim, propor medidas para que a natureza humana não fosse corrompida por males provenientes da condição humana, sejam eles interiores ou exteriores. Uma história pedagógica. Isso pode ser verificado, em especial, nos textos gregos antigos. De modo cauteloso, parece que **A República** de Antístenes e também a de Hipódamo eram desse gênero. A ideia genérica é a teorização da cidade ideal, na qual os homens, preparados intelectualmente, poderiam desfrutar suas existências sem preocupações com "os gozos materiais" e outras questões decorrentes da propriedade privada. Em linhas gerais, tratava-se de uma ideia de governo edificada na crença de que a sociedade pode ser fruto de uma racionalidade em detrimento das condições objetivas da vida política entre homens. Ora, tal teorização intelectual que pensa a política como uma atividade que tem como função principal estabelecer um modelo de sociedade, que desconsidera a complexidade do comportamento político, pode ser designada como ideal. Tal esforço de teorização tenta, em verdade, encontrar os fundamentos éticos da essência humana para após aconselhar qual seria a forma política mais apropriada para se adequar à natureza humana.

A política, dessa forma, era entendida como um instrumento puramente inteligível ao qual o ator político recorria ao governar. É comum encontrar nos textos da antiguidade menções à política associadas ao uso da metáfora: saúde da sociedade. Entre os constituintes das várias proposições, quase todos exemplificam seu modelo aos moldes de um diagnóstico médico. Portanto, política seria uma busca pela adequação ética a certo padrão de conduta, porém, lembrando que as razões de Estado devem ser priorizadas pelo ser híbrido (príncipe). Tal ideia sofreu críticas à época do Renascimento, mas com Maquiavel, depois da contribuição dos *humanistas do quattrocento* (BIGNOTTO, 1991, p. 182), fundou certa compreensão de que a política só deva ser examinada como um fenômeno da atividade humana, embora sua preocupação fosse restrita à cidade, tendo a história como um depósito de fatos para contrapor e, ao mesmo tempo, explicar aos fatos modernos e exemplos de caráter humano que devem ser louvados ou não em virtude de seus propósitos. Por isso que Maquiavel ainda utiliza a metáfora do remédio, para obtemperar naquilo que se repete e, ao mesmo tempo, colocar novos, quando não existirem, contextualizando com certo cálculo os reversos da "Fortuna".

Maquiavel herdou uma forma de escrever a história dos antigos e dos *quattrocentos*. A influência ocorre em seus textos. Nos escritos de Hume se podem encontrar alguns *remédios* prescritivos para a sociedade, bem como algumas diagnoses equivocadas. Maquiavel, ao descrever as ações do rei Luís, tenta apresentar uma série de equívocos cometidos por este que, ao invés de adotar medidas "farmacológicas" apropriadas, adotou as mais indevidas à situação. O cálculo da *virtù* é o "phármaco" eficiente, mas a ausência deste atributo entrega o príncipe à *fortuna*, tornando-lhe enfermo ao acaso. Como evidência de seu entendimento afirma que

> o Rei Luís cometera estes cinco erros: tinha abatido os menos poderosos, aumentando a potência de um poderoso na Itália, trazido um estrangeiro poderosíssimo, não tinha vindo habitar a Itália e não mandou colônias para aí. Estes erros, em vida sua, podiam não prejudicá-lo, se não tivesse cometido o sexto – o de se apoderar de territórios venezianos, pois, mesmo que não houvesse fortificado a Igreja e não houvesse intrometido a Espanha nas coisas da Itália, era razoável diminuí-lo (MAQUIAVEL, 1991, p. 14).

Os equívocos relatados por Maquiavel atestam a perspicácia em teorizar a respeito da política, mantendo uma relação direta com as experiências e os fatos. A

falta de cálculo político (*virtù*) foi a marca característica do rei Luís, revelando que o ator político não deve perder as oportunidades que a *fortuna* lhe oferece. Do mesmo modo, compete ao político de *virtù* o conhecimento dos eventos transcorridos na história e, em específico, o saber de como os homens se comportam. O saber deveria ser conveniente para calcular, no presente, os efeitos produzidos por remédios similares em situações similares no passado.

4 A História como laboratório de desvelamento da natureza humana

> Pode-se, porém, observar que, na história *civil,* encontra-se uma uniformidade muito maior do que na história do saber e da ciência, e que as guerras, as negociações e a política de uma época se assemelham mais do que o gosto, o gênio e os princípios especulativos (HUME, 2004, p. 207).

A história forneceu subsídios para aquela reflexão. Para Hume, os testemunhos se amparam na regularidade das ações humanas e na observação dos fenômenos. Este é o método adequado para se edificar qualquer conhecimento, princípio fundamental para todos os saberes. Segundo ele, a política pensa os homens em sociedade, sendo o conhecimento da natureza humana o primeiro e mais decisivo passo na construção da ciência, conforme registra o destaque humeano.

A posição de Hume é clara acerca da história política: ela mantém um nível de regularidade por causa da natureza humana, que busca sempre realizar seus interesses. Portanto, somente quando se entende a composição desse ser é possível refletir sobre a sociedade. Para isto, é necessário conhecer a anatomia do homem, fornecida pela história, pensada a partir de sua simetria e evidenciada pela experiência. Para Maquiavel, ela é um espelho de um contínuo *devir.* Para Hume, ela é uma fonte de consulta que referenda a especulação filosófica, principalmente quando se estabelece uma relação entre os dois saberes para uma reflexão política. Cassirer (1994, p. 271) escreveu que Hume buscou *realizar um equilíbrio entre esses dois elementos* [história e filosofia]. De fato, os escritos de Hume sempre sugeriram tal relação. O que é a história senão o conjunto de circunstâncias complexas nas quais os seres humanos demonstram suas inclinações? Norton aponta esta estreita união:

> there are logical ties between the historical and philosophical elements of Hume's thought. An obvious instance of such a tie is found in the area of political theory. It has suggested many times that the claims and reasoning of the political and economic essays are illustrated, even verified, by the History of England. Hume himself suggests this line of thought when he says in the Treatise that the study of history confirms the reasonings of true philosophy, and there is certainly something to be learned from looking to the History to confirm the Treatise and Essays (NORTON and POPKIN, 1965, p. XXXIII-XXXIV).

É evidente que Hume percebeu que a relação entre os dois conhecimentos permitiria edificar uma ciência mais sólida sobre o homem. De fato, *it can be demonstrated that history and philosophy are inextricably connected in all of Hume's work* (NORTON; POPKIN, 1965, p. XXXIII). A história tem uma pertinência cognitiva e seu estudo revela-se profícuo ao exercício do mando. Não restam dúvidas de que estes dois filósofos da sociedade pensaram acerca deste saber em suas distintas posições políticas. Maquiavel procurava "a verdade efetiva das coisas" e instalou recursos novos para elaborar sua perspectiva política. A experiência do Florentino produziu um choque com as tradicionais maneiras de se escrever sobre política. Em primeiro lugar, desistiu de elaborar visões imaginárias de Estados perfeitos que não encontram fundamentos na história do homem. Em segundo lugar, percebeu que *a verdade efetiva das coisas* acontece no mundo empírico e, por isso, encontrou um mundo dividido por motivações de poder e interesses de ganho entre homens que, de maneira inevitável, os lançavam ao conflito.

A Itália de Maquiavel tem um problema político sério: a desunião do povo italiano e a presença marcante de potências estrangeiras que tratam a península como o "quintal" dos seus interesses, em detrimento dos reais interesses italianos. Os invasores não têm uma história tão rica e diversificada de glórias como foi a história da Roma Antiga. Tampouco os coevos italianos se colocam a par disso. Os conflitos em política são inevitáveis e evidenciados, comumente, pelas experiências. As oposições de ideias, sentimentos e interesses das sociedades italianas eram como uma doença que mais prejudicava aos projetos italianos, ao mesmo tempo em que facilitava as manobras dos invasores sobre a península. De fato, as lutas internas eram a causa da fragilidade italiana. Maquiavel desejava tornar a Itália forte e, para isso, fez um esforço notável para viabilizar seu projeto, porém, sem nostalgia de um passado. Desse modo, o passado é apenas um espelho, pois as condições reais se apresentam claramente ao teórico Florentino e, para ele, basta, apenas, encontrar o homem certo para tal empreendimento.

Ao escrever o **Príncipe**, Maquiavel apela à *virtù* de um político que perceba os eventos que se sucedem, visto que as oportunidades trazem uma possibilidade de modernização da política. A *fortuna* mostra-se favorável ao projeto de uma Itália unificada. Ao mesmo tempo em que escreve sobre "coisas úteis" que aprendeu nas *ações dos grandes homens* e que seriam capazes de ajudar na conquista e conservação

do poder, já se apresentava como conselheiro de monarcas, visto que sabe das suas limitações para exercer a função de ator político. Como um teórico, ensina os caminhos para um príncipe ter sucesso em criar um Estado Italiano. Em o **Príncipe**, informa que pretende dedicar suas lições aos Estados novos, como conquistá-los e, em seguida, conservá-los. Ele sabe que as paixões dos homens são as mesmas em todos os tempos, basta somente que a *fortuna* favoreça aquele que tenha a *virtù*. A situação política das pequenas cidades e repúblicas italianas parece se configurar em uma oportunidade singular para o processo de formação do Estado Italiano. Envolvidas em miríades de disputas, tornavam-se frágeis à invasão estrangeira. O governo de Florença e de outras cidades estavam submissas à vontade de cortes distantes e alheias às reais necessidades políticas locais. Os Médicis assumiam a direção da cidade e a deixavam pela imposição de outros governos. Além da crise internacional provocada pela política de expansão territorial e comercial de outras nações, as contradições de interesses, dentro de cada cidade, viviam uma incerteza institucional à medida que a estrutura burocrática era personalizada. Portanto, a morte do líder (Cosimo ou Lorenzo) representava a falência do governo por inteiro. Maquiavel se disponibilizará no trabalho de intelectual político, aquele que estudou as antigas nações e poderá auxiliar o novo príncipe em seu empreendimento. Ele sabe que seu papel está reduzido à condição de teórico; alguém que estará a disposição daquele que exerce o mando.

É dito que Maquiavel era um republicano, mas acima disso, um teórico político realista. Parece-lhe que a perspectiva republicana arde no peito quando louva Roma antiga e quando lê Tito Lívio. O mesmo acontece ao redigir os **Discorsi**, porém, ao refletir sobre as condições concretas da Itália, percebe que falta, tão somente, uma autoridade forte que centralize o poder e, portanto, consiga apaziguar as diferenças entre as cidades italianas e possa, de modo efetivo, criar o Estado. A Península Itálica possui um aspecto especial: uma sociedade organizada em torno de uma língua; cidades-estados ligadas a uma história de glória em comum, mas que não gozam de um governo reunido que exerça sua supremacia sobre toda sociedade italiana, tampouco, sobre indivíduos. É um profundo desgosto para Maquiavel saber que a Itália não possui soberania interna, nem externa. Tal característica afeta, de modo sensível, a concretização e a finalidade do Estado: o bem público. Se o Estado não exerce sua soberania, ele não pode definir metas e normas para regular os conflitos entre os indivíduos que se estendem em todas as esferas da ação humana, inclusive sobre o

comércio. O Florentino sabia que os italianos apresentavam traços peculiares: uniformidade de língua e história. Estes elementos se entrecruzavam e seriam o caminho mais adequado para aglutinar as diversas cidades da Península Itálica. No entanto, era preciso encontrar um ator político eficiente que despertasse no povo um sentimento de espírito italiano, em comum às diversas sociedades em conflitos. Afinal, por atrás destas sociedades, à primeira vista heterogêneas, existe um fulcro de homogeneidade que são os legítimos herdeiros da Roma gloriosa. A instalação de um governo centralizado ocorreria através de um homem habilidoso no uso das palavras e no exercício militar. Para o Florentino, era necessário um príncipe que governasse tropas, soubesse mensurar as circunstâncias políticas e perseguisse a eficácia de suas ações coadunadas em prol do projeto maior: o bem da pátria. O governante, antes de tudo, conquistaria o poder e, em seguida, manteria o governo em uma espécie de poder personalizado. Assim, o Estado seria uma realidade de fato. A existência do Estado é o sinal de poder instituído, que pode ser utilizado para melhorar a vida do homem, ainda que se empregue a coerção para alicerçar.

Para Hume, a permanência do Estado é mais importante do que a forma. Ele afirma que pouco importa que seja uma monarquia absoluta ou democracia plena, desde que o governo esteja estabelecido e que as pessoas tenham a garantia de segurança. Maquiavel desejava um governo similar à república, não obstante sabia das dificuldades inerentes à realização deste projeto perante a situação italiana. A fragmentação das cidades é fruto da ausência de poder centralizado. Maquiavel tinha conhecimento de que a desunião política implicava em um território italiano fragmentado. Hume temia que a desunião dos partidos tornasse a Inglaterra frágil. Tanto Maquiavel quanto Hume desejavam o funcionamento ordenado das instituições políticas, com conflitos políticos disciplinados. Ambos os filósofos sabiam que este é o remédio que envolve os cidadãos, sem derramamento de sangue ou violência. A moderação requisitada pelo Escocês visa instalar a disputa política pela persuasão dos homens. Deste modo, Hume pode justificar que o governo é bom se é eficiente. No **Príncipe**, Maquiavel o colocou como um trabalho para o monarca conseguir apoio e para manter a nova ordem. Desse modo, ele escreve sobre a mesma eficiência do Escocês. A leitura de Maquiavel encaixa-se com algumas preocupações políticas que a Inglaterra vivenciava.

Duas tentativas de golpe foram executadas, em 1715 e 1745, para restabelecer os Stuarts ao trono. Para Hume, a conjuntura inglesa possibilita que as inclinações da natureza humana se manifestem, como a *avidez* e a *parcialidade*. As guerras inglesas deviam-se, em parte, a balança de poder na conjuntura política europeia, mas também Whigs e Tories tinham interesses subjacentes às lutas bélicas. Segundo Morton (1970, p. 252-253), as guerras eram lucrativas e favoreciam *financistas* e *empreiteiros* ingleses dos Whigs, contudo, uma vitória francesa beneficiaria os Tories, à medida que provocaria um retrocesso na Revolução de 1688, permitindo o retorno dos Stuarts. O facciocismo era uma doença no corpo político britânico a longa data. Graças ao conflito interno dos Whigs, os Tories assumiram o poder em 1710. No período em que antecede a sucessão da rainha Ana, os dois partidos tentaram se aproximar dos Stuarts discretamente, tendo os realistas efetuado ações para garantir seu domínio. Não obstante, a súbita morte da rainha provocou uma reação inesperada na política, levando os Whigs ao poder. Dentre os líderes deste partido, figura-se Robert Walpole. Este utilizou todos os instrumentos possíveis para efetivar a política partidária: *sinecuras*, *empregos*, *contratos*, *títulos*, *favores à família ou a amigos de seus membros* (MORTON, 1970, p. 263). Embora admitisse certo nível de patronagem para administrar o governo, Hume sabia, tanto quanto Maquiavel, que a corrupção é uma séria doença no corpo político e que somente uma força política (um príncipe efetivo) conseguiria administrar o remédio a esta doença.

Hume percebeu que os partidos se organizavam sob um programa político de princípios; no entanto, os homens voltam-se, em seguida, a perseguir seus próprios interesses. Para ele, o perigo é a falta de moderação dos homens, o que permite a continuidade da divergência mesmo depois de eliminado o objeto da contenda. Foi *la verità effetuale della cosa* que Hume observou na estrutura partidária britânica. O conflito salutar, que engrandece a pátria, estava sob o risco.

Os anos posteriores a Revolução de 1688 podem ser conhecidos pela acumulação de capital. Nesse cenário, a política partidária inglesa mesclou interesses particulares com públicos, a ponto de Morton (1970, p. 264) escrever que a finalidade do ministro, duque de Newcastle, era *arranjar pasto suficiente para o gado que precisa ser alimentado*. Tal expressão significa que os partidários dos Whigs buscavam se aliar aqueles que forneciam suas *benesses*. Desde o início da administração Whigs, Walpole percebeu que o comando efetivo do Estado passava pelos "bolsos" dos parlamentares.

As divergências entre seus membros eram, às vezes, públicas. O patronato conseguia as consciências necessárias para aprovação das leis do governo. Aliás, graças às estas articulações em torno dos interesses particulares, o próprio Walpole perdeu sua função para Spencer Compton. A saída de Walpole coincide com a mudança política de interesses econômicos voltados para a guerra colonial. As divisões dos interesses entre os Whigs e Tories distanciaram ainda mais o programa de princípios e a experiência política efetiva. Nem mesmo a ascensão de George III provocou qualquer modificação profunda no cenário político, salvo sua intenção de *tornar-se o primeiro, na Inglaterra, entre os mestres do cambalacho político e da cabala de votos* (MORTON, 1970, p. 269).

Este foi o espetáculo político assistido por Hume. Maquiavel reconhecia tal panorama como um corpo político doente que precisa de remédios. A corrupção tornara-se institucional e, com efeito, um evidente sintoma de debilidade política. As mutações políticas são inexoráveis, mas elas podem ser aceleradas por engenhos, a exemplo da corrupção, como deixou claro o Florentino. É bem provável que sendo um leitor deste, o Escocês (2004, p. 557) chegou à mesma conclusão do Florentino de que o universo político é enérgico e contínuo, pois os Estados, bem como os seres, são sujeitos a corrupção do tempo. Hume[70] chegou mesmo a pensar que o governo livre britânico não poderia ser conservado por muito tempo, caso este mal dominasse a cena estatal; e que a Polônia[71] é o modelo de debilidade política europeia, porque a corrupção se tornara institucional.

A última informação é muito importante, à medida em que permite revelar que o conceito de Estado em Hume ainda está em transição. Para Maquiavel, o príncipe era a figura que organizaria a comunidade em um Estado. Para Hume, a sociedade civil é o Estado e a consecução dos fins coletivos só é alcançada quando existe uma sociedade política. A meta de tal sociedade pode ser o bem comum ou uma mera associação em torno de interesses. Independente dos grupos que controlam o poder político, o Estado deixa-se visualizar quando os homens se apresentam unidos e consentem em obedecer ao poder político. Eis porque a obediência passiva é um tema sempre ressuscitado nas discussões políticas. Para alguns, somente quando existe a associação em busca do bem comum é que a comunidade se transforma em Estado (AZAMBUJA, 2005). Hume repõe o tema da obediência para contrapor as definições

[70] (2004, p. 150).
[71] (2004, p. 429).

'contratualistas', bem como, aquelas que definem a cooperação humana enquanto resultado de uma natureza orgânica. Para Hume, a sociedade civil é fruto dos interesses humanos; não se trata de condição biológica, nem sequer de um contrato, mas sim, de um artifício humano que permite ao homem desfrutar daquilo que obtém do seu trabalho ou sorte.

Robertson (1989) afirmara que Hume e Smith eram "filósofos da sociedade". A assertiva permite interpretar que eles analisam os fatos sociais através do realismo político. A sociedade foi, portanto, analisada em interações entre os cidadãos organizados segundo valores e interesses distintos, privilegiando diversos aspectos da vida social (econômicos, políticos, religiosos, de trabalho). O que não foi simples na ocasião diante de uma definição objetiva entre Governo e Estado. Até mesmo a diferença entre sociedade política e civil não estava acentuada na época. De acordo com o exposto na obra de Deleule (2001), a expressão "sociedade civil" deve ser entendida como sociedade política e tem sua fonte na matriz passional, sendo que o manancial dessa natureza é a ação que visa à satisfação das necessidades. Hume foi realista quando reafirmou o papel decisivo do trabalho, afirmando que é por ele que se enfrentam as carências humanas e se modifica o universo circundante. Foi por isso que ele apontou as vantagens do comércio e da indústria e defendeu que o papel do Estado é promover as artes e as profissões, visando ao aperfeiçoamento das mesmas, ao tempo que se intensifica. Deve ter sido a história que lhe ensinou isto. Só o aumento e o aprimoramento dos artigos promoveriam a riqueza da nação. As pessoas se inclinam a satisfazer suas necessidades e tal inclinação as impele a trabalhar de acordo com seu interesse e em melhorar sua situação. Trata-se de um movimento geral. Os consumidores são livres para escolher suas mercadorias, de acordo com o preço e a qualidade. *É a proporção entre o dinheiro circulante e os produtos no mercado que determina os preços* (HUME, 2004, p. 448), e o que refina o objeto. Isso força o aprimoramento técnico, a melhoria do produto e a diminuição dos preços. Sem dúvidas que o refino acontece à medida que o indivíduo busca melhorar sua própria situação social. Do mesmo modo, a competição entre nações faz crescer as indústrias e melhora o padrão de vida (HUME, 2004, p. 496-497).

De fato, Hume identificou que é o interesse que existe em cada um em melhorar sua condição que estimula a competição. Smith (1987, p. 95) foi um pouco mais categórico ao afirmar que *não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do*

padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse. De certo modo, as pessoas agem por interesse, calculando seus passos na utilidade e satisfação própria. Esta passagem foi formulada por Smith, contudo, coube a Hume pespontar as primeiras linhas desta reflexão. Ele afirma que a transformação do mundo material se realiza por um desejo humano, entretanto desperta, ao mesmo tempo, o interesse do Estado. É o movimento dos homens unidos e dependentes uns dos outros que incentiva o desenvolvimento da indústria do melhoramento. Trata-se da força laboral despendida por cada homem, o que gera o excedente que permite a troca e, não raro, despertando a cobiça de outros que tentam se apossar dessa riqueza pelo recurso às armas. O Estado precisa manter a segurança e a estabilidade das posses, bem como administrar os conflitos e incentivar o trabalho.

Para Hume, o Estado deve proteger a sociedade dos inimigos externos, sobretudo, incentivando o comércio e percebendo a vantagem decorrente desta atividade. A história das civilizações mostrou a Hume que a competição fornece as condições efetivas para viver melhor em sociedade. Evidente que os escassos recursos geram disputas internas pelo poder. Tanto Maquiavel quanto Hume sabem que a harmonia social é um sonho idílico e que o poder não está dividido de forma equilibrada em instituições; todavia, o confronto entre os homens pode ocorrer de modo pacífico. A forma mista do governo britânico deixa Hume desconfiado, bem como a tradição que se formou ao longo do governo Whigs ao lado das conspirações dos Tories. De fato, ele tinha razões para desconfiar dessa suposta estabilidade. A Inglaterra tinha passado por duas grandes reformas políticas, e o rei tornou-se uma figura decorativa na balança do poder. A corrupção quase tinha se institucionalizado com a política de Gabinete. Os dois principais grupos que disputavam o espaço do poder, denominados Whig e Tory, comportavam-se mais como facções zelosas do que enquanto partidos. A corrupção parlamentar forçava o rei a nomear o mais habilidoso em lidar com os interesses dos deputados do que aquele que pensasse em promover a conservação. Além disso, conforme Hume, os partidos não eram tomados pela moderação e a Constituição não tinha recursos para frear as contínuas e infindáveis lutas entre eles. Ministros como Walpole, sem escrúpulos, administravam o Estado atendendo aos interesses dos parlamentares em detrimento do bem coletivo. Em um cenário destes, as inclinações humanas tendem a se manifestar sem hesitação. As

facções tendem a aprofundar as animosidades, já que os interesses particulares, sobrepõem aos públicos e desvirtuam a boa ordenação da política estatal. Assim sendo, segundo Hume, é preciso interferir na condução da coisa pública para preservar o Estado. Este cenário preocupa Hume e foi, com cautela, descrito na República Romana e mais uma vez redivivo por Maquiavel.

4. 1 A história ensina

David Hume (1999, p. 10) escreve que alguns filósofos *tomam a natureza humana como objeto de especulação e submetem-na a um exame meticuloso, a fim de discernir os princípios que regulam o nosso entendimento*. Ele investiga a natureza humana com o propósito de descrever como a sociedade pode coexistir de modo ordenado com os princípios naturais. Deste modo, uma questão política importante para Hume é a adequação da estabilidade política e o problema da ação autointeressada que move o universo humano. O realismo político de Maquiavel desenvolve-se a partir desta antropologia.

É preciso examinar atentamente o objeto de estudo, pois até mesmo o olhar do especialista precisa ser preenchido com todos os detalhes, a fim de que possa estabelecer uma série de deduções. Segundo o personagem Holmes, é a acurada observação que permite a mente formar com clareza a interpretação dos fenômenos. O personagem observa que as pessoas, de modo geral, prendem-se a uma imagem mais vívida e desconsidera os objetos periféricos, aquilo que se vê, mas não se observa. Entretanto, tal empreendimento não é fácil de ser realizado e poucos são aqueles capazes de perscrutar detalhadamente aquilo que se apresenta ao exame. Em geral, as pessoas contentam-se tão somente com o que os olhos não podem ignorar. Em virtude disso, Holmes se considerava "o último e supremo recurso nos casos criminais" (CONAN DOYLE, 2007, p. 82).

Do mesmo modo que Holmes, Hume em sua paráfrase contida no ensaio **Do comércio** (2004) informa que os pensadores se dividem em dois tipos de homens: *superficiais* e *abstrusos*, mas só o segundo pode observar de modo claro os fenômenos, possibilitando uma interpretação mais profunda sobre as coisas do mundo.

Esta diferença tem grande importância para Hume, visto que o olhar abstruso busca compreender o fenômeno isolado, mas em relação a um conjunto político que perpassa desde a ordenação civil interna às guerras externas.

A presença de uma força militar funciona como um recurso de persuasão no universo da política, principalmente, quando é utilizada para demonstrar os interesses de uma determinada nação que mantém a proeminência no cenário internacional. A eloquência e a retórica, de um lado, foram instrumentos de persuasão fundamentais na história do pensamento político. Antes de qualquer enfoque, tais expedientes visam estabelecer vínculos entre indivíduos e, por conseguinte, fortalecer ou criticar os esquemas jurídicos que sustentam a ordenação da sociedade. David Hume não fica atrás tão somente dos belos discursos que tanto agradam aos donos da *República das Letras*. A paixão que o domina é a da investigação filosófica[72] que traga, invariavelmente, alguma serventia aos homens, ainda que essa mesma lhe cause tantos problemas. A política existia entre os antigos egípcios, babilônicos, dentre tantos povos, no entanto com os gregos foi problematizada, discutida e refletida à luz da razão. Se os antigos povos aceitavam a transcendência do poder, com os gregos, a política tornou-se uma atividade humana. Era, portanto, preciso entender as coisas relativas às cidades.

David Hume (2001, p. 21) esquadrinhou o campo político com a finalidade exposta na "Introdução" do **Tratado**: *a política considera os homens enquanto unidos em sociedade e dependentes uns dos outros*. Poder-se-ia afirmar que o pensamento de Hume, em sua plenitude, é norteado por essa inclinação em busca do aspecto útil, ainda assim, isso não implica que ele seja um *utilitarista* em seu sentido clássico, como Mill (2000). Sem adentrar ao assunto, ele foi considerado um filósofo utilitarista da linhagem de Mill e de Bentham, embora Whelan (1985) discorde de tal assertiva. Possivelmente isso decorra, em grande parte, de sua inclinação em recusar qualquer proposta que tenha um elemento transcendente. Se as ciências são úteis em virtude de sua proximidade com a natureza humana, ela deve restringir-se aos limites dessa natureza; caso contrário estará sujeita a erros. Na verdade, saber se ele é ou não é um filósofo dessa doutrina ainda é uma questão aberta, embora a preferência geral, tenha-o filiado à corrente filosófica, todavia isso é assunto para outra discussão. Deste modo, Hume (2004) começa o ensaio **Do comércio** com uma alegoria provocativa. De início,

[72] Para Hume, *o prazer do estudo consiste especialmente na ação da mente e no exercício da inteligência e do entendimento para descobrir ou compreender uma verdade* (HUME, 2001, p. 486).

oferece duas maneiras de se posicionar diante da realidade, na superficialidade ou indo além da mera aparência. Tal fato não implica em uma investigação da essência da coisa, mas sim o estudo do fenômeno enquanto tal. Segundo Hume, cabe ao próprio indivíduo decidir o que procura na leitura dos textos filosóficos: entretenimento ou sabedoria. Embora esse autor coloque a proposição nestes termos, acredita que é possível fazer os dois movimentos ao mesmo tempo: instruir-se de forma agradável, indo além do que é em comum aceito como verdade e, assim, obter algum prazer desse conhecimento. Afinal, a existência humana resume-se, em última instância, à busca do prazer e no afastamento da dor[73].

Ora, é absolutamente necessário visualizar o manifesto humeano sob outra óptica, pois suas linhas inquirem temas relacionados aos homens e, do mesmo modo, negligenciados ou abordados de maneira a *silenciar o antagonista* (HUME, 2001, p. 495). Os textos parecem pedir permissão ao leitor sobre algumas inferências que serão debatidas, dali em diante, com outros contornos. Apresenta uma espécie de proposta indireta, na qual informa as pessoas, com antecipação, a dificuldade que o conteúdo da inquirição trará. Talvez peça ao leitor para suspender as críticas até que tenha lido a totalidade dos seus raciocínios. Assim, julgará de modo mais ponderado a obra pelo seu tratamento dispensado a assunto tão incomum, ao invés de ter uma opinião precipitada e, ao mesmo tempo, estreita sobre seu conteúdo. Enfim, *se a verdade*, conforme escreveu na "Introdução" do **Tratado**, *está ao alcance da capacidade humana, é certo que ela deve se esconder em algum lugar profundo e abstruso* (HUME, 2001, p. 20).

Conhecer os limites do entendimento humano é uma preocupação constante na filosofia de Hume. No que se refere à política, a tendência acentua-se, pois a reflexão resulta de uma análise empírica que descortina o próprio homem. Por isso,

---

[73] Tal proposição é importante para entender a fundamentação da moral em Hume e, por decorrência, sua posição política. Para ele, *é fácil observar que as paixões, tanto as diretas como as indiretas, estão fundadas na dor e no prazer; e que, para produzir um afeto de qualquer espécie, basta apresentar um bem ou um mal. A supressão da dor ou do prazer tem como consequência a imediata supressão do amor e do ódio, do orgulho e da humildade, do desejo e da aversão, assim como da maior parte de nossas impressões reflexivas ou secundárias* (HUME, 2001, p. 474). Com isso, ele denomina as duas paixões de diretas e indiretas. A primeira resulta imediatamente do prazer e da dor. A segunda tem a mesma fonte da outra. São, porém, relacionadas pela associação a outras qualidades. Tal raciocínio é importante, porque ao final a própria vontade é uma paixão. Todo esse tema relaciona-se com a moral e, por conseguinte, com a perspectiva política do filósofo. Segundo ele, *é impossível a distinção entre o bem e o mal morais possa ser feita pela razão, já que essa distinção influencia nossas ações, coisa de que a razão por si só é incapaz* (HUME, 2001, p. 501). A tese é a seguinte: a moral não é fruto da razão, à medida que ela é *sentida*. Uma ação será boa se ela tiver alguma relação de agradável e útil para a pessoa. Por isso, que a questão da "simpatia" é importante em Hume, pois ela sente tal coisa.

Hume escreveu que os homens não podiam ir além dos seus interesses mais imediatos, salvo exceções, no entanto, limitadas:

> nada é mais certo que o fato de que os homens são, em grande medida, governados pelo interesse, e que, mesmo quando estendem suas preocupações para além de si mesmos, não as levam muito longe; na vida corrente, não é muito comum olhar para além dos amigos mais próximos e dos conhecidos (HUME, 2001, p. 573).

A passagem revela a natureza do ser humano inclinada para o egoísmo, embora não seja difícil encontrar uma afeição limitada com alguns outros, porém sempre restrita. A importância que Hume dá ao *interesse* é fundamental em sua reflexão sobre a política, à proporção em que o substantivo 'Interesse' fica limitado à satisfação do próprio egoísmo e precisa modificar-se, artificialmente, de tal modo que torne *a observância das leis da justiça nosso interesse mais próximo e sua violação, nosso interesse mais remoto* (HUME, 2001, p. 576). Quando, por fim, tal evento acontece, surge, consoante Hume, a origem do governo e, ao mesmo tempo, a obediência civil. Ele é um crítico e, em especial, daqueles que fazem teorizações de regimes ou planos de governo que não existiram na história, bem como daqueles que tentam explicar a origem do governo recorrendo a uma suposta condição natural. Depois de afirmar a origem, ele emite a seguinte consideração sobre as pessoas diante da efetivação da justiça:

> [as pessoas] são levadas não apenas a observar essas regras em sua própria conduta, mas também a compelir os outros a observar uma regularidade semelhante e a reforçar os preceitos da equidade em toda a sociedade. E, caso seja necessário, podem também fazer que outras pessoas se interessem mais imediatamente pela execução da justiça, criando um certo número de funcionários, civis e militares, para auxiliá-los em seu governo (HUME, Tratado, III, II, VII, p. 576-577).

Para Hume, a índole humana não tinha como solucionar o problema do egoísmo sem recorrer ao artifício da Justiça e, de modo igual, utilizar a própria condição da natureza que busca se afastar daquilo que lhe é desagradável[74].

A tese de Hume é inovadora e, do mesmo modo, desconcertante à medida que não recorre a valores teológicos ou racionais para justificar a invenção como a 'justiça';

[74] *Nada pode ser mais real, ou nos interessar mais, que nossos próprios sentimentos de prazer e desprazer* (HUME, 2001, p. 509).

além disto, este substantivo é imprescindível na estrutura do poder e da ação do Estado. O governo detém o monopólio da força e, assim, pode recorrer a este instrumento para estabelecer a ordem. Contudo, existem esferas da convivência social que podem ser definidas como extrajurídicas e onde o Estado não tem interferência fundamental à harmonia institucional, ao passo que os indivíduos podem encontrar algum sentimento de unidade ou afinidade. A justiça permite a criação do sentimento de legalidade, na qual o governo exerce seu poder, porque foi obtido algum tipo de consentimento e, ao mesmo tempo, difunde outro sentimento significativo para ordenação do Estado: a ideia de bem comum que supera o egoísmo imediato da ação humana. Para Hume, a justiça é um artifício da humanidade cujo único desígnio é propiciar a segurança à vida, à propriedade e aos contratos estabelecidos pelas promessas. A noção de política herdada como um discurso ocasionado pela reflexão da *polis* perde aquela ideia de fim em si mesma. Maquiavel começou os **Discorsi** com a seguinte advertência:

> ainda que, devido à natureza invejosa dos homens, sempre tenha sido tão perigoso encontrar águas e terras desconhecidas -por estarem os homens sempre mais prontos a censurar do que a louvar as ações alheias-, assim mesmo, levado pelo natural desejo que em mim sempre houve de trabalhar, sem nenhuma hesitação, pelas coisas que me pareçam trazer benefícios comuns a todos, deliberei entrar por um caminho que, não tendo sido ainda trilhado por ninguém, se me trouxer enfados e dificuldades, também me poderá trazer alguma recompensa, por meio daqueles que considerarem com humanidade os objetivos deste meu labor (MAQUIAVEL, 2007, p. 5).

Maquiavel sabe que os homens são invejosos e os atores políticos desejam fama e glória. Em primeiro lugar, ainda que distante da tese de Hume, ele tinha a noção de que os homens buscam, sem variação, conquistar "benefícios", o que em linguagem humeana seria denominado por "interesse". A leitura cuidadosa da censura, mencionada pelo Florentino, revela a posição em relação aos que procuram coisas novas, na trilha por terras desconhecidas. Decerto que Hume tem o mesmo objetivo com seus escritos e se aproxima desta ideia de inovação. Segundo Maquiavel, existia uma fórmula de entender as coisas do mundo em seu tempo, mas ele prefere "trilhar" por um novo caminho, distante da velha prática. Eis a singularidade do seu livro dedicado, por equívoco, a Lorenzo. A interpretação política de Maquiavel está estreitamente ligada à cidade e, em especial, ao papel do governante em sua capacidade de realizar seu propósito político, recorrendo às qualidades de sua *virtù*, nas cidades

italianas do seu tempo. Posivelmente, por isso, a crítica, no ensaio **Da liberdade civil** de Hume (2004) tenha certo sentido, pois Maquiavel ficou circunscrito, no **Príncipe**, ao problema italiano; enquanto o secretário Escocês percebeu que sua leitura se estendia às outras searas. Além disso, não deixa de ser curioso que Hume tente estabelecer com o **Tratado**, tal como Maquiavel, um novo enfoque na filosofia, pois deseja trilhar novos caminhos, uma nova maneira de interpretar a realidade. Com efeito,

> [...] o livro pareceu-me possuir tal atmosfera de singularidade e novidade que mereceria a atenção do público; especialmente se tiver fundamento, como o autor parece insinuar, que, uma vez acolhida sua filosofia, seremos obrigados a alterar desde suas bases a maioria das ciências. Tão arrojadas tentativas são sempre de grande proveito na república das letras, porque abalam o jugo da autoridade, habituam os homens a pensar por si mesmos, dão sugestões novas que os homens de gênio podem levar adiante e, pela própria oposição, esclarecem pontos nos quais ninguém antes suspeitara nenhuma dificuldade (HUME, 1995, p. 29).

A sugestão de Hume, embora estivesse comentando o **Tratado** sem identificar-se neste texto, implica em uma completa mudança no edifício do conhecimento humano. Ambos são críticos e sabem da importância dos sentimentos humanos na consecução de seus alvitramentos. De maneira indiferente à forma e ao estilo, estes pensadores conseguiram entender a estrutura que os cercavam e propor um olhar novo sobre antigos problemas. Não obstante, nada requer mais atenção do que a crítica, embora poucos sejam capazes de examinar no âmago o próprio objeto de análise. As palavras de Maquiavel, na citação anterior, exprimem com precisão a tragédia da condição humana, de que os homens em raras oportunidades examinam com minuciosidade um assunto antes de emitir uma opinião sobre o mesmo. Em geral, nada escapa a um comentário depreciativo. Quando Hume e Maquiavel colocaram reticências à conduta da humanidade, como invejosa, no caso do Florentino, egoísta, no caso de Hume, eles perceberam que o esforço da razão para conduzir os passos da humanidade sofre um decisivo golpe dos sentimentos. Assim, é preciso sempre equacionar o papel dos sentimentos ao abordar-se qualquer problema filosófico e político. Descartes, que pensava diferente de Hume, escreveu no **Discurso do método** que o "bom senso é a coisa" mais bem dividida entre os homens, *pois cada qual pensa estar tão bem provido dele, que mesmo os que são mais difíceis de contentar em*

qualquer outra coisa não costumam desejar tê-lo mais do que têm (DESCARTES, 1991, p. 29). Mas a experiência mostra o contrário, as pessoas estão sempre desejando mais do que já possuem. Com efeito, quem não colocar a desconfiança como um processo necessário para a elucidação de alguma dificuldade, abandona a função de análise da própria crítica. No entanto, segundo Hume, é preciso entender as inclinações das paixões e o papel que elas exercem na condução da existência humana.

O discernimento para examinar, com minúcia, o fato político e, ao mesmo tempo, estabelecer medidas efetivas foi um critério que permaneceu latente nos secretários. É possível, a partir daí, entender que nenhuma leitura dispensa crítica, porém, só aquela que possui a criticidade como alvo principal, no sentido filosófico, pode realizar uma função pedagógica. Dessa maneira, a crítica funciona na construção de modelos para comparar com outros e passar de um a outro, mas sempre com a intenção de estender sem interrupção a compreensão da realidade, no sentido de apreendê-la; portanto, tem valoração profícua, isto é, porque provoca uma mudança de espírito. Aliás, a análise pressupõe um movimento de reflexão que introduz um problema novo e, ao mesmo tempo, resgata o inventário do passado como modelo teórico para futuras projeções. Por certo que o encontro de Maquiavel com César Bórgia e sua disposição para empreender seu projeto de conquista pôde despertar no Florentino a vontade de unificar a Itália sob as mãos de um "Redentor". Afinal, tanto Maquiavel como Hume intervêm na natureza humana de modo calculado, adequando-se entre o velho e o novo, contemporizando as situações particulares quando foge a *praxe*. Apesar das mudanças, a história é o palco mais original para o desvendamento da natureza humana e relê-la convém sempre ao homem de espírito atento. Quem sabe seja por isto que Maquiavel escreveu:

> [...] quem considere as coisas presentes e as antigas verá facilmente que são sempre os mesmos os desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos, e que eles sempre existiram. De tal modo que quem examinar com diligência as coisas passadas facilmente preverá as futuras, em qualquer república, prescrevendo os remédios já usados, pensará em novos, devido à semelhança dos acontecimentos. Mas, como essas considerações são negligenciadas ou não entendidas por quem lê, ou, se são entendidas, não são conhecidas por quem governa, segue-se que sempre se vêem os mesmos tumultos em todos os tempos (MAQUIAVEL, 2007, p. 121).

A compreensão da história por Maquiavel serve como fundamento à reflexão visando à conquista e manutenção do poder. O desenho da história possibilita ao ator político encontrar um ponto de observação privilegiado para os eventos políticos coetâneos, à proporção em que oferece a oportunidade de estudar problemas e os seus efeitos nas antigas sociedades. Não se deve esquecer que a realização do projeto político depende, em grande parte, da habilidade do ator político em calcular, de modo adequado, seus objetivos e as medidas para que esses se concretizem. Para ele, o conhecimento profundo da história funciona com uma espécie de mestra para a atividade política. Ela, embora seja uma sucessão de épocas, é um microscópio para a pesquisa daquilo que é inerente à natureza humana e, por conseguinte, um auxílio nos momentos de dificuldades. Ela é o caminho e, de modo igual, a forma de encontrar caminhos na gestão do Estado. Com efeito, para Maquiavel, a história precisa ser conhecida em profundidade por aqueles que lidam com o poder. Tudo indica, na citação, que a história é uma espécie de laboratório, e que o político tem muito a aprender com o estudo do passado. A *virtù* do príncipe de Maquiavel é demonstrada em sua *prudenzia* e ou impetuosidade em se relacionar com a *Fortuna*, principalmente, quando esta mostra-se desfavorável. Assim, às vezes, é preciso seguir os desígnios ou mudar por inteiro a direção trilhada. Esta atitude não é uma resignação, mas sim um cálculo da *virtù*. Esta qualidade é um atributo pessoal, mas ela pode ser estimulada com a ciência das experiências do passado, permitindo ao ator político examinar os obstáculos da história e que medidas e resultados obtiveram os antigos com seus remédios. Trata-se, em última instância, de um saber decisivo para o homem de ação que permite aliar *virtù* e *fortuna*. Quando Hume recorre à história, ele tem a clara intenção de encontrar alguma orientação de estabelecer relações entre o passado e o presente, procurando padrões regulares na natureza humana que sejam recorrentes também no presente, em uma ação crítica e, por que não pensar, pragmática, embora saiba os limites da experiência. O movimento realizado pelo teórico Escocês é parecido, em parte, com aquele desenvolvido pelo Florentino. Aliás, em uma passagem, o Florentino revela que nunca é inapropriado conhecer o ontem, pois, segundo ele:

> [...] as repúblicas irresolutas nunca tomam boas decisões, a não ser forçadas, visto que sua fraqueza não lhes permite deliberar desde que haja alguma dúvida; e se tal dúvida não for suprimida por alguma violência que as empurre, elas ficarão sempre vacilantes (MAQUIAVEL, 2007, p. 120).

Maquiavel abandona as fórmulas ideais de governar e se ocupa em delinear os conselhos de uma ação eficiente. A decisão menos ruim é melhor do que nenhuma. A passagem mostra que a irresolução é um sinal de fraqueza. César Bórgia pediu permissão aos florentinos para atravessar a Toscana. Irresolutos de uma ação, o duque Valentino cruzou o território enquanto os florentinos discutiam o que fazer acerca da petição. O Senado Romano, em uma ação contrária aos florentinos, exemplificou a conduta dos resolutos. Devido à peste que assolava a república, decidiu que os volscos e équos, sob a proteção de Roma e proibidos de se armarem, tomassem das armas para se defenderem contra o inimigo que os ameaçavam.

Quando Hume critica a interpretação de Maquiavel no ensaio **Que a ciência pode ser reduzida a uma ciência** (2004), ele informa que a leitura daquela ação política não foi adequada e, assim, retifica o conselho do Florentino e retira outras consequências daquelas feitas por este último. Hume altera o modelo de orientação preconizado antes e, sobretudo, intervém no comentário de Maquiavel. Assim sendo, tanto um quanto o outro pensam a política como uma técnica[75] que privilegia a ação, resultando na segurança do Estado. Ele, de fato, substitui as velhas prescrições da busca ideal, a teorização da ótima cidade ou mesmo a descrição por um profundo interesse de como se deve governar a cidade, mas tendo como referencial uma prática que segue uma perspectiva realista. Afinal, a diferença do sucesso político depende de certo controle do destino, permitindo que o hábil ator político não fique suscetível de todo às volições da *Fortuna.*

Maquiavel é o funcionário público, conselheiro dos atores políticos, o teórico, por excelência, que espera ordens de qualquer mandatário de Florença; enquanto Hume não alimenta esperança alguma em ser conselheiro, traça considerações da política porque percebe o risco que o Estado corre em virtude das lutas entre Whigs e Tories. Não se deve pensar em alguma relação com Aristóteles, pois o secretário Florentino escreve de tal modo que deixa claro que o significado de sua reflexão tem uma visão diferente do velho de Estagira. Maquiavel concentra-se na administração da cidade. Desse modo, a história e os eventos políticos foram vitais para ele, à medida em que o comportamento humano é impulsionado pelos mesmos motivos de sempre.

---

[75] Segundo Escorel (1979, p. 8), *a política, em suma, é uma técnica e, como tal, está voltada naturalmente para um objetivo prático: o êxito na obtenção dos seus fins específicos, que são a conquista e a manutenção do poder*.

O passado não funciona como o *laudator temporis acti*[76], mas como uma espécie de instrução, um modelo, uma referência para o presente. Ele alimentou-se da história como Francis Bacon. Ao estudar o passado, o Florentino procura analisar como os eventos nele ocorreram e como se situaram os homens diante de tal situação.

Não existe uma regra eficiente para compreender melhor o cenário político do que entender como o perfil humano manifesta-se na história. É preciso assinalar que essa atitude fornece dois traços de Maquiavel. Em primeiro lugar, o decurso dos acontecimentos ocorridos, proporciona-lhe perceber que a história tem uma espécie de recorrência de fatos e, em segundo lugar, que a natureza humana não se altera. Tal leitura de Maquiavel leva Escorel (1979, p. 12) a escrever que ele tenta apreender as *leis invariáveis para o melhor exercício da arte política*. Tal objetivo mostra-se por uma via oblíqua, ao comentar em seus trabalhos fatos que ocorreram em diversas momentos da história e diversas nações. Ele busca estabelecer relações ao mesmo tempo em que sugere que a política é uma ciência que se baseia no saber do passado e no comportamento dos homens. Com efeito, Maquiavel, com seus exemplos, delineia a política como uma atividade especifica que requer do ator político um plano de ação e, do mesmo modo, diferencia-se de uma tradição que pensa a política em virtude de "verdade ética" transcendente ao fato político em si, principalmente no **Príncipe**. E eles tiveram um profícuo patrimônio político para refletir o tema.

De modo diverso a Maquiavel, desde Agostinho, no livro **A Cidade de Deus** (1991), foi idealizado um modelo de conduta para os príncipes, conhecido como *Speculum Princeps*, espelho dos príncipes (ou *speculum regum*), espelho dos reis. Tratava-se de uma sugestão política e cristã para o monarca exercer o seu poder na terra com a graça de Deus. Cabia ao rei molda-se aos valores difundidos pela Igreja Católica. O pensamento foi tão difundido na Baixa Idade Média que se tornou parte do imaginário popular. Ambrogio Lorenzetti (1319-?1348) deu plasticidade a ideia através de seus afrescos de *Bom e Mau Governo* no Palazzo Pubblico, em Siena. A pintura não só elucida as virtudes do bom governo como indica os vícios que o mesmo deve evitar. Não é difícil perceber, no pensamento Medieval, que o insucesso ou o sucesso dos governantes depende, de maneira expressa, da vontade de Deus; que existem imperativos éticos transcendentes à própria conduta do príncipe. De outro lado, cabe ao governante, de sua parte, esforçar-se em ter esse comportamento que lhe é

[76] Louvadores do passado.

anterior à pessoa. Afinal, existira uma essência humana. Em virtude desses valores metafísicos, a educação dos príncipes ocupou uma posição central na Idade Moderna com a confecção de alguns manuais que lhes ditavam como proceder diante de muitas questões sobre a administração. Aliás, no plano ideológico, são inúmeras as implicações desses tratados e suas relações entre as ideias de justiça e lei. De fato, as repercussões de tais obras ultrapassaram fronteiras e os séculos:

> [...] os espelhos de príncipes formam um antigo gênero literário surgido nos meios eclesiásticos da Europa Medieval, quando se desenvolviam os primeiros esforços dos reis em estender a propaganda monárquica para além de suas áreas imediatas de jurisdição. De fato, os *miroir des princes* são um fenômeno literário de alcance continental. Da Inglaterra e Espanha, passando por Portugal e França até a Itália e Alemanha, inúmeras foram as obras que colocaram em destaque o catálogo das virtudes e vícios da autoridade temporal (LOPES, 1997, p. 123).

A explicação parece não ser surpreendente, uma vez que a instrução dos monarcas exigiria uma educação diferente para aqueles que desempenhariam no futuro a função de príncipes. Tal educação estava cheia de fórmulas e conselhos e deixa claro que pretendem, a partir do disciplinamento do corpo, atingir o espírito, a moral, os bons costumes, a virtude. Não obstante a proeminência de tais manuais, para Maquiavel, o que lhe chama a atenção são os problemas da administração das cidades. Enquanto, para ele, concentram-se as análises tão somente à esfera empírica; isso requer, do ator político, a capacidade de lidar com uma lógica do exercício do mando e, em especial, em não se pautar em postulados éticos, caso a situação exija, muito menos, em verdades transcendentes ao fato político. Em virtude disso, torna-se irrisória qualquer reivindicação de grupos ou pessoas que não conduzam ao agrado do governo. O príncipe, por outro lado, não abandona com facilidade as virtudes pregadas pela tradição cristã, desde que o domínio e o bem-estar da administração estejam resguardados. No entanto, o monarca, por ser a cabeça do governo, deve estar atento aos sinais de adversidades ao longo do tempo, com a mudança da *fortuna*, para realizar ações adequadas ao funcionamento ordinário do Estado, tanto ações que exaltem a confiança ou aquelas que prejudiquem alguns dos seus súditos. Em última instância, cabe assegurar a ordem e manutenção do Estado. Há uma nítida diferença entre teoria e prática nos tratados, pois muitas coisas que lá estão escritas são formuladas por

homens que exerceram a função de mandatários e, ao mesmo tempo, não quiseram deixar uma marca das suas ações à posterioridade. Nesse sentido, é comum ver que:

> [...] as obras de um Richelieu, de um Bossuet, por exemplo, são inequivocamente *espelhos de príncipes*, ainda que bastante modernizados. Até *O príncipe*, de Maquiavel, pode ser enquadrado no gênero, muito mais pelo estilo que pelo conteúdo (LOPES, 1997, p. 124).

O trecho demonstra que existiu uma demasiada preocupação com a educação dos príncipes por pessoas que estiveram associadas ao poder. Além disso, a Igreja difundia *as qualidades morais indispensáveis num governante* [...] *os deveres dos reis, o lugar da monarquia na ordem divina, as obrigações dos súditos..* (BARRACLOUGH, 1964, p. 88). Embora tais ideias constituíssem em um arquétipo para o universo Medieval, as circunstâncias extraordinárias exigiam não só a conservação do Estado, mas também sua prosperidade. O objetivo pressupõe que a segurança do Estado esteja acima de qualquer imperativo ético. Dessa maneira, o ator político deve providenciar os meios necessários que fortaleçam a segurança do Estado, tanto no plano interno como externo. Tal intento será denominado Razão de Estado. Após o Florentino, a fama de um príncipe será medida pelos resultados de suas ações que se resumem na ordenação do Estado. O sucesso ou insucesso do governante será demarcado pela consecução do projeto político. Maquiavel deixou claro isso, mas a realização desse empreendimento só tem sentido se estiver envolvido em uma grande missão e não, apenas, na satisfação pessoal do sujeito. Tal proposição fica evidente quando, ao criticar a figura de Júlio César, ao mesmo tempo em que enaltece Aníbal:

> [...] e que ninguém se engane com a glória de César, sobretudo ao ouvir os escritores que tanto o celebram, porque aqueles que o louvam são corrompidos por sua fortuna e deixam-se amedrontar pela duração do império que, levando o seu nome, não permitia que os escritores falassem livremente dele [...] E o príncipe que realmente buscar a glória mundana deverá desejar ter nas mãos uma cidade corrompida, não para destruí-la de todo, como César, mas para reordená-la, como Rômulo (MAQUIAVEL, 2007, p. 45-48).
>
> [...] entre as admiráveis ações de Aníbal, enumera-se esta: tendo um exército muito numeroso, composto de homens de todas as idades e nacionalidades, e militando em terras alheias, não surgiu nunca desinteligência alguma no seu seio, nem com relação ao príncipe, tanto nos bons como nos tempos adversos. Isso não se pode atribuir senão à sua desumana crueldade, a qual, juntamente com infinitas virtudes, o

> tornou sempre venerado e terrível no conceito de seus soldados (MAQUIAVEL, 1991, p. 70-71).

O projeto político deve ter em mira o engrandecimento da nação, e não do homem. Esta tese confirma-se plenamente quando se lembra de seus comentários sobre Agátocles, que das mais ínfimas condições foi elevado por seus méritos à condição de rei de Siracusa. Para Maquiavel (1991, p. 36), Agátocles por sua habilidade em tomar medidas extremas e, com isso, conquistar e conservar o poder, não pôde ser afamado pela história, na medida em que *sua bárbara crueldade e desumanidade e os seus inúmeros crimes* tinham a egolatria como objetivo final. Do mesmo modo que Agátocles, Oliverotto da Fermo foi mencionado pelo Florentino, pois não há glória em matar e trair seus concidadãos sem ter em mira um projeto maior, como foi o caso do próprio duque Valentino, que conseguiu enganar e, depois, eliminar seus desafetos em Sinigaglia, inclusive o próprio Oliverotto[77]. De outro modo, César Bórgia foi louvado por ele e, embora estivesse também realizando um projeto pessoal, seus empreendimentos tinham como resultado final a fundação de um Estado italiano.

O **Príncipe** de Maquiavel, sob a visão de época, é um tipo de *espelho dos príncipes*, mas com a diferença de que o príncipe está acima da lei. Tal prerrogativa não confere o poder do monarca, a exemplo de exceder ao uso da violência, mas sim que tem um instrumento necessário para administrar, de modo eficiente, o governo. Trata-se de uma nova formulação jurídica. É preciso conhecer como os homens tem sido, por isso é necessário recordar, como revelou o comentário, de que o príncipe deve estar familiarizado com as características principais da natureza humana. Portanto, sua educação consiste basicamente em uma vigilância generalizada e, com equidade, no entendimento de que existem razões de Estado; e as ações não devem contar com a boa fé dos homens. O conselho fica evidente quando afirma que os homens devem ser liderados pelas leis, mas o governante deve ter sempre à mão a *força* para submeter as feras à vontade do Estado. Tal conselho foi dado por Maquiavel ao escrever que a educação de Aquiles foi confiada ao centauro Quíron. Dotado de grande indústria e sagacidade, esse ser meio homem e meio animal transmitiu muitos conhecimentos ao seu discípulo, o que não passou despercebido por Maquiavel. Da dupla característica da criatura, o ator político saberá que diversas vezes caberá exercer o mando e em

[77] Esse acontecimento foi brilhantemente resumido por Maquiavel (1991, p. 137) em seu relatório: *Descrição do modo de que se serviu o Duque Valentino para matar Vitellozzo Viteli, Oliverotto da Ferma e o Duque de Gravina Orsini*.

outras, expedientes mais coercitivos. A primeira opção contempla o lado humano, pelo exercício do mando alicerçado nas leis; no segundo, o exercício da "força" revela o lado animal. Não obstante, Maquiavel não preconiza, como muitos tentam afirmar, o uso irrestrito da força. Ao contrário, a duplicidade do centauro revela que ao príncipe o conselho do Florentino: mesmo nos momentos em que recorre à força, não deixa de lado sua parte humana. Por conseguinte, o recurso à força concorre ao mesmo tempo com sua parte humana, refletida, ponderada. Maquiavel mostra um domínio argumentativo bem articulado ao apresentar o personagem mítico, Quíron, sem tecer comentários sobre seus atributos[78]. Em seguida, introduz a raposa e o leão como arquétipos da conduta do príncipe. Desse modo, Maquiavel revelou que o príncipe deve ser um ser híbrido. Com isso, reafirma que o príncipe não deve utilizar de graça a força para preservar seu mando, pois a ideia de poder deve estar condizente com um fim político que não tem em mira a glória pessoal do governante. O Florentino forneceu sólida contribuição ao exercício do mando, pois os homens escolhem se desejam ser tratados como feras ou como cidadãos. Afinal, para Maquiavel, a responsabilidade administrativa recai sobre a cabeça do rei, premiando ou castigando, enfrentando a guerra ou saboreando a paz, a fome ou a opulência dos seus súditos.

O discernimento é fundamental para que o príncipe possa recorrer à força, mas a natureza de raposa é crucial para assegurar a continuação do mando. Em virtude disso, Maquiavel considera a *virtù* do príncipe mais importante do que qualquer coisa. Ele deve ser capaz de acomodar sua natureza[79] às sequelas do tempo, pois disso resultará maior eficiência no exercício do mando. A atividade política e a função do mando são imperativas para conservar o poder. Também entender dos negócios e os julgamentos da nação requer certo conhecimento das questões públicas que podem desagradar ao monarca, mas que devem ser enfrentadas. É evidente que tais temas são subsidiados por alguma interpretação de natureza humana. Na época de Maquiavel, a política mercantilista foi fundamental para o enriquecimento do Estado. O sistema mercantilista é panegírico a favor das regulamentações e de medidas protecionistas aos

---

[78] Meio homem e meio cavalo. Maquiavel sabe o valor das metáforas e a representação simbólica deste expediente.

[79] *Digo que se vê hoje o sucesso de um príncipe e amanhã a sua ruína, sem ter havido mudança na sua natureza, nem em algumas das suas qualidades. Creio que a razão disso, conforme o que se disse anteriormente, é que, quando um príncipe se apóia totalmente na fortuna, arruína-se segundo as variações daquela. <u>Também jugo feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos</u>, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de procede.* (MAQUIAVEL, 1991, p 104); (Sublinhado nosso).

produtos das nações. Tal programa econômico concentra-se na fiscalização comercial pelo Estado. David Hume entendeu plenamente essas características na administração do Estado e, no seu estilo, criticou o Florentino por limitar sua investigação à política interna e externa de Florença sem perceber que a base da política florentina alicerçava-se sobre o controle dos mercados, mas que este traço é natural ao homem. Dada a extensão da reflexão política dos secretários, ainda na continuação dos *espelhos dos príncipes*, ambos concordariam, com os conselhos que Luís XIV deu a seu filho:

> [...] os reis são frequentemente obrigados a fazer coisas contra sua inclinação e que se chocam com sua natureza. Eles devem querer fazer o bem, e é preciso que castiguem frequentemente e percam pessoas a quem naturalmente desejam o bem. O interesse do Estado deve estar na frente (Luís XIV *apud* LOPES, 1997, p. 139).

Luís XIV explica o funcionamento da ordenação de governo e visa, sobretudo, informar que as questões de Estado estão acima das preferências pessoais do monarca. As palavras dele reforçam a ideia de que o exercício do mando tem suas especificidades e, por conseguinte, cabe ao monarca, às vezes, violentar sua própria natureza e seus afetos em prol do Estado, pois o controle eficiente do mando exige tal sacrifício. Maquiavel não foi o primeiro a pensar no assunto, mas certamente foi quem deixou exposto que o "bom" ordenamento das cidades tem proeminência sobre a vontade particular. A recomendação daquele rei só ratifica o espelho dos príncipes. O conselho de Maquiavel mostra a leitura cíclica da história. O príncipe conservará o poder se souber colocar as questões de Estado à frente de sua vontade de homem. Se a preservação do mando exige o uso da violência, cabe ao príncipe desviar o sangue dos seus canais naturais para o chão. É um leitor superficial de política, como recordou Hume em sua paráfrase sobre o comércio, aquele que desconsidera os ensinamentos do Florentino. A política, desde os tempos mais remotos, tem sido um assunto restrito para especialistas, em cujos caminhos o homem comum perde-se, como no labirinto edificado por Dédalo[80]. As vítimas conduzidas ao labirinto mantinham, mesmo com adrenalina destemperada, a esperança de fugir ao destino cruel imposto por Minos. Maquiavel, para a política, é como a industriosa Ariadne. Ela entregou a Teseu o novelo de linha e a espada, o que lhe possibilitou circular entre os corredores intrincados do labirinto a fim de realizar o objetivo de sua missão e, logo em seguida,

[80] Arquiteto responsável pela criação do Labirinto que aprisionava o Minotauro.

sair ileso do mesmo. E como a bela Ariadne, abandonada na ilha de Naxos por Teseu, sendo Maquiavel esquecido ou mal interpretado por seus contemporâneos. Estes personagens seguem sua natureza[81]. Ora, do ponto de vista do saber sobre a arte de governar, o gênio dos escritos de Maquiavel é inquestionável, embora limitado ao contexto italiano, segundo Hume. No entanto, como acontece nos assuntos humanos, mostra que toda assertiva pode encontrar objeções:

> Maquiavel era certamente um grande gênio, mas tendo limitado seus estudos aos governos furiosos e tirânicos dos tempos antigos ou aos pequenos e tumultuados principados da ITÁLIA, os seus argumentos, especialmente sobre o governo monárquico, se revelaram extremamente falhos; e dificilmente se encontra uma máxima em seu *príncipe* que a experiência posterior não tenha refutado completamente (HUME, 2004, p. 195-196).

No ensaio **Da liberdade civil**, Hume (2004) louva a perícia de Maquiavel, mas faz sua mais direta crítica. Trata-se de um exemplo ilustrativo e, ao mesmo tempo, uma inferência plausível de que Hume conhecia bem os escritos de Maquiavel. Que melhor prova há da leitura senão uma passagem textual do autor. O Escocês não estava somente mencionando o Florentino, mas sim, apontando uma eventual falha na leitura do fato político. Decerto, Hume entendeu que a maior preocupação do Florentino era a administração eficiente da cidade[82]. A dedicada atenção dele ao limitado universo italiano não permitiu que ele tivesse notado que seus escritos descreviam o fenômeno político como uma relação de poder. A queixa de Hume a Maquiavel fica latente na citação acima. Tal situação só ocorreu porque ele conhecia alguns textos de Maquiavel, a biografia da Península Itálica e a história política das civilizações. De fato, verificam-se muitas referências a culturas antigas e, em especial, a questões políticas inerentes a ela, nos textos de Hume.

Este filósofo, ao tempo em que elogia a figura do secretário Florentino, faz-lhe forte censura. Tal comportamento se revela paradoxal. Para Hume, Maquiavel é um "gênio", ainda que seus escritos ficassem restritos tão somente às cidades italianas e às

---

[81] Do mesmo modo que a filha de Minos foi recompensada com um lugar entre os astros celestes, o **Príncipe** foi considerado um clássico da literatura.

[82] Não é por inteiro correta a interpretação de que Maquiavel tinha como preocupação a administração e não a pensava enquanto Estado soberano. A propósito disso, não deixa de ser interessante o diálogo que Maquiavel teve com o arcebispo de Ruão, que manifestava seu descontentamento, falando de César Bórgia e da eficiência ou não dos italianos sobre a arte de fazer guerra, o que foi retrucado pelo Florentino com as seguintes palavras: *expliquei-lhe que os franceses não entendiam do Estado, pois se entendessem não teriam consentido à Igreja tanta grandeza* (MAQUIAVEL, 1991, p. 15).

questões da guerra. Na interpretação de Hume, tal conduta prejudicou a sensibilidade prescritiva do secretário Florentino, por se confinar aos limites de sua pátria. Mesmo que tivesse uma leitura das sociedades antigas, afastou-se por demasiado dos ensinamentos históricos, estreitando suas considerações ao ponto de não projetar a consistência de suas máximas à própria posteridade.

> [...] um príncipe fraco, ele diz, é incapaz de receber bons conselhos: pois, se o pedir a vários, não será capaz de depois escolher entre os diferentes conselhos. Se ele confiar em apenas um, esse ministro pode, talvez, ter capacidade; mas ele não será ministro por muito tempo: pois certamente virá a depor o seu senhor, colocando a si próprio e à sua família no trono (MAQUIAVEL *apud* HUME, 2004, p. 196).

Isto é uma prova 'material' de que Hume teve acesso direto a Maquiavel e mostra também que ele estudou com cuidado os escritos do secretário Florentino, visto que na continuação desta proposição, ele continua:

> [...] menciono apenas este, entre muitos exemplos de equívocos desse político [Maquiave], que procedem, em grande medida, do fato de ele ter vivido numa época remota demais do mundo para que fosse um bom juiz da verdade política (HUME, 2004, p. 196)

Não é difícil perceber que a crítica de Hume se fundamenta na própria história. Em diversas ocasiões, colocou o adágio do Florentino à prova, não obtendo os resultados esperados. Parece que o Escocês começa a delinear outra crítica a Maquiavel. De fato, Maquiavel estudou a história, mas Hume começa de modo delicado a questionar tal estudo do secretário Florentino. Ao mencionar o suposto equívoco com base na própria história, ele, de modo indireto, parece escrever que os conhecimentos de história de Maquiavel são limitados ou, pelo menos, passíveis de crítica[83]. Em verdade, Hume parece ter razão em denunciar esse "equívoco" como resultado de alguém que conhece partes de um saber e não tem uma visão mais generalizada de toda história. Maquiavel cita diversas civilizações e momentos da história, mas sua predileção e até mesmo seu conhecimento da história parece estar associado, em grande medida, à leitura de Tito Lívio e ao período da República Romana. Talvez em virtude dessa restrição, Hume tenha formado a opinião de que os estudos de Maquiavel ficaram limitados aos territórios italianos. Mais à frente, é importante notar que as últimas palavras de Hume, ao afirmar que os ditames no

[83] Ver Miguel (2007, p. 21).

Príncipe são edificados em um esforço de interpretar o que ali estava escrito, não aconteceram. Hume verifica que as observações receosas do Florentino não se efetivaram. De certo modo, as mudanças aconteceram, mas nenhum príncipe perdeu seu reino para um ministro. Ele lê os textos do Florentino e concentra-se em realizar uma contextualização com os eventos políticos que ocorreram na política da Europa do século XVIII. A leitura de Maquiavel não é uma atividade diletante, mas a diligência que o exercício do poder exige de um filósofo que tenta interpretar o fato político de seu tempo.

Hume procura criticar aquela passagem do **Príncipe**, tendo como evidência a própria história. Afinal, ele afirma que a reserva de Maquiavel, quanto à substituição do governante por seus conselheiros, não aconteceu em virtude do receio dele ter ou não confiado em seus consiliários. De fato, Maquiavel deveria saber que é a força que está por trás das mudanças de governantes. Hume afirmou que, na origem de todo governo, encontra-se a usurpação. Para ele, a história não é somente um laboratório para estudar o passado, mas uma fonte de validade de inferências. Aliás, **do estudo da história**, Hume (2004, p. 784) recomenda seu ensinamento como algo que *entretém a imaginação, desenvolve a compreensão e fortalece a virtude*. Tal saber leva *às mais remotas épocas do mundo a observar a sociedade humana em sua infância*, em seguida continua com indagações sobre *a política dos governos* [...] *ascensão, o progresso, o declínio e a extinção final dos impérios mais poderosos;* em suma, de acordo com o filósofo, aquele estudo proporciona o esclarecimento e a oportunidade de *ver toda raça humana, desde o início dos tempos, passar como numa retrospectiva diante de nossos olhos* (HUME, 2004, p. 784).

> [...] o próprio MAQUIAVEL demonstra um autêntico sentimento de virtude em sua história de FLORENÇA. Quando ele fala como um *político,* em seus raciocínios gerais, ele considera o envenenamento, o assassinato e o perjúrio como meios lícitos do exercício do poder; mas, quando fala como um *Historiador*, em suas narrativas, ele demonstra uma indignação tão intensa contra o vício e uma aprovação tão vigorosa da virtude (HUME, 2004, p. 786), (destaques do original).

Hume vê, com nitidez, que, em uma significativa parcela da vida européia, os príncipes são aconselhados ou mesmo tutelados por ministros, sem jamais serem destronados pelos mesmos. De modo contrário à interpretação de Maquiavel, Hume

acura o oposto. Para Maquiavel, o príncipe deve servir-se das pessoas[84] para o bom funcionamento das cidades, o que não deixa de ser uma estranha passagem sobre o tema no Florentino, à proporção em que os ministros podem ser "inimigos" se trabalham sem "ambição". Igualmente, Maquiavel deixa latente a anotação de que o ambicioso pensa mais em si; portanto, está sempre à espreita da oportunidade. De todo modo, a interpretação da natureza humana exige de Maquiavel uma constante desconfiança dos seus próprios conselheiros:

> [...] cada um dos conselheiros pensará como quiser e ele não saberá corrigi-lo nem ajuizar a respeito. E não pode ser de outra maneira, pois os homens sair-te-ão sempre maus, se por necessidade não se fizerem bons. O que se conclui daí é que os bons conselhos de onde quer que provenham, nascem da prudência do príncipe e não a prudência do príncipe dos bons conselhos (MAQUIAVEL, 1991, p. 100).

Hume parece resumir tal conselho de Maquiavel como inadequado à política à medida em que os fatos políticos demonstram que tais incidentes não ocorreram na história da Europa. De outro lado, apesar de Maquiavel viver em uma situação diferente na cidade de Florença, a mesma gozava praticamente da condição de um Estado. A interferência dos conselheiros nas cidades italianas, principalmente, na urbe de Maquiavel, não foi o aspecto mais importante para Hume nos escritos de Maquiavel.

Conquanto as ideias de Maquiavel possam iluminar a filosofia política, Hume verifica uma noção vaga ou quase nula sobre a importância dada ao interesse de ganho nas atividades de troca pelos antigos e, em especial, pelos italianos[85]. Os relatórios de Maquiavel são uma prova de sua preocupação com a diplomacia. A reflexão sobre o papel dos mercenários e, ao mesmo tempo, dos *condottieri*, para a proteção ou não das cidades, leva-o à ideia de criar um exército formado por habitantes da cidade, uma tropa nacional que combata pelo amor e pela glória da pátria, como os antigos romanos faziam na república. As invasões espanholas, francesas e a constante interferência dos papas na Península Itálica fortaleceram nele o desejo de pensar a política em múltiplos aspectos, mas primeiramente em função da centralização do

---

[84] Tudo indica que se trata de conselheiros. Aliás, na edição bilíngue encontra-se escrito da seguinte maneira: *Allora tu te ne debbi servire, maxime di quelli che sono di buono consigliio* (MAQUIAVEL, **Príncipe(b)** de Maquiavel. São Paulo: Hedra, 2007, p. 108).

[85] O que espanta Hume é a ausência de tratamento sobre o assunto. Contudo, há uma pequena menção ao tema em Maquiavel, quando o mesmo afirma que *se deve animar os seus cidadãos a exercer livremente as suas atividades no comércio, na agricultura...* Perante a importância do tema para Hume, tal passagem mostra-se irrelevante como análise da importância do assunto (MAQUIAVEL, 1991, p 95).

poder e na fundação de um Estado com sua territorialidade, supremacia interna e que seja capaz de resistir às investidas de outras nações. As condições materiais permitiriam a edificação de uma República no modelo romano antigo. O caminho proposto pelo Florentino é a formação de um Estado sob a bandeira de um príncipe, que pela força uniria o povo italiano em uma só nação. A ideia de um principado resume a fundação e de modo igual a capacidade dele se prolongar no tempo. Para ele, somente um ser com *virtù* poderia criar as condições necessárias para a continuação do Estado, unindo as forças antagônicas em prol da perspectiva nacional e criando as instituições que dariam o equilíbrio social. Desse modo, ele inventa o símbolo da *virtù* do legislador, como aquele que traz as condições indispensáveis para conquistar e conservar o mando e, de algum modo, fazer durar este estado após a sua morte. A descrição da fundação de Roma e do seu instituidor nada mais é do que um paradigma para a Itália atual. A escolha do território é desnecessária, pois ele é uma realidade. O que falta é um homem prudente que perceba o momento favorável que a Itália oferece (a *fortuna*). A *Fortuna* concedeu no passado a oportunidade dos romanos dominar o mundo e outra vez oferece a chance de ser um Estado. Ninguém pode ser louvado por matar e trair os seus concidadãos, salvo se estiver realizando um empreendimento maior e em glória da pátria. Rômulo matou seu próprio irmão, mas tal ato permitiu transformar uma cidade em uma grande realeza. Ele utilizou a religião como elemento que cria a unidade e fortalece os espíritos dos homens em razão de uma causa comum. Portanto, é necessário ao ator político o conhecimento da natureza humana e saber relacioná-la com a condução do Estado.

4.2 O governo e sua conexão com a natureza humana

> Devo julgar uma ignorância imperdoável das pessoas, seja qual for seu sexo ou condição social, que não conheçam a história de seu próprio país, além da história da GRÉCIA antiga e de ROMA (HUME, 2004, p. 784-785).

Para se organizar um principado ou uma república, conforme pensa o Florentino, é preciso saber quais as paixões e os desejos que os homens sempre alimentaram; o que gera as divisões e os distúrbios sociais que provocam as guerras

civis; o que leva um Estado ao apogeu e, ao mesmo tempo, seu declínio; as funções das leis, as armas, os perigos internos e externos, e, em especial, como os homens se manifestam durante tais circunstâncias. Tal conhecimento é adquirido no mundo real e na história, conforme atesta ele: *não se vê príncipe ou república que recorra aos exemplos dos antigos* (MAQUIAVEL, 2007, p. 6). A citação de Hume confere o valor da história como fundamento de ensino aos homens. Embora Hume não se dirija aos líderes políticos diretamente, seus ensaios políticos estão repletos de *exemplos* históricos de como se processaram os acontecimentos, conforme sugere em uma monarquia civilizada, na qual o príncipe e *apenas ele possui um poder que não é restrito por nada senão o costume, o exemplo e a consciência de seus próprios interesses* (HUME, 2004, p. 240). Eis a história como fonte de ensino. Para Hume, desconhecê-la seria uma falha significativa, já que o arremate político que pretende extrair de sua análise teria privilegiado a função didática da História. No entanto, Maquiavel teria perdido a real moderação da problemática em si, quando não contempla somente os personagens da história. O texto de Hume sugere que o Florentino tenha tido a oportunidade de encontrar tal conhecimento, todavia abandona-o. Isto pode ser correto, visto que Maquiavel conhecia Xenofonte e Tucídides. Talvez, por isso, seja uma pista da má-fé do Florentino, segundo Hume, ao construir a máxima sem avaliar a completude de tal informação. De um lado, a história poderia ser usada com outro objetivo mais delineado: a afirmação do presente. Não deixa de ser uma hipótese significativa, afinal: a *referência ao passado era obrigatória*, escreveu Bignotto (2006, p. 24), *quando se tratava de reconstituir a identidade das cidades italianas*. Este empreendimento, assinala ele ainda, é *para fazê-las herdeiras das grandezas romanas e não súditas do passado*. A questão não é, como poderia se alegar depois, que se trata de uma necessidade de Estado, pois ele escreve sobre a natureza da arte política, recorrendo aos textos antigos como mestres indispensáveis desse saber. A crítica de Hume foi pontual e marca outra questão: Maquiavel conhecia a História, é um fato; mas será que conhecia essa ciência além de Roma? Ou, de modo deliberado, teria utilizado esse expediente para ratificar seus raciocínios? Um aspecto que Hume deixa bem claro, mesmo sem citar o Florentino, foi que sem situar os atrelamentos da política com outros campos, a exemplo da política econômica, a observação do passado fica restrita e perde uma parcela significativa de conexões para entender o fenômeno político, embora, porventura, esse não tenha sido o escopo do Florentino. De outro lado, a delimitação sugerida por Hume

compromete os conselhos sobre o funcionamento da administração do Estado ou da cidade, como queria Maquiavel.

Já que Maquiavel *coloca sua pena a serviço das questões políticas*[86], Hume sugere, com leveza, que tal equívoco pode levar à falsas conclusões, o que seria inadmissível para aqueles que tentam compreender o fenômeno político. A história possibilitaria entender aquelas áreas que fazem fronteira com a política e são indispensáveis ao ator político, como bem lembrou Maquiavel, mas não considerou em seus escritos. O aspecto mais surpreendente na leitura de Maquiavel por Hume é evidenciar as limitações ao formular máximas. Porém, é curioso, ao mesmo tempo, como recorda Hume sobre o caso de Xenofonte, por exemplo, que Maquiavel acentua o estudo da história, ou seja, o estudo profundo desse saber e tenha tirado conclusões "falhas" sobre tal conhecimento. Afinal, se a história tem alguma utilidade, além do entretenimento para o ser erudito, é que é um conhecimento fundamental para a espécie humana, pois, segundo Hume, além de uma variação do caráter,

> [...] se dirigirmos nosso olhar para a natureza humana e considerarmos que, em todas as nações e épocas, são sempre os mesmos objetos que dão origem ao orgulho e à humildade; mesmo no caso de um desconhecido, podemos saber de maneira bastante aproximada o que aumentará ou diminuirá essas suas paixões (HUME, 2001, p. 315).

Ou como escreveria adiante:

> [...] todas as criaturas humanas estão relacionadas conosco pela semelhança. Portanto, suas experiências, seus interesses, suas paixões, suas dores e prazeres devem nos tocar vivamente, produzindo em nós uma emoção similar à original – pois uma ideia vívida se converte facilmente em uma impressão (HUME, 2001, p. 403).

Existem diversas maneiras de o homem conseguir poder sobre outros homens e nada melhor do que a história para ilustrar tal quadro. Maquiavel sabia que o poder sustenta-se na força, como bem percebeu no caso de Savanarola. Maquiavel tinha plena consciência de que um governo soberano e alicerçado no exército nacional poderia expulsar, de uma vez por todas, os invasores do território italiano. Por isso, os **Discorsi** é, em resumo, a declaração favorável aos ideais republicanos e, do mesmo

[86] *Those who employ their pens on political subjects* (Hume, 2006, p. 51).

modo, uma busca na antiga glória da República Romana que permitiria à Itália, dividida entre várias cidades, resgatar aquela união e patriotismo do povo romano, para formar uma identidade nacional; amor esse, conseguido apenas nos tempos da "República". O **Príncipe** é fruto de uma época inusitada. As monarquias francesa, inglesa, espanhola e portuguesa estavam edificando a construção do Estado moderno na Europa. Esse processo foi bem empreendido em sistemas monárquicos do que em Repúblicas. Este processo de edificação nacional estava ocorrendo paralelo ao crescimento do comércio. Além disso, a própria fragmentação italiana por causa da independência das cidades, dificultava, em muito, a difusão de uma confederação de repúblicas interligadas em outra maior. De mais a mais, Maquiavel sabia que a soberania depende da força das armas para ordenar as questões internas e proteger o Estado das questões externas. A estrutura monárquica européia mostrou-se de sobremaneira eficiente neste campo, enquanto as repúblicas mostravam-se irresolutas nas suas deliberações. As repúblicas, independentes das suas singularidades, para serem formadas, precisam de certas estruturas sociais, bem como instituições capazes de promover a participação coletiva e, ao mesmo tempo, possuir a estabilidade das próprias estruturas. Sem dúvida que a monarquia exige também a sua institucionalização. Não obstante, em sua origem, ela era tão somente instituída pela força militar, conseguida, em parte, pela necessidade do momento e pelo mérito que obteve em campanha. De modo paulatino, este poder foi se acumulando até o ponto de se tornar chefe político, conduzindo o povo de acordo com sua vontade. Assim, somente quando a Itália estivesse unida sob a bandeira de um homem é que poderia gozar de sua independência. Desse modo, ele tenta exprimir um sentimento que permeia a situação política italiana. De outro lado, esse projeto talvez devesse ser iniciado por uma monarquia, como foi o empreendimento de César. A análise das antigas civilizações serve para mostrar como os homens do passado têm, ainda dependendo das condições do momento histórico, o mesmo temperamento, medos, orgulhos e vaidades. Para além do objetivo mínimo de entretenimento, a leitura das épocas distantes serve como aprendizado, pois a conduta dos heróis deve ser um espelho para o príncipe. Ao descrever os heróis bem-sucedidos na história, Maquiavel demonstra, de maneira oblíqua, seu senso moral: proteger a pátria e não empreender a busca pelo poder em favor próprio. Agátocles e César são os modelos

que se deve evitar, segundo o Florentino[87]. Aliás, o próprio Maquiavel, ao citar como deveres de um Príncipe:

> [...] o príncipe deve ler histórias de países e considerar as ações dos grandes homens, observar como se conduziram nas guerras, examinar as razões de suas vitórias e derrotas, para poder fugir destas e imitar aquelas; sobretudo, deve fazer como teriam feito em tempos idos certos grandes homens, que imitavam os que antes deles haviam sido glorificados por suas ações, como consta que Alexandre Magno imitava a Aquiles, César a Alexandre, Cipião a Ciro. E quem ler a vida de Ciro, escrita por Xenofonte, reconhecerá, depois, na vida de Cipião, quanto lhe foi valiosa aquela imitação (MAQUIAVEL, 1991, p. 60-61).

Embora Maquiavel prescreva as obrigações de um jovem monarca, há de se recordar à crítica de Hume sobre o pouco conhecimento daquele sobre os escritos de Xenofonte. Uma coisa parece razoável, Maquiavel conhecia este autor. Ademais, encontra-se nos **Discorsi** uma citação a Xenofonte do livro **De Tyrannide**[88], na qual há uma apologia às repúblicas, em especial a de Roma, que se fortaleceram de um modo enorme quando se libertou dos seus reis. Tal fato parece confirmar que o autor recorre aos antigos para formar um argumento persuasivo para sua conclusão: criar uma identidade nacional. Mas é possível imaginar que ele tenha um conhecimento circunscrito a Tito Lívio e a alguns outros mais próximos. Com efeito, o momento de afirmação italiana, e do próprio movimento renascentista, obrigava os homens das letras a recorrer ao passado. É evidente que era explorado com os anseios de seus inquiridores, mas permitia entender as diversas facetas da realidade que seriam importantes nas reflexões políticas posteriores. Aliás, o mesmo cronista volta a ser citado outras vezes, como, ao tratar do temperamento de Ciro[89] por ter sido *humano e afável* (MAQUIAVEL, 2007, p. 385) e conseguido triunfo e honra. Constitui-se, mais uma prova, ao ver em Hume, que Maquiavel conhecia, pelo menos, esse autor grego. Evidente que o **Príncipe** é um manifesto da arte de governar e de exercer o mando e segue o gênero literário do *espelho dos príncipes*, ao menos pelo *estilo*. Um fato comprova-se: Maquiavel foi leitor de Xenofonte, pois faz menção no **Príncipe** e nos

---

[87] Para Escorel (1979, p. 65), Maquiavel afirma que *sua justificação da força, da astúcia, da fraude, da violência, da crueldade e da conquista, quando postas a serviço dos fins do Estado* são legítimas, em detrimento das vaidades pessoais. Os que diferenciam César de Agátocles devem perceber que, para o Florentino, o que conta são os objetivos e não os métodos para conquistar o poder.

[88] Segundo o tradutor, essa obra é mais conhecida como *Híeron.*

[89] *Xenofonte mostra, na vida de Ciro, por ele escrita, a necessidade de enganar, considerando que a primeira expedição de Ciro contra o rei da Armênia está cheia de fraude*... (MAQUIAVEL, 2007, p. 224).

Discorsi e tudo indica que continue na esteira das ideias de Políbios (ideia dos ciclos), embora não o mencione nestes livros. De outro lado, se ele conhecia profundamente Xenofonte, porque cometeu, na opinião de Hume (2004, p. 117), em uma nota de rodapé extensa, o equívoco de afirmar *que os antigos PERSAS não tinham nobreza*. Hume aponta esse aparente equívoco, da parte de Maquiavel, em sua leitura do historiador. Tal imprecisão será retificada pelo Escocês que citará inclusive a passagem na qual Xenofonte assevera, no exato instante, o contrário do que foi escrito pelo Florentino. De um modo ou de outro, Hume parece se afirmar, ao desconfiar das máximas estabelecidas pelo seu interlocutor. A observação sugere, também, que o Florentino não teve o cuidado de examinar o assunto com mais diligência ou que usou de propósito uma sentença corrompida com o objetivo de referendar seu argumento, o que foi contestado integralmente por Hume. Outro aspecto interessante nesse imbróglio levanta indagações: se Hume tinha descoberto tais equívocos em Maquiavel, por que não utilizou suas informações para fazer uma denúncia pública dos escritos do Florentino? Ao contrário, as palavras originais são: [He] *was mistaken in this particular* (HUME, 2006, p. 9). Por que esta moderação com um autor tão criticado?

Em matéria de política, Hume sempre se posicionou pela moderação e, igualmente, sem máscaras, subscreve um ensaio, em que pondera as diferenças e as vantagens dentre as formas de governo:

> aqui declaro francamente que, embora certamente a liberdade seja preferível à escravidão, eu preferiria ver nesta ilha um monarca absoluto a uma república. Pois consideremos que espécie de república nós temos razões para esperar. Não está em questão uma bela república imaginária, cujo plano um homem possa traçar em seu gabinete. É claro que se pode imaginar um governo popular mais perfeito que a monarquia absoluta ou mesmo que a nossa atual constituição (HUME, 2004, p. 152-153).

O objeto da contenda não é aquilo que deveria ser, mas aquilo que é. A tese de Hume parece extremista e permite, de maneira inevitável, colocá-lo como defensor da monarquia, mas apenas em um sentido. Tal premissa deixa claro que o Escocês não se configura como um teorizador de sistemas perfeitos de governo. De fato, essa posição de Hume difere daquela dos **Discorsi** de Maquiavel, mas em muito se aproxima do **Príncipe**. Evidente que ele não foi um defensor da causa dos Tories, mas do sistema monárquico em si, que parece o final de todas as formas de governo, após tumultos e

revoluções. Para ele, há duas possibilidades de governo, todavia em cada uma existem vantagens e desvantagens, como a democracia eletiva, assunto que abordou em outro momento. Porém, ele receia que, a cada vacância do cargo principal os homens entrem em conflito para defender aqueles que estão mais de acordo com seus interesses. A história ensina que todo monarca que causa descontentamento, que não abdica de modo voluntário, precisa ser retirado pela força. A situação é que, para expulsá-lo, é necessário um esforço que, às vezes, provoca uma revolução nas estruturas existentes. É quase iimpossível que muitos não desejem os poderes para si. De modo diferente ocorre quando os baldrames da sucessão hereditária se tornaram uma tradição na cultura de um povo, os ritos de passagem acontecem de modo tranquilo.

A liberdade é uma característica essencial nos governos republicanos e, como lembrou Hume, é imperioso que se troque com frequência seus líderes. Em virtude de sua transitoriedade, eles devem ser mais rápidos e rapaces em *acumular riqueza suficiente antes de darem lugar a seus sucessores* (HUME, 2004, p. 113). De resto, os governos populares sustentam-se em um apelo a um amor cívico e no consentimento popular, que segundo Hume (2004, p. 539), *constitui a estrada comum para o poder e a tirania*.

A história mostra sucessivas mudanças nas formas de governo, o que permite uma reflexão crítica do contexto político britânico. As mudanças ocorrem e são inevitáveis. As disputas em torno das prerrogativas reais e os privilégios do Parlamento culminaram em duas Revoluções. Os Stuarts perderam o cetro real porque não souberam recuar dos seus supostos direitos absolutos. As contestações do Parlamento republicano foi o pretexto que Cromwell utilizou para impor sua forma de governo. As contestações decorrentes da morte do Lorde Protetor foram a desculpa utilizada para restaurar os Stuarts ao poder. As imoderadas ações de James II foram o pretexto para sua destronização. Em todas as dissenções ocorridas na Inglaterra, percebe-se a ausência de moderação. De certo modo, esta foi a causa de tantas mutações. Eis que o problema persiste a seu tempo, à medida que o sistema inglês favorece a carência de bom senso dos homens e de atitudes moderadas. É importante notar que Hume não reinventa o "filósofo rei", nem sequer o político virtuoso. Isto leva o filósofo a assumir uma atitude em decorrência dos problemas inerentes a cada forma. Além disso, os conflitos não são resolvidos pela *virtù* do governante em saber lidar com o conflito de interesses. Eles existem em qualquer governo. O perigo é a falta de moderação e a

liberdade sem limites. Para ele, política não é a tomada de atitude em decorrência da melhor teorização de governo, mas sim dos problemas que cada forma suscita. Não é difícil perceber que Hume e Maquiavel parecem ter mais semelhanças do que dissidências da realidade política de suas respectivass épocas, cada qual com suas ferramentas teóricas.

A preferência de Hume recai sobre a força das leis. Um governo estabelecido precisa de freios e controles para evitar os excessos da liberdade; caso contrário, pode gerar a anarquia. Pouco importa se é uma monarquia ou uma democracia. A administração de um governo deve depender, sem dúvida, do exercício regular das ordenações e menos das volições humanas. Evidentemente, os humores humanos afetam, de algum modo, o funcionamento da máquina estatal, porém é necessário que os homens fiquem sob império da lei. Para Hume (2004, p 125), *uma constituição só é boa se ela oferece um remédio contra a má administração*. Portanto, a garantia de um bom e ordenado Estado encontra-se em uma norma apropriada que regule até mesmo, o caso dos maus dirigentes. Segundo Hume, as coisas do Estado não podem ficar ao acaso dos bons conselhos, mas sim, sujeitas a preceitos sustentados em uma constituição, fruto do trabalho de muitas gerações e sempre avaliadas pelo público. Desse modo, Hume diverge da ideia atribuída a ele quando defende as prerrogativas do rei, pois existe a lei e ela não foi fruto de conselheiros, tampouco de um único senhor e, acima de tudo, não depende do humor do monarca.

Maquiavel, nos **Discorsi**, conjectura que, no momento da fundação de uma cidade, lançam-se as bases da ordenação, mas, no **Príncipe**, pensa que o sucesso ou malogro de um monarca depende da *virtù* e da *fortuna*. Em qualquer situação, a *fortuna* marca sua presença; diferente de Hume que acredita um pouco mais no empenho das Leis.

> [...] um príncipe que não seja por si mesmo não pode ser bem aconselhado, se por acaso não acatar o juízo de um só, muito sábio, que entenda de tudo, este caso podia acontecer, mas duraria pouco, porque aquele que governasse de fato em breve tempo lhe tomaria o Estado (MAQUIAVEL, 1991, p. 100).

Em relação à falha histórica apontada por Hume este sugere, de forma muito parecida com Maquiavel, que:

> raramente deixamos de pensar que um inimigo é vicioso e raramente somos capazes de distinguir entre sua oposição a nosso interesse e sua vilania ou baixeza reais. Isso não impede, porém, que esses sentimentos sejam distintos neles mesmos; um homem dotado de serenidade e discernimento pode se proteger dessas ilusões (HUME, 2001, p. 512).

Maquiavel, no trecho acima, afirma que a solução do problema centra-se na prudência do príncipe, enquanto Hume prescreve a serenidade do discernimento. É uma tarefa insolúvel, à primeira vista, separar estes conceitos, mas há uma reserva que convém deixar à mão. Hume ousa pensar em simpatia de empreendimento como ferramenta para o exercício do mando, pois não se trata, com facilidade, de proceder por um caminho político, trata-se, também, de encontrar companheiros que sustentem o próprio projeto. Dessa maneira, não é uma mera projeção mecânica ou uma linha férrea de disciplina que farão com que outros indivíduos abracem a mesma concepção política. É claro que a prudência exerce uma função circunstancial no sujeito e, de modo estreito, cria um arquétipo de modelo de homem que serve para governar outros homens. Assim, tanto Hume quanto Maquiavel, um pela *prudentia* e o outro pela *moderação*, assinalam o perfil do político. Para Hume, a serenidade se apresenta em todos os momentos da vida prática, de forma a reconhecer, como diria Maquiavel, a vilania no próprio inimigo. De outro lado, o conselho de Maquiavel leva-o a imaginar, a todo instante, uma conspiração de outrem contra si, privando-o do fundamento básico de sua doutrina política: *o que é* assim para um, *deveria-ser* do mesmo modo para o outro. Ou seja, em ambos se encontra algum grau de desconfiança em relação aos empreendimentos alheios. Entretanto, a atitude humeana requer a necessidade de avaliar, a cada instante, o mérito ou demérito das ações ulteriores, só julgando o exercício da atividade em uma relação de causa e efeito, pois é importante descobrir a diferença entre o reiterado e o incomum, o que só pode acontecer pelo número de casos com o qual se estabelece a relação. Da mesma forma, Hume pôde perceber na história que as palavras do Florentino não se tornaram reais na Europa, após à publicação do **Príncipe**. Esta ausência pode, talvez, ter reforçado a desconfiança de Hume acerca das máximas do Florentino. A crescente suspeição parece ser alimentada pela restrita observação a guerra e a política, sem levar em conta outras áreas que são relevantes para a administração das cidades e Estados. O Florentino estabeleceu a desconfiança permanente. Hume (2004, p. 673) afirma que o monarca precisa estar *atento e vigilante e precisa se precaver contra qualquer início ou sinal de insurreição*. De

algum modo, Hume tem alguma aproximação com Maquiavel, embora tenha percebido que não houve nenhum caso no continente europeu onde a realeza foi trocada por um ministro. Para Hume, o adágio do **Príncipe** mostra justamente o impresumível.

Maquiavel, em o **Príncipe** (1991, p. 99), adverte aos monarcas a ter cuidado com os aduladores que infestam as cortes, chegando mesmo a nomeá-los de peste. O debate sobre o tema é desigual, pois um fala do político que exerce o mando e o outro, do homem em sua dimensão de ser social. A questão, para Hume, é a existência do entrelaçamento que não distancia as considerações teóricas e práticas, mas que são tão requisitadas nas questões de governar, por Maquiavel. Em Hume, a lisonja é um comportamento motivado pelo interesse próprio e às vezes pode se tornar útil. As animosidades podem se estender a países, o que levou Hume também a criticar a política externa inglesa por envolver-se em qualquer conflito, prejudicando o erário público e seus próprios interesses. Como a história é um laboratório, recorda que os gregos tiveram o mesmo equívoco, no entanto perceberam o resultado de tal política e se contentaram em *congratular e bajular os vencedores* (HUME, 2004, p. 509). Evidente que ele tem em conta a bajulação que tem por fim imediato o interesse próprio do ser subserviente. Contudo, Hume (2004, p. 539) sabe que a bajulação é o caminho *para a perfídia*, em uma leitura muito próxima a de Maquiavel. Não deixa de ser conveniente a Hume que a ponderação acerca da adulação possa ser contemporizada pela *cautela* e que seja fruto de um comentário sobre o papel de Políbios[90]. Hume sabia que a simpatia e egoísmo são inclinações humanas que têm como fim, em si, a realização de algum interesse, o que não seria diferente aos lacaios do séquito real. Nesse sentido, ele declarara:

> Aquele que encontra uma maneira de se tornar útil ou agradável a nós, seja por meio de seus serviços, sua beleza, ou sua adulação, pode estar certo de que terá nossa afeição. Ao contrário, aquele que nos prejudica ou desagrada sempre despertará nossa raiva ou ódio (HUME, 2001, p. 382).

A interpretação do vocábulo útil depende daquilo que o sujeito recebe do outro. A guerra entre nações deixa tal raciocínio mais claro. Se o inimigo vence, *é um feiticeiro; tem parte com o demônio (como se dizia de "Oliver Cromwell" e do "Duque de Luxemburgo")* (HUME, 2001, p. 382). E continua ele, se o chefe da outra armada

[90] Ver nota 273 em HUME (2004, p. 656).

consegue o triunfo militar, deve-se tal façanha à *virtude, bem como à coragem e boa conduta;* não importa os meios que utilizou em sua estratégia. Para Hume, os homens estão unidos em sociedade e tal relação facilita uma maior aproximação entre eles, em virtude da afeição ou interesse em comum[91]. Aqui, no entanto, pode-se encontrar uma semelhança entre os filósofos em foco. Em Maquiavel, o adulador[92] e, em Hume, o bajulador desejam alguma coisa e parecem ter a mesma ideia; os homens são sedentos de ganho, e *mudam de boa vontade de senhor, supondo melhorar, e esta crença os faz tomar armas contra o senhor atual* (MAQUIAVEL, 1991, p. 9). Hume sabe que o homem tem um egoísmo natural. Tal sentimento é vital na filosofia dele. Aliás, é sintomático notar que este sentimento recebe um traço marcante de busca de interesse no momento em que ele escreve sobre as facções reais (HUME, 2004, p. 161). O Florentino, que não pretendia traçar considerações morais como Hume e se preocupava apenas com a atividade política, foi mais crucial ao afirmar *que os homens devem ser mimados ou exterminados* (MAQUIAVEL, 1991, p. 11). De algum modo, Maquiavel demonstra saber o valor da amizade. Ele recorda o expediente dos romanos em obter a amizade dos territórios conquistados, destituindo os poderosos e escolhendo outros para exercer o poder ou, quando se lembra da incursão pela Itália do rei Luís, que precisou recorrer aos amigos. Hierão de Siracusa é o exemplo de Maquiavel (1991, p. 25) para discorrer sobre aquele que teve a *fortuna* e a *virtù* para se tornar rei e pode ao mesmo tempo obter sucesso como rei e em sua vida privada. Maquiavel pensa, somente, enquanto político, em seus textos. Mas a alusão de Hierão demonstra que a escolha acertada de amigos facilita a vida pessoal do político, bem como sua administração. Em seus assuntos íntimos, sabe-se que ele foi dedicado aos seus amigos e se manteve fiel a eles, conforme atestam suas cartas. Hume sabe que o excesso de egoísmo dificulta a vida social e deve ter se oposto à interpretação do Florentino. Maquiavel pensa o assunto sobre a esfera de decisão do político, enquanto Hume considera tão somente a esfera do social. Ele sabe que os homens são egoístas e estão sujeitos a alguma benevolência dos mais próximos. De outro lado, Hume sabe

---

[91] Segundo Hume (2001, p. 522), gostamos de companhia em geral, mas é do mesmo modo como gostamos de qualquer outra diversão. *Um "inglês", na "Itália", é um amigo; na "China", é um "europeu"; e quem sabe pudéssemos amar um homem simplesmente como homem, caso o encontrássemos na Lua. Mas isso se deve apenas à relação conosco, que, nesses casos, ganha força por estar limitada a poucas pessoas*.

[92] O capítulo XXIII de Maquiavel (1991) utiliza a palavra *amiserunt.* Na tradução portuguesa, encontra-se a palavra *adulador.* Na tradução portuguesa do ensaio "Da população das nações antigas", existe uma menção a conduta de Políbios, nota de rodapé, nº 273, página 656: - *não demonstra sintoma algum de bajulação* (HUME, 2004). Na versão original, encontra-se: *... discovers no symptoms of flaterry*. (HUME, 1998, p. 392).

que a amizade tem algum valor e que ninguém é tão egoísta assim que não possa desfrutá-la.

A partir do momento em que a vida em sociedade força as pessoas a uma reciprocidade de dependência, seria natural que um sentimento de estima acompanhasse tal convivência. Por um lado, é preciso transformar esses sentimentos, que visam o interesse, em coisa que traga alguma utilidade para todos. Tal projeção é artificial, mas possível e empírica, graças àquela moderação sempre solicitada ao tratar dos temas da política. Em Hume, o sentimento tem proeminência sobre a razão. Não é o fato do outro ser útil e ou desonesto em suas ações, mas a dificuldade que resulta dos sentimentos em não demonstrar simpatia até mesmo a um bajulador. Além disso, Maquiavel escreveu que o simulador e ávido de ganhos devem ser temidos. Não obstante, eles estejam à disposição se a situação é favorável ao próprio interesse e, do contrário, como ninguém gosta de colocar o patrimônio e o sangue nos humores de outro homem poderoso, não resta senão evitar essa situação. De outro lado, o príncipe precisa ter essa consciência a cada instante ou, então, não observará sua própria regra. Todavia, ainda que fosse possível atender às obrigações de monarca, ser atento ao convívio dos aduladores, a única medida possível ao príncipe seria manter alerta seu sistema de desconfiança contínua, que seria um mito de tal sistema. Essa linha de raciocínio está marcada por um pessimismo, se for lembrado que a manutenção do poder requer, às vezes, a fraude do príncipe. É óbvio que essa ideia está associada ao uso da força. Ao mesmo tempo, é necessária a proximidade junto ao príncipe, para que executem suas ordens. A questão é que tais pessoas estão sempre desconfiadas do próprio príncipe. Afinal, toda avaliação está sujeita a um quadro externo, pois, sem ela, é impossível saber o que os homens carregam no coração. E os homens nunca se contentam com que possuem, segundo o Florentino. Mais adiante, segundo Hume:

> Se alguém tem realmente a intenção de nos prejudicar, mas não por ódio ou má vontade e sim por um desejo de justiça e equidade, essa pessoa não desperta nossa cólera, se formos um pouco razoáveis; e, entretanto, ela é não apenas a causa, mas a causa consciente de nossos sofrimentos (HUME, 2001, p. 384).

Tanto um quanto outro enfrentam problemas na avaliação do adulador que pode causar malefícios ou benesses. Porém, Maquiavel aconselha a descartar tal figura do contexto social, enquanto Hume tenta aceitá-la sem exagero pelo discernimento. É

preciso julgar cada um a partir de suas ações e pelo papel que suas silhuetas demonstram na proximidade da vida pública e particular. Maquiavel pensa o príncipe como um defensor cívico da ordem, que recorre às leis e às armas para se fazer obedecido. E, para isso, é preciso que o príncipe seja amado ou temido. Como é mais difícil reunir a ambas, convém ser temido, pois não pode confiar no amor dos homens, enquanto Hume defende a amizade como um sentimento sossegado e pacífico, *cimentada pelo hábito*. Pensa em dominar o espírito humano, quando explica que o Estado tem a vantagem primeira de já estar estabelecido. Maquiavel sabe que os homens oferecem seu sangue, bens e vida, enquanto a situação é vantajosa para eles. A administração do estado não pode contar com o amor de uma criatura que tem se mostrado na história como volúvel e ambiciosa. Hume pensa em criar laços que inoculem no espírito do homem a aceitação da existência do governo, pois entende que, na *opinião* favorável ao governo, há uma espécie de princípio de legitimação que se sustenta em uma avaliação positiva do governo. Diferente do Florentino, Hume percebeu que não bastam tão somente as leis e as armas para manter o poder. É preciso criar um consentimento de que o governo existe para atender aos interesses de todos.

De algum modo, mas por caminhos diferentes, eles acreditam que a política é o caminho para tratar os conflitos políticos. Mas é preciso que o governante tenha o direito de exercer o comando e o povo, o dever de obediência. Tal ideia é significativa e as metáforas utilizadas na história, como recorda Bobbio, procuram se inspirar em modelos biomórficos[93]. Maquiavel e Hume utilizam tais justificativas procurando legitimar o dever de obediência, mediante a condição natural de que alguém tem o direito de governar e os demais devem, por conveniência, obedecer. O príncipe, de Maquiavel, tem a *virtù* e ele governa com o auxílio das armas e das leis, mas acima disto, por sua própria condição. Além disso, exerce sua função tão somente para edificar a sociedade e, assim, preparar as condições necessárias para os súditos serem felizes. A diferença entre César Bórgia e Agátocles é simples, para Maquiavel: um visa o bem comum e o outro procura satisfazer os interesses pessoais. A explicação serve tão somente para o Florentino. Tal linha de interesses é tênue, porém concorre com o desejo da vontade geral. Para Hume, o Governo tem as condições efetivas de forçar os indivíduos a seguir as normas do Estado, mas ele reivindica a licitude da autoridade que

[93] Ver mais sobre o assunto em BOBBIO (2000, p. 217).

recorre à força, o que se denominaria na atualidade de *direito* de mando político legítimo. Com efeito, é preciso que a opinião pública tenha uma avaliação favorável ao governo constituído.

De certo modo, os Secretários defendem que a função do ator político é manter a ordem e a defesa através de uma instituição político-jurídica. Para eles, não é importante quem tem o direito de governar, mas sim que tem a eficiência de promover o *bem comum*; deste decorre a autoridade e a força legítima. Como o bem comum é um conceito genérico e sua objetividade só pode ser mensurada ao término do empreendimento, importa menos saber os meios para concretizar os propósitos. Desse modo, o Florentino recorre à figura do médico, que administra remédios para curar o enfermo que se beneficia do tratamento. Maquiavel tenta justificar o exercício do mando com o discurso da competência do político. O médico é o político e sua técnica a *virtù*. Hume não enfrenta tal questão. Maquiavel deseja a criação do Estado italiano. Hume deseja a conservação do Estado inglês para que os homens possam usufruir suas posses em segurança. O Estado para o Florentino representa o poder político, na potencial condição de produzir efeitos a partir de determinadas ações do governo. É o modo concreto que designa a esfera da atividade política, na qual, com os recursos coercitivos, o ator político manipula o comportamento das pessoas com recompensas e castigos. O poder político em Hume é uma estrutura jurídica formal, em que existem determinadas liberdades sob o alicerce da autoridade. Afinal, não há respeito às leis sem a presença da autoridade. As revoluções que ocorreram na Inglaterra foram decorrentes das falhas do governo em manter o Estado organizado: as desconfianças minaram a credibilidade dos atores políticos e a violência tornou-se um expediente comum. Embora os partidos Whig e Tory tenham se tornado visíveis com os Stuarts, a divergência de princípios entre partidários do realismo e do parlamento acontecia a longa data. A dissensão provocava lutas internas. Era preciso encontrar um caminho para dirimir a instabilidade política. Esta divisão facilita as discórdias, que ameaçam a ordem e a segurança. Neste contexto histórico, as disputas exageradas das facções parecem se repetir. Na Inglaterra, ocorria uma disputa interna. A análise de Hume sugere, como ponto de partida, a moderação política como o caminho para preservar a ordem. Na ausência de moderação, é preciso um expediente extraordinário: o remédio. Analogicamente, o médico prescreve um tratamento e

utiliza fármacos, de modo a curar o conflito social. Este médico é o príncipe que centraliza o mando.

De acordo com Maquiavel, em momentos de corrupção generalizada, as leis não são mais respeitadas e a desordem progressiva divide os homens. Na busca dos interesses particulares, as animosidades aumentam, as divisões internas tornam-se conflitantes, as leis deixam de ser respeitadas e o governo se desestabiliza. Nesse momento, Maquiavel, como medida extraordinária à resolução do problema, aconselha a centralizar o poder em mãos possuidoras de *virtù*, a fim de eliminar o conflito interno e restabelecer a ordem. Possivelmente, o cenário político florentino, semelhantemente, se repete na Grã-Bretanha. Esta não é uma república nem sequer uma monarquia convencional. Isso serve como espetáculo perante os escritos de Maquiavel. Quando a anosa estrutura do Estado, governada por Charles I, mostrou-se obsoleta e a violência desregulada reinava no país; coube a Cromwell restaurar a ordem e a segurança. Com estes objetivos, ele teve que recorrer a expedientes extraordinários, como destronizar e eliminar o monarca. Estas atitudes revelam que o ator político não deve ser limitado por febres éticas quando a finalidade exigir medidas extremas. Hume sabia com perfeição deste procedimento ao discorrer sobre o exercício da força para suprimir os tumultos sociais.

De modos diferentes, eles percebem que somente a autoridade política cria os instrumentos para regular o comportamento ordenado da sociedade. Para Maquiavel, o príncipe cunha as leis e usa suas tropas para dissolver os conflitos. Para Hume, uma Constituição eficiente é a melhor maneira de se preservar a ordem social e garantir o bem público, conforme escreve:

> [...] na melhor constituição civil, na qual todos os homens são constrangidos pelas mais rígidas leis, é fácil descortinar as boas ou más intenções de um ministro, e julgar se o seu caráter pessoal merece o amor ou o ódio (HUME, 2004, p 127).

Uma Constituição eficiente para Hume é aquela na qual a autoridade e a liberdade encontram-se equilibradas. A Constituição deve considerar as inclinações naturais e, assim, estimular aquelas que favorecem o convívio e *mecanismos* para frear os apetites naturais que prejudicam a comunidade política. Hume pensa que o modelo Inglês não tem tal excelência. Para ele, o poder político concentra-se em demasia na *Câmara dos Comuns* e o rei não tem poder algum sobre aquela. Deste modo, o

monarca para efetivar a política administrativa, por intermédio de seu ministro, obriga-se necessariamente a recorrer à *patronagem*[94] e ao erário público para convencer os parlamentares das vantagens para a sociedade, em apoiar algumas medidas do governo. Para Hume, em uma forma mista de governo, é possível existir algum nível de *corrupção* e *dependência*, entretanto ela sempre representa um perigo. Em seus escritos de economia, tinha advertido que uma acertada política dos magistrados é instigar *o espírito do trabalho na nação* (HUME, 2004, p. 443). De outro lado, torna-se muito arriscado ao futuro de uma nação depositar o crédito público em homens que não são preparados para tal função.

O poder político precisa encontrar as mãos adequadas para proporcionar estabilidade política à sociedade. Hume prefere uma Constituição competente a um homem, afinal, não é interessante conferir poder excessivo a um único homem; salvo, talvez, no início de uma república ou em momentos de revoltas ou crises acentuadas, a partir do insucesso constitucional para preservar as instituições e a ordem social. Dada a situação conflitiva, é preciso encontrar o médico que cure as chagas sociais, visto que o conhecimento é essencial para o resultado final. Para um homem que foi confundido como um defensor da causa real, talvez seja conveniente lembrar a consideração que faz à preparação médica que deve-se mais à capacidade efetiva do que à ascendência; afinal ninguém tem o direito de ser médico porque seu antepassado o foi, mas sim devido à competência que adquiriu. Desse modo, Hume discute habilidade e não direitos de nascimento. O comentário sobre as qualidades dos últimos reis ingleses é significativo, visto que:

> são mais numerosas as qualidades, e necessário um Gênio mais forte para ser um bom Advogado ou um bom Médico do que para ser um grande Monarca. Tomemos qualquer Linhagem ou Sucessão de Reis, na qual o Nascimento basta para qualificar um homem à Coroa: Os Reis ***Ingleses,*** por exemplo, que não têm sido considerados os mais brilhantes na História. Da Conquista à Sucessão da presente Majestade, podemos contar 28 Soberanos, omitindo aqueles que morreram antes da maioridade. Destes, oito foram considerados Príncipes de grande Capacidade, *viz.* O *Conquistador, Henrique* II, *Eduardo* I, *Eduardo* III, *Henrique* V e VII , *Elizabeth* e o falecido Rei *Guilherme.* Creio que todos concordarão que, no Curso natural da Humanidade, não existem oito em cada 28 indivíduos que são talhados para a Magistratura ou para os Tribunais (HUME, 2004, p. 762-763).

[94] Segundo Pocock: *conjecturava-se que Walpole estava manipulando dois grandes instrumentos de corrupção: a patronagem e o crédito público* (POCOCK, 2003, p. 172).

O fôlego intelectual de suas palavras do trecho acima corrobora a ideia de que Hume é mais um defensor da eficiência administrativa do que da realeza. O esforço para defender sua ideia de que a política inglesa ameaça a estabilidade do Estado são claras. A hipótese de que o governo evolui com o tempo, pode ser percebida quando preconiza o pensamento de que os legisladores aparecem à medida que as comunidades se tornam complexas. Ele desconfia com seriedade de uma autoridade que não esteja sob a fiscalização das leis. No entanto, ele acredita que no *furor das revoluções, das conquistas e das convulsões políticas, geralmente é a força militar ou a habilidade política que decidem a controvérsia* (HUME, 2004, p. 673), portanto, recorre-se ao médico.

Parece que Maquiavel buscou tal artifício para estabelecer uma afinidade de comando e obediência entre o príncipe e seus súditos. A dissolução dos conflitos exige medidas apropriadas, mas como o resultado é a glória da pátria, os meios despóticos não devem ser considerados negativos. Maquiavel procurou entender os humores dos homens porque o *príncipe* será aquele indivíduo capaz de colocar ordem no corpo social. O Estado é semelhante ao corpo e o príncipe é o médico que interfere com conhecimentos específicos, tanto para restabelecer a saúde, como impedindo que a cidade se deteriore organicamente, tanto que recorre aos remédios. Neste ponto, suas medidas são executadas em detrimento da vontade do corpo que tende para a corrupção, mesmo quando deseja a saúde. O médico evita e provoca ações com um fim esperado: o retorno à saúde. Como especialista, ele sabe o que é apropriado ao corpo e, assim, não precisa da autorização do leigo. Na verdade, como possui um conhecimento adequado, ele recorre ao poder político para organizar o Estado. Simbolicamente, sua ação não é despótica, pelo contrário, suas incisões procuram extirpar as causas do conflito em prol da ordem social. Ele é o homem público que a situação política do momento exige e, assim, ele desperta sentimentos indulgentes com seus atos profiláticos (políticos), criando um sentimento de identidade com o corpo social. Ao mesmo tempo, ventila-se a propaganda de que o sucesso da operação no corpo social depende da fiel observância da prescrição pelo paciente; afinal, o ator político deve saber manipular os humores dos homens. Só assim então, ele consegue eliminar os conflitos do corpo. Desse modo, para ele, as pessoas precisam acreditar nas vantagens da existência do príncipe.

Hume recorre à mesma metáfora dos remédios e deixou claro que não é qualquer príncipe. Tal como o Florentino, pensa na potência do monarca para regular e preservar o bom ordenamento na distribuição de justiça. Trata-se de uma tradição ocidental pensar o estadista como um médico que cura as doenças das cidades. Os ensaios de Hume (2004, p. 125) fazem diversas referências ao assunto, mas como ele rompe com diversas justificativas que legitimam a estrutura de mando, tal exemplo, deve ter sido fruto de alguma influência, provinda do seu hábito de se alimentar dos antigos. A exemplo disso, a passagem em que faz menção à Constituição do Estado, que provará sua eficiência de ser boa ou má, à proporção em que tem remédios necessários contra a má administração de um magistrado. Em outro momento, Hume (2004, p. 151) menciona as leis como remédios para o bom funcionamento do Estado. Os remédios servem para prevenir e curar o corpo. Eles são artifícios criados para solucionar problemas que o corpo, por si, não teria como resolvê-los. Foi, igualmente, em busca do interesse próprio e coletivo que se estabeleceu a justiça artificial e, assim, deu-se a estabilidade das posses e bens como algo de interesse público. Em seguida, Hume (2001, p. 540-541) afirma que os políticos, através de *artifício*, da *educação* e da *instrução*, estimulam os homens a terem consideração pela justiça em função da paz da sociedade. Afinal, foi para satisfazer aos interesses pessoais que os homens inventaram as regras de justiça. O aumento da população e o enredamento proveniente dele, levaram os homens a criar o Estado como um anódino.

Ao discorrer sobre o conflito dos principais partidos ingleses, Hume pensa que a luta intestina deles pode causar a anarquia política e, assim, acredita que utilizando a força encontrará a solução para as disputas. Toda digressão sobre a *virtù* baseia-se na intenção de Maquiavel provar as qualidades do príncipe, bem como justificar as medidas que, porventura, serão adotadas e que elas visam ao ordenamento da cidade. O Florentino recorre aos símbolos do médico e de seus remédios para exemplificar o poder político que a Itália precisa para conseguir a condição de Estado. Ele precisa de um príncipe atento ao exercício do mando. O capítulo XVIII do **Príncipe** serve somente para Maquiavel demonstrar o mérito do príncipe em ser o médico qualificado para prescrever a receita que eliminará as chagas do corpo e restituirá a saúde dele. E o momento é agora, afinal:

> da tísica dizem os médicos que, a princípio, é fácil de curar e difícil de conhecer, mas com o correr dos tempos, se não foi reconhecida e medicada, torna-se fácil de conhecer e difícil de curar. Assim se dá

> com as coisas do Estado: conhecendo-se os males com antecedência, o que não é dado senão aos homens prudentes, rapidamente são curados: mas quando, por se terem ignorado, se têm deixado aumentar, a ponto de serem conhecido de todos, não haverá mais remédio àqueles males (MAQUIAVEL, 2004, p. 12).

A passagem deixa claro as metáforas do Florentino sobre médicos e remédios. Observa-se que a transferência semântica é utilizada para reforçar o argumento de que os romanos eram judiciosos em sua política externa, visto que suas decisões sobre as áreas conquistadas envolviam medidas efetivas para o presente e ponderações sobre os efeitos desta política para o futuro. Não deixa de ser adventício que Hume faça diversas menções ao corpo político como um organismo vivo, e como tal, sujeito às enfermidades. Ao comentar sobre as qualidades que um legislador deve possuir em situações nas quais existam divergências de facções, ele discorre sobre a *habilidade para evitar esses partidos* (HUME, 2004, p. 161), em especial, se a nobreza e o povo estiverem organizados em torno de seus interesses. Nesta passagem, ele faz uma referência ao *grande elixir sobre* as questões políticas, que parece ser uma possibilidade real. Trata-se, evidentemente, de uma metáfora provocativa. O elixir é o alívio genérico que cura as chagas do corpo. Hume discorre sobre a habilidade do político, afirmando que tal destreza implica em perceber os problemas antes mesmo que eles se avolumem. Maquiavel denominava tal qualidade por *prudência*. Em ambos, encontra-se um discurso que justifica o exercício do poder político por aquele que tem competência para exercê-lo. Do mesmo modo, apresentam seus raciocínios com referências ao sistema terapêutico[95].

Como leitor dos humanistas do Renascimento, Hume sabia que o ator político precisa encontrar um mecanismo capaz de enfrentar esta dificuldade da vida prática, sendo a eficiência o fundamento do mando. Decerto que as intervenções do médico podem causar algum dissabor ao paciente durante o tratamento, porém a cura é a consequência final. Tanto em Maquiavel como em Hume, a atividade política tenta edificar o *bem comum*[96]. Para obter um resultado satisfatório, o médico exige que suas

[95] Ainda que seja uma citação em um contexto diferente, em outro momento dos seus ensaios, Hume chega mesmo a fazer uma menção à *Tísica*. Nesta nova metáfora, ele trata da capacidade de distinguir o grau da dor em virtude de sua gravidade, visto que algumas dores podem ser maiores que outras, porém o silêncio de algumas pode ser mais danoso ao corpo do que a proporção da primeira; em uma clara referência a habilidade de distingui-las: uma dor de dente produz convulsões de dor mais violentas do que uma tísica ou uma hidropisia (HUME, 2004, p. 307).

[96] Este tema não será tratado nesta oportunidade, pois envolve uma discussão que excede os objetivos deste tentame.

recomendações sejam atendidas. Legitima-se, então, o preceito da obediência. O dever de obediência é uma condição preestabelecida para o fim da política, mas ele não se objetiva tão somente da possibilidade coercitiva do Estado, mas também dos mecanismos que formam o imaginário coletivo e criam uma afinidade de costumes entre as pessoas, dando um sentido sociológico aos indivíduos. Esta característica fundamental foi tratada por ambos os filósofos, embora não nestes termos. A ideia de desunião que ameaça a ambos precisa ser rechaçada para se edificar (ou manter) o Estado homogêneo, quando existem elementos que afirmam os laços éticos e políticos em comum. A Itália e a Inglaterra sofrem com as disputas internas, portanto, o que deve ter levado Hume a imaginar que momento britânico exigia uma administração diferente, um governo que recaia em um ente, capaz de estruturar de modo organizado a convivência social, impondo o fim às discórdias para que o Estado permaneça sólido.

Esses filósofos, resguardadas suas especificidades, acreditam que o *bem comum* passa pela existência e estabilidade de um Estado forte e centralizado, capaz de enfrentar os perigos externos e de intervir sobre os conflitos internos. Eles também concordam que somente um príncipe vigilante pode atenuar os males provenientes da falta de obediência. A obediência não implica no fim da liberdade. A liberdade só é um problema quando não está condicionada à lei e à autoridade. Eles são republicanos e desejam um Estado regido por instituições alicerçadas na lei, como bem condiz a condição humana. No entanto, alguns desejam abusar da liberdade, como pensa Hume e como aponta o Florentino. Nesta situação, só a força pode preservar o governo. Tal como os romanos ensinaram, em momentos de convulsão social, o exercício do poder deve ser monopessoal. Em uma monarquia deste tipo, que consulta o parlamento e encontra-se sob às leis, em que a tradição estabeleça as bases hereditárias de sucessão ou, quiçá, uma eleição institucional, pode ser o caminho para a ordenação social.

Dois séculos se passaram desde que o Florentino escreveu o **Príncipe**. As monarquias mudaram desde então, segundo Hume. As condições materiais que permitiram reinar homens como *Tibério, Calígula, Nero ou Domiciano* não existem mais. Em verdade, na Europa do século XVIII, o discurso que associa a ideia de 'bom governo' às leis começa a circular com mais intensidade. Além disso, a conjuntura política era outra. As posses estavam garantidas, a indústria crescia, e os reis não precisavam desconfiar dos seus súditos. Em uma república, em que todos estão abaixo

das leis, *nenhum magistrado é eminente o bastante para provocar a desconfiança do Estado* (HUME, 2004, p. 102). Contudo, *na INGLATERRA*, que não é uma monarquia absoluta nem republicana pura (2004, p. 104), é preciso alimentar esta desconfiança como um recurso para preservar o sistema misto. Para Hume, é possível existir, na ausência de desconfiança, mais liberdade em monarquias do que no território inglês.

Hume percebera que os homens nascem em uma sociedade já constituída. Obrigados pela sobrevivência, são inclinados a preservar as mesmas relações que nela encontram. Forma-se, assim, um hábito ou um sentimento de identidade com as regras sociais. Ao discorrer sobre as vantagens de uma monarquia pura na Inglaterra, Hume tenta demonstrar que não há nada a temer dela, e sim da forma mista que vigora no solo inglês. A mudança de hábito exige um esforço enorme, mas o primeiro passo é a mudança de opinião, e tal mudança deve ser sentida. Para isso, é preciso proporcionar algum sentimento de prazer. Ele busca disseminar o sentimento de "simpatia" pela monarquia, ao tempo em que explana sobre o perigo da forma mista, para manter estabilidade do governo, bem como das posses e demais coisas necessárias para garantir a ordenação da administração pública.

Maquiavel tinha somente a preocupação em instituir o Estado. Percebeu o papel da violência para o seu ordenamento e que ela só tinha fundamento quando promovesse o engrandecimento da pátria. Ao recorrer às metáforas do médico, Maquiavel procura disseminar a crença de que a intervenção do príncipe é necessária. O médico não recorre à força contra seu paciente sem necessidade, só quando sente que é imprescindível para a cura do mesmo. Ele defende uma prescrição de determinados remédios que precisam ser aceitos pelos súditos como uma prática característica do ato medicinal. Ao enfatizar tal recurso, ele entende que as ações do príncipe precisam ser extensamente aceitas como uma prescrição de alguém que intervém por ser chamado e não para realizar coisas em proveito próprio.

O projeto do **Príncipe** é unificar e deixar a Itália em paz. Para isso, o príncipe precisa de tropas, leis e bons conselheiros. Mas os homens são ávidos e podem traí-lo, caso seus interesses ficassem impossibilitados de ser obtidos por dificuldade do príncipe. Maquiavel aconselha ao príncipe prudência na escolha dos ministros, dando preferência aos homens sábios e permitindo expor seu pensamento somente quando consultados. Em verdade, o príncipe precisa de *virtù* para separar aduladores de homens ligados a sua causa, visto que o ministro pode ser dissimulado e eficiente em

agir em próprio interesse. Este é o perigo que rodeia o príncipe e exige atenção. A unificação italiana precisa de parceiros. Ao final do **Príncipe**, Maquiavel afirma que a fortuna encontra-se favorável aos italianos. A ideia de simpatia à causa de uma Itália livre e soberana estava no "ar", mas não refletida como movimento sistematizado, porém como ambição pessoal de um Bórgia ou, quem sabe, a família Médici. O Florentino não notou que aos Médicis bastava, tão somente, controlar Florença e estimular seus negócios. Desse modo, o projeto de Maquiavel teria que esperar alguns séculos para se tornar realidade. Aliás, a forma de governo a ser definida era um problema para a época, pois cada cidade gozava de um sistema próprio e com dificuldade se entenderia com as outras. Talvez, por isso, Maquiavel tivesse pensado a união italiano por meio de um principado, mesmo sendo um republicano. É preciso que uma *ideia* esteja ligada à *impressão* para que se tenha uma relação, segundo Hume. Maquiavel não teve, ao seu tempo, a força da simpatia[97], (inclinação natural que promove a associação de indivíduos em torno de um objetivo), embora percebesse que este elemento é fundamental para consecução do seu projeto.

Os autores antigos escreveram que a reunião dos homens em sociedades particulares é um fato natural. No entanto, quando estas mesmas associações têm uma meta política, é possível que a busca dos seus interesses particulares se contraponha aos coletivos, gerando a discórdia. Na leitura dos escritos do Florentino, este ponto é nodal. Hume percebeu que a animosidade dos partidos ingleses ameaçava com seriedade a preservação das instituições, em especial, quando eles não se permitem negociar diferenças. Tal instabilidade política, conjuntamente com o excesso de liberdade, levou-o a considerar a proposta de uma autoridade maior que eliminasse o risco de uma possível anarquia. De certo modo, Hume parece propor a mesma indicação do Florentino, recorrer a força para preservar o Estado. Parece ser um fato histórico para Hume que, o excesso de liberdade, gera uma desconfiança generalizada. O abuso da liberdade trouxe como resultado o temor a diversos tiranos do passado que, desconfiados das intenções dos súditos, cometeram as piores atrocidades, como Charles I. O que gerou uma sedição social que culminou em guerras que só terminaram com a intervenção de um homem que não reverenciou qualquer limite ético. Desse modo, o caminho inevitável de qualquer governo é a sua ruína e, em seguida, o restabelecimento da ordem pela espada. As contendas sociais só são

[97] *The force of sympathy* (HUME, 1985, p. 411).

dissipadas quando a força das armas impera. Esta é a perspectiva de Hume. Ele sabe, todavia, que a liberdade é um monumento inglês, porém, salientou que o excesso de *liberdade e a escravidão, frequentemente, se aproximam a ponto de se tocarem* (HUME, 2004, p. 102). Portanto, é preciso obter a confiança de que esta liberdade representa uma ameaça ao ordenamento do Estado.

A Inglaterra é um misto de república e monarquia, mas não é um regime misto como descreveram os antigos. Em um país que adotasse a forma mista (regime), porém mais inclinada à republicana, seria muito difícil a conversão à monarquia sem a atração de simpatizantes que se inclinassem a seguir esta opinião. Hume pretendia mostrar que os reais e permanentes interesses das pessoas seriam defendidos em uma monarquia, principalmente, naquela em que a propriedade fosse regulamentada pela lei e avalizada muito mais pela presença de um Governo forte do que de uma república livre, que se deteriora passo a passo. A força, como bem observou Hume, estava com o povo. Portanto, seria necessário que a monarquia plena fosse apoiada pela maioria. As pessoas são guiadas pelo hábito e não pela razão. Desse modo, a tradição imperante é um sério obstáculo à mudança da forma de governo. Quando ele defende a moderação, pretende contrapor as superstições e entusiasmos dos partidos com uma proposta que preserve o Estado[98]. O fato é que há uma espécie de movimento instintivo que, de modo suave, leva as pessoas ao encontro de outras. Portanto, elas nascem em sociedades e, *a fim de preservar a estabilidade do governo,* é necessário que a novas gerações *se submetam à constituição estabelecida, seguindo de perto o caminho traçado pelos seus pais* (HUME, 2004, p. 676). A opinião é base do mando e como são também ativos os homens, eles precisam justificar seus interesses. Diferentes dos insetos, como as abelhas, em que cada indivíduo cumpre uma função orgânica na vida coletiva da outra, os homens têm predileção e, às vezes, um dever de se aproximar dos outros.

> Em todas as criaturas não predadoras e que não são agitadas por paixões violentas, manifesta-se um notável desejo de companhia, que faz que se associem umas às outras, sem que possam pretender tirar

[98] Para Hume, os supersticiosos seriam os Tories que defendia as prerrogativas do rei e os entusiastas seriam os Whigs que defendiam o Contrato. *Depois da "revolução", portanto, um TORY pode ser definido em poucas palavras: como "um amante da monarquia mas sem abrir mão da liberdade; e como um partidário da família dos" STUART. Enquanto um WHIG pode ser definido como "um amante da liberdade, mas sem abrir mão da monarquia; e um partidário da consolidação da linha" PROTESTANTE*. Os whigs tiveram uma atenção maior de Hume que o outro (HUME, 2004, p. 176). Ver mais sobre o assunto em Forbes. **Hume's Philosophical Politics**. Cambridge: Cambridge University, 1975.

> qualquer proveito dessa união. Isso é ainda mais visível no homem, que é, dentre todas as criaturas do universo, a que tem o desejo mais ardente de sociedade e está preparada para ela pelo maior número de circunstâncias favoráveis. Somos incapazes de formar um desejo sequer que não se refira à sociedade (HUME, 2001, p. 397).

Hume ainda acrescenta noutro momento:

> Não há na natureza humana qualidade mais notável, tanto em si mesma como por suas consequências, que nossa propensão a simpatizar com os outros e a receber por comunicação suas inclinações e sentimentos, por mais diferentes ou até contrários aos nossos. Isso é evidente, não apenas nas crianças, que aceitam sem pestanejar qualquer opinião que lhe seja proposta, mas também em homens de grande discernimento e inteligência, que têm muita dificuldade em seguir sua própria razão ou inclinação quando esta se opõe à de seus amigos ou companheiros do dia-a-dia (HUME, 2001, p. 351).

Torna-se, então, estabelecido que o sucesso do príncipe não possa acontecer se ele não encontrar parceiros que abracem sua causa, muito mais por simpatia a sua pessoa, do que pela força das armas. Entretanto, as leis e as boas armas são fundamentais para o príncipe obter sucesso em seus empreendimentos, tal como Maquiavel (1991, p. 49) escreveu no **Príncipe**: *e* as *principais bases que os Estados têm, sejam novos, sejam velhos ou mistos, são boas leis e boas armas*. Maquiavel esboçara as linhas do que seria algo semelhante à simpatia humeana, mas preso em demasia às próprias máximas para perceber o próprio discurso ao escrever dos perigos internos e externos: *defender-se-á destes com boas armas e com bons aliados* (MAQUIAVEL, 1991, p. 77). Afinal, para ele, quem tem a sua disposição armas, com facilidade encontra amigos. Obtêm-se '*buoni amici*' (bons amigos) quando o príncipe observa com cuidado as questões do Estado e não retira dos seus súditos os seus bens. Evitando ser odiado ou desprezível, de maneira difícil, encontra circunstâncias adversas à ordenação do seu governo.

Savanarola tinha vários amigos e simpatizantes, mas não se preveniu com armas. Os amigos perderam o interesse em defendê-lo em virtude das dificuldades de tal empreendimento. Porém, como conciliar essas ferramentas, sem a simpatia dos soldados, no caso de um general, ou do povo, pelas leis? Estudando o passado e vendo como se comportaram os antigos, como foi o caso de Severo que *foi tão valoroso que, mantendo a amizade dos soldados, embora oprimindo o povo, pôde sempre reinar com felicidade* (MAQUIAVEL, 1991, p. 81-82). Severo manteve-se no poder em virtude de

sua capacidade militar e do sentimento de respeito que desfrutava entre seus comandados. Mas a *fortuna* tem caprichos. Desse modo, o que era suficiente em um determinado momento para conquistar e conservar o poder, pode não ser aceitável em outro. Se o conhecimento do passado é um espelho para o presente, o príncipe deve perceber a utilidade cognitiva dos tempos antigos. Afinal, se ele deseja saber sobre *a verdade efetiva das coisas*, precisa saber como as coisas danosas aconteceram. Portanto, desde jovens, em seus treinamentos, os príncipes devem se exercitar em caçadas com amigos, como foi o exemplo de Filopêmenes (MAQUIAVEL, 1991, p. 60).

Talvez, Maquiavel estivesse com os olhos voltados apenas para a teia política e para os homens que emaranham seus fios, a exemplo de Rodrigo Borgia[99]. Tal linha de raciocínio ajuda a compreender os juízos do autor, porém, alhures, é possível encontrar laços fraternais do mesmo com Francesco Guicciardini, Biagio Buonaccorsi e Agostino Vespucci, embora nos momentos de penúria financeira e ostracismo do Florentino, tenham seguido, de modo fiel, as máximas do **Príncipe** a valorizar a amizade: oferecendo o sangue e o patrimônio na época em que as coisas estavam em ordem. É possível, ainda, supor que outros interesses estavam em voga, mas é um fato que sua relação amical com esses homens se estendeu por muitos anos. Do mesmo modo, o filho de Severo, mesmo tendo o espírito guerreiro do pai, não teve os amigos necessários para conservar o que recebeu, tampouco a *virtù* para entender as mudanças que a *fortuna* realizara no plano político.

Além disso, há uma diferença constatada por Hume que parece não ter sido observada por Maquiavel na natureza humana, que é a capacidade dos homens tanto de amar e odiar, e uma forte inclinação para criar elos afetivos, mesmo que sejam restritas a poucos:

> gostamos de companhia em geral, mas é do mesmo modo como gostamos de qualquer outra diversão. Um *inglês*, na *Itália*, é um *amigo*; na *China*, é um *europeu*; e quem sabe pudéssemos amar um homem simplesmente como homem, caso o encontrássemos na Lua (HUME, 2001, p. 522).

Ora, Hume entende o papel da simpatia e sua função (inclinação) para reunir duas ou mais pessoas em um projeto. Afinal, todo príncipe tem, pelo menos, um projeto: conservar o governo. De que maneira pode, então, um príncipe, em uma

[99] *Alexandre VII não pensou e não fez outra coisa senão enganar os homens, tendo sempre encontrado ocasião para assim proceder* (MAQUIAVEL, 1991, p. 74).

batalha, ainda que ele seja *tão grande e forte*, esperar o fiel cumprimento de suas ordens? Tornar-se-á mais fácil contar com a simpatia de seus soldados, o que pode ser constatado, nas palavras do próprio Maquiavel, quando descreve as atividades do príncipe, que *encerram grandeza,* e *fazem com que ele seja reverenciado e admirado* (MAQUIAVEL, 1991, p. 108).

A simpatia é um elemento essencial na construção da firmeza, da inclinação e da fidelidade. Aquele sentimento, quando moderado, inclina os seres à convivência com seus semelhantes. No homem não seria diferente, pelo contrário, nele se manifesta com mais energia tal afeto. Desse modo, o comportamento humano é influenciado por este sentimento, caso contrário, não existiriam divisões na espécie humana, provocada por inimizades insensatas. A análise de Hume (2004, p. 157) sobre os interesses dos homens dentro de uma sociedade particular, revelou que muitas disputas acontecem em razão da *amizade pessoal* ou *animosidade entre os membros que integram partidos opostos*. Portanto, a divisão dos homens ocorre como um processo natural, resultante da inclinação do sentimento de amizade. De algum modo, ele gera uma espécie de relação íntima entre os indivíduos envolvidos em um determinado interesse. Ressalta-se que nenhum empreendimento tem sua execução sem contar com a participação efetiva de terceiros, que podem vincular-se ao empreendimento por interesses pessoais ou reais, utilizando a linguagem de Hume sobre as sociedades particulares. Além do apetite sexual, o ser humano tem uma predisposição à amizade. Afinal, *é agradável nos dirigirmos a alguém que nos é agradável* (HUME, 2004, p. 783). Esta afinidade amistosa entre indivíduos é intencionalmente negada pelo príncipe, conforme se evidencia na passagem a seguir:

> [...] o comandante que virtuosamente conquista um império para seu senhor, vencendo os inimigos, cobrindo-se de glória e enchendo seus soldados de riquezas, necessariamente conquista tanta reputação diante de seus soldados, dos inimigos e dos próprios súditos de seu príncipe que a vitória não pode ser vista com bons olhos pelo senhor que o mandou (MAQUIAVEL, 2007, p. 93).

Uma constante inquietação está presente na mente do príncipe, tendo em vista a noção de ameaça, seja real ou imaginária; qualquer êxito, ainda que seja de seus comandados, provoca-lhe um sentimento de não confiança. Hume fez algumas observações sobre a função da desconfiança no cenário político. Para ele, tal sentimento pode causar diversos problemas, a exemplo da balança de poder. O

modelo de sistema misto de poder político da Inglaterra exige uma desconfiança dos magistrados. No passado, tiranos desconfiados promoveram barbaridades por temor. Além destas situações, ele escreve as seguintes palavras sobre esta emoção, quando pensa na sucessão de uma Casa real por outra:

> Quando se depunham as armas, o barulho das discussões recomeçava, e, quando estas silenciavam, a desconfiança continuava a corroer os corações, atirando a nação num abominável estado de perturbação e desordem (HUME, 2004, p. 715).

Em política, a desconfiança é sempre um problema renovado. Por outro lado, o excesso de desconfiança do príncipe pode se transformar em uma dificuldade para Maquiavel. Afinal, sem a devida 'prudência' (ou moderação), este sentimento pode torná-lo intolerável. É difícil, contudo, segundo Hume, imaginar esse tipo de alerta inflexível dos príncipes. Certamente, o príncipe deve estar alerta para as consequências do sucesso demasiado de seus chefiados, pois há o contínuo risco da *Virtù* não ser suficiente diante da *fortuna*. Afinal, Júlio César, como notou o próprio Maquiavel (2007, p. 104), *foi alvo do favor de Pompeu e dos outros*, mas estava mais preocupado em realizar seus projetos pessoais do que na grandeza da pátria. Além de tudo, ele teve a oportunidade de encontrar uma cidade corrompida e a chance de ordená-la, mas fez sem razão, o pior, agravou a corrupção em outras esferas da república.

Eis o momento em que Maquiavel pensou ser necessária a presença de um príncipe: na fundação e nos períodos em que a corrupção ameaça a preservação do Estado. Para Hume, a presença do príncipe faz-se imprescindível quando a estabilidade do governo corre o risco de desmoronar, porque o Estado não tem outros meios de resguardar suas ordenações regulares. A proposta de Hume é eminentemente prática. A preocupação filosófica dele faz com que sua reflexão política ganhe subsídios éticos. Para ele, o baldrame das distinções e atitudes morais são os sentimentos, de acordo com aquela inclinação natural da espécie, o egoísmo. Desse modo, *favores e gentilezas conquistam facilmente a sua amizade; enquanto a menor injúria provoca o seu ressentimento* (HUME, 2004, p. 95). A moralidade é uma coisa sentida e que tem, como princípio comum, a simpatia que proporciona prazer e utilidade. De algum modo, afirma que as pessoas buscam se aproximar de outras, ainda que o número delas seja limitado. O excesso de desconfiança impediria qualquer projeto político: *a desconfiança elimina*

todas as intimidades e qualquer familiaridade entre os homens (HUME, 2004, p. 315). Afinal,

> o homem que só ama a si mesmo, sem preocupação com a amizade ou o merecimento, merece a mais severa reprovação; e o homem que só é suscetível à amizade, sem espírito público ou preocupação com a comunidade, é deficiente na parte mais concreta da virtude (HUME, 2004, p. 122).

Com esta afirmação, parece que Hume adota como ponto de referência de sua reflexão a noção de espírito público, um tipo de sentimento que parece presente no Florentino. Maquiavel, na **Arte da Guerra**, já tinha pontuado a submissão do bem público a interesses privados. No **Príncipe**, ele discorre, de forma fragmentada, sobre a importância da amizade para o sucesso do empreendimento político do regente. Tal ideia é reforçada, sutilmente, quando escreve algumas linhas sobre as conspirações: *poucas delas tiveram êxito, pois quem conspira não pode estar só* (MAQUIAVEL, 1991, p. 78). Estas questões são partes de um tema sempre presente na reflexão política. A natureza humana determina ações humanas. Elas são norteadas por um sentimento, o egoísmo. Maquiavel percebeu que o desejo de preservação e de ganho é a base da associação dos homens, pois cada qual busca atender seus interesses. Ele não escreve que a moral deva ser olhada pela óptica da utilidade, mas pode-se interpretar tal leitura oblíqua ao perceber que o ganho pessoal é a mola que reage a flexibilidade das inclinações humanas. A política é conflituosa porque os homens procuram atender seus interesses. Hume, de algum modo, se situa em continuidade com o propósito do Florentino, o que Whelan (2004) denomina de temas abraçados por Hume. O alicerce da moral é o interesse, ainda que se possa usufruir algum prazer da contemplação de uma virtude que não atenda ao interesse. Hume reconhece que as volições estão muito próximas a ponto de emaranhar-se. A história forneceu os exemplos do comportamento humano, nesse particular, como bem se encontra nos **Discorsi**:

> [...] como demonstram todos aqueles que discorrem sobre a vida civil e todos os exemplos de que estão cheias todas as histórias, quem estabelecesse uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus (*rei*) e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiveram ocasião (MAQUIAVEL, 2007, p. 19-20).

O conhecimento da natureza humana aparelha o centro da reflexão do Florentino. Não se trata de uma mera precaução do legislador, visto que ele completa seu raciocínio com as palavras: *quando alguma maldade se oculta por algum tempo, assim procede por alguma razão oculta que não se conhece porque não se teve experiência do contrário* (MAQUIAVEL, 2007, p. 20). Para um filósofo que acredita que o passado tende a se repetir, seria forçoso conhecer a história como fonte de informações. Diferente do Florentino, Hume acredita que esse saber fornece exemplos que facilitam uma reflexão sobre as questões contemporâneas, principalmente sobre aquilo que denomina de história civil[100]. Não obstante ser a função basilar desta, instruir, as provas podem ser questionáveis. O aprendizado com a história deve ser cauteloso, partindo da observação daquilo que é referendado como mais uniforme na experiência.

Parece que o esforço de Maquiavel, no **Príncipe**, em retratar grandes personagens da história para apresentar aos nobres da Itália, tem com razão a intenção de mostrar como aquelas figuras entraram para os anais da história por seus atos. Ao mesmo tempo, ele instiga a alguém que tenha *virtù*, que faça algo semelhante na Itália do seu tempo, e seja tomado por alguma afeição pelas ideias expostas nesse tratado. Afinal, *na Itália não faltam motivos para a realização desse trabalho*: unificação da Itália e ou a fundação de um Estado, como tentou César Bórgia (MAQUIAVEL, 1991, p. 108). Ao apresentar seu livro, Maquiavel tenta conseguir afeição, mas, para isso, ao invés da adulação gratuita das cortes, pretende ser útil aos governantes com seus conhecimentos e experiência política e de história. Não foi uma mera coincidência o fato de Hume ter, tantas vezes, buscado exemplos na história. Trata-se de um hábito dos eruditos. Contudo, a Itália ocupou uma posição de destaque em suas considerações e exemplos. Hume tinha conhecimento sobre os eventos que antecederam o período em que viveu Maquiavel, bem como os posteriores. Intencional ou não, tudo parece indicar que as críticas diretas a Maquiavel visavam justificar que suas supostas falhas não foram por desconhecimento da história, mas porque tinha a intenção de construir uma justificativa para o **Príncipe**. Ainda que não fosse uma intenção, a interpretação de Hume ultrapassa Maquiavel à medida que este sofre a influência dos antigos, sendo a história um laboratório para o Escocês.

[100] Aquela que descreve as motivações políticas.

Apesar da originalidade e do estilo, parece que o núcleo fundamental da exposição política de Hume une história e natureza humana às formas de governos, no mesmo plano de Maquiavel. A análise do fenômeno político necessita recorrer ao cotidiano. Não obstante, é possível formular hipóteses que permitam aos legisladores estabelecer uma relação causal a partir de atos e de efeitos. Desse modo, poderia se dizer que em Maquiavel a política tem suas próprias leis e elas podem se observadas nas experiências históricas. De certo modo, este tipo de perspectiva política encaixa-se no ponto de vista do realismo político que Hume elegeu para entender o espaço das decisões públicas.

5 O comércio esquecido por Maquiavel: da lacuna do comércio em Maquiavel à análise estrutural em Hume

> Florentino que não é mercador, que não viajou pelo mundo, vendo países e povos estrangeiros, e depois não voltou a Florença com alguma riqueza, é um homem que não goza de estima (DATI *paud* HIBBERT, 1993, p. 24).

Esta citação é atribuída ao negociante Gregório Dati. Segundo Hibbert, tal passagem descortina o imaginário do mercador florentino. Ao adquirir riqueza, o mercador devia divulgar suas posses por meio de seu vestiário (estendido aos filhos), habitação, doações as igrejas, e *dar às filhas polpudos dotes*. Porém, se deseja respeito social, *era necessário ainda um bom casamento, além de uma tradição de bons serviços prestados pela família à República* (HIBBERT, 1993, p. 25). Como escreveu Martines, *família, política e dinheiro* eram estimados pela classe alta florentina (MARTINES, 2003, p. 172). Como afirma este último autor, todo florentino de estima social tinha a história da origem de sua família. Mas ser rico não era suficiente, era preciso ocupar um cargo relevante na República. E, como escreve Hibbert (1993, p. 24): *o dinheiro tinha uma importância extraordinária para o mercador florentino*. Os mercadores florentinos ensinavam, desde cedo, aos filhos o valor da tríade suprema. As palavras de Dati revelam o sentido que o comércio tinha para o homem florentino, bem como permite entender a clara ligação da atividade comercial para o cidadão florentino. O exercício da função mercante foi de modo seguro, o caminho mais proeminente para a ascensão social. Sabe-se que o prestígio político estava limitado a poucos, porém era uma condição inerente a ele a distinção social do pretendente, o que só poderia acontecer se a pessoa tivesse as condições materiais para tal empreendimento. Dessa maneira, é possível estabelecer um vínculo indireto entre o sucesso político a uma determinada capacidade financeira. Ponderar a respeito de algo, exige uma atenção, porém nem todas as pessoas querem fixar seu olhar a um determinado objeto, condição indispensável para expressar um julgamento. Assim, pode-se afirmar que

> a maior parte da humanidade pode ser dividida em duas classes; aquela dos pensadores *superficiais*, que ficam aquém da verdade; e

> aquela dos pensadores *abstrusos*, que vão além dela (HUME, 2004, p. 400).

Sherlock Holmes, diversas vezes, disse ao seu fiel amigo Watson: "—Você vê, mas não observa" (CONAN DOYLE, 2007, p. 144). O detetive chamava a atenção do seu amigo das ciências médicas para o fato de que as coisas do mundo estão sujeitas à percepção humana, mas nem tudo que é perceptível é claramente percebido pelos indivíduos.

Embora Maquiavel seja um divisor de águas da reflexão política, muitas outras questões que podiam suscitar a guerra entre nações não foram analisadas por ele, a exemplo de tratar o comércio como uma questão de Estado, bem como algumas interpretações que fizeram dos clássicos ou as consequências de certas medidas político-administrativas. Aliás, não deixa de ser estranho que a principal causa das guerras não tenha sequer uma menção em Maquiavel.

A política de expansão romana antiga, segundo Anderson (1991), devia-se, entre outros fatores, a produção agrícola que precisava de mão-de-obra escrava. Tal política provocou a exploração da terra que ocasionou o aumento das atividades comerciais, bem como possibilitou um comércio com as províncias que forneciam os cereais, ouro, prata, tecidos e utensílios para Roma e facilitou a formação de riquezas de algumas pessoas. Para um admirador da história romana, parece estranho que o Florentino não tenha percebido a importância do comércio. A disputa contra Cartago tinha também o objetivo de conquistar as terras espanholas, ricas em minérios. De resto, Florença foi o palco de diversas lutas entre famílias, visando o controle das transações comerciais. De algum modo, este tema se relaciona a natureza humana, visto que sua manifestação ocorre em diversas épocas. Os antigos romanos aproveitaram as disputas internas das cidades gregas, situadas ao sul da Itália, e a concorrência pelos cartagineses para efetuar sua política expansionista. Estes tópicos eram conhecidos dos leitores da história de Roma; mostra que a política externa romana estava associada ao comércio, embora o nobre cidadão romano não se ocupasse diretamente do entreposto comercial. Torna-se ainda mais estranho quando se recordam as palavras de Gregório Dati que, em tese, afirmava que florentino algum que não esteja ligado ao comércio é bem-conceituado. Seria oportuno considerar como um historiador que conheceu, pelo menos, a história de Roma, não tenha mencionado a característica muito pontual dos conflitos entre Cartago e Roma, bem

como o interesse dessa disputa por controlar as relações comerciais no Mar Mediterrâneo.

A história de Roma distinguiu-se pelos conflitos bélicos e a busca de poder. Mas uma coisa estava sempre agregada à primeira, uma política de expansão e controle comercial ou a defesa dos domínios que estavam sob seu comando. Hume parece denunciar a falta de atenção em todos os escritos antigos, inclusive em Maquiavel, ao descuidarem-se de um tema tão importante para o acontecimento político. A compreensão do fenômeno do comércio lançaria luzes aos assuntos relativos à política de estado e que estava associada às lutas de poder, tanto nas repúblicas como nas monarquias. Portanto, uma inclinação humana. A análise dos interesses econômicos revelaria, por exemplo, no caso de Florença, que os Médicis tentavam manipular a política para obter lucros nas operações provenientes das atividades comerciais. É verdade também que, os estados italianos tiveram uma proeminência naquilo que mais tarde seria chamado de capitalismo comercial, visto que grande parte das atividades acontecia pelo mediterrâneo. Agrava o silêncio, o fato de que, na segunda metade do século XV, as rotas comerciais ganharam também a direção do Atlântico, o que fez com que os negócios dominados pelas cidades italianas deslocassem-se para outros centros, além destas. Outrossim, tais mudanças de rotas permitiram a centralização do poder nas mãos dos monarcas que puderam, assim, acelerar o processo de formação dos Estados Nacionais. Esses detalhes tinham plena associação com o comércio. Para um cidadão florentino, a oportunidade de agregar a importância da expansão marítima, com os contornos dos novos eventos políticos, era de modo incomensurável. Desse modo, não deixa de ser surpreendente que Hume fizesse o seguinte comentário sobre o silêncio de Maquiavel a respeito do comércio:

> [...] mesmo os ITALIANOS mantiveram um profundo silêncio em relação ao tema, embora hoje o comércio atraia a maior atenção tanto dos ministros de Estado quanto dos pensadores especulativos (HUME, 2004, p. 196-197).

Antes de qualquer enfoque, tal comentário de Hume diz respeito ao Florentino, pois foi escrito, logo em seguida, à severa crítica que Hume fez a Maquiavel, por limitar suas observações tão somente as fronteiras da Itália. As disputas e as intervenções na política, bem como o conflito de interesses, tinham como meta a dominação de áreas de interesse comercial, visto que o projeto de formação dos Estados Nacionais

caminhava lado a lado ao desenvolvimento da burguesia e com a ajuda desta última. A burguesia enfrentava no controle feudal uma forte oposição à expansão das atividades comerciais. De outro lado, esse processo já acontecia desde o século XII, por conseguinte, era um fenômeno disponível à sensibilidade de homens políticos, entre os quais, Maquiavel.

Ao mesmo tempo em que se introduz o tema do comércio, Hume aponta o silêncio do mesmo nos escritos de Maquiavel. As questões comerciais eram fundamentais para a política das cidades italianas ao tempo do Florentino. De acordo com Burke (1999, p. 249), em meados do século XIII, *o traço característico da organização política da Itália do Renascimento era a importância das cidades-estado e*, ele enfatizava outro detalhe, *particularmente das repúblicas*, cidades que conseguiram ou perderam a autonomia devido ao comércio. Essa minúcia é importante porque ele acrescenta: *por volta do século XV, a maioria delas havia perdido sua independência, mas não as cidades renascentistas* "*par excellence*"*, Florença e Veneza* (BURKE, 1999, p. 249).

Segundo Burke, o sistema político de Florença dava-lhe autonomia diante das outras cidades. Tal distinção estava associada ao enriquecimento da cidade, em virtude do domínio e da expansão do comércio no mediterrâneo, que era a principal rota das transações mercantis da Europa. Não obstante, esse sistema político apresenta uma estranha distinção percebida por um veneziano nos *seiscentos* e transcrita por Burke:

> — Eles nunca se contentaram com sua constituição, nunca ficam quietos, e parece que essa cidade sempre deseja uma mudança de constituição, de forma que nenhuma forma de governo dura mais do que quinze anos (OBSERVADOR *apud* BURKE, 1999, p. 250).

Dado ao *sistema político instável* de Florença, parece que o veneziano tinha o talento para observações institucionais, pelo menos, desta cidade. Sem adentrar ainda os motivos que proporcionaram essas mudanças, em quase todas as conjunturas, aparece o nome dos Médicis ou de outras famílias tradicionais. As lutas que permitiam proeminência de uma família em prejuízo de outra, no governo de Florença, estavam agregadas ao controle das atividades comerciais. A questão permite perceber uma ressonância de interesse: a busca natural ao ganho. A evidência disto reside nas constantes disputas entre famílias, como foi o exemplo dos Albizzis contra os Médicis. Afinal de contas:

> Florença era a cidade industrial "par excellence", e os tecidos sua principal indústria; uma descrição da cidade de final do século XV enumera 270 ateliês de tecelagem, ao lado de 84 de entalhe e escultura em madeira, 83 de seda, 74 ourives e 54 preparados de pedra. [...] um dos serviços mais lucrativos era o financeiro. Do século XIV ao XVI, os italianos dominaram o movimento bancário europeu. As firmas mais importantes eram os Bardi e os Peruzzi de Florença (até Eduardo III e outros governantes os arruinarem), os Medici e, no final do período, os Pallavicini e os Spinola de Gênova, que emprestavam vastas somas ao rei Filipe da Espanha. [...] No caso de Roma [...] suas exportações invisíveis incluíam indulgências e dispensas. Esse vasto negócio exigia gerenciamento, e um importante papel era desempenhado pelos banqueiros papais, desde os Medici até Agosttino Chigi de Siena, mas conhecido por ser patrono de Rafael (BURKE, 1999, p. 267).

De um ponto de vista geral, Maquiavel reflete sobre a descentralização como um problema político maior do que as implicações mercantis, enquanto Hume encontra uma sociedade em que os princípios do projeto burguês estão se solidificando dia-a-dia. Por outro lado, é conveniente perceber que até mesmo os homens, assim como as bestas mais selvagens, tornam-se cegos quando estão sedentos e Maquiavel, por conseguinte, em seu tempo, tinha fome e sede de uma Itália unificada e forte. Dessa maneira, a modernidade trouxe a marca de um fenômeno político novo: o estado nacional e o papel do comércio na construção do mesmo. Hume (2004, p. 196-197) pressupôs que os italianos não perceberam a real importância das atividades comerciais e sua união com as disputas políticas. Aliás, ele vai ao ponto de afirmar que tal ausência de comentários é uma falha indevida[101] ao caráter de homens que se dedicaram ao saber da política. De certo modo, o ordenamento administrativo do Estado possuía uma relação direta com o comércio, visto que muitas contendas, por exemplo, entre os Médicis e Rinaldo degli Albizzi[102] não se limitavam, exclusivamente,

---

[101] Talvez a acusação seja exagerada, mas Hume parece denunciar que tal fato seja lamentável e escreve: *Trade was never esteemed an affair of state till the last century; and there scarcely is any ancient writer on politics, who has made mention of it.* Em seguida menciona, até mesmo os italianos. Tal proposição não parece ser tão despropositada assim, à medida em que Maquiavel é citado durante o ensaio, deixando o indício de que Hume o tem em conta ao atribuir tais palavras. Ver o ensaio **Da Liberdade civil** (HUME, 2004).

[102] No livro **A Itália no tempo de Maquiavel**, de Paul Larivaille, encontra-se o nome Rinaldo degli Albizzi. Para Christopher Hibbert no livro **Ascensão e queda da casa dos Medici**, consta o nome Rinaldo di Messer Maso. Tudo indica que são as mesmas pessoas, visto que ambos tiveram problemas com Cosme ou Cosimo, respectivamente segundo a tradução. Além disso, Alberto Tenenti escreve que o partido Guelfo, no qual os Albizzis ocupam funções de destaque, tinha como chefe um membro da família Maso. Parece também que houve um chefe da família chamado Maso e que foi substituído depois, com a morte deste, pelo Rinaldi. Os companheiros de Maso são Niccolò da Uzzano e Gino Capponi, sendo que um morreu em 1431 e o outro em 1421 e, portanto, contemporâneos de Cosimo de Médici. Parks que teve a oportunidade de ler **The Rise and Decline of the Medici Bank** de Raymond de

às diferenças pessoais. De fato, os Albizzi e os Médicis não estavam em campos opostos de início. Por volta de 1427, Florença atravessava uma crise financeira sem precedente, em virtude dos gastos com as guerras. Os Albizzis que dominavam a cidade, tentaram estabelecer um novo imposto e encontraram resistências às medidas administrativas. Coube, de modo indireto aos Médicis liderar tal descontentamento popular. Com o tempo, as divergências foram se agravando até o momento em que Cosimo foi exilado. Anos depois, Cosimo retorna a Florença e Rinaldo Albizzi e alguns dos seus aliados são degredados. Rinaldo Albizzi[103] representava os valores do campo e acusava os Médicis de ganhar dinheiro através do lucro (PARKS, 2008, p. 114), prática condenada pela Igreja e pelas leis de Florença, na época, como *usura*. Torna-se interessante ilustrar tal conflito pela busca do poder, uma vez que os Médicis assumiram o poder político e revogaram a lei que se chamava "cambio secco"[104].

Na disputa do poder, Rinaldo Albizzi forma uma aliança com o duque de Milão. Para este, deve-se tal consórcio à concorrência no comércio da "seda" com Cosimo[105]. Em resumo, os Albizzis já governam Florença há tempos, mas a liderança começou a ser contestada por causa das guerras e, em especial, pelas dívidas contraídas pelas guerras e pela cobrança excessiva de impostos para cobrir os débitos provenientes da luta armada. Não se deve estranhar ainda que os Albizzis desconfiavam da ascensão e projeção comercial e política dos Médicis, mas sim que esses utilizavam sua influência para facilitar suas transações bancárias. De acordo com a leitura de Parks (2008, p. 97), *quem não controlasse o Estado seria arruinado por ele.* Ele continua a escrever: *a pessoa seria vítima de taxação punitiva, com o objetivo específico de confiscar sua fortuna.* Aliás, aquele que tivesse fortuna e não participasse ativamente das decisões políticas recebia

---

Roover, **The Government of Florence Under the Medici** de Nicolai Rubenstein e **Cosimo de' Medici and the Florentine Rennaissance** de Dale Kent, não menciona o fato.

[103] Parks (2008, p. 106) o descreve da seguinte forma: *Rinaldo era proprietário de terras, e a família Albizzi era antiga e rica. Não estava, porém, acostumada com a prática do comércio. Rinaldo não era banqueiro e nem comerciante, e não poderia competir com seu rival quando se tratava de riqueza transferível, empréstimos, subornos e patrocínio*.

[104] *Tipo de transação, quando chegava o dia do vencimento da letra de câmbio em moeda estrangeira –digamos, em libras esterlinas- o cliente não pagava, porém, após consultar a taxa de câmbio vigente, comprava outra letra na exata importância. Era como se o primeiro e o segundo clientes da troca legítima descrita anteriormente fossem na verdade a mesma pessoa. Essa segunda letra era pagável no lugar onde a primeira tivesse sido emitida –digamos, em Florença– em florins, após o período convencionado e à nova taxa de câmbio. Dessa forma, o período do empréstimo era duplicado enquanto as partes envolvidas na verdade não despendiam moeda estrangeira, embora o elemento de especulação quanto às taxas ,e portanto, ao risco sempre estivesse presente, pois as taxas de câmbio em Londres no dia aprazado haviam sido observadas e uma letra de câmbio fora emitido. Assim, para ser perfeitamente lógico, não havia motivo para dizer-se que essa transação representava mais ou menos usura do que a feita com letra de câmbio normal.* (PARKS, 2008, p. 56).

[105] Para Hume (2004, p. 149), *a riqueza dos MÉDICI os tornou senhores de FLORENÇA.*

a morte como sentença ou o destino do exílio, como foi o caso de Palla Strozzi[106]. De algum modo, Cosimo conseguiu instalar em Florença, após seu exílio, um direcionamento político que atendia aos seus interesses ideológicos[107], políticos e econômicos, visto que seus negócios estavam indissociavelmente ligados ao comércio. A busca pelo poder, em Florença, era uma forma indireta de manter o controle dos mercados de especiarias e domínio bancário. Portanto, uma luta evidente entre as elites florentinas. Ora, graças ao comércio, as especiarias se difundiram pela Europa, permitindo o enriquecimento de um novo grupo social e, ao mesmo tempo, propiciando a urbanização e a independência das cidades italianas. Por essa perspectiva, o comércio tem uma importância que exigiria atenção e algumas considerações a serem registradas por Maquiavel. Para Hume, Maquiavel teve uma sensível e inovadora leitura da política, mas não percebeu o significado do comércio nos temas de suas reflexões.

A atividade mercantil e controle político da cidade eram fundamentais para os florentinos. Um contemporâneo de Manetti afirmou que a *inveja de sua virtude, de seu patriotismo, e de seus dotes intelectuais e, (por implicação) de sua riqueza* (VESPASIANO *apud* MARTINES, 2003, p. 84) desagradava seus inimigos. A recusa de filiar-se ou submeter-se aos preceitos dos Médicis quase o levaram a falência. Política e comércio estavam interligados. Os Albizzis e depois os Pazzis desejavam controlar as ambas e, de modo inevitável, confrontaram-se com os Médicis. Tal fato mostra como esta família prosperava no comércio naquele período. Hibbert (1993, p. 31) escreve que, em 1420, logo depois que os Spinis faliram de modo repentino na condução dos seus negócios, em especial, aqueles ligados à Cúria romana, os Médicis assumiram a direção do banco que recuperou seu caráter e passou a ser *a empresa comercial mais bem-sucedida, como ainda o mais lucrativo negócio familiar em toda a Europa*.

Ao lado de Florença, exercendo uma intensa atividade comercial, desde o século XIII, estava Gênova que rivalizava com Veneza. Parece, enfim, que entre os séculos XII e XIII houve um aumento significativo das atividades comerciais de Florença com o crescente número de artesãos e joalheiros. A cidade recebera a autonomia em

---

[106] Segundo Parks (2008, p. 108), *o banqueiro Palla Strozzi participou da trama que levou Cosimo ao exílio, mas se negou quando a oportunidade surgiu de condenar Cosimo a morte*. De acordo com Parks, *Strozzi achava prudente separar riqueza da política.*

[107] Por interesse ideológico, para não ser anacrônico com o termo, entenda-se o movimento renascentista que valoriza a figura humana e o estudo dos clássicos antigos, tendo em Cosimo um homem que louvava estes valores. Apesar de não ser um artista, soube entender o momento histórico e a função das artes e, assim, torna-se um mecenas importante do período.

1.100. Desde o início, as famílias mais abastadas e tradicionais disputavam o controle político, fato que gerou rivalidade entre elas, como a disputa entre guelfos e gibelinos. Torna-se relevante o fato de Florença ser uma localidade importante para as atividades comerciais da Europa. Os mercadores enriquecidos e banqueiros deixavam suas marcas, encomendando obras de artes aos renomados artistas e edificando imponentes palácios. Desse modo, era preciso um controle fiscal e, ao mesmo tempo, ainda que de forma incipiente ou não doutrinária, uma política econômica que fosse capaz de estruturar e ordenar essas atividades mercantis. Em uma tentativa de definir o capitalismo desse período, Burke (1999, p. 268) caracteriza os dois aspectos do modo de produção: *a concentração de capital nas mãos de poucos empreendedores e a institucionalização de uma abordagem racional, calculista, dos problemas econômicos*, o que demonstra como o comércio era uma atividade importante para o cidadão.

A prosperidade econômica das cidades italianas era motivo de conflito entre elas, ao tempo que desencadeou o interesse de outras nações por suas riquezas, com facilidade acessíveis pela fragilidade militar. As rotas comerciais eram disputadas, ao mesmo tempo em que as monarquias nacionais incentivavam iniciativas marítimas em busca de metais preciosos.

De outro lado, a tomada de Constantinopla, pelos turcos, representou um sério golpe às transações comerciais das cidades italianas. A tal fato se acrescenta a busca de novas rotas marítimas pelos países ibéricos, no começo do século XV, agravando a situação. A Portugal coube a primazia de lançar-se ao mar pelo Atlântico. Costeando a África, recolheu ouro e homens negros, chegando às Índias e, em seguida, ao outro lado do Oceano. A Espanha, desde o século XIII, tivera alguns empreendimentos marítimos no mediterrâneo, mas o sucesso espanhol deve-se, em parte, à presença dos italianos no mediterrâneo e à presença portuguesa no litoral africano, impedindo qualquer aproximação dos navios, obrigando, assim, a navegar para o Ocidente. Em pouco tempo, essas duas nações ganharam a hegemonia dos negócios internacionais, ao passo que as cidades italianas foram perdendo sua força e tornando-se alvo dos interesses de outras nações por causa de sua instabilidade política. Maquiavel nasce nesse contexto e parece não perceber a importância dos acontecimentos econômicos para a reflexão política e o efetivo exercício do mando nas cidades, apesar de sua *argúcia de observador político* (ESCOREL, 1979, p. 13).

Desde que as corporações de ofícios começaram perder a importância, devido ao intenso fluxo do comércio internacional, visualizava-se o aparecimento dos Estados Nacionais. Paralelo à expansão comercial, acentuou-se a política de exploração das colônias, bem como surgiu a figura do burguês bem sucedido, sem ligações de riqueza com a propriedade rural. À medida que prosperava o comércio intercontinental, declinava o sistema feudal, sobretudo a ideia de riqueza associada exclusivamente à terra. No entanto, no plano mais geral, foi o interesse comercial que levou a Espanha, por exemplo, ao oceano Atlântico e, por fim, à América. De outro lado, quando os franceses reivindicaram a posse de Nápoles, converteram os territórios italianos em palco de disputas entre espanhóis, o Sacro império e a França. Se, por um lado, esses países queriam estabelecer o predomínio nos territórios recém descobertos, eles estavam também, no plano da política externa, interessados na posse de sítios econômicos, instáveis e frágeis político-militarmente. Nações como a França, que buscavam a afirmação econômica, tinham interesse em dominar as atividades comerciais na Itália e confirmar sua autoridade. A Espanha tinha objetivos semelhantes aos franceses, ao passo em que também tentava apoderar-se de cidades ricas. Tais eventos deixavam revelar a importância do comércio para a política, do mesmo modo que permitia visualizar as inclinações da natureza humana. Para Hume, foi uma grande oportunidade que os italianos perderam, não percebendo que a conduta política, principalmente na política externa, estava vinculada ao controle de áreas econômicas abastadas para o exercício das atividades comerciais. Além disso, a política comercial era do tipo monopolista e executada como uma questão de Estado. De maneira evidente, a leitura dessa prática implica na ideia generalizada de que o comércio tem a sua própria lógica e limitação e, por decorrência, o sucesso de um sugere o insucesso do outro. Tal óptica transforma o tema em uma questão de segurança nacional. Se o monopólio do comércio tem esse caráter, ele é assegurado com o recurso à força. Com efeito, a questão será motivo de guerras entre as nações. É uma boa hipótese se a queixa de Hume tivesse um alvo certo: Maquiavel. Tal fato é provável por um simples motivo: o lamento do filósofo acontece linhas abaixo, depois de fazer críticas diretas ao Florentino. De mais a mais, Hume deixa latente que os tempos das expedições marítimas traziam novos elementos ao plano político e, ao escrever sobre os *pensadores especulativos*, acrescenta:

> [...] a grande opulência, a grandeza e as conquistas militares das duas potências marítimas [Holanda e Inglaterra] parecem antes ter instruído a humanidade sobre a importância de um comércio extenso (HUME, 2004, p. 197).

Além do mais, é preciso tornar explícito, mesmo sem querer realizar uma análise diacrônica, que a luta pelo poder tem relação direta com o usufruto de suas benesses, isto é, melhorar a vida daqueles que detém o poder. É evidente, à primeira vista, que as lutas nas cidades italianas estavam associadas ao controle comercial das mesmas e, portanto, para Hume, não é admissível que os italianos não tivessem sequer traçado uma linha sobre o valor do comércio para a cidade. A ausência de compreensão de Hume a Maquiavel talvez seja demasiada, e até anacrônica, porém é uma realidade imediata que as ações políticas, pela direção das cidades italianas, estavam agregadas ao exercício do controle mercantil. Florença, no ano 1378, era uma cidade movimentada, com belos palácios e igrejas, mas era também composta de enorme número de trabalhadores, a exemplo de tecelões e cardadores, que estavam proibidos de formar uma guilda e, assim, reclamar as indenizações. Embora houvesse motivos políticos, a revolta dos Ciompi foi, em parte, mobilizada e combatida por interesses econômicos. É curioso que Maquiavel não tenha percebido os interesses econômicos por trás da "Revolta dos Comuneros", que não suportavam o controle fiscal do rei Carlos da Espanha. Além do mais, a política de supremacia espanhola na Península Itálica, levou a guerra aos franceses. Como conseqüência, a prisão do rei francês na Espanha e sua soltura, após o tratado, concedia à Espanha maior liberdade na Itália. Maquiavel também não analisou tal questão na perspectiva econômica. O interesse pelos mercados italianos envolvia diversos Estados. Até mesmo as investidas do sultão Süleyman I, que culminaram com a tomada da Hungria em 1526, tinha este desígnio. De modo geral, essas lutas eram travadas em virtude da política econômica adotada pelos países envolvidos nos conflitos.

Hume dedicou atenção especial à economia, como mostram alguns de seus ensaios, a saber: **Do comércio**, **Do refinamento das artes**, **Do dinheiro**, **Dos Juros**, **Da balança comercial**, **Da desconfiança no comércio**, **Dos impostos**, **Do crédito público** (HUME, 2004). A época de Hume foi a de doutrina econômica mercantilista[108]. Embora o próprio mercantilismo não fosse um sistema edificado sobre

[108] *Todas as grandes monarquias europeias do século XVI, com maior ou menor felicidade, maior ou menor continuidade, enveredaram por esta via de intervencionismo econômico. Entre os seus conselheiros, seus oficiais*

regras rígidas, ele tinha, na exploração colonial, um traço marcante na condução da política econômica daquele século. De acordo com Baumer:

> [...] o interesse pelas questões políticas e sociais aumentou consideravelmente durante o século XVIII. Em parte, isto aconteceu porque a política e a economia política eram consideradas ramos da ciência do homem, que era a moda da época. <<É evidente>>, resumia Hume, <<que todas as ciências têm uma relação, maior ou menor, com a natureza humana>> (BAUMER, 2002, p. 245).

Baumer recorda a 'Introdução' do **Tratado**; em que Hume afirma que a política tem como fim último pensar os seres humanos como dependentes uns dos outros, vivendo em sociedade. De mais a mais, Baumer reconhece que os temas estão interligados de tal maneira que seria impossível dissociá-los. Com vistas a isso é que recupera as palavras de Hume. No entanto, o próprio Baumer não é feliz em situar de modo preciso o papel de Hume em sua análise sobre a liberdade e a igualdade, mas isso é outro tema.

Não obstante, foi fundamental para Hume entender a política mercantilista que acontecia em seu tempo. De resto, foi significativo perceber que o tratamento dispensado ao tema e às leituras que realizou do filósofo Florentino, despertou sua atenção para a ausência de comentários de um assunto ligado, fundamentalmente, à atividade política. De fato, Maquiavel entendeu de guerra e diplomacia, mas não observou em profundidade um assunto que perpassa os interesses da política interna e externa. Apesar de realizar críticas tanto a Maquiavel como à política inglesa, em momento algum Hume distanciou-se da leitura empírica dos fatos e parece também do estilo adotado por Maquiavel. Como um filósofo realista, jamais adotou posições utópicas sobre os problemas relacionados à economia.

Não é preciso demonstrar que o comércio, se examinado de modo cauteloso, revela um tema latente com as decisões políticas das cidades italianas do período de Maquiavel. Como assinalado, o comércio, desde 1.200, havia se desenvolvido significativamente na Península Itálica, em especial em cidades como Florença, Gênova e Veneza. Peter Burke (1989, p. 233), em um artigo que analisa a situação das cidades italianas e da Holanda no século XVII, afirma que nos séculos anteriores existiam

---

de finanças, as preocupações relativas à balança comercial, ao desenvolvimento das manufaturas e aos movimentos internacionais das espécies, se tornavam cada vez mais obsedantes. Assim, pouco a pouco se constituía, através de apalpadelas e contradições, uma primeira ciência das riquezas que exprime, a sua maneira, o voluntarismo humanista do Renascimento (DEYON, 2004, p. 17).

cidades de *grande importância comercial* e que as mencionadas *eram repúblicas de mercadores em que a classe dominante não desdenhava o comércio, mas se engajava ativamente nele*. Burke descreve a seriedade que os homens que dominavam a arena comercial denotavam ao seu empreendimento, chegando mesmo a participar das decisões políticas de suas repúblicas. A figura do mercador já ocupa um papel de destaque no imaginário coletivo[109] da Florença de Maquiavel. No entanto, como escreve Hume, é de ficar surpreso que uma atividade, cujo sucesso e a ruína estavam integrados ao aparelho administrativo, ficasse despercebida para os italianos que escreviam sobre a política.

Segundo Velk e Riggs (1985, p. 201), a leitura dos trabalhos de Hume mostra que ele era um *practical economist*. Ele foi considerado prático, em virtude da maneira de se posicionar diante da política, da Lei e do comércio. Tal assertiva demonstra que a política econômica era um assunto que o preocupava de modo intenso. Isso se torna evidente em seus ensaios, ao tempo que demonstra conhecimento sobre escritos que versam sobre o tema em sua época, a exemplo de: **A Political Essay upon Commerce**, de Jean-François Melon, **Of the gratness of Kingdoms and States**, de Bacon, **Storia d'Italia**, de Guicciardini, **The Fable of the Bees**, de Mandeville, **Reflections Politiques**, de Mons. Du Tot, **The Royal Commentaries of Peru**, de Garcilaso de la Vega, **The Trade and Navigation of Great Britain Considered**, de Joshua Gee, **Short View of the State of Ireland** e **An Answer to a Paper called A Memorial of the Poor Inhabitants**, **Tradesmen and Labourers of the Kingdom of Ireland**, de Jonathan Swift, **Les interest d'Angleterre mal-entendus** de L'ABBe DU Bos (Jean-Baptiste Dubos), **An Account of Switzerland Written in the Year 1714**, de Stanyan, **Account of the Netherland**, de William Temple[110].

Ao traçar comentários sobre estes escritos, ele resgata diversos autores antigos e, em especial, o predileto de Maquiavel: Tito Lívio. A indicação dos livros, por parte de Hume, denota de maneira sintética que as questões econômicas ocupavam destaque em suas reflexões sobre o fenômeno político e também que, por trás de suas análises conjecturais a respeito da moeda, impostos, crédito público, juros, e, especialmente, acerca do comércio, estava refletindo questões estruturais. Tratava-se de uma exigência fundamental e, não menos também, um salto qualitativo na análise

[109] Conforme tinha observado HIBBERT na epígrafe que inicia este capítulo.
[110] Estes são alguns dos escritos citados por Hume nos **Ensaios**.

das demandas de Estado. Tais leituras não fazem de Hume um escritor privilegiado da economia, mas desfaz qualquer ideia de que ele escrevia sem conhecimentos pertinentes ao tema.

O ponto de partida de Hume sobre o comércio é uma crítica à política econômica do mercantilismo. Segundo ele, o mercantilismo poderia ser descrito da seguinte maneira:

> [...] a grandeza de um estado e a felicidade de seus súditos, por mais independentes que sejam em alguns aspectos, costumam ser indissociáveis do comércio; e, na medida em que os homens privados têm maior segurança, no controle de seu comércio e de suas riquezas, o povo se torna mais poderoso em proporção à opulência e ao comércio extenso desses homens (HUME, 2004, p. 401).

Apesar de o mercantilismo não ser àquela época uma doutrina sistematizada, ela poderia apresentar-se como traço marcante à política de exportações sempre crescente e o máximo controle das importações. Para Hume, a liberdade reivindicada pelo comércio, como um ingrediente necessário à felicidade e elevação do padrão de vida dos cidadãos, não era um princípio comprovável como sugeriam seus defensores. Para Hume, em alguns casos, somente alguns se beneficiam das atividades comerciais, ocorrendo, à vista disso, o contrário, na medida em que, segundo ele:

> [...] não acrescentam força ao povo e acabam provocando o enfraquecimento de seus exércitos e diminuindo a autoridade do país em relação às nações vizinhas (HUME, 2004, p. 402).

Ainda que o interesse de Hume seja debater sobre o comércio, ele tenta entrelaçar o tema com a política e a natureza humana, pois afirma que o objetivo da filosofia é entender sobre as coisas de um modo geral, bem como dos políticos; saber sobre as questões da administração interna de maneira mais profunda do que dos assuntos externos. Como as nações competem na política econômica, elas também concorrem nas guerras, visto que o comércio precisa ser defendido com medidas administrativas e com o auxílio das frotas e exércitos. Pode-se afirmar que o mercantilismo caracteriza-se pela apropriação de metais preciosos que são defendidos pela armas do Estado. Em seguida ao comentário, informa que debaterá o *comércio, juros, a balança de pagamentos etc*. Trata-se de uma extensão à crítica feita ao silêncio de Maquiavel acerca da importância do comércio. Não deixa de ser significativo notar

que, neste ensaio, ele faça referências a Tito Lívio, Tucídides e a Políbios, enquanto afirma que recorreu ao exemplo histórico de Esparta para referendar sua opinião sobre a ambição, no mesmo estilo de escrita do Florentino. No entanto, nada chama mais atenção do que o comentário dele, quando realiza um pequeno debate sobre a liberdade e o *amor pátrio*:

> [...] uma sucessão contínua de guerras faz de todo cidadão um soldado. Na sua hora, ele sabe que irá para o campo de batalha; e ele mesmo se sustenta enquanto isso. Esse serviço equivale a um pesado imposto, embora seja menos sentido por um povo acostumado às armas, que luta pela honra e pela vingança mais que por pagamento, e desconhece igualmente o lucro, a indústria e o prazer (HUME, 2004, p. 406).

Estas palavras de Hume, talvez, seriam plenamente aceitas pelo secretário Florentino, bem como podem ter sua fonte ou inspiração nas leituras dos textos que Hume leu nos humanistas. Não importa desvelar o sentido do comentário de Hume, mas sim reconhecer que existe alguma intimidade de ideias entre o pensamento de Hume e os escritores que foram inspirados pelos renascentistas. O contexto estrutural mudou sensivelmente no século XVIII e a própria organização do Estado precisou se adequar as circunstâncias do momento. Contudo, é admissível interpretar que alguns autores do século XVII e XVIII entendiam o Estado como se fosse um sinônimo de governo. De certo modo, Hume parece pensar assim, porém, começa a questionar esta administração do Estado, associando a uma política econômica. O fenômeno foi, em parte, resultante da forma mercantilista adotada por muitos países e, em específico, pela Inglaterra. No entanto, poucos intelectuais desenvolveram reflexões aliando os dois assuntos.

Como o mercantilismo não foi uma doutrina sistematizada e cada nação possuía especificidades próprias, um novo traço que ajuda a entender o fenômeno é considerá-lo como uma das razões de Estado. Trata-se de uma questão referente à segurança e à soberania nacional, ainda mais que as fronteiras das atividades comerciais eram, ao mesmo tempo, desconhecidas, e para muitos, limitadas. Isso significa que o engrandecimento da metrópole seria conseguido com o máximo de exploração possível e exclusivo da colônia, aliada à proibição dessa última em realizar qualquer tipo de transação com outras nações. Em primeiro lugar, a Itália, que mantinha uma intensa atividade comercial, não foi percebida por Maquiavel, já que esse tema tem

ligação com a segurança do Estado ou da cidade. Um exame mais detalhado do **Príncipe** demonstra que Maquiavel pensa o assunto de modo estranho a sua época. Ao explanar sobre as dificuldades de manter um principado novo, Maquiavel sugere alguns remédios, por exemplo, organizar colônias. Em um desses casos, ele recomenda:

> [...] com as colônias não se gasta muito, e sem grande despesa podem ser feitas e mantidas. Os únicos prejudicados com elas serão aqueles a quem se tomam os campos e as casas, para dá-los aos novos habitantes. Mas os prejudicados sendo minoria na população do Estado, e dispersos e reduzidos à pobreza, não poderão causar dano ao príncipe, e os outros que não foram prejudicados deverão aquietar-se, por medo de que lhe aconteça o mesmo (MAQUIAVEL, 1991, p. 11).

O conceito mais geral de mercantilismo vincula-se à ideia de que a prosperidade dos súditos nas atividades comerciais se tornará evidente, mas, todavia o Estado mais rico e poderoso. Maquiavel parece ditar suas prescrições na contramão dos preceitos gerais do mercantilismo. A última afirmação do Florentino choca-se, à risca, com outro ditame de seu edifício político:

> [...] deve animar os seus cidadãos a exercer livremente as suas atividades, no comércio, na agricultura e em qualquer outro terreno, de modo que o agricultor não deixe de enriquecer as suas propriedades pelo temor de que lhe sejam arrebatadas e o comerciante não deixe de desenvolver o seu negócio por medo de impostos. Pelo contrário, deve instituir prêmios para os que quiserem realizar coisas e para todos os que, por qualquer maneira, pensarem em ampliar a sua cidade ou seu Estado (MAQUIAVEL, 1991, p. 95-96).

Parece que são dois raciocínios distintos, mas não são. Maquiavel mostra ter pouco conhecimento sobre as transações comerciais, limitando-se apenas a deixar os cidadãos realizando atividades que não o levem a sedição social. Talvez não tenha dado peso à questão. É possível imaginar isto na medida em que o comércio adquire uma grande rentabilidade, mas também por ser um meio de o homem obter as “coisas” que deseja. No plano internacional, é exercido por uma política monopolista do Estado, e não do comerciante por si. Em outra passagem, ele parece confirmar que entende muito pouco de política econômica quando escreve:

> Deve, sobretudo, abster-se de se aproveitar dos bens dos outros, porque os homens esquecem mais depressa a morte do pai do que a perda de seu patrimônio (MAQUIAVEL, 1991, p. 70).

A assertiva corrobora com a perspectiva de que o secretário Florentino esteve perto de compreender a importância da propriedade para que os indivíduos não comecem uma resistência àqueles que exercem o mando. Porém não entendeu, com exatidão, o fenômeno do comércio como uma questão de Estado, uma vez que uma das suas medidas iniciais nas novas colonizações foi o despojamento dos bens daqueles que lá estavam e na crença superficial de que eles não teriam como iniciar um movimento de descontentamento social. As atividades comerciais exigiam do Estado a presença constante da administração e, ao mesmo tempo, o controle com medidas que visavam incrementar a exportação e, sobretudo, diminuir as importações. O Estado fazia-se presente no estímulo às atividades mais rentáveis. Além disso, a forte fiscalização sobre as zonas de comércio, bem como a política exercida sobre a colônia, unia política econômica e fortalecimento do Estado, tornando obrigatório aos governantes interferir nos assuntos econômicos para consolidar as políticas que levariam ao Estado Absoluto.

Se Maquiavel era um excelente observador sobre a administração das cidades italianas, ele ignorou os eventos econômicos que aconteciam na Europa na formação do seu pensamento político. Coube a Hume perceber esse "silêncio" do Florentino sobre um assunto tão importante para o sucesso do príncipe. De que maneira conseguiria a *virtù* para conservar o poder se ele, de fato, negligenciava o valor da seda? Para Hume, o engrandecimento de uma nação ocorreria sob as graças do comércio, embora essa mesma atividade apresentasse especificidades inerentes aos regimes monárquicos e republicanos.

Em uma recapitulação do artigo **Da liberdade civil**, Hume (2004), ele afirma que sua intenção é uma tentativa de cotejar a liberdade civil e o governo absoluto. No entanto, por que ele tenta construir esse tema, usando uma máxima do secretário Florentino? As metáforas e os exemplos de Hume parecem revelar uma intenção mais pontual entre o tema que o aproxima da figura de Maquiavel. De modo indireto, Hume parece sugerir que suas observações políticas tinham alguma ou pouca relação com as ideias do Florentino, embora a pequena acuidade do mesmo, sobre os assuntos do comércio, sugira que a confecção do ensaio pode ter sido, em parte, uma crítica ao descaso de Maquiavel com o assunto, por isso chama atenção:

> [...] a grande opulência, a grandeza e as conquistas das duas potências marítimas parecem antes ter instruído a humanidade sobre a importância de um comércio extenso (HUME, 2004, p. 197).

É por esta razão que os homens desejam o poder. Segundo Hume, precisam ter a extremidade do olhar, do tipo abstruso, que sempre corre o risco da investigação, se o inquiridor se torna cego pelo *preconceito* e *rancor*. Faltava a Maquiavel, na opinião de Hume, alargar suas observações além das fronteiras italianas, embora pudesse encontrar-se em seus escritos diversas referências sobre outros países e relatos, como foi o caso dos relatórios para a chancelaria. Não obstante, suas análises estão destinadas às conflitantes relações que envolvem as famílias dos Médicis e do papa Alexandre VI, embora ele não faça menção aos interesses comerciais destas famílias ou sobre a sede de riquezas que estava por trás de suas ações. Para o Florentino, política é uma coisa que se celebra pela determinação e manutenção do poder, afinal, nisso consiste a atividade exclusiva da política. De outro lado, o **Príncipe** é um livro de aconselhamento para os governantes, que delineia um pensamento e uma ação estritamente vinculada para que o ator político possa conservar o poder obtido pelo esforço ou pela sorte. Desse modo, ele é o produto de um especialista sobre política que orienta com fórmulas como se deve proceder na conduta do governo e, ao mesmo tempo, como se deve organizar a cidade para o bom ordenamento.

Os **Discorsi** seguem uma linha muito próxima, na medida em que explica a origem da corrupção e como esta, de modo irremediável, leva a cidade à ruína. Maquiavel mostra a experiência da República Romana para eliminar esse problema e refundar as bases que sustentam a boa ordenação. Entretanto, o exame mais cuidadoso dos **Discorsi** revela que Maquiavel limitou-se somente a um período da história Romana e vinculada tão só às questões italianas, o que sugere a boa leitura de Hume. Este não se limita a um determinado período da história. Afinal, como ele percebeu, desde as guerras civis até a instauração do governo de Otávio, a República tinha passado por profundas mudanças. Nesse sentido, as críticas de Hume apresentam razoável consistência. A perspectiva não é de simplesmente criticar Maquiavel; ao contrário, ele deve ter percebido que as leituras políticas do Florentino atravessavam a Península Itálica e encaixavam-se no contexto da política europeia. O que de fato Hume parece lamentar é que Maquiavel poderia ter ido muito mais além em suas observações, se tivesse intuído sobre as questões econômicas. Pela ausência desse

"olhar", muitas outras observações do Florentino poderiam ser comprometidas. Aliás, não deixa de ser uma observação curiosa que no mesmo ensaio em que faz uma forte crítica ao Florentino, Hume tenha escrito as seguintes palavras:

> [...] creio, contudo, ter motivos para desconfiar de que o mundo é jovem demais para que se possa formular em política um grande número de verdades gerais, que permanecerão verdadeiras até a mais remota posterioridade. Ainda não chegamos a três mil anos de existência (HUME, 2004, p. 195).

O **Príncipe** era leitura obrigatória para aqueles que refletiam a política no século XVIII, mas poucos ousavam mencionar o nome do Florentino; e quando o faziam; era para criticá-lo. Hume deve ter tido interesse nas ideias de Maquiavel, visto que cita até uma peça **Clítia**[111] do Florentino. Em relação ao excerto, a citação revela que Hume tem certa desconfiança sobre os escritos de política. Em primeiro lugar, Hume atribui à ideia de que o mundo é ainda imaturo o suficiente para entender sobre as coisas que acontecem e, ao mesmo tempo, seja capaz de lançar máximas duradouras. Hume tem outra desconfiança sobre a natureza humana, pois não imagina onde ela possa levar a espécie humana, em virtude de suas inclinações volitivas. Não deixa de ser significativo que, após Hume fazer suas considerações sobre o tema, introduza o nome de Maquiavel direto ao ensaio. Em sua análise, acusa o Florentino de ter chegado a conclusões equivocadas no capítulo XXIII de o **Príncipe**. Este tipo de análise leva Hume à discussão de fatos e textos de Maquiavel, mas permite também criticar autores de sua nação, afinal,

> [...] os homens deste país estiveram tão ocupados com os debates sobre Religião, Política e Filosofia que não têm qualquer estima pelas observações aparentemente minuciosas da gramática e da crítica. E, embora esse estilo de pensamento deva ter aprimorado consideravelmente a nossa inteligência e a nossa capacidade de argumentação, deve-se reconhecer que, mesmo nas ciências acima mencionadas, não temos qualquer obra importante que possamos legar à posterioridade: E o máximo de que podemos nos vangloriar são algumas iniciativas no sentido de uma filosofia mais justa: o que, de fato, constitui uma promessa valiosa, mas que até agora não atingiu qualquer grau de perfeição (HUME, 2004, p. 201).

[111] Hume (2004, p. 395) fez menção a essa obra de Maquiavel no ensaio **Do padrão do gosto**. Mas uma vez confirma-se a tese de que o conhecimento do Escocês sobre o Florentino não ficou tão somente limitado ao **Príncipe**.

Esta mesma observação de Hume (1999, p. 10) encontra-se em a **Investigação**. A discussão acerca de uma ciência política ainda era um problema, mas uma parte substancial desta se deve a natureza humana e a imprecisão de termos. Devido à natureza, é difícil estabelecer um consenso sobre qualquer assunto. Hume já tinha se classificado como um escritor de temas abstrusos em detrimento daqueles que fazem uma espécie de *filosofia simples*. Para ele, esses últimos estão mais propensos à fama, todavia, o sucesso de público altera-se com o tempo. Apesar de censurar o estilo, o objetivo do filósofo é outro. De fato, ele recriminará a máxima geral de que a custo o comércio prospera em um governo livre. A menção à França absolutista é uma contraprova daquela afirmação. Por conseguinte, existem muitas situações em um regime monárquico que podem dificultar o sucesso do comércio, mas nenhuma poderia estar associada àquela máxima. Ao mesmo tempo em que desenvolve a exposição contrária às máximas em política, discute o estilo e, do mesmo modo, o conteúdo dos livros de política de sua época, Hume vai introduzindo uma leve discussão sobre a comparação entre liberdade civil e o governo absoluto. Com tal recurso, Hume obriga o leitor a relacionar temas que, de modo superficial, não parecem interligados. Assim, ele afirma que a principal queixa dos defensores da monarquia sob a tutela do Parlamento era o receio à propriedade e às garantias da Lei[112] e adentra na questão dos impostos:

> [...] penso que existem nos governos monárquicos uma fonte de aprimoramento e nos governos populares uma fonte de degeneração que, com o passar do tempo, levarão essas duas espécies de política civil ainda mais perto da igualdade (HUME, 2004, p. 204).

De fato, ao colocar a posterioridade como evidência do seu aforismo, ele escapa à crítica pela negativa do evento. De modo oblíquo, o Escocês introduz, com simplicidade, seu raciocínio de que tanto Maquiavel como Locke estavam equivocados. À medida que diferencia, em grande parte, uma monarquia de uma república, é a quantidade de impostos que a primeira cobra em relação à segunda. Para entender melhor o fenômeno, Hume avalia a política econômica do seu tempo e recorre aos acontecimentos do passado para referendar a conclusão do seu argumento. Desse modo, ele acredita que sua contribuição é mais sólida, já que estuda o processo de produção e taxação dentro das nações livres e não-livres. Tais medidas levam o

[112] A Declaração de Diretos ou "Bill of Rights", em 1688, criou a Monarquia Parlamento.

governo a contrair débitos e a dar em penhor o erário público. Portanto, ao mesmo tempo em que elogia a monarquia, critica-a pela cobrança abusiva de impostos e pelo modo como isso é conseguido, lembrando a França. Por outro lado, as repúblicas, quando administradas sem prudência, tendem a adquirir dívidas e, em seguida, a dar em penhor as rendas do Estado. Hume dedicou uma atenção ao tema dos impostos pois sabia que o conhecimento deste mecanismo é importante para as questões de Estado. Fez uma leitura mais acurada da realidade moderada pela existência de um elemento concreto, o imposto; ao invés de uma simples filiação partidária das prerrogativas do rei ou dos adeptos do sistema republicano. É desse modo que Hume cultiva sua posição política, na reflexão dos prós e contras de cada forma de governo. Para além disso, a análise de Hume revela que os aparentes beneficiados por tais práticas, a saber, a nobreza, é, na verdade, os maiores prejudicados em longo prazo, à proporção em que a arrecadação indevida *arruína as suas propriedades e empobrece seus rendeiros* (HUME, 2004, p. 205). Para Hume, os verdadeiros favorecidos são os *financistas* que lucram com esse abuso.

A liberdade que permite tal excesso nos países livres também é fortemente prejudicada, visto que os gastos, em algum momento, afetarão a própria soberania do exercício do mando, no período, em que o poder público, não podendo mais elevar as taxações para cobrir os gastos da administração para garantir a salvaguarda do Estado, força o governo a hipotecar o erário público. Hume não é contrário à regulamentação e à taxação de produtos, mas somente quando tal taxa trouxer mais benefícios do que perdas. A exemplo disso, pode-se observar seu comentário sobre o tema:

> [...] contudo, nem todos os impostos sobre produtos estrangeiros devem ser considerados prejudiciais ou inúteis, mas somente aqueles que estão fundados na desconfiança acima mencionada. Um imposto sobre o linho ALEMÃO encoraja as manufaturas domésticas e assim multiplica a nossa população e a nossa indústria. Um imposto sobre o conhaque aumenta a venda de rum e favorece as nossas colônias do sul. E, como a arrecadação de impostos é necessária para o funcionamento do governo, pode ser mais conveniente concentrá-los nos produtos estrangeiros, que podem ser facilmente controlados nos portos, e submetidos à cobrança (HUME, 2004, p. 489-490).

Diferentemente de Hume, Maquiavel não tece considerações acerca das transações econômicas para o exercício do mando, o que representa uma lacuna em um teórico da política; afinal, o modo de produção tem relação direta com a política. Essa lacuna apontada por Hume nos escritos do Florentino causa certa estranheza

quando se percebe que as principais cidades da Itália eram, com exatidão, ricas e poderosas em virtude do comércio. Por essência, controlavam o comércio entre a Europa e o mediterrâneo. Graças a esse domínio, os mercadores de Florença, por exemplo, puderam embelezar suas casas, encomendar pinturas, esculturas e mausoléus aos grandes artistas do Renascimento. Esse poder era tão visível que outras nações tiveram que costear toda a África para encontrar os mercados orientais e outras arriscaram a travessia do Atlântico por não poderem enfrentar as frotas italianas. Do mesmo modo, antes mesmo dessas aventuras, Portugal teve rendimentos no incremento das atividades comerciais, servindo de entreposto do comércio do norte europeu com o mediterrâneo e o fortalecimento da monarquia. A Espanha procurou formas de explorar o comércio no mediterrâneo, estreitando laços comerciais com a cidade de Gênova. Também a presença de portugueses na costa africana levou os espanhóis a buscarem novas rotas para as Índias. Tanto em um caso quanto no outro, todas essas questões eram tratadas como assunto de interesse nacional, mas Maquiavel não menciona absolutamente nada a esse respeito. Esse "silêncio" em seus escritos forçou Hume a levantar uma severa crítica ao filósofo. Talvez essa mudez seja explicada pelo biógrafo de Maquiavel, De Grazia, que ofereceu uma pista significativa. Para este:

> [...] a paixão de Niccolò pela atividade e pelo estudo gira em torno da política. "Não sabendo raciocinar nem sobre a arte da Seda, nem sobre a arte da lã [duas das maiores manufaturas de Florença], nem sobre os ganhos nem sobre as perdas [uma das maiores contribuições de Florença à civilização é a escrituração de partida dobrada], tenho de raciocinar sobre o Estado, e preciso ou me obrigar a ficar quieto ou raciocinar sobre isso" (DE GRAZIA, 1993, p. 141).

A revelação de De Grazia explica, em parte, o "silêncio" do Florentino acerca do comércio. De modo geral, o próprio Maquiavel desqualifica-se como alguém que seja capaz de entender sobre a Seda. Em sua atenção, somente a política merece consideração. Tal fato denota claramente que sua predileção estava na política como ordenação das cidades, assuntos ligados à guerra e à diplomacia, afinal ele mesmo escreve:

> [...] se vi è venuto a noia il discorrere le cose, per vedere molte volte succedere e casi fuora de' discorsi e concetti che si fanno, avete ragione, perché il símile è intervenuto a me. Pure, se io vi potessi

> parlare, non potre' fare che io non vi empiessi il capo di castellucci, perché la Fortuna há fatto che, non sapendo ragionare né dell'arte della della seta et dell'arte della lana, né de' guadagni né delle perdite, e' mi conviene ragionare dello stato, e mi bisogna o botarmi di stare cheto, o ragionare di questo.[113]

As palavras de Maquiavel confirmam as considerações de De Grazia e, ao mesmo tempo, as suspeitas de Hume de que ele pouco entendia acerca do comércio. A queixa de Hume foi uma sólida contribuição ao esclarecimento da ausência de reflexões sobre a economia como um assunto de Estado e, por decorrência, para a eficiente ordenação da cidade. É provável que Hume tenha tido acesso à declaração de Maquiavel e pôde, assim, desenvolver sua ponderação sobre os escritos do Florentino. Contudo, sua crítica foi, com certeza, a essa lacuna nos escritos do Italiano.

O florescimento do comércio e o fortalecimento das monarquias nacionais trouxeram, decerto, a figura do conselheiro real ligado à política econômica do reino. Sem dúvida, o fenômeno era uma realidade da época moderna e poucos, ainda no século XVIII, fizeram as devidas associações entre os dois temas. Porém, é necessário entender a extensão da crítica de Hume a Maquiavel, pois mesmo em seu silêncio, Hume o considerava um "gênio" em observação política. Parece que De Grazia resgatou uma passagem importante, mas tal visão é reforçada quando se lê a carta de Piero Machiavelli para seu irmão Francesco, datado de 22 de junho de 1527:

> [...] nosso pai, como sabeis, nos deixou na maior miséria. Quando voltardes para cá terei muito que vos contar. Agora estou com muita pressa e não posso escrever mais (MACHIAVELLI *apud* MACCHIAVELLI, 1975, p. 122).

Ao término da vida, a situação financeira de Maquiavel era lamentável, conforme atesta a carta de seu filho. É bem provável que ele não tenha dado importância suficiente as próprias reservas familiares, como um comerciante florentino. Ele perdeu a função de secretário na chancelaria e enfrentava dificuldades financeiras, ainda que tivesse dedicado a sua existência à cidade de Florença. As cartas particulares demonstram que, de fato, as questões financeiras não estavam nos assuntos conhecidos de Maquiavel. Ele se pensou como um intelectual a serviço da

[113] MACHIAVELLI, N. "Lettere". In MACHIAVELLI. Opere. Volume Terzo. A cura di Franco Gaeta. Torino: UTET, 1984, p. 367.

cidade de Florença, que manteria seu cargo, independente de que sistema político[114] vigorasse em sua pátria. Em uma tentativa de entender esse perfil psicológico, Escorel escreveu que

> [...] este caráter do burocrata é que explica a atitude de Maquiavel que, caída a República e reinstalados no poder os Medici, julgou natural ser mantido nas suas funções na Chancelaria florentina. Considerava-se Maquiavel um burocrata que prestara lealmente serviços a Florença, sob o governo republicano, e que poderia continuar a servi-la, com a mesma eficiência e lealdade, sob o novo regime (ESCOREL, 1982, p. 17).

Ora, as questões financeiras do Estado jamais foram uma preocupação que levasse o Florentino ao papel. Diferente de Guicciardini, Maquiavel estava mais preocupado com os temas militares e com a arte da diplomacia. Afinal, a guerra envolvia ações de *virtù* e logística administrativa do príncipe e, ao mesmo tempo, jamais um Estado gozaria da soberania nacional se não tivesse uma autonomia militar. Tendo consigo o exército, o rei precisará manter uma burocracia que implemente as decisões do Governo, bem como repasse das informações necessárias para a continuação ou mudança da política econômica do Estado. Todas essas coisas estarão ligadas ao erário público que carecerá de uma complexa estrutura administrativa de coleta de impostos e pagamentos aos funcionários do Estado. A guerra envolve altos custos operacionais com homens, equipamentos e víveres que solicitam uma intendência. Não é difícil perceber que as questões políticas não podem se separar das questões econômicas e que, de modo necessário, perpassam pelo comércio. Era evidente para os reis que o sucesso e o fortalecimento do reino dependiam das atividades mercantis e da expansão do comércio, bem como do controle dos mercados, com fiscalização, concessões e proibições que eram determinadas pela política econômica do reino. As estruturas administrativas e, sobretudo, a guerra, exigiam altas quantias que tinham nas transações do mercado seu sustentáculo. Com efeito, sem um comércio atuante e sempre expansivo para cobrir os gastos que a consolidação do Estado requeria para seu funcionamento, não seria possível a manutenção de força armada, nem sequer ter um exército de mercenários.

Entretanto, não há nenhuma menção ao controle das atividades comerciais em Maquiavel, fato que levou muitas famílias ao exílio em florença. Hume parece ter

[114] Entender governo neste caso.

percebido que o "silêncio" do Florentino sobre o comércio era um problema sério ao projeto de unificação italiana, bem como as suas reflexões sobre a política, visto que o desconhecimento dele sobre o assunto repercutia sobre suas próprias máximas de política e guerra. Afinal, governar exige conhecimento profundo das questões internas do país, que são relevantes, e, entre elas, o controle das despensas do erário público. De mais a mais, Hume teve a história como testemunha, ao perceber que os países ibéricos, outrora hegemônicos nos mares, entraram em declínio; com razão, por não cuidarem com prudência de suas economias, em especial, a administração do erário público no tocante à guerra e à própria nobreza, como se observa no trecho a seguir:

> [...] julgar a partir dessa regra as revoluções domésticas e graduais de um estado deve ser um tema muito mais adequado à observação e à reflexão do que se dedicar às revoluções externas e violentas, que são geralmente provocadas por indivíduos isolados, sendo mais influenciáveis pela teimosia, pela loucura ou pelo capricho do que por paixões e interesses universais. A decadência dos lordes e a ascensão dos comuns na INGLATERRA, após os estatutos de transferência da propriedade e do aumento do comércio e da indústria, são mais facilmente analisados por meio de princípios gerais do que a crise da monarquia ESPANHOLA ou o florescimento da monarquia FRANCESA depois da morte de CHARLES V. Tivessem HENRIQUE IV, o cardeal RICHELIEU e LUÍS XIV sido ESPANHOIS e tivessem FELIPE II, III e IV e CHARLES II sido FRANCESES, a história dessas duas nações teria sido inteiramente inversa (HUME, 2004, p. 224-225).

O comércio foi um tema que exigiu atenção de Hume. O trecho atesta com razão isso, quando cria a hipótese assaz interessante. Carlos V dedicou muito do seu tempo a guerras e em aumentar a influência da Espanha pelo mundo. Isto, pelas dificuldades criadas em virtude de uma administração deficiente e pelas ineficientes posições de seus sucessores, contribuiu para o declínio espanhol. De outro modo, foi Richelièu quem implementou uma política mercantilista, ao mesmo tempo em que favoreceu a construção naval, estradas e companhias de comércio, bem como a colonização das Antilhas e do Canadá. Aliás, Hume deixa essa questão mais interessante quando faz a seguinte pergunta:

> [...] que outra razão existe, na verdade, para que todas as nações, atualmente, tirem vantagens de seu comércio com a ESPANHA e PORTUGAL, senão o fato de que é impossível manter o dinheiro – mais que o de qualquer outro fluido- acima de seu próprio nível? E os soberanos desses países já demonstraram que não possuiriam

> inclinação alguma para guardarem para si o ouro e a prata, se isso fosse praticável em alguma medida (HUME, 2004, p. 474)

No ensaio, **Da balança comercial**, Hume (2004) começa com uma provocação que, de outro lado, confirma a importância que ele dava ao tema das atividades mercantis e, ao mesmo tempo, ataca a noção ingênua de que alguns artigos dados como valiosos não devessem ser remetidos ao exterior: *É muito comum, em nações ignorantes da natureza do comércio, proibir-se a exportação de produtos* (HUME, 2004, p. 469). Tais acendimentos demonstram que Hume tem, de fato, conhecimentos relevantes sobre política econômica e que sua queixa, diante do silêncio de Maquiavel, foi uma contribuição sólida para interpretar o alcance das propostas do Florentino. Além disso, Hume fez outra crítica ao filósofo por limitar suas observações ao território italiano; embora, ele, mais do que qualquer outro, soubesse que Maquiavel tinha outros conhecimentos sobre a história.

Não é possível admitir, segundo Hume, como os italianos negligenciaram a questão do comércio, já que todas as luzes e as cores da época deixavam o tema latente. Ao tempo das Cruzadas, no século XI, intensificou-se o consumo de especiarias pela Europa, provindas do oriente através do mediterrâneo. Essas atividades eram monopolizadas pelas cidades italianas. De acordo com Burke (1999, p. 266), Gênova tinha sido a maior força comercial no século XIII. De fato, desde o século XII, os mercadores genoveses e venezianos estiveram envolvidos com as cruzadas e souberam enriquecer com o transporte de fiéis e retorno de mercadorias. Convém lembrar que Florença, no século XIII, já era uma cidade independente e um centro comercial importante, habitada por banqueiros, filósofos e artistas e, de algum modo, palco do Renascimento. A proeminência da família Médici revelou, desde o início, que os duelos pelo poder tinham alguma conexão com a política, tanto na ascensão de Cosimo de Médici e suas disputas com Rinaldo degli Albizzi, bem como nos esforços de Cosimo em financiar o exército de Sforza para que este jamais atacasse Florença, como era a vontade de seu sogro Visconti de Milão. Florença sob as mãos de Lorenzo diversificou os negócios da família e manteve o controle do Estado para sua facção, adotando medidas necessárias ao sucesso comercial. Após Lorenzo, e diante do olhar de Maquiavel, Frei Savanarola fez pregações apocalípticas acerca da corrupção dos valores e do amor excessivo a riqueza. Após Piero de Médici partir para o exílio, tornou-se o porta-voz do novo governo florentino. Envolveu-se em

questões e querelas com o papa Alexandre VI, mas se sua ascensão excepcional deve-se aos dons proféticos. Sua queda, deve-se, em parte, à ausência de visão econômica em Florença, fazendo com que os interesses pelo controle estatal obedecessem às bases econômicas que pendulavam de um lado para o outro. Maquiavel entendeu que a sua queda se dera pela sua incapacidade em arregimentar tropas que conservariam seu poder. De fato, esse componente foi crucial para sua derrocada. Não obstante, foram os interesses econômicos que levaram Carlos VIII ao solo italiano, bem como foram as investidas contra a França que o fizeram regressar ao reino. A tomada de terras ricas era vital para o controle de áreas comerciais, bem como uma fonte de aumento do erário público, conforme aconteceu com Lucca.

Segundo Parks (2008, p. 96), *os florentinos chegaram à conclusão unânime de que era indispensável conquistar Lucca. A cidade era rica e representaria a compensação pelos desastres dos sete anos anteriores*. De fato, essas ações eram engendradas e promovidas, tendo em vista o domínio de espaços com intensa atividade comercial. Tratava-se, portanto, de um assunto de política econômica. Isto mostra que as lutas entre famílias em Florença tinham como objetivo o controle político da cidade e, por decorrência, a prosperidade nas atividades comerciais. De acordo com Hume, os conflitos tinham como estopim e motivo as lutas pelo poder e estavam entrelaçados com a economia. A crítica de Hume é profícua: como essas relações com o comércio passaram despercebidas por homens tão brilhantes? Convém notar ainda que os conflitos entre Florença e Pisa tinham ligação com o acesso às rotas marítimas. Porém, é natural não apreciá-los enquanto ocorrem, visto que muitos temas perpassam épocas sem que possam ser visualizados por aqueles que estão imersos em outros problemas de sua época, mas tudo indica que, para Hume, o nexo era muito evidente, e as relações de poder e comércio eram recíprocas, o que não justifica o silêncio sobre o tema.

Uma situação significativa das análises de Hume, em referência a Maquiavel, foi sua tentativa de obtemperar suas máximas, como foi o caso da crítica ao **Príncipe**, à inspeção dos eventos posteriores à sua elaboração, mas tal exame foi decorrente do "silêncio" sobre os eventos econômicos que permeiam e fazem os contornos da política do mando.

A própria história de Roma mostra que as crises da República só foram contornáveis quando Otávio assumiu o poder absoluto. Enquanto o poder estava dividido entre ele, Marco Antônio e Lépido, ocorreram diversas conspirações que

culminaram primeiro com a queda de Lépido na África e com a rivalidade pública entre os outros dois. Somente depois de vencido o governante do Egito. Otávio pode transformar Roma em uma monarquia, dando uma vestimenta republicana. Em relação ao comércio, abriu e aperfeiçoou portos e entradas que facilitaram as transações comerciais, bem como criou moedas oficiais; intensificou as relações entre províncias e dividiu Roma em zonas de administração que facilitavam a fiscalização do Governo e o recolhimento de impostos.

Maquiavel conhecia as deliberações, entretanto não menciona em seus escritos. Hume consultou as mesmas fontes de Maquiavel. Ora, Hume faz uma severa crítica ao rumo das inferências de Maquiavel e sua predileção em concentrar suas reflexões sobre uma parte da história e não como um todo, o que lhe permitiria perceber a importância da política econômica ou, quiçá, do comércio sobre os acontecimentos do próprio histórico romano. É um fato conhecido da história que a situação comercial do Mediterrâneo tenha favorecido a aquisição de muitos manuscritos antigos. As incursões turcas aumentaram significativamente o aparecimento de outros manuscritos. As lutas pelo controle das rotas comerciais favoreceram o intercâmbio de ideias entre os inúmeros sábios, filósofos, artistas e estudantes que residiam em Florença. A queda de Constantinopla estimulou um pouco mais, visto que ocorreu a fuga expressiva de homens que conheciam o idioma grego. Estes procuravam refúgio nas cidades italianas e levaram consigo importantes textos antigos. Viam nos grandes centros urbanos da Itália oportunidades de trabalho. Desse modo, os italianos tiveram uma série de incentivos para se dedicar ao estudo da história, graças ao comércio, o que provocou em 1428, segundo White (2007, p. 42), uma mudança nas bases educacionais da cidade.

6 Delineamentos acerca da ideia de facção

> Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma (MAQUIAVEL, 2007, p. 21-22).

Maquiavel inicia a discussão sobre as causas da liberdade como o resultado das lutas entre os dois grupos rivais de Roma. Destaca a função dos "humores" como a condição de pôr frente a frente interesses como o que provê o surgimento da liberdade, como decorrência do enfrentamento político. Em tese, Maquiavel afirma que o resultante de todas as forças contrárias que atuam na cidade, determinará, por fim, o modelo de governo das cidades, mas que os humores lá permanecem. De fato, essa questão é relevante para ele, pois compete aos legisladores a função de imprimir na matéria a forma do estado. Talvez, por isso, ele comece após as apologias à consulta às narrativas históricas como exemplo de conhecimento para as demandas do presente, com o seguinte comentário: *quem ler a história do princípio da cidade de Roma e da forma como tudo foi ordenado e por quais legisladores, não se admirará de que tanta "virtù" se tenha mantido por vários séculos naquela cidade* (MAQUIAVEL, 2007, p. 7).

É desse modo que o Florentino pensa a desunião e, ao mesmo tempo, o papel da facção. É preciso *virtù* do ator político para identificar uma e repudiar a outra. Maquiavel não toma o legislador (ordenador) como aquele que faz leis, mas sim como aquele que, de fato, estrutura e modela a cidade de acordo com sua finalidade e, ao mesmo tempo, dá-lhe o contorno necessário para que ela perdure no tempo. O legislador é quem introduz as primeiras e fundamentais características e, para isso, deverá identificar nos humores dos homens qual forma de governo se equilibra mais com a condição natural daqueles homens, um principado ou uma república. Para Hume, possivelmente, fosse preciso aprofundar o tema um pouco mais e entrelaçá-lo a outras questões. Hume vive outro contexto, com partidos que têm interesses definidos. De acordo com Weber (1993, p. 129), a pedra angular da composição partidária encontra-se *em grupos de interesse político firmemente organizado*, porém,

escreveram os Secretários, em sintonia com os interesses coletivos. Este elemento é essencial diante do Estado, afinal, este detém o monopólio do uso da violência legítima. Assim, Maquiavel convida os Médicis a fundar a unidade italiana recorrendo à força. Hume aponta o expediente da força como solução à crise política. Em ambas as situações, estes teóricos sabem que o ator político necessita de parceiros nesses empreendimentos. Os homens, em geral, entregam-se a uma causa e geram, por decorrência, os conflitos entre si. Estes choques de interesses, em algumas situações, formam o partido. Afinal, *uma luta só pode ter chances de êxito na medida em que ela se desenvolva no terreno da solidariedade entre indivíduos com interesses idênticos* (MICHELS, 1982, p. 15). Assim sendo, os homens tendem a se filiar em torno daqueles que têm os mesmos interesses. Desse modo, *a sociedade humana não é homogênea; os indivíduos são física, moral e intelectualmente diferentes* (PARETO, 1966, p. 70).

Uma leitura precisa dos ensaios de Hume evidencia a tentativa de expor a natureza das facções que se tornaram presença inconveniente ao Estado. De modo indubitável, Hume não é um Whig, porém qualquer filiação dele ao partido Tory merece ser considerada suspeita e antecipada, visto que a reflexão do filósofo procura convidar os partidos para um debate a respeito dos seus princípios. O que são Tories e Whigs?

> The Tories were the party of Church and King; they were generally committed to the doctrines of absolute authority in the monarch, of divine ordination and indefeasible hereditary succession, of passive obedience in the subject; they supported the Church of England and opposed extension of toleration. The Whigs, on the other hand, were the party of limited government; they maintained that sovereignty rested jointly in the hands of King, Lords, and Commons, and that the king's authority was checked by an original contract with the people – most often understood as a historical contract enshrined in the ancient constitution of the realm. They embraced the doctrine of resistance to arbitrary government and favoured religious toleration (MILLER, 1981, p. 163).

A acepção de Miller está em consonância com a perspectiva de Hume. Não obstante a afirmação do autor, Hume teria escrito que só existem, de fato, interesses e que o partido é somente um caminho encontrado para realizá-lo. E, em uma interpretação muito próxima a de Maquiavel, Hume afirma que os envolvidos na disputa pelo poder reivindicam o direito de transpor os limites da ética estabelecida.

> [...] a honra constitui um freio importante nas ações humanas: mas, onde um grupo considerável de homens age em conjunto, esse controle é, em grande medida, removido: pois cada qual está certo de ser aprovado pelo seu próprio partido, em tudo que seja favorável ao interesse comum, e aprende depressa a ignorar os protestos dos adversários. Ao que podemos acrescentar que, em todos os senados ou assembléias, as decisões são tomadas por maioria de votos, e portanto basta que a maioria se deixe levar pelo interesse pessoal (como sempre sucederá) para que todo o senado se deixe arrastar pela sedução desse interesse isolado, e proceda como se nem um sequer de seus membros tivesse o menor respeito pela liberdade e pelo interesse público (HUME, 2004, p. 142-143).

De modo análogo a Maquiavel, Hume defende que a luta pelo domínio político é que norteia as ações dos homens; entretanto, somente os dominados pelo "entusiasmo" e pela "superstição" não percebem a outra razão de ser da ação humana: o interesse. Tal perspectiva pode ser sentida quando Whigs e Tories produziram a Revolução Gloriosa.

É provável que o tema tratado por Hume tivesse alguma relação com Maquiavel, mas era preciso indagar acerca do conceito de natureza humana, da origem da sociedade e comércio. Desse modo, compreende-se o pensamento político de Hume buscando toda uma fundamentação sobre a função do Estado: garantir a vida e a propriedade. Mas, no entendimento do filósofo, o governo inglês parece trilhar o caminho que levará à ruína do Estado. Assim, é preciso mudar o governo para que o Estado tenha ordem e paz. Maquiavel traçou as linhas que o príncipe deveria seguir para fundar o Estado e, para tal empreendimento, o recurso à força era indispensável. É bem provável que Hume deve ter colhido esta ideia nos escritos do Florentino, mas também sabia que era preciso discordar dos pensamentos de Hobbes e Locke. Assim, nada melhor do que direcionar seus argumentos contra a base dos raciocínios desses autores; o juízo do *estado natural*, bem como atacar a proeminência dos Whigs sem se filiar aos Tories. De fato, este último partido tinha uma perspectiva equivocada sobre as prerrogativas dos Stuarts, defendendo uma causa em torno de um personagem; enquanto Hume pensava mais na função que o monarca encarnava para preservar as instituições e consagrar a ordem hereditária como um instrumento ritualístico, que desestimulasse a disputa após a morte do ator político que ocupasse o cargo. Hume partilha do realismo político de Maquiavel ao visualizar o problema das discórdias internas que fragilizam a ordem política e procura apresentar uma proposta prática ao

problema do "eterno" conflito inglês. Por isso, a leitura de Maquiavel, quiçá, tenha exercido uma suave influência nos **Ensaios** de Hume.

A recorrência aos conceitos é significativa e, às vezes, ao próprio nome do Florentino, revelando a familiaridade do Escocês que, embora como intelectual, possuía um saber profundo de pensadores de distintas épocas. Contudo, indícios parecem sugerir que é de Maquiavel que se formam algumas de suas perspectivas mais recorrentes. Desse modo, talvez, através delas, possa reivindicar uma ligação bem mais estreita entre as ideias dos dois filósofos. Evidente que cada termo contém sua propriedade e uso em cada escrito, porém se remete, ao mesmo tempo, um élan de referência. Percebe-se que Hume pensa, com seriedade, o conflito entre os dois maiores partidos de sua época: Tory e Whig. Em diversos momentos, Hume aponta as diferenças que levam estes partidos a se atacarem de modo mútuo, por motivos que excedem a reflexão moderada de um verdadeiro espírito crítico. Que exista o conflito de interesses, é imperioso para Maquiavel e Hume, mas, dentro de uma regra institucional, do mesmo modo que o excesso de conflitos, gerados por indisposições pessoais, seria desnecessário para ambos.

Ao apontar o conflito insidioso entre partidários dos Tories e dos Whigs, Hume deve ter localizado em Maquiavel a ferramenta indispensável para a reflexão que os atravessa em seus **Ensaios**. O objeto conceitual encontrado por ele chama-se "facção". A palavra "facção" aparece muitas vezes na obra de Maquiavel, mas denota ser de grande importância para o entendimento das boas ordenações, como sucedeu em Roma, segundo reivindicou Maquiavel nos **Discorsi**. Em o **Príncipe**, ele menciona a primeira atitude de César Bórgia para efetivar seus planos:

> [...] enfraquecer as facções dos Orsini e Colonna em Roma. De todos os aderentes destes, que fossem gentis-homens, procurou o apoio, tornando-os gentis-homens seus e lhes dando grandes pensões em dinheiro, e honrou-os, segundo suas qualidades, com postos de comando e de governo, de modo que, em poucos meses, a feição que nutriam pelos partidos se extinguiu totalmente, passando toda para o duque. Depois, esperou a ocasião de extinguir os chefes dos Orsini, estando já dispersos os da casa de Colonna. Não tardou a se apresentar tal oportunidade e o duque soube bem aproveitar-se dela (MAQUIAVEL, 1991, p. 29).

Maquiavel retoma a expressão com mais intensidade no capítulo XI de o **Príncipe**. Aí, a significação do termo ainda é factual, mas começa a se tornar mais

inteligível. Não obstante, é preciso um olhar mais acurado para perceber o mesmo sentido que, como nas palavras grifadas na citação, contêm o mesmo conceito semântico. Antes de se debruçar sobre tal entendimento, é preciso explorá-lo um pouco mais, como na passagem posterior:

> [...] e para deter a estes era necessária a união de todos os outros, como aconteceu na defesa de Ferrara; e para pôr em xeque o poder do papa, haveriam de servir os barões de Roma, os quais, por estarem divididos em duas facções – Orsini e Colonna-, viviam em constante disputa. [...] E se bem que às vezes surgisse um papa animoso, como foi Xisto, a sua fortuna e o seu saber não bastavam para livrá-lo dessa dificuldade. A brevidade dos pontificados é a razão disso, pois nos dez anos que, em média, um papa reinava, *conseguia*, embora à custa de grande trabalho, rebaixar uma das facções. [...] Veio depois o Papa Júlio e encontrou a Igreja forte, na posse de toda a Romanha, sendo que, pelas investidas de Alexandre, haviam sido extintos os barões de Roma e anuladas as facções referidas. [...] Alcançou êxito em todas essas empresas, e é tão mais digno de louvor quanto se sabe que fez tudo isso com a preocupação de engrandecer a Igreja e não um determinado indivíduo. Manteve ainda os dois partidos dos Orsini e dos Colonna, nas mesmas condições em que os encontrou. [...] Não haverá paz entre estas se tiverem cardeais, porque estes, tanto em Roma como fora da cidade, *fomentam os partidos* e os barões são forçados a defendê-los (MAQUIAVEL, 1991, p. 46-47), (itálicos nossos).

Maquiavel, inicialmente, introduz o tema das "facções" adjunto à luta pelo poder, mas deixa sua abordagem associada ao tema da "ambição" e controle das facções através do suborno e da honraria. Para ele, as facções são prejudiciais aos interesses da cidade, porque colocam seus negócios além dos interesses reais e permanentes da cidade. Para Maquiavel, a facção orienta-se exclusivamente pela aquisição do domínio político. Weber (1982, p. 227) confirmará depois que este é o objetivo do partido político. Hume (2004, p. 161) encontra-se no meio do caminho, entendendo melhor o objetivo dos partidos, segundo o entendimento que Weber dará em seguida a ele, porém concordava, em parte, com o Florentino, tanto que aconselhava ao ator político a evitar os partidos. De outra forma, ele admitiu que, no cenário inglês, não tem como se evitar a existência deles (HUME, 2004, p. 167). São as fontes iniciais da corrupção e da sedição das cidades à medida que elas geram controvérsias em qualquer assunto, até o mais ínfimo possível. Dessa maneira, as facções são sempre prejudiciais. São um manancial de inimizades, e transformam, por fim, a coisa pública em uma luta por motivos particulares. Encontra-se outra marca na

interpretação de Maquiavel que parece não aprofundar a real complexidade desse fenômeno político. Para ele, pelo menos a sua leitura sugere ser possível manipular as facções, como nos exemplos mencionados acima, e que é tarefa do ator político manipular os humores, por conseguinte, coloca a ideia de que existe uma divisão em toda cidade.

Para Maquiavel (1991, p. 88), é possível ao príncipe com *virtù* e *fortuna* controlar a diversidade de interesses e a própria divisão existente dentro dos partidos: *os venezianos, obedecendo, como creio, às razões mencionadas, costumavam fomentar as facções guelfas e gibelinas nas cidades que estavam sob o seu domínio.*

Florença foi palco de diversas lutas entre famílias, mas para o Florentino isto se deve a divergência de ânimo e, assim, esconde o domínio econômico e político da cidade. Tal fato pode ser verificado no conflito dos trabalhadores têxteis, no tumulto dos Ciompi[115], em 1378. Após o ocorrido, acentuam-se os conflitos partidários e, assim, *alguns membros de grandes famílias*, segundo Tenenti (1973, p. 36), *fazem já, de maneira bastante aberta, uma política que não é mais de grupo ou de partido, mas pessoal*. Hume apontou que as hostilidades reais podem continuar existindo entre os descendentes, mesmo quando não existe mais a diferença real. Em verdade, devido aos *laços de afeto,* como escreve Hume (2004, 159), alimenta a animosidade, em especial, quando o *Estado está dividido entre duas facções*. É natural que as facções fundadas por laços pessoais continuem as desavenças, porém, em Florença, havia a muito unidos os laços e os interesses reais. Em relação a Florença, Tenenti escreve que é um equivoco, portanto, identificar as querelas sobre a perspectiva exclusiva de desavenças pessoais, afinal,

> [...] as ambições políticas e os interesses econômicos estavam estreitamente ligados a essas perseguições rancorasas e, ferindo os Alberti, seus adversários pensavam estabelecer, à moda antiga, seu domínio sobre a cidade e, ao mesmo tempo, triunfar sobre seus concorrentes (TENENTI, 1973, p. 36).

Embora as disputas tenham suscitado sentimentos e animosidades pessoais, a causa do conflito foi econômica, conforme atesta Tenenti; ou, em Roma, no período das guerras civis, conforme assinala Bloch em **Lutas sociais na Roma Antiga**.

[115] Tommaso Strozzi e Benedetto Alberti foram considerados os líderes do tumulto. Ver (ARANOVICH, 2007, p. 258); (TENENTI, 1973, p. 36); (MAQUIAVEL, 1998, liv. III, 10, p. 154-155).

Além desses acontecimentos anteriores, no entanto, não deixa de ser revelador que os problemas de Cosimo de Médici e o chefe dos Albizzi mergulharam Florença em uma crise sem igual, que começou a ser remediada quando Cosimo deixou seu exílio a pedido da Signoria, o que, a partir daquele momento, lhe era favorável e, assim, pôde de modo paulatino, controlar as eleições banindo seus inimigos. Os Médicis tinham interesse no comércio da seda e nos bancos, portanto, controlavam parte dos mercados de Florença, bem como dominavam (de forma não oficial) o cenário político da cidade. Antes do exílio de Cosimo, Rinaldo Albizzi[116], que desejava a morte do banqueiro, o acusou de subverter os interesses da cidade de Florença em favor dos seus. Não se tratava, à risca, de uma animosidade de caráter, mas de disputa pelo poder da cidade. Ao investigar detalhadamente a situação política, revela-se o esforço de Rinaldo Albizzi para condenar Cosimo à pena de morte, o que caracteriza a luta pelo controle econômico de Florença. Tal evidência é reforçada pela aliança deste com Milão[117], que terminou com a vitória de Florença, liderada pelos Médicis, em 1440. Tratava-se de eventos recentes na história da cidade e, por decorrência, frescos na memória do povo, embora Maquiavel ainda não tivesse nascido para conhecer esse Mecenas (Cosimo) que contribuiu para as artes de Florença. Suas atitudes, apesar das animosidades pessoais, eram motivadas por interesses econômicos, o que da luz à ideia de que o conflito se alimenta de vários aspectos.

É igualmente necessário entender os esforços feitos por Cosimo para que o Concílio de 1439[118] fosse realizado na cidade de Florença. Por certo, ele como um jovem ator político estava muito interessado em promover tal encontro entre as duas Igrejas Cristãs, que dominavam a religião da época, porém o eventual sucesso do Concílio forneceria honra e fama aos Médicis, bem como colocaria Florença como palco desse momento histórico da cristandade. Cosimo possuía dinheiro e poder em uma cidade que estimava as tradições familiares, mas os Médicis não eram uma família antiga. A união das Igrejas, Ocidental e Oriental, daria prestígio, além dos muros de Florença. Tal hipótese é palpável, pois a futura esposa de Lorenzo, Clarice Orsini,

---

[116] Rinaldo degli Albizzi, líder da família Albizzi e rico proprietário de terras.

[117] Rinaldo degli Albizzi mantinha uma aliança com Visconti de Milão para tomar de assalto Florença. O condottiere Sforza tinha laços familiares com Visconti, pois a filha deste lhe era prometida como esposa. A união das forças de Visconti e Sforza seria uma garantia de sucesso do empreendimento. Cosimo tratou de estabelecer laços financeiros com Sforza, que jamais se juntou à trama dos Albizzi. Em, 1440, os Albizzis e Visconti foram vencidos militarmente (PARKS, 2008, p. 126.).

[118] Concílio Geral das Igrejas Ortodoxa Grega e Católica Romana, sob o papado de Eugênio IV. Este Concílio começou em Basiléia, transferiu-se para Ferrara e, finalmente, concluiu-se em Florença.

pertencia a mais nobre família romana. O casamento de Lorenzo representaria novas relações dos Médicis, uma intenção clara de reforçar seu poder interno, mas também de conseguir apoio externo. Sendo generosos com os membros do Concílio, emprestando dinheiro, cedendo acomodações, os Médicis mostram uma aguda sensibilidade política ao tempo em que evidenciam um projeto político. Além disso, era um passo político decisivo em uma carreira política que se iniciava, afinal:

> [...] qualquer cidade que acolhesse uma conferência tão importante se beneficiaria não só no espaço aspecto financeiro, como no político e cultural. Se a unidade entre as Igrejas se concretizasse, o evento cobriria de glória o lugar onde a cristandade mais uma vez voltasse a ser um todo coeso. Além disso, um contato mais estreito com os governantes do Império do Oriente bem podia resultar em novos negócios para os banqueiros e negociantes de Florença, enquanto o diálogo com os eruditos gregos do séquito imperial proporcionaria descanso e prazer (HIBBERT, 1993, p. 54).

A realização do concílio na cidade de Florença reunia a um só tempo todos os interesses de Cosimo como mecena, político e negociante. Segundo Hibbert (1993, p. 53), *nada contribuiu mais para o prestígio de Cosimo em seus primeiros anos no poder* do que este encontro. De fato, *a fortuna dos Medici levava o Oriente à cidade* de Florença (PARKS, 2008, p. 140). Foi por esse motivo que ele encarregou seu irmão Lourenzo de oferecer os recursos de Florença tão logo soube, como afirma Hibbert, dos problemas da Cidade de Ferrara, bem como *ofereceria amplas acomodações, pelas quais nada cobraria e* para aumentar ainda mais as chances de Florença sediar o evento. Cosimo concedeu ao concílio *um empréstimo de 1500 florins por mês durante todo o tempo em que os delegados estivessem reunidos* (HIBBERT, 1993, p. 54). O fato é que Cosimo conseguiria para sua família uma estabilidade sócio-econômica e política, pois, na verdade, ele passou a "reinar" na república de Florença.

Tudo indica que, apesar da estabilidade política promovida pela proeminência política de Cosimo, não foi possível eliminar as divergências políticas depois de sua morte, o que caracteriza as ideias de Maquiavel e Hume de que o conflito é inevitável e recorrente, entretanto o ator político habilidoso pode manipular os humores dos homens ao seu favor. Piero de Médici, filho de Cosimo, herdara a fortuna paterna, no entanto, segundo Parks (2008, p. 161), *não tinha direitos hereditários, nem um carisma especial e, talvez, não tanto dinheiro*. Antes mesmo da morte de Cosimo, dois aliados, Agnolo Acciaiuoli e Dietisalvi Neroni, demonstravam que *não tinham intenção de*

receber ordens do homem mais novo e doente – em sua condição de homens mais maduros e com muito mais experiência política (MARTINES, 2003, p. 68). Em 1466, *400 cidadãos dos mais altos níveis de elegibilidade*, optaram, por escrito, com um *sistema de governo mais antigo e mais democrático* (MARTINES, 2003, p. 69). Membros do partido mediciano, a exemplo de Luca Pitti, Niccolò Soderini, Manno Temperani e Pierfrancesco de' Médici já planejavam um golpe contra Piero, líder do partido Piano, mas não obteve sucesso, o que garantiu a proeminência política da família em Florença.

A morte de Piero de Médici, a ascensão de Lorenzo (o Magnífico) e Giuliano de Médici reacenderam as disputas pelo poder político. Não foi difícil descobrir que, por trás da conspiração dos Pazzi, na Catedral de Florença, em 1478, estavam Salviati, Papa Sisto IV e o rei de Nápoles. Após as mortes dos Pazzi e de Salviati, Lorenzo, com diplomacia, consegue, como afirma Larivaille (1988, p. 25), *separar Ferdinando do papa, forçando este último a uma paz separada na base do 'statu quo'*. No curso dos acontecimentos e gozando de alta popularidade em Florença, Lourenzo faz reformas administrativas na cidade, a exemplo da criação do Conselho dos Setenta, de modo a garantir a posição da família Médici e, do mesmo modo, solidificar sua posição como homem mais influente da cidade, uma vez que "governa" de modo indireto. Além da luta pelo prestígio social, a conflituosidade que ocorreu em Florença demarca, ao mesmo tempo, uma disputa pelo poder político com implicações econômicas que evidenciam o controle dos mercados e das transações bancárias que estavam, em parte, com os Médicis. Uma análise minuciosa revelará que os eventos foram provocados por uma ação que visava o controle político e econômico de Florença; portanto, uma crise complexa, visto que a população era utilizada pelos poderosos, porém não fazia parte da tomada de decisões e nem sequer pôde mudar sua real situação. No entanto, um aspecto importante é que Maquiavel não percebeu a complexa rede que estrutura a busca pelo poder. De acordo com Hume, ele não deu peso à questão econômica no desenrolar das revoltas e divergências entre as principais famílias em Florença. Afinal, antes de se voltarem contra os Médicis, os Pazzis *vinham, há longo tempo, tentando associar-se a eles e não eliminá-los* (LARAVAILLE, 1988, p. 24).

Tudo parece indicar que Maquiavel tinha pouco conhecimento da estreita relação entre política e o esqueleto econômico de Florença. O silêncio acerca do tema sugere tal afirmação[119], porém é estranho que, conhecendo a história de Florença e, ao

[119] A este respeito, ver, na tese, p. 203, a citação, transcrita, de Maquiavel por DE GRAZIA,

mesmo tempo, suas lutas internas, não tenha percebido o caráter forte da esfera econômica como elemento motriz das disputas das famílias pelo poder, bem como o interesse de outras nações pelas cidades italianas. O domínio político interfere diretamente nas decisões mercantis, obrigando grupos de interesses a buscar associações junto ao poder. A independência financeira e política de Giannozzo Manetti quase o levaram a falência. *Luca Pitti, um dos mais fiéis aliados de Cosimo, "foi quem o arruinou com cobranças de impostos"* (VESPASIANO *apud* MARTINES, 2003, p. 85). Manetti parece ter sido virtuoso e patriótico, mas se recusou a interpretar um papel na trama mediciana. Já a *família Albizzi jogou o jogo e abaixou a cabeça — em parte — até cerca de 1470* (MARTINES, 2003, P. 87). Em uma cidade de homens astutos, os "bons" atores foram aqueles que souberam representar seus papéis. Nesse palco político, a presença dos Albizzi representava uma desvantagem econômica para os Médicis e vice-versa. Portanto, o que Maquiavel denomina como lutas de facções são, em verdade, prélios políticos entre representantes de corporações (como foi o caso do levante Ciompi), tendo como fonte primordial as instâncias econômicas.

O termo "facção" aparece com regularidade nos escritos de Maquiavel e mostra-se de fundamental importância nos textos políticos de Hume. Para Maquiavel, é uma ferramenta conceitual para pensar a ordenação da cidade, à medida que a natureza humana tende para a corrupção, sendo preciso encontrar fórmulas legais para que os homens aliviem seus humores, mas de modo produtivo e a favor da cidade. Em Maquiavel, a denúncia gera conflitos que conduzem ao estabelecimento de regras estruturantes do Estado, ao passo que a calúnia produz a divisão partidária e desrespeito às regras de civilidade. Desse modo, ao discorrer sobre a necessidade da institucionalização benéfica da 'denúncia' pública em prejuízo da calúnia, Maquiavel acredita que os humores precisam estar equilibrados na sociedade, a fim de não promover a formação das facções que estimulam a corrupção e faz com que os homens misturem o público com o privado e, assim, desorganizem a ordem social pela divisão partidária. A "desunião" causa o engrandecimento da pátria, mas a divisão causa a ruína. Portanto, torna-se indispensável entender que

> aos que recebem a guarda da liberdade numa cidade não se pode conferir autoridade mais útil e necessária do que a de poder acusar perante o povo ou qualquer magistrado ou conselho os cidadãos que porventura pecassem de algum modo contra o estado livre [...] nada há que torne mais estável e firme uma república do que ordená-la de

> tal modo que alteração dos humores que a agitam encontre via de desafogo ordenada pelas leis (MAQUIAVEL, 2007, p. 33).

O caminho encontrado, para evitar a ruína de uma cidade livre, repousa em um procedimento institucionalizado pelo Estado da 'acusação' pública, uma vez que precisa estar fundamentado em seu ato, diferente da 'calúnia' que semeia outro sentimento, o *ódio: deste se chegava à divisão, e da divisão às facções; das facções, à ruína* (MAQUIAVEL, 2007, p. 39). No plano lógico, sua ideia fundamenta-se no medo individual de todo cidadão, tanto para aquele que se desvia do cuidado com a coisa pública, quanto daquele que acusa outrem sem embasamentos. Maquiavel apela, assim, para uma espécie de espírito cívico responsável que chega ao limite do refinamento institucional, ao propor a criação de um órgão específico que evitaria a divisão das facções e de interesses e, em partes iguais, das lutas que se originam das inimizades. Em ambos os casos, tais ações resultam na corrupção dos costumes. Maquiavel, portanto, sugere Leis que tentarão dar um tratamento público à relação de interesses diversos dentro da cidade. Por fim, em toda cidade haverá inimizades, como ensinou a história. Episódio envolvendo Coriolano, ao tempo da República Romana, serviu de exemplo:

> Coriolano, inimigo da facção popular, sugeriu que chegara a hora de castigar a plebe e de privá-la da autoridade de que ela se apoderara para prejuízo da nobreza, mantendo-a com fome e não lhe dando trigo: declaração que chegando aos ouvidos do povo, provocou tanta indignação contra Coriolano, que este, ao sair do senado, teria sido morto tumultuariamente, se os tribunos não o tivessem intimado a comparecer diante dos tribunais e defender sua causa (MAQUIAVEL, 2007, p. 33-34).

Quase ao mesmo tempo em que elabora o juízo administrativo das contendas políticas na guarda da liberdade, segue um arquétipo político-pedagógico. Maquiavel introduz, de modo sutil, a figura de Coriolano como exemplo favorável a sua ideia, de que é necessário em toda cidade que desejava evitar sua ruína, instituir um meio legal para a acusação pública. Maquiavel aprofunda a interpretação de como se evitar que se constituam as facções dentro de uma cidade. Além disso, esse mecanismo é estabelecido na esfera pública de modo ordinário. Portanto, ele serve para divulgar certas ordenações do próprio governo, sem recorrer a nenhuma força extraordinária ou externa àquele mando estabelecido, e servindo ainda como instrumento de alívio

para os conflitos sociais, à medida que as pessoas podem *desafogar seu ânimo ordinariamente contra um seu cidadão*... (MAQUIAVEL, 2007, p. 34-35).

Maquiavel considerava a calúnia a fonte de sedição social e, ao mesmo tempo, elemento constitutivo para a formação das facções. Se a acusação tivesse uma função política no exercício do poder, a calúnia funcionaria como uma energia contrária aos interesses da cidade. Talvez, por isso, tenha escrito que:

> [...] um ordenador de uma república deverá ordenar que nela se possa acusar qualquer cidadão, sem medo ou receio algum; e, feito e bem observado isso, deve punir severamente os caluniadores, e estes não podem queixar-se ao serem punidos, visto que há lugares abertos para ouvirem-se as acusações daquele que porventura tenha lançado calúnias pelos lugares de encontro. E, onde essa questão não é bem-ordenada, sempre ocorrem grandes desordens: porque as calúnias irritam, e não castigam os cidadãos; e os irritados pensam em defender-se, odiando mais que temendo as coisas que deles se dizem (MAQUIAVEL, 2007, p. 38-39).

De certo modo, a institucionalização de um fórum privilegiado para a acusação pública funciona a favor dos interesses do governo constituído, além, é claro, de disseminar uma opinião reinante de que cada habitante da cidade tem uma função na garantia da liberdade. Ao mesmo tempo, o ator político receia que ações motivadas em interesse próprio sejam testemunhadas, o que se torna um perigo ao exercício de suas funções, provocando o 'medo' de agir em desacordo com os princípios e as disposições do direito contra a pátria. Para o cidadão, é útil que exista um fórum que receba as denúncias, permitindo 'desafogar' os sentimentos contra o que se considere uma ação ilícita, bem como, evitando-se a polarização em grupos que alimentam do ódio e, assim, tendem a formar facções. O medo desestimulará o indivíduo a acusar sem provas e, por último, servirá aos interesses do Estado, à medida que tudo ocorre segundo um preceito estabelecido, de acordo com as normas, sendo que o uso de medidas extraordinárias traz prejuízos ao bom funcionamento da ordem. Ademais, nesse aparelho estatal, que recebe as acusações, qualquer cidadão poderá manifestar-se na presença de seus pares e sua voz, caso a denúncia tenha fundamento, terá efeitos na sociedade.

Maquiavel propõe um fórum que intensifica a relação entre cidadãos e desencoraja ações de grupos, promovendo um sentimento de interação social homogêneo entre governante e cidadãos, e entre cidadãos, em meio à diversidade

heterogênea das cidades. O fórum funcionaria como símbolo da liberdade e disseminaria a "opinião" de que existe uma íntima relação entre quem exerce o mando e os governados, na qual um exerce a vigília do outro, visando o bem maior que é a pátria. Convém ainda lembrar a função do medo, que provoca o engajamento político na cidade, à medida que há garantias de procedimentos legais instituídos para a acusação e, há, em contrapartida, sanções para aqueles que, simplesmente, lançam calúnias.

Maquiavel sugere medidas que geram a solução de um grave problema da política: a busca dos homens pela satisfação de seus interesses, em detrimento dos interesses dos outros. A solução repousa sobre o medo, visto que este é o componente essencial para a formação do ódio entre os cidadãos e, por decorrência dele, nascem as divisões que, por consequência, engendram as facções e, em seguida, a ruína das cidades. Com efeito, para Maquiavel, o problema da facção é pensado em sua noção de crise, que não sendo bem administrada, causa o conflito que promove a desunião (que tornou Roma livre e poderosa) ou que mal gerida gera a divisão que arruína a cidade e, por conseguinte, ele defende a ideia de que todas as facções são, em princípio, sensíveis à corrupção, à proporção em que elas originam disputas entre desafetos e consolidam inimizades que são inerentes à condição humana. A negativa denomina de *humores malignos*, que precisam ser explicitados. Além disso, Maquiavel pensa que a ideia de um local para denúncia pública arrefeceria o ímpeto de negatividade antes de chegarem às divisões.

De tal modo, a análise de Maquiavel acompanha a ideia de que, por trás das facções, existe uma divisão que foi criada por algum tipo de ódio, provocado pelo medo e pela ausência de leis capazes de findar os conflitos dentro da cidade; não considerando a plêiade de interesses que cada grupo tem por trás da aparente animosidade. Maquiavel crê que o ódio é sempre pernicioso e a explicação de sua existência ou é a deficiência de leis ou, quando elas existem, a omissão de sua aplicabilidade. Assim, ele interpreta os tumultos gerados pela lei agrária em Roma, pois afirma que:

> [...] aquela lei ficou como adormecida até os Gracos; sendo por estes despertada, arruinou inteiramente a liberdade romana; porque encontrou duplicado a poder de seus adversários, e, por essa razão, acendeu-se tanto ódio entre a plebe e o senado que se chegou ao conflito armado e ao derramamento de sangue, fugindo a qualquer modo

> e costume civil. Assim, visto que os magistrados públicos não podiam remediar a situação, e como nenhuma das facções depositasse esperanças neles, recorreu-se aos remédios privados, e cada uma das partes tratou de constituir um cabeça que a defendesse (MAQUIAVEL, 2007, p. 115).

Tibério e Caio Graco tentaram implementar reformas que suscitaram a oposição às medidas destes. Em ambos os casos, existia uma luta intestina pelo poder, visto que Tibério parecia desejar o controle absoluto, mas havia o interesse financeiro, à medida que a terra era uma fonte de riqueza em Roma e, os campos de vinha e oliveira estavam nas mãos dos grandes proprietários. A reforma era uma medida necessária, todavia o Senado que representava, em grande parte, os interesses dos grandes senhores da terra, procurou meios de lograr a proposta de Tibério e, em meio ao conflito armado entre seus seguidores e a aristocracia aliada ao Senado, terminou morto. Caio Graco tentou outras reformas que enfrentaram a aversão do Senado e, da mesma forma, não obteve sucesso. Com a morte deste, formou-se um partido 'democrático' para se opor ao partido *optimates* (do senado) no controle do poder. Tais disputas se intensificaram a ponto de surgirem sedições civis que sem sucesso recorreram à Ditadura de Slla (78 a. C.). Eis o exemplo do recurso à força para dirimir as controvérsias quando as palavras perdem sua função e, ao mesmo tempo, evidenciar que foram os interesses políticos e econômicos os motivos que agravaram as disputas. Harrington, que foi leitor confesso de Maquiavel e divulgador de ideias republicanas, associou o problema político inglês às causas econômicas. Suas observações se concentraram na questão da terra, dando destaque especial à essa. Como leitor dos antigos e do Italiano, ele propõe um limite à propriedade, uma lei agrária tal como foi pensada na época dos Gracos. Ainda que não seja tão incisivo sobre o aspecto econômico e não esteja se dirigindo contra o Florentino, Hume ataca a proposta de reforma agrária de Harrington, naquilo que idealiza de uma república perfeita, com o seguinte argumento:

> [...] a sua lei agrária é inviável na prática; os homens logo descobririam a arte, praticada na ROMA antiga, de ocultar seus bens sob o nome de outras pessoas, até que por fim este abuso se tornaria tão generalizado que até mesmo a aparência de um controle desapareceria (HUME, 2004, p. 724).

A crítica de Hume baseia-se na ideia de que os homens sempre procuram um caminho para assegurar suas posses, o que demonstra que fez uma leitura dos Gracos, e considerou o elemento econômico da disputa. É significativo o fato de que o nome de Maquiavel esteja presente no mesmo parágrafo em que o Escocês escreveu o comentário sobre os Gracos e a Lei Agrária. A ressalva de Maquiavel aos Gracos parece se fundar na atitude daqueles em 'despertar' uma antiga lei, que gerou o 'ódio' entre os romanos, provocando a formação das facções. De fato existia uma luta entre aqueles que desejavam a distribuição das terras (fonte de riqueza) e aqueles grandes latifundiários que não ambicionavam perder suas prerrogativas. Deste modo, a preocupação de Maquiavel reside no uso "dos remédios privados". Silla destituiu Mario e extinguiu os direitos dos Tribunos da Plebe e programou reformas, o que permitiu a ascensão de Júlio César. Este buscou a glória pessoal e permitiu, segundo Maquiavel, que a corrupção fosse disseminada em Roma, provocando-lhe a ruína e o fim da república. Além disso, é difícil conceber que esta aproximação com Harrington não lhe tenha estimulado a ler Maquiavel e, assim, soube edificar seu pensamento em meio ao conhecimento da história romana, ao comentário de Maquiavel e a proposta de Harrington. Do mesmo modo, a especulação do Florentino reunia uma série de considerações acerca do conflito interno que deve ter lhe sido útil pensar sobre o tema a partir dos escritos de Maquiavel.

O Fórum para denúncia, por exemplo, era um expediente para manter o equilíbrio dentro das cidades. Não se trata de uma norma insuspeita, mas acreditar que o local para a acusação é útil à administração das cidades, bem como um auxílio no comando da coisa pública. E, de fato, pode-se perceber o que está por trás de tudo na concepção do secretário Florentino: a ausência e a inaplicação das leis. Sem dúvidas, Maquiavel, ao escrever sobre ordenações da lei, leva em conta somente leis que sejam viáveis às circunstâncias e às necessidades do exercício do mando, todavia, acima de tudo, leis que evitem o uso dos remédios privados, pois esses, em geral, terminam com derramamento de sangue.

É bem provável que a reflexão sobre "facção," deve ter sido uma dívida de Hume com Maquiavel, embora o tema não seja novo, mas porque ele traçou considerações que permitiram a Hume "explorar" um pouco mais. Sem embargo, eles tinham a mesma imagem de que a estrutura humana foi sempre a mesma, o que permitiria conceber um raciocínio de que em política os homens mantêm uma

considerável regularidade em suas ações perante situações parecidas. Assim, seria conveniente fazer uma descrição do uso desse conceito pelo filósofo, de modo a inferir se esse mesmo vocábulo sofreu algum tipo de influência de Maquiavel. Hume (2004, p. 77), à beira da morte, escreveu: *julgava eu, as representações falsas das facções*, entretanto o que seriam estas *falsas representações*? Tudo parece indicar que seja um sentimento pessoal que impulsiona as ações humanas, acrescidas da ausência de moderação e vinculação imediata a uma causa sem a devida reflexão do fato. Ele tinha recém lançado a **História da Inglaterra**, baseando, acreditava assim, tão somente nos fatos ocorridos daquela nação, sem se preocupar com os interesses daqueles que ocupavam o poder no presente. Sua surpresa foi grande ao descobrir que todos[120] estavam descontentes com o primeiro volume. Não se tratava de um juízo discutido, mas sim, fruto de uma leitura precipitada. A obra de Hume tornou clara que as animosidades ainda estavam latentes. As lágrimas humenas eram interpretadas de diversos modos, porém, sem o uso da razão.

As facções em Maquiavel nascem da divisão, mas esta é consequência das disposições humanas em procurar tão somente seus interesses particulares em detrimento do interesse público. A obra, na interpretação do autor, tinha uma função pública. No entanto, como não atendia aos interesses daqueles que governavam e, tampouco, apoiavam as reivindicações daqueles que tinham perdido o poder, foi negligenciada em virtude do conflito que dividia a Inglaterra e que ele sempre criticara em seus **Ensaios**.

O interesse de Hume pelas facções sugere que a origem de sua problematização deve ser oriunda das questões inglesas e escocesas do seu tempo. De outra forma, a fonte na qual investiga e pondera sua reflexão sobre o tema, antes de ganhar os contornos próprios da sua época, parece ser fruto da leitura de Maquiavel. É bem provável que Hume utilize os conceitos de Maquiavel para refletir a problemática da política inglesa, pois o pensamento político do Florentino revela o conflito como elemento decorrente da disputa pelo poder. Contudo, ao recorrer ao Florentino e relacionar o conceito dele a seu tempo, Hume deve ter percebido que só é possível dar conta de uma parte. Por isso, é revelador Hume escrever:

---

[120] *Ingleses, escoceses e irlandeses; Whigs e Tories, membros do clero e do parlamento, livres pensadores e religiosos, patriotas e cortesãos uniram-se na sua raiva contra o homem que tivera a pretensão de derramar uma lágrima generosa pelo destino de Charles I e pelo Conde de Strafford; e, depois que passaram essas primeiras ebulições de fúria, o livro pareceu cair no esquecimento, o que foi ainda mais mortificante* (HUME, 2004, p. 77).

> [...] as facções pessoais parecem com mais facilidade nas pequenas repúblicas. Qualquer disputa doméstica, aqui, se transforma numa questão de estado. O amor, a vaidade, a emulação, qualquer paixão, bem como a ambição e o ressentimento, podem originar uma divisão. Os NERI e os BIANCHI, de FLORENÇA, os FREGOSI e os ADORNI, de GÊNOVA, os COLONESI e os ORSINI, da ROMA moderna, foram partidos desse tipo (HUME, 2004, p. 157).

O estilo de Hume é direto e, ao mesmo tempo, faz fronteira com o universo que forneceu as ferramentas históricas a Maquiavel. A leitura dos **Ensaios** mostra que Hume conheceu profundamente os escritos de Maquiavel e o cenário florentino. Ademais, seu próprio conceito de facção parece que tem algum tipo de relação com o conceito do outro. Hume parece estar em sintonia com Maquiavel nesse ponto, pois sabe que o pensamento político tem uma história. Na Inglaterra, a partir do reinado de Charles I, floresceram as facções, mas elas sempre existiram. Recorrer a Maquiavel deve ter sido um expediente necessário, à medida que ele edifica seus escritos em uma tentativa de invocar a moderação dos partidos, demonstrando o quão absurdas são suas doutrinas e seus princípios sem a tutela da autoridade.

> he wanted to make an impact on that debate, which meant addressing the ideological stances of Whig/Tory, even if only to persuade each of them that their views were obsolete. If the juxtaposition of Court/Country and Whig/Tory spelt confusion, Hume was forced to thread his way through the maze as best he could (MILLER, 1981, p. 163).

De acordo com Miller, a intenção de Hume era promover uma discussão dos princípios desses partidos. Foi necessário, contudo, desembaraçar a teia complexa (disentagle the complex web) em que os interesses se misturavam com a atividade política. A divisão partidária era o principal problema inglês e os escritos de Maquiavel já tinham colocado esse tema como uma questão de Estado. Esta afirmação é um bom argumento para dizer o mínimo, que Hume deve ter encontrado no secretário Florentino, um interlocutor privilegiado. Hume quase que coloca o leitor diante de sua fonte de consulta, mas se nega a divulgá-la. Por que este expediente? Talvez porque não tenha a intenção de mencionar qualquer aproximação com Maquiavel. Esta é a razão pela qual ele deve ter começado com a mesma interpretação que Maquiavel tinha das "facções", ou seja, elas são nocivas às cidades e têm sua ascendência em

alguma inimizade que, com regularidade, tem uma origem aparvalhada em muitos casos. Afinal, Hume escreve: "qualquer disputa". Não se trata de descobrir quais são os interesses maiores por trás delas, mas com razão mencionar que podem ser somente uma briga, rixa ou contenda, como explicou Maquiavel.

Não obstante, uma leitura sobre a mesma passagem demonstra que o secretário Escocês escolhe de propósito o exemplo das facções italianas para referendar sua posição sobre o tema e mais, a primeira contenda de família a ser citada foi a dos Neri e os Bianchi de Florença. Tal escolha parece não ser aleatória, mas sim a opção de um intérprete da história dos fatos políticos que recebe a extensão da leitura de Maquiavel, porém, como tem um temperamento avesso às indisposições sociais, evita pôr o nome de sua fonte, apesar de, no entanto, deixar uma pista significativa dela. O que continua sendo uma prova indireta de que Hume pensa em Maquiavel quando reflete e escreve sobre o assunto das "facções", e que suas posições políticas, em um primeiro diagnóstico sobre essas mesmas facções, caminham de forma justificável com as de Maquiavel. A verdade é que Hume entende as facções em dois níveis: as *Pessoais* e as *Reais*. Seus membros são recrutados em torno de interesses singulares, pois o objetivo de uma facção é aglutinar pessoas solidárias, a fim de lograr êxitos em suas reivindicações. Em torno destas ambições, estruturaram-se os partidos ingleses, em uma clara tentativa de conquistar o poder.

> os *tories* encontravam apoio no interior, por exemplo, entre os párocos anglicanos, e entre os professores primários, e acima de tudo entre os grandes senhores de terra. Os *whigs* encontravam apoio principalmente entre pessoas como o pregador inconformista (quando havia), o agente de correio, o ferreiro, o alfaiate, o cordoeiro – isto é, os artesãos que podiam disseminar a influência política porque podiam conversar com as pessoas mais frequentemente. Na cidade, os partidos diferiam, seja devido à economia, seja devido à religião ou simplesmente segundo as opiniões partidárias difundidas entre as famílias (WEBER, 1982, p. 126).

Independente das origens dos membros, o que mais preocupava Hume era a falta do dever cívico dos parlamentares. Da mesma forma que Maquiavel condenava o homem sem espírito público, Hume (2004, p. 196) afirma que: *um homem* [que] *nega a sinceridade de todo espírito público ou qualquer afeição por um país ou comunidade, eu não sei o que pensar sobre ele.* Trata-se do *amor patriae,* um ponto de vista semelhante à glória da pátria para o Florentino, presente em **Arte da Guerra** e nos **Discorsi**.

Poder-se-ia contestar tal leitura, porém é preciso realizar um esforço para negá-la por completo de sua plausibilidade. Parece que Hume complementa aquilo que passou despercebido por Maquiavel, pois este considerou apenas o tema como uma espécie de balança na qual ficam de um lado os aliados e no outro, os adversários[121]. Assim, o secretário Florentino entendeu os "interesses" das facções como pessoas unidas pelos mesmos sentimentos, tanto no amor como no ódio. O leitor deve acautelar-se e, do mesmo modo, lembrar que Hume admite certo grau de concordância com esta tese de Maquiavel. O conflito, nessa esfera, parece se modelar nas *pequenas repúblicas*, conforme admite Hume, em determinado momento, embora o mesmo faça críticas profundas à forma facciosa assumida pelos partidos ingleses em seu tempo.

É por essa razão que, a reflexão de Maquiavel sobre as facções, deve ter levado Hume a considerar que elas não foram de maneira satisfatória interpretadas e exploradas pelo Florentino e, de igual modo, por limitar esse escólio somente associado ao "Sentimento" de uma mera rivalidade que foi gerada, de algum modo, por cobiça, vantagem pessoal, simpatia, resultando na ruína das cidades, ao se deixar instalar a corrupção. Talvez, este esquema de representação foi o que tenha lhe permitido pensar e redigir um expediente do duque Valentino com a seguinte passagem de o **Príncipe**: *e a primeira coisa que fez foi enfraquecer as facções dos Orsini e Colonna em Roma* (MAQUIAVEL, 1991, p. 29). Ele não faz nenhuma menção ao fato de que o poder político foi diversas vezes utilizado para angariar vantagens nas disputas comerciais, tanto que Cosimo, após seu retorno, expulsou os Albizzis e, lentamente, foram retirados todos aqueles que representavam algum tipo de perigo a sua posição social e econômica:

> [...] ao cabo de poucos anos o partido dos Medici estava tão firmemente arraigado – embora não muito coeso – e de tal modo identificado com os interesses de Florença como um todo que Cosimo não precisou mais calar as vozes da oposição. Os únicos que ocasionalmente podiam expressar preocupação sobre seu crescente poder eram Neri Capponi, republicano antiquado e ferrenho, e Giannozzo Maneti, mercador rico e instruído que com frequência se via incumbido de missões diplomáticas. Nenhum deles, porém, tinha o apoio de um partido e logo ambos saíram de cena: Capponi morreu em 1455, e Manetti transferiu-se para Nápoles, alegando que os pesados impostos sobre sua fortuna o arruinaram (HIBBERT, 1993, p. 51).

[121] A quantidade de interesses envolvidos na Revolução que culminou na morte de Charles I permitiu a Hume verificar que as contendas não são simples, abarcam diferenças conflitantes irreconciliáveis.

Cosimo, ao se instalar de modo indireto na administração da "Signoria", foi organizando os negócios da cidade de acordo com seus interesses, de modo que a balança de poder em Florença estava vinculada aos desejos desse rei que governava uma república. De certo modo, ele era o líder que controlava a maioria, à medida que os representantes das instâncias administrativas não eram os verdadeiros mandatários. Suas decisões estavam condicionadas à posição de Cosimo. Não obstante ao comentário de Hibbert, Larivaille pontua que a *oposição renasce incessantemente no seio da própria oligarquia*, o que confirma a ideia anterior de que a luta naquela cidade tinha como mote principal o controle comercial daquele importante centro europeu. E o conflito interno se intensificou diante da iminente morte de Cosimo. Para Larivaille (1988, p. 22), *Cosme é forçado a inventar, ano após ano, por vezes dia após dia, novos estratagemas* para defender sua proeminência política e econômica. Entre seus recursos estão:

> progressiva elevação aos mais altos cargos de gente do baixo estrato social que lhe devem tudo e lhe são inteiramente devotados; submissão de rivais incômodos através de um controle fiscal minucioso; convocação, de acordo com as circunstâncias de assembléias populares para aprovar a criação da "balia" que permitam a retomada do controle da situação; criação de novos conselhos: excepcionais, como os Grandes Conselhos (Consigli Maggiori), instituídos em 1438 e em 1443 com duração de três e cinco anos, e permanentes, como o Conselho dos Cem (Consiglio Del Cento) (LARIVAILLE, 1988, p. 22).

Os recursos utilizados por Cosimo visam legitimar a natureza do seu mando e, ao mesmo tempo, impor suas deliberações pessoais sobre as resoluções comerciais de Florença. Não se trata de uma simples vontade (psicológica) de poder, mas sim o desejo de uma autoridade que usa o aparelho administrativo para eliminar seus concorrentes e, de modo igual, provocar uma sintonia de interesses comerciais entre os seus e os da cidade.

Segundo Hume (2004, p. 156), as facções são prejudiciais ao Estado à medida que são *opostas à das leis*. Provocam animosidade entre cidadãos e com o tempo causam *a dissolução total do governo*. Onde existem facções, homens de valor e patriotas não têm a estima reconhecida, como foi o exemplo de Giannozzo Manetti (1396-1459). A sociedade existe para que os homens possam oferecer *proteção e*

assistência mútua. A variação do espírito dos homens, advinda de situações diversas, está ilustrada em Maquiavel no comentário em que a *virtù* dos homens raros sempre é esquecida nas repúblicas. De acordo com Maquiavel (2007, p. 377-378), *quando o cidadão, negligenciado e virtuoso, for vingativo e tiver na cidade alguma reputação e partidários*, ele pode introduzir na cidade alguma desordem que pode, às vezes, prejudicar seriamente a paz. Maquiavel deixa nas entrelinhas que a falta de apreço a um cidadão valoroso e, de igual valor, seu sentimento de ser, para a cidade, objeto de desprezo a si próprio, pode levá-lo a aviltar-se contra sua própria cidade. Desse modo, ele pode iniciar uma contenda com os seus próximos a ponto de formar uma facção. É importante lembrar que toda facção em Maquiavel é nociva, porque ela permite a implantação da corrupção, levando a cidade à ruína. Além disso, para o secretário Florentino (2007, p. 406), uma ordenação não se faz sem levar em alta conta os homens de virtude, pois *sem os cidadãos bem reputados, as repúblicas não podem manter-se nem bem governar-se*. Cada vez mais nítido se apresenta o conceito de "facção" em Maquiavel e, ao mesmo tempo, percebe-se a importância que ele atribui à fundação, nas cidades, de instituições destinadas à acusação pública e, não menos também, minar qualquer espécie de calúnia, visto que, segundo ele, esta última traz o desmoronamento, enquanto promove a ordenação da cidade. Maquiavel, escreve em sua conclusão sobre o tema:

> [...] no modo público, o cidadão, aconselhando bem e agindo melhor em prol do bem comum, granjeia reputação. A essa honra os cidadãos devem encontrar todos os caminhos abertos, oferecendo-se prêmios aos conselhos e às obras, para que com eles se obtenham honra e satisfação. E, quando for pura e simples, a reputação ganha por tais vias nunca será perigosa, mas, quando for ganha por vias privadas – o outro modo de que falamos –, será perigosíssima e de toda nociva. As vias privadas consistem em fazer benefícios a este e àquele, emprestar-lhe dinheiro, casar suas filhas, defendê-los dos magistrados, prestando favores privados semelhantes, que fazem partidários e estimulam os que são assim favorecidos a corromper o público e enfraquecer as leis. A república bem-ordenada deve, portanto, abrir caminhos, como dissemos, a quem busca favores por vias públicas e fechá-los a quem os busca por vias privadas (MAQUIAVEL, 2007, p. 406-407).

Maquiavel convida à leitura das entrelinhas, pois é preciso examinar o modo como os homens conseguem sua reputação, como no exemplo de Roma e dos resultados obtidos com tais medidas. Esta ideia tinha causado uma forte impressão no secretário Florentino e, além disso, estimulado na decisão irredutível de que tais

mecanismos eram fundamentais para a boa ordenação de uma cidade. Pondo de lado o sentimento do filósofo, nessa passagem, encontra-se o conceito de Maquiavel condicionado a uma espécie de sensibilidade do sujeito que o leva a se comover com facilidade nas disputas pessoais, chegando mesmo, em alguns casos, a uma extrema sensibilização, que soa estranho. Talvez, por isso, Hume (2004, p. 157) tenha defendido, em primeira mão, que *as facções podem ser divididas em PESSOAIS e REAIS*, mas que não é difícil nelas se emaranhar.

Embora Hume concordasse com Maquiavel que as facções nascem do interesse e ou da participação que alguém tem em alguma coisa, ele reflete, com seriedade, sobre o tema e chega a escrever um ensaio que se intitula **Dos partidos em Geral** (HUME, 2004), no qual se percebe um possível debate com Maquiavel acerca das facções.

Não deixa de ser surpreendente que o início da redação do ensaio (HUME, 2004, p. 155) tenha uma relação muito estreita com Maquiavel. Não basta dizer que são constatações em estilo, mas até de conteúdo. Logo, é na perspectiva do tema e do estilo que se sente o impulso e uma possível influência que o "Old Nick[122]" exerceu sobre o secretário Escocês. Mas, acima de tudo, é em torno do tema que se pode perceber a afetividade entre eles, em uma espécie de complementaridade de Hume em suplementar os encadeamentos de Maquiavel sobre o tema. A analogia linguística se caracteriza do início ao término do ensaio; todavia, é notória a maneira de utilizar o recurso histórico para complementar o raciocínio sobre as facções e, do mesmo modo, a descontextualização de uma narrativa com seu uso restrito a um determinado momento.

[122] Nota-se uma vontade de relacionar Maquiavel às imagens da perfídia, da astúcia e de coisas relacionadas ao mal e demoníaco, neste caso, foi fácil transferir a imagem do Diabo para o que ficou conhecido também por este preposto, principalmente no teatro do século XVII.

7 As facções e as formas de governo: origem e desdobramentos

> The pulverisation of party into factions, of whig and tory into proprietary groups, quickly became a common topic of political conversation. Horace Walpole, the era's greatest gossip, was soon circulating the current political *bon mot*. Plagiarising a parliamentary speech of Bamber Gascoigne, Walpole claimed it as his own: '*I have a maxim, that the extinction of party is the origin of faction*'. This development was greeted with considerable anxiety, and many came to attribute the instability of the 1760s to the absence of a traditional binary political division. Reluctantly, contemporaries came to accept factionalised politics as an inevitable, if highly unpalatable fact of political life (BREWER, 2008, p. 44).

Um estudo acurado do cenário político inglês revelará que a disputa política entre os partidos ainda era uma questão crucial na era de George III. Muitos historiadores afirmam que a proscrição dos velhos pretendentes Stuarts trouxe um contexto de tranquilidade política, levando ao desaparecimento definitivo dos jacobitas, o que representou uma vantagem pessoal para o rei.

Todavia, as palavras de Brewer apenas confirmam que as preocupações de Hume ainda eram pertinentes. A derrocada dos Whigs a partir de 1760, bem como a ascensão de George III não alterou de modo significativo o ambiente político. Historiadores acreditam que a principal mudança foi o comportamento pessoal do monarca em controlar pessoalmente o parlamento pela velha técnica da patronagem. Como afirma Morton (1970, p. 269), [George] *procurou, então, tornar-se "o primeiro, na Inglaterra, entre os mestres do cambalacho político e da cabala de votos"*. Desse modo, coube ao monarca utilizar as benesses do aparelho estatal para comprar as consciências dos parlamentares. E George abusou deste expediente. Quando os Whigs foram postos ao lado de fora da máquina e do recurso que inventaram, seus líderes de imediato tentaram se objetar a prática que eles manipularam por meio século. Os Tories passaram depressa a formar a base do governo. Depois que as lideranças perderam o prestígio, os velhos *seguidores* [Whigs] *cedo desertaram para o lado onde a bolsa era mais recheada* (MORTON, 1970, p. 270). É verdade que muitos não foram contemplados por diversas razões, o que permitiu um florescimento de vários grupos que em comum eram chamados de Whigs.

George III recebeu a coroa em um momento singular, mas Woodward não era bastante sensato nem esperto. O que poderia reafirmar a posição de Hume de que os

reis ingleses bons eram poucos. Este tipo de leitura que clama por eficiência administrativa parece ter alguma coisa em comum com o conceito de *virtù* de Maquiavel. A questão central é que a Inglaterra de Hume convivia com o drama de partidos políticos, sociedades particulares que visavam um fim deliberado: a conquista do poder político. Neste ambiente de humores alterados (o deslocamento de pessoas para dentro e fora do poder), a discórdia era o resultado esperado. No excesso desta, surge a facção, que incentiva as lutas intestinas que tendem a minar a unidade nacional. Bobbio[123] as compara *às filhas de Pélias, rei de Tessália, as quais, para devolver a juventude ao velho pai, sob o conselho de Médeia, cortam-no em pedaços e colocam-no para cozinhar, esperando inutilmente que retorne são e salvo*. Este olhar no seio da facção permite visualizá-lo como um conjugado de sociedades, uma afluência de homens desejosos de ganho.

A interpretação do conceito de facção em Maquiavel foi, decerto, influenciada pela leitura dos escritos dos grandes historiados, ainda que não seja mencionada em seus trabalhos tal relação. Tal mediação pode ter sido o caminho que levou Hume ao tema. Tucídides, por exemplo, ao tentar encontrar uma explicação para a instabilidade do povoamento na Hélade, menciona que as migrações foram fundamentais para que isso acontecesse, em detrimento do medo causado por invasões de tribos mais numerosas, que faziam com que os habitantes não tivessem excedentes de víveres para o saque e nem sequer como reserva estratégica, ou para as trocas comerciais. A terra ocupada era, de fato, o expediente mais estimável, assim como o elemento que provocava as mudanças dos habitantes por causa da pretensão dos estrangeiros. No entanto, ele chama atenção para um detalhe importante sobre tais terras:

> [...] os recursos mais consideráveis que se acumularam em algumas regiões em decorrência da fertilidade de suas terras ocasionaram divergências internas que as arruinaram e, ao mesmo tempo, as tornaram mais expostas à cobiça de tribos alienígenas. A Ática, sem dúvida, esteve livre de disputas locais, graças à aridez de seu solo, e portanto foi habitada sempre pela mesma gente desde épocas remotas (TUCÍDIDES, 1987, I, 2, p. 19).

Os escritores do Renascimento se dedicaram em estudar as antigas civilizações greco-romanas e, desse modo, promover a grande revolução na mentalidade do

[123] Conferência de Norberto Bobbio transcrita do Jornal da Tarde. São Paulo, 14/10/2000. Disponível no site: http://www.academia.org.br/abl/media/memoria14.pdf

homem moderno. Tucídides foi, com certeza, uma fonte de consulta do Florentino. A noção de conflito interno mostra-se como um obstáculo na construção de um empreendimento, naquele caso, o assentamento daquele povo, mas foi também um elemento que deixava o grupo à disposição de outras tribos. Além do mais, o próprio grego afirma que muito tempo após a guerra de Tróia, a Hélade ainda enfrentava problemas, devido aos confrontos internos:

> [...] também começaram a urgir dissidências generalizadas nas cidades e, consequentemente, habitantes de muitas delas foram exilados e fundaram novas cidades. Os atuais bócios, por exemplo, foram expulsos de Arne pelos tessálios sessenta anos após a captura de Ílion e se fixaram na região agora chamada Beócia, mas anteriormente Cadmeis; somente um pequeno número deles habitava aquela terra antes, e de lá saíram os poucos participantes na expedição contra Ílion. Os dórios, também, ocuparam o Peloponeso oitenta anos após a guerra, juntamente com os heráclidas (TUCÍDIDES, 1987, I, 11, p. 24).

Tucídides tenta explicar as causas da guerra do Peloponeso como um marco da história, porém, de algum modo, deixa latente a ideia de conflito interno como algo parecido com as lutas entre facções. Tucídides narra a incursão dos siracusanos, ao lado dos lócrios, pretendendo tomar a cidade de Messene, cada qual por seus motivos, mas em especial pelo "ódio" dos lócrios aos régios. Ele elabora o seguinte raciocínio:

> [...] a cidade de Régio estava dividida havia muito entre facções opostas e lhe seria impossível, naquelas circunstâncias, resistir aos lócrios, o que era uma razão a mais para estes a atacarem (TUCÍDIDES, 1987, IV, 1, p. 184).
>
> [...] sob o comando de Plistoânax filho de Pausânias e rei dos lacedemônios, realizaram uma expedição com todas as suas forças ao território dos parrásios da Arcádia, que eram súditos de Mantinéia. Haviam sido chamados pelos parráios por causa de uma divergência entre facções locais, e pretendiam demolir, se fosse possível, o forte de Cipsela, situado em território parrásio, que os mantineus haviam construído e guarnecido para ameaçar a Cirítida, na Lacônia (TUCÍDIDES, 1987, V, 33, p. 258).

Este relato de Tucídides evidencia que a desunião entre os cidadãos facilita a invasão inimiga. Para Maquiavel, as facções representam a ruína e a corrupção do ordenamento das cidades e as deixa suscetível às invasões por causa da fragilidade. A exposição descrita por Tucídides demonstra o risco à ameaça externa, proveniente da instabilidade política. As divergências políticas que geram facções debilitam a

organização interna, o que facilita oportunidades para os adversários de uma cidade ou Estado. De maneira natural, outras causas contribuem para a ruína do Estado, porém, nada parece ser mais nocivo do que a formação de facções, em especial, aquelas baseadas na mera hostilidade entre os membros adversários. Outros autores antigos já tinham percebido esse detalhe, mas foi somente na Renascença que o tema ganhou uma atenção mais delicada. Depois do Florentino, coube a Hume observar o fenômeno e dedicar, também, algumas linhas à questão. Sem embargo, tudo sugere, pelo estilo, exemplos e desenvolvimento do raciocínio que o Escocês foi motivado pela leitura dos textos antigos e modernos. Maquiavel decerto pensa o tema na linha dos clássicos, tendo os escritos de Lívio em proeminência. De um modo ou de outro, parece que a ideia de Tucídides não era tão estranha à compreensão, e será retomada pelo secretário Florentino.

Em Políbios encontram-se traços significativos do problema. A questão, talvez, se é legítimo pressupor a influência de Políbios sobre Maquiavel, a partir do fato de que Políbios não é mencionado pelo Italiano. Não obstante, ainda assim é possível perceber algum tipo de autoridade do antigo sobre Maquiavel. O conceito de facção é, por exemplo, associado à ideia de que conflitos internos causam prejuízos à segurança das cidades. Os homens deixam de lado seus sentimentos de amor à pátria e desenvolvem a animosidade. Buscam seus interesses imediatos, descuidam das obrigações citadinas e, por conseguinte, abrem os portões à inveja, ao medo e ao ressentimento que, de maneira inevitável, levarão a cidade à ruína, como foi descrita pelo historiador:

> [...] os cinaiteus, que são arcádios, estavam sendo molestados havia muito tempo por uma interminável e áspera luta entre facções locais; tinham ocorrido sucessivos massacres, expulsões, roubos de bens, confiscos de terra, e agora finalmente o partido aqueu dominava a situação e estava de posse da cidade, apoiado por uma guarnição incumbida de defender a muralha e por um governador militar mandado pelos aqueus. A situação era essa quando pouco antes da chegada dos etólios, diante de reiteradas mensagens enviadas pelos exilados aos habitantes da cidade, incitando-os a reconciliar-se e permitir-lhes o regresso, o partido no poder despachou emissários à CONFEDERAÇÃO Aquéia, manifestando o desejo de que a reconciliação se fizesse com o consentimento da mesma. Os aqueus concordaram prontamente, pois estavam certos de poder ganhar dessa maneira a boa vontade de ambas as facções, já os senhores da cidade depositavam neles todas as suas esperanças, e os exilados de volta ficar-lhes-iam devendo o seu regresso em segurança. Consequentemente os cinaiteus dispensaram a guarnição e o

> comandante militar da cidade, e chamaram de volta os exilados, em número de aproximadamente trezentos, obtendo deles os juramentos de fidelidade geralmente considerados mais firmes entre os homens. Entretanto esses cidadãos repatriados, embora não tivessem qualquer causa ou pretexto a alegar após o retorno que lhes permitisse levantar suspeitas de outras dissensões iminentes, apenas por estarem de volta, desde o momento mesmo de seu regresso começaram a conspirar contra a sua cidade e seus próprios salvadores. Parece-me até que no momento exato de se comprometerem mutuamente mediante juramentos solenes, ratificados por sacrifícios, eles já estavam maquinando em suas mentes o plano ímpio de faltar à fé jurada perante os deuses e os homens que confiaram neles. De fato, mal haviam voltado a participar do governo eles começaram a dirigir apelos aos etólios e a oferecer-se para entregar-lhes a cidade à traição, adotando as medidas mais rápidas e seguras para levarem a destruição àqueles a quem deviam a sua salvação e à cidade que os havia criado (POLÍBIOS, 1985, IV, 17, p. 234-235).

Para Políbios, as lutas entre facções motivaram um grupo a conspirar contra a pátria. Não se deve esquecer que Hume aceita tal tipo de raciocínio. Ele, aliás, transcreve sua assertiva a partir da análise de Guicciardini (HUME, 2001, p. 413). Talvez, o florentino tenha tido sua inspiração em Políbios, mas o que importa é que Hume transita nos conceitos dos italianos. Maquiavel não cita Políbios entre seus escritos[124], mas esta passagem contém muitos elementos que estão presentes nos trabalhos do Florentino. Em primeiro lugar, percebe-se a ideia de ruína conectada à corrupção dos valores daqueles homens. Além disso, este trecho apresenta, nas entrelinhas, uma ideia que será importante para o Florentino: nunca confiar o destino àqueles que por eles foram ofendidos. A eleição de Júlio II a Papa da Igreja de Roma resultou na ruína de César Bórgia, que não calculou, devido às sequelas da doença, o que implicaria o sucesso do Cardeal de San Pietro. De acordo com o Florentino (1991, p. 32): *engana-se quem acreditar que nas grandes personagens os novos benefícios fazem esquecer as antigas injúrias*.

Ocorreu em Florença, segundo Maquiavel (1998, p. 88-89), que Messer Buondelmente, líder familiar, comprometeu-se com uma jovem da família Amidei e depois a preteriu por outra da família Donati. A ofensa, segundo Maquiavel, ocasionou a morte desse jovem e, ao mesmo tempo, levou as famílias a se digladiarem por muitos anos. Em Florença existia uma enorme rede de alianças, sendo as familiares as mais fortes devido ao sangue; o casamento era um instrumento político. A troca de noiva

[124] A **Arte da guerra**, talvez, seja o escrito que mais recorreu a Políbios e não há nenhuma menção direta ao nome do historiador. No entanto, em diversos trechos deste livro pode-se sentir que Políbios foi consultado na escrita desta obra.

deve ter sido o fim da aliança entre as famílias. Ao mesmo tempo, a rede de consórcios entrou em cena. Os Ubertis estavam ligados aos Amideis e, segundo o Florentino, providencio-se o homicídio de Buondelmonte. Após o assassinato, a contextura de alianças dividiu toda Florença. E como nenhuma das famílias conseguiu vencer a outra, a luta durou anos. De acordo com Maquiavel, qualquer incidente entre as famílias reacendia as discórdias. Políbios, com seu comentário, antecipou, em grande parte, as reflexões de Maquiavel sobre o papel das facções no interior das cidades. Evidentemente que o Florentino não nega as lutas intestinas pelo poder e, sobretudo, sobre a vista do governante que deve extirpá-la com medidas rápidas.

Segundo Tito Lívio, os senadores romanos que desejariam que seus interesses prevalecessem sobre o povo ficaram muito apreensivos quando Próculo Júlio fez o seguinte discurso:

> [...] romanos, Rômulo, pai de nossa cidade, desceu subitamente do céu esta manhã, ao romper de nossa cidade, e apareceu diante de mim. Como eu permanecesse imóvel, cheio de medo e respeito, pedindo-lhe a graça de poder ver-lhe o rosto, ele me disse: 'Vá e anuncie aos romanos que é vontade dos céus que minha Roma se transforme em capital do mundo. Que eles pratiquem portanto a arte militar. Que aprendam e ensinem a seus filhos que nenhum poder humano pode resistir às armas romanas!' E concluiu: 'Depois de pronunciar essas elevou-se nos ares e desapareceu' (TITO LÍVIO, 1989, I, 16, p. 42).

Ainda que incipiente, Tito Lívio introduz a ideia de facção como luta de interesses menores que desconsidera os valores mais altos: o engrandecimento da pátria. Do mesmo modo que os demais, Tito Lívio utiliza o argumento da discórdia interna resultante das facções, para que inimigo possa aproveitar-se da fragilidade política e militar, facilitando a dominação de um povo pelo outro, como no caso que se segue:

> [...] uma dissensão entre os partidários da guerra e os da paz eclodiu entre os sabinos, proporcionando aos romanos um aumento de forças. Ato Clauso, que mais tarde tomou em Roma o nome de Ápio Cláudio, chefe do partido da paz, pressionado pelos partidários da guerra e incapaz de fazer-lhes frente, abandonou Regilo seguido por uma grande comitiva de clientes e refugiou-se em Roma (TITO LÍVIO, 1989, II, 16, p. 127).

Este trecho indica que o tema da facção estava presente nos antigos e é notória a semelhança de conceitos entre os historiadores e a pena do Florentino. Maquiavel

leu sobre as dissensões no Senado descritas por Tito Lívio. Os eventos narrados demonstram o que acontece na cidade que sofre da corrupção dos costumes, e da divisão em grupos de interesses. Devido aos negócios particulares, a desunião distorce os princípios da república, como foi com Ápio Cláudio, Virgínio e de Lárcio:

> [...] a opinião de Virgínio parecia mais moderada e equidistante dos dois extremos, mas o espírito partidário e o respeito aos interesses privados, que sempre prejudicam e prejudicarão o bem público, deram a vitória a Ápio e quase o elegeram ditador, o que teria indisposto irremediavelmente a plebe num momento de tensão interna, quando volscos, équos e sabinos estavam em preparativos de guerra (TITO LÍVIO, 1989, II, 30, p. 146).

Tito Lívio foi o historiador antigo que Maquiavel parece ter mais conhecido e foi o único por ele comentado. O escritor deixou à posterioridade a opinião de que as disputas internas quando não são bem-administradas são a fonte de ruína das cidades. Aliás, ele deixa outra marca desta interpretação quando levanta a suspeita de que a guerra civil que aconteceu na Ardéia teve sua *causa e o início* nos conflitos das facções, o que reitera seu raciocínio anterior: *que sempre foram e serão mais funestas do que as guerras no exterior*, além de enfatizar que elas são bem piores do que todos os males da *fome ou a peste e os demais flagelos que recaem sobre um povo e o levam a atribuí-los à cólera dos deuses* (TITO LÍVIO, 1989, IV, 9, p. 312). Sem dúvida, Maquiavel acolheu estas palavras e formou seu conceito de facção a partir desse escrito. De outro lado, embora seja difícil imaginar que Maquiavel não tenha tido acesso àquelas outras leituras, encontram-se, ainda, em Tito Lívio uma variedade de passagens, diretas e indiretas, as quais sofrem influências daqueles autores. De mais a mais, Maquiavel tem uma dívida direta ou não com aqueles autores, ainda que não tenha folheado seus escritos.

Há duas formas de tratamento às facções. Na primeira forma, Maquiavel (1991, p. 29) dá ao tema uma interpretação política, quando o duque Valentino resolve não confiar mais nas *armas e fortuna de outrem*. A segunda é fonte de corrupção dos costumes. Assim, o assunto será tratado como critério do agir político, motivado por um resultado de eficiência, afinal, Maquiavel reconhece a existência da disputa antagônica entre os Orsini e os Colonna, em Roma, para por em prática seu plano de conquista. Contudo, há uma diferença em saber diferenciá-las e saber manipulá-las por um longo tempo, pois os objetos da discórdia possuem inúmeras variantes e os

conflitos são, em grande parte, oriundos de interesses econômicos, éticos, religiosos ou por animosidade intrínsecas das pessoas e grupos, conforme enfatizara Hume, dividindo a natureza das facções entre "Pessoais" e "Reais". Também alerta que a animosidade entre pessoas gera as facções, permitindo que a discórdia se instale no cenário político, possibilitando, em alguns casos, a ruína do Estado. Evidente que sua leitura leva em conta o problema da fragilidade política das cidades e o problema das discórdias civis por elas alimentadas; fato este observado pelo Florentino, quando se deu a querela entre Henrique IV e o Papa Alexandre II:

> [...] entre os povos italianos, uns seguiram o pontífice, outros, Henrique. Isso foi a semente dos humores guelfos e gibelinos, de tal forma que a Itália, na falta de invasões bárbaras, foi lacerada por guerras intestinas (MAQUIAVEL, 1998, p. 54).

Para Maquiavel, a desavença entre o Papa e o Imperador foi a causa que engendrou esses grupos; tal fato foi anunciado pelo próprio título dele: "a semente dos humores guelfos e Gibelinos". Consoante Guide (1999, p. 180), para o Florentino, era significativo saber "as coisas de fora" para poder entender as questões das discórdias de Florença. Florença foi fundada pelos romanos em 59 antes de Cristo e, de acordo com Guide (1999, p. 181), *era dependente do Império Romano e depois continuava dependente de duas estruturas internacionais: o papado e o império*. Mas se os conflitos têm uma conotação em virtude dos interesses externos de Florença, do mesmo modo, sem procurar os interesses econômicos nos conflitos entre as poderosas famílias que pretendem controlar a política da cidade, Maquiavel atribui a expulsão dos Buondelmonti pelos Uberti a uma antiga ofensa feita a uma jovem dos Amidei, partidários dos Uberti. Não obstante, ele chega mesmo a contradizer seu pensamento sobre as "ofensas" em o **Príncipe**, quando descreve que, após a morte de Frederico, alguns tentaram salvar a cidade. Os guelfos depuseram as *injúrias* e os gibelinos a *desconfiança*. A descrição dos eventos demonstra que Maquiavel tem uma interpretação das facções muito parecida com os autores antigos mencionados, visto que depois da paz, do sucesso e, até mesmo, da liberdade obtida pela liderança dos Guelfos, os Gibelinos continuavam a tramar conspirações dentro da cidade: *não se podiam aquietar e só esperavam a ocasião para recuperar o estado* (MAQUIAVEL, 1998, p. 92); como de fato sucedeu.

A despeito dos acontecimentos, em nenhum momento, na narrativa dos eventos, é apontado o interesse econômico das famílias por trás desses conflitos. O controle político e econômico de Florença encontrava-se nas mãos dos guelfos, quando houve a desavença entre os Cerchie e os Donati. De acordo com o secretário Florentino, aconteceu que "*Lore", filho de "messer" Guilherme, brincando com "Geri", filho de "messer" Bertacca* [...] *feriu "Geri" levemente*. Em virtude disso, Guilherme ordenou ao filho que pedisse desculpas e, assim, este o fez; porém, Bertacca comandou seus lacaios a segurar o jovem e, em seguida, cortou-lhe a mão e ainda *disse-lhe: "volta a teu pai e diz-lhe que feridas com ferro, e não com palavras, se medicam"* (MAQUIAVEL, 1998, p. 102). É evidente que tal ato teria uma repercussão em Pistóia, entretanto com dificuldade arrastaria Florença ao conflito se ela não tivesse interesses econômicos naquela área, como bem narra Maquiavel (1991, p. 88) em o **Príncipe**, que Pistóia era controlada pelos Florentinos, alimentando *a divisão dos partidos*. É importante lembrar, como Hume aponta que a diferença "real" já tinha desaparecido antes da extinção dos partidos.

Para Maquiavel (1991, p. 87), as disputas podem ser fomentadas facilmente pelo príncipe, como se pode constatar em o **Príncipe**: *alguns príncipes, para manter seguramente o Estado, desarmaram os seus súditos, outros dividiram as cidades conquistadas conservando facções para combater-se mutuamente*, em uma tentativa de instalar a desordem no Estado. Além disso, convém notar que esta leitura tem alguma semelhança com a discussão de Políbios.

Não é surpresa que Maquiavel, em seguida, como astuto observador, perceba que tal prática, como aquela que foi utilizada em Pistóia pelos antepassados florentinos, possa ainda ser útil nos dias coetâneos do secretário florentino (1991, p. 88), embora não veja com bons olhos, como ele mesmo afirma: *tal política revela, portanto, fraqueza do príncipe, porque num principado poderoso jamais se permitirão semelhantes divisões*.

Maquiavel, nos **Discorsi**, prega a existência de divisões como um ingrediente importante para a criação de leis e instituições, pois ele sabe que uma república sem leis não tem como se sustentar; Hume (2004, p. 231) escrevera que república desprovida de leis não pode durar. Se no **Príncipe**, Maquiavel tinha uma leitura diferente, decorria dos objetivos inerentes ao projeto de unificação italiana. Nos **Discorsi**, apresenta outra postura. Essa foi, contudo, uma mudança tardia em seus escritos. Entretanto, a leitura da República Romana ofereceu um modelo e, ao mesmo

tempo, representou um passo para a transformação do pensamento político de Maquiavel, pois permitiu-lhe ver as oposições de modo positivo, conforme assinala:

> [...] e, para voltar ao primeiro assunto, creio ser necessário seguir a ordenação romana, e não a das outras repúblicas; porque não acredito ser possível encontrar um meio-termo entre uma e outra, e as inimizades que surgissem entre o povo e o senado deveriam ser toleradas e consideradas um inconveniente para se chegar à grandeza romana (MAQUIAVEL, 2007, p. 32).

Os embates entre o povo e o senado produziram consequências positivas no entender do Florentino. De algum modo, aquelas divisões não representavam mais um perigo ao Estado, porque elas eram tratadas dentro das instituições políticas que formavam as leis. Esta sentença é nodal no pensamento do Florentino, visto que, após comentar as vantagens dessas divisões, ele adentra nas questões das instituições que cuidam da acusação e da calúnia dentro da cidade. Hume (2004) escreveu um profícuo pensamento, no seu ensaio **Da coalizão dos partidos**, no tocante às diferenças existentes no interior dos partidos: *talvez não seja possível e nem sequer desejável, num governo livre, a abolição de todas as distinções de partido* (HUME, 2004, p. 697). Parece que no estágio em que a sociedade se encontra seria inadmissível um cenário político sem a existência de partidos. Hume parece admitir que a reunião de grupos com interesses particulares é uma inclinação natural da espécie humana. Sociedades dentro da sociedade. Ao perseguir o tema, Hume deixa, mais uma vez, sinais de que tem uma interlocução, pois tal leitura não deixa de ser fruto de um diálogo com a interpretação vigente do tema. Sem embargo, ao fazer uma referência sobre conflitos internos, ele, provavelmente, esteja pensando em Maquiavel ou em Tito Lívio, embora, sua crítica fosse direta ao Florentino, uma vez que a defesa do argumento aparece mais contundente no autor dos **Discorsi**, pois Hume afirma que:

> Em todas as divisões partidárias, primeiro entre os PATRÍCIOS e os PLEBEUS, mais tarde entre os nobres e o povo, o interesse da Aristocracia era predominante na primeira legislatura; e o da Democracia na segunda: uma podia sempre destruir o que a outra tinha estabelecido: Assim, uma delas, por meio de uma moção repentina e imprevista, podia passar a perna na outra, aniquilando totalmente a sua rival, por meio de um voto que, pela natureza da constituição, tinha poder de lei. Mas semelhantes disputas não se observam na história de ROMA: não se conhece exemplo algum de semelhantes conflitos entre os partidos que governavam cada uma

> delas. De onde surgiu essa concórdia, que pode parecer tão extraordinária? (HUME, 2004, p. 549-550).

Quem são os autores a quem Hume tem em mira ao fazer a ríspida análise? Ele já tinha criticado aqueles que adoram louvar o passado e condenam o presente em outra oportunidade. Não se pode esquecer Maquiavel quando se lê este trecho de Hume. É bem provável que a crítica humeana recaia sobre o teórico da política que elegeu a República Romana como exemplo de governo. De algum modo, Hume não aceitou a proposição de que a desunião entre aqueles dois grupos teria gerado a poderosa Roma de Maquiavel. A experiência não estava errada, mas a interpretação da consulta não foi crítica o suficiente. A realidade política mostra o contrário. A observação do Estado antigo revela que tal situação jamais existiu.

Houve, ao certo, uma mudança radical nas divisões entre guelfos e gibelinos em Veneza e, em especial, sobre os desdobramentos que levaram ao conflito em Florença e nem sequer isso foi comentado por Maquiavel. A análise das facções serve a Hume para entender um pouco mais sobre os partidos *Tories* e *Whigs* da Inglaterra. O tema central que Hume percebe disso, e pode ser obra da leitura de Maquiavel, é a ideia de conflito e, nesse sentido, a leitura de o **Príncipe** é mais presente em Hume. Não se pode prescindir de que Hume leu o **Príncipe** e os **Discorsi**.

Para Maquiavel, as cidades precisam ser homogêneas, porém com os dois humores: os grandes que querem dominar e o povo que não deseja ser oprimido. A liberdade torna-se cara, mas possível em virtude do respeito às leis e a presença das armas. Além disso, é significativo ao príncipe conquistar uma região, que ele mantenha os mesmos costumes dos homens, no caso da liberdade, eliminando, tão somente, a extirpe daqueles que governavam. No entanto, é possível usar de outro método, segundo Maquiavel, como arruiná-la ou, o príncipe, habitá-la de corpo presente. Caso contrário, acontecerá o mesmo que houve em Atenas e Tebas que foram vencidas pelos espartanos.

Hume deixou, nas entrelinhas dos seus escritos, a reflexão de que o governo precisa ser julgado pela sua eficiência. Aquele foi um caso em que a visão utilitária da sociedade precisa combinar eficiência do governo e aprovação popular. O consentimento individual, tese fundamental de Locke, seria incapaz de ser reconhecido. O método para mensurar a aceitação não foi descrito por ele, porém é possível extrair uma noção de *consenso* como a forma de avaliar o funcionamento da estrutura

orgânica do Estado. Contudo, a flutuação de humores promove o dissenso que leva os homens a um partido. Estes representam as divisões internas no Estado. É preciso, portanto, permitir que esta oposição se desenvolva no interesse do próprio Estado, mas que ela seja pública, dentro do parlamento, ou, em outras palavras, institucionalizada. Hume procura um artifício social para que uma inclinação humana não ameace a outra invenção: o Estado. Ele não é contra os partidos, mas sim contra as facções que podem dividir a unidade do Estado na esperança de conseguir seu objetivo político.

Do mesmo modo que inventa mecanismos, o Escocês percebe que a liberdade de imprensa é aparentemente contraditória, à medida em que difunde ideias que provocam o dissenso e permite que as opiniões políticas de ambas sejam abordadas abertamente. Desse modo, a imprensa é um mecanismo eficiente e, assim, a liberdade de expressão permite divulgar os abusos das autoridades e, de maneira igual, que as desavenças sejam conhecidas e, às vezes, negociadas. A ideia de Hume (2004) se mostra clara no ensaio **Da liberdade de imprensa**:

> [...] nada surpreende mais estrangeiro que a extrema liberdade, de que desfrutamos neste país, de comunicar o que quisermos ao público, e de criticar abertamente qualquer medida decretada pelo rei ou por seus ministros. Se o governo opta pela guerra, afirma-se que é porque, deliberadamente ou por ignorância, ele interpreta equivocadamente os interesses da nação e que, no presente estado de coisas, a paz seria infinitamente preferível. Se a paixão dos ministros tende para a paz, nossos autores políticos só pregam a guerra e a devastação, classificando como mesquinha e pusilânime a conduta pacífica do governo (HUME, 2004, p. 101).

Tais palavras contextualizam a situação política da Inglaterra no tempo de Hume e, ao mesmo tempo, demonstra que ele tem algum apreço pelo sistema de governo inglês, visto que nenhum outro país ou forma de governo assemelha-se às ilhas britânicas. No entanto, esse autorb lança um curioso pensamento, baseado na opinião comum, sobre República, liberdade, Monarquia e escravidão, como coisas que, de certo modo, tocam-se e que estão de algum modo associadas aos temas das cisões políticas. Para Hume (2004, p. 102), em uma monarquia absoluta, os reis não precisam desconfiar de seus súditos e, em decorrência disso, podem *conceder grandes liberdades, tanto de expressão quanto de ação*; enquanto, em uma república típica, *como a da Holanda*, na qual nenhum funcionário da máquina administrativa pode ter poderes

maiores do que aqueles atribuídos pela Lei, os homens terão menos liberdade em suas ações, ainda que possam, de acordo com a lei, ter outras atribuições. A Inglaterra, de outro lado, precisa alimentar uma *desconfiança* generalizada como uma forma de manter o próprio sistema de governo, concedendo, portanto, uma liberdade de imprensa na qual os homens possam expressar-se como bem entenderem. Desconfiança e liberdade são abordados no ensaio.

A liberdade em o **Príncipe** depende em parte da tradição e do objetivo do príncipe. Se um estado é conquistado ou anexado aos domínios de um príncipe, mas estava acostumada a liberdade, cabe ao príncipe decidir-se por arruiná-lo, habitá-lo ou deixá-los viver segundo seus costumes e leis, cobrando-lhes e arrecadando impostos e deixando poucos no poder, porém garantindo que sejam amigos do príncipe. A tradição pode ser concedida pelo governante quando não há perigo à conservação do Estado, quando o regente não tem desconfiança dos súditos. Mas é preciso consultar os **Discorsi** para se entender a posição política de Maquiavel. A liberdade parece ter mais de um significado para o Florentino. Na primeira interpretação, sugere que existe tão somente quando não há sujeição a outrem. Em seguida, seria uma característica dos povos livres que participam de modo ativo na condução da república. Neste contexto, é necessário que os humores possam se manifestar a fim de provocar a desunião, na qual o povo e os grandes fazem todas as leis que produzam a liberdade. Essa é uma possível interpretação dos **Discorsi**. A obra aconselha como fundar a cidade ordenada, reta, na qual os homens vivem segundo as normas da civilidade. É necessário que o fundador saiba organizá-la com sensatez, dando-lhe uma estrutura que possa resistir aos ciclos ou, quando imperativo, retornar aos princípios originais. É desejável que conheça o que sucedeu a outras repúblicas. Deste modo, o conhecimento histórico é imprescindível à medida que revela os equívocos do passado. Tal assertiva se confirma para o Florentino (2007, p. 6) quando escreve: *não se vê príncipe ou república que recorra aos exemplos dos antigos*. A afirmação mostra que ele acredita que as mutações políticas ocorrem, porém, de forma cíclica, uma vez que nega a ideia de evolução política. Tal como o corpo humano, o corpo político está exposto aos perigos externos e internos. Deste último, a ameaça de cisão entre os cidadãos, talvez, seja o mais latente.

Diversas vezes, no passado, faltou ao legislador a habilidade de encontrar mecanismos que diluíssem o interesse particular a favor do coletivo. Disposto a

corrigir essa deformidade, Maquiavel propõe a institucionalização da denúncia pública. Esta foi concebida para que as pessoas possam desafogar seus humores, evitando a divisão da sociedade em facções. Eis porque Maquiavel exige que as denúncias sejam institucionalizadas. Este argumento do Florentino deve ter sido inspirado nos ideais republicanos de Tito Lívio. Tito Livio e Maquiavel estavam preocupados em tornar os homens cidadãos virtuosos, permitindo às pessoas desfrutarem da liberdade como uma decorrência das instituições republicanas. Em uma provável linha maquiaveliana, Hume (2004, p. 120) registra: *o equilíbrio adequado entre a nobreza e o povo era estabelecido pelos debates entre os tribunos*. De certo modo, parece que dialogava com Tito Lívio e o Italiano à medida que ele escreve este comentário, pensando no *período mais ilustre da história ROMANA* (HUME, 2004, p. 120) e na *observância às leis, as quais, até a presente época, não foram alteradas porque, tendo armas, dinheiro e gerência* que permitiram o sucesso do Banco San Giorgio (MAQUIAVEL, 1998, p. 409). Estes dois aspectos estão presentes e próximos neste escrito de Hume, no qual ele discute a função das boas leis e boas ordenações à medida que *a liberdade é garantida, o bem público é satisfeito e a avareza ou ambição de determinados homens é restrita e punida* (HUME, 2004, p. 122).

Poder-se-ia afirmar que os autores em questão têm alguns conceitos parecidos. Para Hume (2004, p. 140), a liberdade é uma peça chave para a sociedade, mas deve ser aproveitada sob a tutela da lei ou autoridade; tal como Maquiavel, pensou nos Estados conquistados que pagavam tributos para permanecer com sua liberdade. Há, entretanto, o constante risco de rebelião, conforme lembrou o Florentino. É evidente que a postura de Hume estende-se um pouco mais sobre o tema e recai, com frequência, nas facções. É importante recordar, segundo Maquiavel, que os principados devem criar leis que estimulem a liberdade, porém em consonância com a segurança do Estado. Em verdade, Hume chega mesmo a escrever um ensaio em que mostra os prejuízos políticos pela existência das facções. Entretanto, não se devem apressar conclusões filosóficas desta difícil afirmação, o que poderia identificá-lo com o Florentino. Para Hume (2004, p. 157), a questão mais importante seria identificar a constituição delas e sua forma de ação diante das divergências. A obra de Hume está sempre disposta a entender a origem real das questões políticas e, em consequência, ele utiliza a história para examinar e realizar alguma previsibilidade sobre os temas abordados, como foi o caso da análise do crédito público que fará no futuro uma mudança radical nas classes, sem implicar, necessariamente, em uma revolução social.

Em Hume, as facções existem e constituem-se uma realidade em qualquer situação de governo. O trabalho específico de Hume (2004, p. 161) será determinar, nas facções, quais são as REAIS (facções) e suas naturezas nodais, que podem ser: de *'interesse',* de *'princípio' e* de *'afeição'*.

Para explicar a seriedade e os prejuízos das facções, Hume disserta seu ensaio com alguns exemplos da história recente da Inglaterra e do passado antigo, e como também da Itália próxima de Maquiavel. Não há nenhuma referência ao texto do Secretário, mas, quando aborda sobre as facções de ordem pessoal, expressa que elas aparecem com *facilidade nas pequenas repúblicas*, e acrescenta em um tom subjetivista que: *qualquer disputa doméstica, aqui, se transforma numa questão de Estado* (HUME, 2004, p. 157), o que, de algum modo, remete a forma com que o tema foi tratado pelo italiano. Embora o assunto esteja com todo rigor ligado às disputas dos homens, é admirável advertir que o mesmo tenha o sentido semelhante dado por Maquiavel. A questão assenta no fato de que a afeição e inclinação de interesses entre os homens tendem a levá-los à uma aliança com esses, afastando-os de outros. Do mesmo modo, o conceito de "simpatia" ocupará um papel de destaque nas ações de convencimento e de influência dentro das facções, sejam "reais ou pessoais", ocasionado por um alinhamento de ideias similares. Com efeito, a própria concepção de sociedade, sem recair em uma interpretação aristotélica de que o homem é um animal político, está de modo íntimo aliada à relação de comprometimento de conhecimento por parte de grupos e, por conseguinte, faz da sociedade um *locus* de disputas de poder, logo, de conflito.

A compreensão acerca de facção não pode ser simplificada com a adesão ou não dos seus membros, pois é comum, dir-se-ia até natural, que elas tivessem suas próprias divisões internas que só o olhar atento poderia notar. As partes eram não raro insanáveis. Não caberia ao Estado realizar uma intervenção contra essa inclinação humana, salvo exceções de conflito na qual tentaria solucionar a questão com medidas intervencionistas, com remédios prescritivos. Para Maquiavel, o príncipe deveria ter a *virtù* necessária para controlar essas situações dentro de um principado. De acordo com os **Discorsi**, as disputas seriam de forma estatutária. A despeito do assunto, Hume (2004, p. 593), ao lembrar as antigas disputas, percebe que as facções estão entranhadas nas sociedades, sendo um elemento natural entre os homens e de difícil controle.

Este estudioso entendia, de certo modo, que a questão dos Guelfos com Gibelinos foi uma disputa pontual, mas insinua que o Florentino já a focalizou quando não era mais real, portanto, há uma leitura menor, com pouca significação concreta, para a celeuma política. Esta afirmação sugerida é admirável, visto que começa o tema das facções discutidas por Maquiavel, na parte introdutória do ensaio, que debate sobre os partidos.

> Quando os homens estão inscritos em partidos opostos, eles criam laços de afeto com os seus partidários e uma verdadeira hostilidade contra seus opositores: e essas paixões são frequentemente transmitidas para a posterioridade. A diferença real entre os GUELFOS e os GIBELINOS já tinha desaparecido, na Itália, muito tempo antes da extinção desses partidos (HUME, 2004, p.159).

Não se deve concluir que tal sentença seja, por completo, uma crítica a Maquiavel, mas é prodigiosa sua menção a um evento que foi escrito também por Maquiavel[125]. Essa descrição não só afeta a leitura de Hume, na edificação de sua tese sobre os partidos, mas a leva aos principados da Itália de Maquiavel para, segundo ele, perceber a pouca solidez no tratamento do assunto. Para Hume, trata-se de uma compulsão, uma inclinação de sua parte para entender a origem dos conflitos entre os grupos, de modo a refletir, com moderação, os limites de cada crítica de uma coligação a outra. Pois, as diferenças podem até ser oriundos de questões reais, porém, com o tempo, podem levar nada mais do que uma marca individual de animosidade gratuita. De novo, impõe-se a questão da "simpatia" entre os homens. Existe, então, segundo Hume, uma exigência particular da política, que seja feita uma análise mais acurada sobre as disputas das facções.

De algum modo, o tema da facção se liga a questão econômica em Hume, ao passo em que percebeu que as disputas visam o controle econômico através do domínio político da cidade, como no caso da família Médici. Assim, conflitos políticos escondem interesses econômicos. Igualmente, torna-se necessário criar discursos que legitimem um determinado poder. A Inglaterra, por exemplo, difundiu a concepção de que a violência é um padrão de conduta dos tiranos, em que a lei não é uma prescrição geral. Portanto, sociedades fechadas ao intercâmbio. Hume precisa desconstruir o

[125] Após o comentário das dissensões romanas, Hume teve o cuidado de fazer referência a Tito Lívio, o mesmo não o fez ao discorrer sobre Guelfos e Gibelinos. Por que não menciona as fontes? Guicciardini e Maquiavel escreveram acerca do tema, e Hume poderia citar Guicciardini sem nenhum receio de crítica.

mito de que o comércio só floresce em governos livres, o que é uma falácia para ele, à proporção em que a França, modelo da monarquia absoluta, gozava de um intenso comércio internacional. O tema parece sair do assunto da facção, mas está vinculado ao argumento de Hume. Aliás, esta é uma marca de Hume: unir temáticas ao expor uma ideia.

Hume é fortemente associado a um defensor da monarquia, em oposição à postura republicana. Não defende uma monarquia tirânica, mas uma ordenação de instituições obedientes às leis. De fato, ainda que não fosse uma defesa da República, em seu ensaio, **Da imprensa livre** (2004) defende a liberdade da imprensa, embora saiba que a *liberdade de imprensa ilimitada* seja um problema, uma vez que se trata de um elemento de controle e manutenção da própria república. Aliás, quando escreve sobre a distribuição do poder e da independência do parlamento, ele pontua que a *hábil divisão do poder,* quando visa ao bem público, fará com este que seja *um governo sábio e feliz* (HUME, 2004, p. 142). Ele continua a pensar nas vantagens do Estado existente e dos meios de se evitar que o fanatismo dos princípios cause a desagregação da sociedade. Deste modo, embora os partidos tenham interesses particulares, é preciso colocar a ordem social acima destes interesses. Efeito contrário ocorrerá se as particularidades tiverem proeminência no parlamento, o que, aliado à ausência de dispositivos constitucionais, poderá redundar em situações de difícil controle. Em sua opinião,

> [...] em repúblicas puras, onde a autoridade é distribuída entre várias assembléias e senados, os freios e controles constitucionais funcionam de maneira mais uniforme, já que é lícito supor que os membros dessas numerosas assembléias apresentam sempre capacidades e virtudes mais ou menos idênticas, só merecendo ser levados em conta o seu número, a sua riqueza ou a sua autoridade. Mas uma monarquia limitada não admite tal estabilidade; nem é possível atribuir à coroa um grau de poder tão específico que seja capaz de estabelecer adequadamente, em quaisquer mãos, um equilíbrio sólido com as outras partes da constituição. Essa é uma desvantagem inevitável, entre as muitas vantagens proporcionadas por essa forma de governo (HUME, 2004, p. 146).

Para Hume, as repúblicas têm algumas desvantagens, dentre elas, aquelas nas quais a riqueza de alguns ultrapassa a do Estado, como foi o caso dos Médicis, que dominaram a república de Florença por causa de seu imenso patrimônio. Provocaram *ciúmes* e *desconfiança* por associar os negócios da cidade a seu favor. Diferente do

cidadão comum, a situação é inversa se o monarca for a pessoa que possuir propriedades, afinal:

> [...] os que afirmam que o governo BRITÂNICO se inclina para a república também podem sustentar sua opinião com argumentos plausíveis. Pode-se dizer que, apesar de essa imensa propriedade da coroa se somar à dignidade do primeiro magistrado e a diversos outros poderes e prerrogativas legais, que lhe conferem, naturalmente uma influência ainda maior, ela se torna menos perigosa para a sociedade devido precisamente a essa razão. Se a INGLATERRA fosse uma república, e qualquer indivíduo possuísse uma renda equivalente a um terço, ou mesmo a um décimo da renda da coroa, ele muito justamente despertaria ciúme, já que teria inevitavelmente uma grande autoridade no governo: E uma autoridade tão irregular, não-reconhecida pelas leis, é sempre mais perigosa que a autoridade que deriva delas, por maior que seja. Um homem que seja possuidor de um poder usurpado não pode fixar limites para as suas pretensões: Seus partidários têm motivos para esperar tudo de seu favor: Seus inimigos provocam a sua ambição, fazendo-o temer a violência da sua oposição: E o governo, estando mergulhado na maior agitação, atrai naturalmente todos os indivíduos corruptos do país. Ao contrário, uma autoridade legal por grande que seja, tem sempre determinados limites, que impedem as ambições e pretensões de seu titular: As leis certamente terão previsto remédios contra seus excessos (HUME, 2004, p. 150-151).

Hume exprime o receio por qualquer tipo de influência que possa inclinar o poder público para os negócios particulares e aconselha a liberdade dos cidadãos sob o império da lei. De fato, Hume não defende uma monarquia absoluta, visto que as pessoas foram de maneira satisfatória instruídas para não mais acreditar em nenhum poder que tenha o apelo às vontades de um Ser transcendente[126], pois nem sequer o nome de Robert Filmer foi mencionado em seus ensaios. A posição de Hume é clara. A base de sua reflexão acentua-se no realismo político, ao afirmar que *não está em questão uma bela república imaginária, cujo plano um homem possa traçar em seu gabinete* (HUME, 2004, p. 152-153), porém de um governo estabelecido e que tem uma base mista, portanto, nem é totalmente monárquico, tampouco, republicano. A ideia de um governo livre e popular é rejeitada por Hume, embora seja sem nenhum erro possível *imaginar um governo popular mais perfeito que a monarquia absoluta ou mesmo que a nossa atual constituição* (HUME, 2004, p. 153).

[126] O debate político acerca do absolutismo envolve uma polissemia de interpretação. É possível discutir, por exemplo, os aspectos jurídicos e institucionais, bem como os ideológicos. Trata-se de um tema polêmico. Em virtude do contexto histórico (e do absolutismo pregado por Filmer), a defesa da centralidade do mando nas mãos dos reis é justificada pelo argumento de que estes exercem o poder por vontade divina.

Contudo, a experiência (história) mostrou que nesses casos ocorre, com razão, o contrário, pois aquele que adquire o exercício do mando jamais renunciaria ao poder, e em nome da vontade do povo, limitaria a liberdade. A república utiliza a prerrogativa da LIBERDADE para seduzir a opinião popular, enquanto incita nos seus partidários os horrores cometidos contra a mesma por um monarca. Nas repúblicas existem maiores possibilidades das discussões entre grupos se transformarem em animosidades de facções PESSOAIS, que, como Florença, arrastam a república para as sedições e desordens. Hume, como Maquiavel, não nega a importância dos partidos opostos, mas concorda que as facções prejudicam de modo sensível a ordenação do Estado. De fato, o receio de Hume estabelece-se no discurso pela liberdade arregimentado pelas facções, pois a experiência demonstra o oposto. A monarquia representa uma diminuição no uso da Liberdade, mas só quando esta ameaça a manutenção do governo. Todavia, se não há desconfiança do rei sobre a questão, segundo Hume (2004, p. 102), ele concede *grandes liberdades, tanto de expressão quanto de ação*. Tal inclinação pode ter sido fruto da leitura de Maquiavel. Nesse caso, a solução é manter a tradição de um monarca e, ao mesmo tempo, a participação popular e ambos sob as leis. Hume (2004, p. 167) desconfia com seriedade deste equilíbrio, pois o considera muito *delicado*. No entanto, a proposta desse filósofo é deixar a representação popular limitada à Câmara dos Comuns.

Aliás, há uma passagem de Hume que parece seguir os escritos de Maquiavel, quando ele narra sobre os acontecimentos que levaram Charles I a convocar o Parlamento:

> [...] o espírito da liberdade surgiu e se espalhou: O príncipe, privado de qualquer apoio, se viu forçado a conceder tudo o que lhe foi exigido: e seus inimigos, enciumados e implacáveis, não puseram limites as suas pretensões (HUME, 2004, p. 171).

Maquiavel, ao descrever os eventos que culminaram com o Levante dos Ciompi, transcreve um discurso de Luigi Guicciardini. Este exprime todas as concessões reivindicadas pelos revoltosos que foram atendidas, porém, a cada uma concedida, havia um novo pedido que, cedido, era também acrescido de outro. O que, de certo modo, revelou ao Florentino como se manifesta a natureza humana, afinal, *aos homens não basta recuperar o que lhes pertence e querem tomar o que é dos outros e vingar-se, os que contavam com as desordens mostravam aos artífices que não estariam*

seguros jamais se muitos de seus inimigos não fossem expulsos e destruídos (MAQUIAVEL, 1998, p. 157). Pode ter sido mera coincidência, mas como leitor de Maquiavel, da história de Florença, não teria sido mais do que acaso tal semelhança?

Para Hume, o que faltava na política inglesa era moderação e que os partidos tivessem responsabilidade com a coisa pública, afastando o pernicioso faccionismo presente em cada posição do governo. De fato, esta é uma preocupação real nos escritos de Hume, bem como, a facilidade com que as repúblicas quase sempre tendem à ruína em virtude, assegura o autor:

> [...] prática de contrair dívidas e hipotecar as rendas públicas, o que com o tempo pode resultar num aumento intolerável dos impostos e toda a propriedade do Estado pode cair nas mãos do povo (HUME, 2004, p. 205).

Tal prática da República, como foi em diversos momentos do passado, é um dos fatores que levam Hume a desejar uma monarquia. Além disso, a monarquia evitaria transtornos políticos a cada último suspiro do rei, na medida em que não existisse uma família na linha de sucessão. Muitas pessoas se considerariam dignas do cargo de monarca, o que estimularia desavenças, discórdias, nascimento de fanatismo, lutas facciosas e ruína da unidade sócio-política. Isto permitiria o surgimento do tirano, que se coloca acima das leis, para eliminar a desordem, mas que renasceria com a sua despedida deste mundo. A defesa da monarquia não deve ser entendida como a defesa do poder pelo poder, algo acima das leis, com capacidade de cometer atos "injustos". Todo poder tem um fim, neste caso, a manutenção da ordem pública. A partir desta realidade, se justifica o poder. Na eventual perda da situação, o direito positivo perde seu significado. Existem direitos naturais dos homens, aos quais o soberano não pode atentar sob o risco de perder a obediência passiva. O monarca não está acima das leis naturais e daquelas que provém da tradição, que devem ser respeitadas ou negociadas. Afinal, nada é eterno e, em política, essa regra se confirma pela sucessão e relação da força que se altera no tempo.

A dimensão de um país é um tema que está interligado com a questão das desavenças, embora tal afirmação não esteja diretamente nesse escrito. Com efeito, a administração seria com mais eficiência quando exercida por um sistema compatível com esse parâmetro. Para ele, as repúblicas funcionam melhor em países pequenos, enquanto as grandes áreas exigiriam uma forma monárquica. Assevera, ainda, que a

vantagem são as Leis, pois, em uma monarquia, existe até certa aversão a elas. Além do mais, prossegue Hume, toda república chega ao império da lei, condição primordial e, por conseguinte, à segurança e ao conhecimento. Do mesmo modo, ele ainda comenta:

> [...] o surgimento e o progresso das artes e das ciências é *Que, embora a única* Estufa *natural dessas plantas nobres seja um estado livre, mesmo assim elas podem ser transplantadas para qualquer governo; e que uma república é mais favorável ao crescimento das ciências, e uma monarquia civilizada ao progresso das artes* (HUME, 2004, p. 238), (destaque do original).

Hume compreende que existe uma mutação necessária entre as formas de governo, do mesmo modo que entende que todo corpo político tem seu fim. Para ele, quando as artes e as ciências chegam à perfeição, começa um movimento de decadência. Embora o tema fosse as vantagens e desvantagens de um governo livre, Hume edifica um argumento que sugere uma crítica a função do legislador que molda a matéria, do tipo personalizado por Maquiavel:

> [...] estabelecer em leis gerais um grande estado ou sociedade, seja ele monárquico ou republicano, é trabalho de tanta dificuldade que nenhum gênio humano, por mais hábil, é capaz de levá-lo a cabo por meio somente da ação, da razão e da reflexão. Os julgamentos de muitos devem concorrer para tal empreendimento: a experiência deve guiar o seu trabalho: O tempo precisa aperfeiçoá-lo. E a percepção das inconveniências deve corrigir os erros em que inevitavelmente incorrem nos seus primeiros julgamentos e experiências. Daí decorre a impossibilidade de que tal obra comece e continue em qualquer monarquia, pois tal forma de governo, ainda que civilizada, não conhece outro segredo ou política senão o de delegar poderes ilimitados a cada governante ou magistrado e o de subdividir o povo em múltiplas classes e ordens de escravidão (HUME, 2004, p. 238).

Para Maquiavel, era necessário que todo o poder estivesse concentrado nas mãos exclusivas do legislador; enquanto que, para Hume, é o contrário. Para o Florentino, a matéria necessita de um homem de raro valor que possa empreender um projeto sem oposições; para o Escocês, homem algum pode fazer com eficiência este trabalho. Desse modo, Hume parece entender o valor da república para a real construção de leis que ordenem o Estado. As ciências e as leis são frutos da república e, assim, elas fazem uma sólida contribuição às monarquias. Para Hume, tanto em uma monarquia tradicional bem como em uma república tradicional produzem-se coisas

boas nas condutas dos homens. No entanto, a Inglaterra, por ser um misto de cada uma, parece com razão produzir o oposto:

> [...] quando o governo de uma nação é totalmente republicano, tende a produzir um grupo peculiar de costumes. Quando é totalmente monárquico, o efeito é o mesmo; a imitação dos superiores espalha os costumes nacionais mais rapidamente entre o povo. Se a classe governante de um país consiste inteiramente em comerciantes, como ocorre na HOLANDA, o seu estilo uniforme de vida determinará o seu caráter. Se ela consiste inteiramente em nobres ou em gente educada e ligada à terra, como na ALEMANHA, na FRANÇA e na ESPANHA, segue-se um efeito semelhante. O caráter de uma seita ou religião particular também tende a moldar os costumes de um povo. Mas o governo INGLÊS é uma mistura de monarquia, aristocracia e democracia. As pessoas com autoridade se compõem de uma pequena nobreza e de comerciantes. Entre eles se encontram todas as seitas religiosas. E a grande liberdade e independência de que todo homem goza lhe permitem apresentar diferentes e peculiares maneiras. Daí o INGLÊS, entre todos os povos do universo, ser aquele que apresenta em menor grau um caráter nacional (HUME, 2004, p. 343).

De fato, as reservas de Hume à Inglaterra do seu tempo parecem nascer da natureza mista do governo e da facilidade com que as facções podem arruinar as estruturas do governo estabelecido. Hume percebeu que esse *amor patriae* é mais natural em Estados livres e em repúblicas. Aliás, ele tinha o maior receio pela dissolução do Parlamento. Diferia de Maquiavel que pregava, via Tito Lívio, as vantagens da República Romana, por causa da divisão do poder entre o povo e o senado. Hume desconfia com seriedade das repúblicas por conhecer a natureza humana e seu desejo de ganho. Por isso, não acredita no modelo de duas facções distintas. Maquiavel acredita que a desunião entre senado e a plebe é funcional, uma vez que cada uma tem poderes para desfazer as medidas da outra. Hume (2004, p. 548) acha improvável a existência de tal regime. A crítica atinge Tito Lívio, Maquiavel e Harrington. As repúblicas representam sempre uma porcentagem bem menor dos interesses do povo. Ele desconfia com seriedade dos relatos sobre as repúblicas antigas, pedra angular utilizada para fundamentar as novas, asseverando que pouco sangue correria entre uma sedição ou outra. Hume crê que, por causa das facções, as lutas são mais intensas e perigosas nas repúblicas do que na monarquia. De mais a mais, quando as revoltas e revoluções acontecem, na maioria das vezes, agradecem-se aos encaminhamentos que instalam uma monarquia, capaz de controlar e dirimir as discórdias entre grupos e homens, como foi o caso de Augusto, na República Romana.

Tais pontos foram sustentados em observações empíricas na história, atestadas pelo que é comum ao homem; portanto, como ele *é* em seus atos e jamais como *deveriam ser.* Hume não só declara conhecimento da história, mas demonstra a todo instante que conhece os principais fatos que acontecem na Europa do seu tempo. Parece estranho que o realismo político esteja tão próximo a Maquiavel e seus escritos de maior envergadura enquanto, Hume só cite Guicciardini[127].

O tema das lutas intestinas ocupa os escritos de Maquiavel. A **História de Florença** fornece o exemplo e o interesse do Florentino:

> [...] um ódio do povo miúdo contra os cidadãos ricos e os príncipes das Artes, não lhes parecendo ser compensados por seus esforços pelos quais acreditavam ser justamente merecedores [...] porque os cidadãos que antigamente foram guelfos, sob o governo dos quais aquela magistratura sempre girava, favoreciam os do povo das Artes Maiores e os Menores e seus defensores perseguiam, donde nasceram contra estes os numerosos tumultos que narramos (MAQUIAVEL, 1998, p. 158-159).

O Levante dos Ciompi foi um evento que descortinava diversas questões, todavia ele preferiu acreditar que a causa do movimento foi uma espécie de sentimentos adversos. Duas coisas podem se observar deste relato. Primeiro, ele esteve perto de entender o movimento como uma luta social de um grupo que exercia uma atividade na economia de Florença, mas que não tinha o tratamento adequado e merecido por seu trabalho. Em segundo lugar, apresentou o ingrediente com o qual os Guelfos faziam políticas que beneficiavam seus partidários em oposição direta aos outros grupos. Isto demarca que a política dos Guelfos tinha vínculos com a economia da cidade e, por decorrência, os tumultos que aconteceram diversas vezes entre Guelfos e Gibelinos tinham, por trás, interesses econômicos que se disfarçavam em uma luta de conflitos de ideias e facções. Era, porém, uma luta pelo controle político da cidade e dos mercados de Seda. Com efeito, Hume (2004, p. 196) escreveu: *o comércio nunca foi considerado uma questão de Estado, até o século passado e é raro encontrar qualquer autor político antigo que lhe tenha feito referência*.

É provável que Hume tivesse um florentino em mente ao redigir suas linhas, visto que o ensaio começa com ele e logo em seguida afirma: *mesmo os italianos mantiveram profundo silêncio em relação ao tema* (HUME, 2004, p. 196-197).

[127] **Tratado** e a **História da Inglaterra**.

O realista político, depois de apresentar a França como modelo de sistema monárquico e com intensa atividade comercial, expõe o argumento de que os reis não devem ir contra às inclinações dos homens, à predisposição de atuar nos mercados. Pelo contrário, deve incentivá-los, na medida em que *a indústria, as atividades econômicas e o comércio*, seguindo seu curso, *aumentam o poder do soberano, bem como a felicidade dos súditos* (HUME, 2004, p. 408). O que, de fato, interessa a Hume é a estabilidade do governo, não importando a forma. Se uma república é democrática ou parlamentar, não importa. Basta que se mantenha ordenada sob leis e garantias individuais. De nada adianta viver em uma república que tende à corrupção, à instabilidade política e à anarquia.

De fato, Hume mostrava-se um defensor de um sistema regido por leis e de instituições fortes, o suficiente para impor a ordem na sociedade e bem conduzir os homens e, assim, afastar os imoderados da instância administrativa do Estado. A Inglaterra tinha um sistema misto de governo, no qual predominava a república, mas com forte inclinação à monarquia. Para Hume, a república tinha diversos problemas que, de maneira inevitável, levaria o país, em breve, a conflitos internos gravíssimos, salvo se a moderação se instalasse. Hume demonstrava um enorme receio na dissolução do Parlamento. No entanto, a república exigia concessões, por exemplo, uma quantidade de "favores" para manter a regularidade das instâncias administrativas, ou em pouco tempo, os ingleses perderiam a coisa que mais estimam: a liberdade. Na medida em que a inclinação do homem é amar a si mais que ao outro, o excesso de liberdade torna-se maléfica para a sociedade, e cada qual tentará encontrar meios de aumentar seus bens e a conspirar contra a própria ordenação do Estado. Por isso, para Hume, a liberdade deve ter limites e ficar abaixo da autoridade. Ainda observa que:

> [...] embora a corrupção pareça ter aumentado nos últimos anos, isto deve ser atribuído basicamente à nossa liberdade consolidada, diante da qual os príncipes se deparam às vezes com a impossibilidade de governar sem os parlamentares, que se tornaram aterrorizantes devido aos fantasmas de suas prerrogativas. Isso sem falar que a corrupção e a venalidade prevalecem muito mais entre os eleitores que entre os eleitos; e, portanto, não pode ser atribuída com justiça a qualquer refinamento ou luxo (HUME, 2004, p. 429-430).

De fato, Hume tem uma desconfiança com os encaminhamentos que o governo misto, de proeminência republicana, tem adotado na condução da política nacional e,

em especial, com a política econômica. Para ele, as contínuas mudanças nas ordens econômicas exigem constantes mudanças nas deliberações políticas e expõem a fragilidade política do Estado. Estas mudanças visam atender aos interesses particulares, o que prejudica outros de igual valor. É provável que o modelo administrativo favorecesse a indisposição entre os lados. Os Whigs estiveram no poder, dividiram as benesses do Estado, prejudicando indivíduos, em especial, os filiados ao partido Tory. As tentativas de superar os Whigs estavam associadas ao interesse de se apoderar dos cargos e de usufruir das vantagens que estes proporcionavam. A destituição de Walpole foi resultado das lutas internas do Parlamento que, explorando a cobiça dos homens, acentuou o zelo das facções. Após a vitória dos inimigos do ex-ministro, segundo Macaulay (1911), era preciso separar os membros que se aliaram para combater Walpole. Nada se alterou com a saída do político, o que mostra uma crise institucional. A relação entre cobiça, corrupção e facção começava nas escolhas eleitorais, no qual a oferta de *sinecuras*, *empregos*, *contratos*, *títulos*, *favores à família ou amigos de seus membros* (MORTON, 1970, p. 262) predominavam:

> [...] as eleições são dominadas pelo suborno e pela corrupção; e, como o poder intermediário entre o rei e o povo foi totalmente suprimido, passa a prevalecer inevitavelmente um doloroso despotismo. Os proprietários de terras, desprezados por sua decadência e odiados por sua antiga opressão, serão totalmente incapazes de fazer qualquer oposição a esse estado de coisas (HUME, 2004, p. 532).

Com efeito, a forma de governo adotada pela Inglaterra ressalta sua característica maior, forma do governo misto, em que o rei representa o poder monárquico; a Câmara dos Lordes, os interesses da aristocracia; e, a Câmara dos Comuns, o povo. Porém, quem de fato administra o Estado é o Gabinete, após seduzir o bolso dos 'Comuns'. Isto leva Hume a desconfiar, com seriedade, da opção republicana. Trata-se, segundo ele, de ver, como Maquiavel, "a verdade efetiva das coisas", que o corpo político britânico está prestes a extinguir-se, porém, ele prefere uma morte lenta. É bem possível que o **Príncipe** fosse uma interlocução para a crise inglesa que Hume considerava iminente e, ao mesmo tempo, uma maneira de preservar o Estado e as vantagens promovidas a partir de sua existência. Acrescenta-se o temor de revoluções que sempre acompanhou as reflexões de Hume e as perdas

decorrentes dela, pois, segundo ele, somente duas vezes na história houve pouca perda de sangue: uma com Trasíbulo, em Atenas; e outra em Roma, com César.

Hume desconfia da eficiência política e jurídica do sistema misto Inglês e, em especial, nos momentos de crise. É preciso existir uma continuidade administrativa e os partidos devem moderar seus interesses particulares dentro dos interesses comuns. Afinal, a permanência do Estado assegura a possibilidade de cada qual buscar seus interesses em uma convivência social. O Estado deve gerenciar os possíveis conflitos. Contudo, a luta intestina é alimentada pelos interesses. Um exemplo clássico do conflito foi a perda das colônias americanas, que representou um duro golpe aos interesses dos Tories, levando os Whigs novamente ao poder. Mas a divisão deste grupo foi fundamental para sua queda, pois os Wighs perderam núcleos de apoio, ao passo que os Tories receberam novos apoios. De acordo com Morton (1970), no período anterior a Revolução Americana, surgiu um *radicalismo* político que colocou de lados antagônicos conspícuos da corte e o *princípio burguês*, o que mostra uma tensão política no cenário inglês. Estes eventos descortinam que os homens estavam sempre buscando interesses particulares.

O exercício do mando está de modo íntimo associado aos interesses particulares de um Gabinete que tenta manter-se no poder, de um lado; e dos parlamentares que buscam obter algum tipo de benefício imediato, por outro, deixando, assim, de se identificar com as razões de Estado. O monarca, neste preceito, é um ser proeminente, porém decorativo. George III era ineficiente. As lutas entre Tory e Whig continuaram em seu governo, o que impedia qualquer mudança significativa do cenário político. O conjunto de fatores minava a confiança política do sistema e representava uma séria ameaça à soberania. Deste modo, é possível que Hume tenha recorrido ao pensamento do Florentino para conceber que, às vezes, é necessário reunir o monopólio da força em uma determinada função, a fim de manter a ordenação civil, eliminar as discórdias. Quando o diálogo entre os partidos não é mais possível é comum surgir a figura do tirano, aquele que se põe acima das instituições, todavia só resolve o problema momentaneamente. Diferente dos intérpretes do absolutismo que não reconhecia um limite jurídico ao monarca, o realismo político de Hume aconselha que seja necessário conceder poderes políticos ao monarca em uma conjuntura de conflitos partidários, à medida que percebia uma dissociação entre medidas administrativas e a luta pelo poder entre dois partidos não

moderados que elevam seus interesses além dos interesses nacionais. Entre a onipotência facciosa do Parlamento e a velha fórmula do **Príncipe**, Hume, em virtude das circunstâncias, talvez tivesse preferência por esta proposta.

8 Diagnóstico inglês: uma análise política à luz maquiaveliana

> Gostaria apenas de convencer os homens a não discutirem como se estivessem lutando "pro aris Є focis" (por seus altares e seus lares), e a não transformarem uma constituição boa numa ruim, pela violência de suas facções (HUME, 2004, p. 127).

Hume foi um moderado em política, embora tenha feito uma análise profunda na sociedade, mostrando seus problemas na sua origem. Suas análises o levaram a conhecer a produção literária, política, econômica e filosófica do seu tempo. Parece, contudo, que seus conhecimentos estenderam as outras épocas. Afinal, para um sujeito que age com moderação e teve a política como objeto de reflexão, tenha sido significativo estudar a questão política em diversas interpretações. Hume deve ter mantido uma interlocução com os escritos dos historiadores e dos humanistas que circulavam pela Inglaterra. Conhecia as ponderações dos escritores e, em especial, de si mesmo como teórico do pensamento político, reservando-se o direito de pensar os eventos ocorridos na Inglaterra em analogia com ação política ocorrida na história. Para Maquiavel, o príncipe seria o ator político que teria fundado a república por meio do principado. Em Hume, encontra-se o retorno a monarquia plena como caminho para salvar a república instável, à beira da sedição social. Não deixa de ser tênue a semelhança de propostas. A Itália de Maquiavel reivindica a glória dos seus antepassados e, para isso, precisa de um ator político capaz de reconstruir, fundar uma nova ordem, inspirada nos áureos tempos da república romana, mas que, de modo necessário, deveria ser antecedida por uma monarquia. Para Hume, as medidas administrativas da dívida pública, por exemplo, e, mais especificadamente, a forma mista com forte inclinação republicana da política inglesa, desembocaria em uma crise sem precedentes em que o único recurso possível para salvar as instituições seria recorrer à monarquia absoluta.

Hume parece concordar com as ideias do Florentino de que a estabilidade política funciona com boas leis e instituições sólidas, porém quando não há governo, ou existe o risco de instabilidade política, é preciso recorrer ao uso das armas e concentrar o exercício do mando em poucas mãos. O conflito existirá em qualquer sistema, mas os humores não podem afetar a governabilidade. De certo modo, é plausível que a leitura de Maquiavel tenha contribuído para a reflexão de Hume sobre a

conjuntura da Inglaterra, a qual tinha atravessado uma série de acontecimentos políticos nos últimos 200 anos, que mudaram de modo radical a estrutura da sociedade inglesa. Esta hipótese não é estranha quando se recorda de que Hume leu o **Príncipe**, os **Discorsi**, a **História de Florença**, **Relatório**, **Clizia** e o que mais não é mencionado em seus ensaios.

A revolução comercial que intensificou as trocas de mercadorias favoreceu o desenvolvimento urbano e propiciou as condições para a burguesia reivindicar participação nas decisões administrativas do reino. O fim da dinastia Tudor e a ascensão da casa Stuart aprofundaram as divergências entre as classes ligadas à terra e à produção capitalista. As constantes intervenções do Estado na economia, regulamentando demasiadamente as transações comerciais, bem como a prática do rei em conceder monopólios como privilégios de alguns em detrimento da concorrência, acirraram os ânimos entre os partidários do rei e seus adversários. Em solo inglês, a cabeça do rei desprendeu-se do corpo pela vontade do Parlamento e o novo governo surgiu, de acordo com a interpretação de Hume (2004, p. 668). Este governo chega ao poder pela força e, segundo Hume (2004, p. 552), é sempre perigoso qualquer poder quando não está abaixo da lei.

A instabilidade política provocada pela morte de Cromwell permitiu perceber que o governo estava associado à figura do líder, o que provocou uma nova mudança radical do sistema político. Embora o país tivesse alcançado alguma prosperidade sob o reinado de Charles II, os conflitos entre o monarca e o Parlamento continuavam intensificando até que James II perdeu a Coroa, o que provocou a mudança na forma de governo, embora continuasse existindo a monarquia. O novo soberano tornou-se um rei que reina, mas não governa, pois a responsabilidade dos assuntos da nação passou a ser do conselho de ministros. O parlamento é, agora, a esfera administrativa do Estado, tendo o partido Whig assumido o poder, com o apoio da princesa Anne, a segunda filha de James II, que apoiou a ascensão de Orange ao trono. Guilherme soube conduzir com o Parlamento uma política administrativa eficiente. Foi indiferente em matéria de fé, embora, por razões de Estado, recorresse à força para implantar o presbiterianismo na Escócia. Ele sofreu uma tentativa de destronamento pelos jacobitas, que tentavam restabelecer James II ao trono ingles. Foi o próprio Orange

que, em 1689, comandou o exército contra a legião de franceses[128] de James II. Após sua morte, os Jacobitas sentiram-se oxigenados em suas metas.

Anne sucedeu ao cunhado e sob seu reinado (da Casa Stuart e sucessora de Guilherme), sobreveio a guerra de sucessão espanhola. No entanto, foram os diversos problemas sucessórios, o que levou o Parlamento a alterar suas leis e traçar a união formal da Inglaterra e Escócia, formando o Reino Unido da Grã-Bretanha. Com a morte de Anne, George I, de origem alemã, assume a função de rei, mas o gabinete é quem manda, de fato, na Inglaterra. O sucessor, George II, não mudou a condução política do Estado, visto que Walpole continuou em seu cargo de ministro. Embora Hume não tivesse oportunidade de assistir, plenamente, o reinado de George III, pôde perceber que este pretendia fazer mudanças na forma de governo. Para Hume, a Inglaterra viveu um período de constantes crises políticas. Para agravar tal interpretação, o governo era exercido pelo ministro que mais entendesse os humores da Câmara dos Comuns, pois era imprescindível a este gozar da confiança dos membros da Casa. O ministro responsável precisa de apoio parlamentar para conduzir as questões públicas. A confiança e o apoio dos congressistas eram obtidos através dos benefícios aos seus bolsos.

Hume (2004, p. 144) admitira que certa *corrupção* e *dependência* fossem necessárias à funcionalidade do aparelho estatal, mas até certo grau. Este tipo de política suscita crises que, por certo, levariam o governo à uma instabilidade política. Hume percebe que o remédio para o problema inglês é o pronto estabelecimento da monarquia de fato, do mesmo modo que Maquiavel pensou na figura do príncipe para a Itália. Isto não implica afirmar que ele recusa a ideia de Leis e Instituições fortes, que constituem a ordenação do Estado, mas há situações em que a estabilidade do governo exige ações mais enérgicas, afinal:

> numa constituição estabelecida, a opinião popular é consultada com frequência, mas, durante o furor das revoluções, das conquistas e das convulsões políticas, geralmente é a força militar ou a habilidade política que decidem a controvérsia (HUME, 2004, p. 673).

O problema político de Hume não é a preferência de uma forma de governo em detrimento de outra, mas aquela que é capaz de entender as transformações das instituições e que, ao mesmo tempo, seja capaz de estabelecer a ordem administrativa.

[128] James II foi auxiliado pelo rei Francês.

Como um teórico político, estudou as transformações históricas dos governos e observou que, após toda sedição social, os homens encontraram na monarquia a salvação da ordem pública. Hume (2004, p. 112) já tinha escrito que uma democracia na qual o povo escolhe seus representantes constitui-se em uma forma adequada de poder. Aliás, ele irá apresentar diversos modelos de democracias antigas que souberam conduzir a administração pública de modo satisfatório, como os *AQUES* (HUME, 2004, p. 671), por exemplo, embora reconheça que muitos problemas ocorreram por causa da mesma democracia. Hume tem na experiência sua ferramenta mais importante para refletir a filosofia política, porém como teórico que sabe do ponto de vista do realismo, que a realidade política difere da descrição idealizada de política. O exercício da reflexão política e a teorização podem sugerir caminhos praticáveis de ações políticas. Em virtude disso, ele pode criar uma atmosfera transcendente para explicar uma medida palpável. Assim, ele escreve sobre a democracia:

> [...] num país grande que seja governado com perícia magistral, apresentam-se oportunidades de se aperfeiçoar a democracia, desde as camadas mais baixas do povo, que podem ser autorizadas a votar nas primeiras eleições, no plano mais baixo da república, até os mais elevados magistrados, que dirigem toda a vida política. Além disso, as diversas regiões do país são tão distantes umas das outras que se torna muito difícil induzi-las, por meio da intriga, do preconceito ou da paixão, a tomar qualquer medida contrária ao interesse público (HUME, 2004, p. 741).

Não se trata de uma defesa da democracia, mas de uma forma exequível de governo, desde que atenda às bases de sua sustentação. As democracias precisam ser estabelecidas com órgãos representativos, capazes de evitar a sedição social que decorre, em geral, da corrupção eleitoral, conforme aconteceu na república romana[129].

A salvação inglesa para Hume é o estabelecimento da monarquia, na qual o rei realmente governa. Hume deve ter se aproximado de Maquiavel nesta proposição à proporção em que deseja conservar o Estado, capaz de fazer frente à ameaça externa e à sedição interna, embora acredite em instituições consolidadas pelo tempo e arraigadas na lei. Aliás, a preferência de Hume sempre repousou sobre a estabilidade do governo, conforme atesta sua opinião em uma carta enviada à historiadora

[129] Hume faz uma referência direta à República Romana que permitia ao povo o direito do legislativo e, assim, pouco a pouco foi sendo corrompida (HUME, 2004, p. 109).

Catherine Macaulay, na qual agradece pelo livro recebido, **History of England from the Accession of James I to that of the Brunswick Line**. Segundo o "moderado" filósofo Escocês, *from the monarchy of France to the freest democracy of some Swiss Cantons, to be equally legal, if established by custom and authority* (KLIBANSKY; MOSSNER, 1969, p. 80). Desse modo, Hume é um intelectual que preza pela lei e a autoridade existentes e, ao mesmo tempo, avalia a funcionalidade do governo, independentemente da forma adotada.

Se Hume criticava a Inglaterra porque o rei somente reinava ao invés de governar, deve-se tal recurso à sua interpretação de instabilidade política provocada por tantos conflitos oriundos do sistema inglês. A epístola expõe que ele desejava, unicamente, estabilidade política, independente da forma legitimada pela constituição. Este documento revela outros aspectos interessantes. Em primeiro lugar, a disposição do filósofo em ler alguém que tem uma visão diferente da interpretação dos fatos históricos. Para o editor das cartas, o trabalho de Macauly seria uma resposta no estilo Whigs a Hume. Segundo, Hume concorda que eles diferem menos dos fatos do que das interpretações dos mesmos. Parece sincero em sua missiva, pois em outra carta endereçada ao Reverendo Hugh Blair (GREIG, 1932, p. 321), relata que ela parece mais afortunada historiadora do que ele, sem nenhum traço de ironia.

Para Hume, não há sistemas políticos perfeitos nem sequer valores transcendentes que conduzam as ações humanas ou que determinem um dever ser filiado a este partido ou àquele outro, mas sim questões práticas que exigem respostas práticas. Os conflitos que Maquiavel entendeu como ingredientes para a liberdade, na República Romana, servem apenas à construção teórica, pois ele sabe, pelo conselho ao príncipe, que pensar tão somente na guerra e nos conflitos não gera harmonia. Hume pontua a mesma coisa; contudo, julgou importantes as divergências partidárias. Porém, o comportamento faccioso e sem moderação dos ingleses do seu tempo parecia corromper as estruturas, entretanto, de um modo parecido a Maquiavel, sabia que a política harmoniosa é uma utopia. Para Hume, o excesso de liberdade e a crise financeira, bem como as medidas e a condução da máquina estatal pelos Whigs, prejudicavam o Estado. O problema é que a monarquia, em especial, a inglesa, afetaria, de modo sensível, a liberdade, embora tenha se tornado um ícone da prosperidade da nação.

A crise do sistema inglês estava associada, consoante Hume, ao excesso de liberdade e à demasiada elevação da corrupção proporcionada pelo facciosismo dos partidos. Em Maquiavel, Hume provavelmente teria encontrado os elementos necessários para meditar com segurança sobre o tema da liberdade. Em o **Príncipe**, o problema da liberdade para o monarca só existe quando ele invade e domina um território habituado a viver em liberdade. No capítulo V, de o **Príncipe**, ele ensina os encaminhamentos que o ator político deve realizar para preservar sua conquista. De outro modo, a liberdade dos **Discorsi** foi resultante da desunião entre o senado e a plebe na república Romana. Tal confronto transformou aquela nação em livre e poderosa. Hume deve ter tido a oportunidade de ler sobre o assunto. Além do mais, os estudos de história de Hume (2004, p. 673), mostraram-lhe os princípios subjacentes da natureza humana e, do mesmo modo, revelaram que as crises só encontram solução na *força militar ou na habilidade política*. As perturbações do presente caminhavam para a revolta social e, logo, exigem a restauração do sistema monárquico como meio de solucionar o impasse. A extrema liberdade inglesa era um fato [que surpreendia qualquer *estrangeiro* (HUME, 2004, p. 101)] e possuía uma afinidade com a forma mista de governo, que era um entrave à monarquia. Não obstante, segundo Hume, em um governo monárquico, desde que não houvesse motivos para *a desconfiança*, o rei poderia conceder grande liberdade aos súditos. Em verdade, para Hume, a liberdade existente, ou não, em um governo decorre da *tranquilidade* e da ausência de *desconfiança* do governo. Além disso, ao comparar o governo romano com o inglês, Hume percebe algumas semelhanças, como refere o trecho a seguir:

> [...] de acordo com essas observações, devemos considerar o governo ROMANO do período imperial como uma mistura de despotismo e liberdade, na qual prevaleceu o despotismo; e o governo INGLÊS como uma mistura do mesmo tipo na qual a liberdade predomina (HUME, 2004, p. 103-104).

Hume faz referência à proximidade existente entre os extremos: a liberdade e a escravidão. O engajamento político de Hume à monarquia deve-se à reflexão sobre a licenciosidade perniciosa que figura no sistema misto inglês, que em nome da preservação de uma liberdade extrema, não a condiciona à autoridade. Hume, tampouco, deseja uma autoridade que sufoque o cidadão, mas sim, que seja prescrita,

alicerçada e avaliada, em sua praticidade, em leis. A forma adotada pelo governo, com viés republicano, permitiu um nível exagerado de liberdade e, assim, precisava alimentar uma desconfiança generalizada sobre aqueles que exerciam o poder administrativo, por ser, para Hume, uma condição inerente ao próprio governo misto. A questão, para ele, é julgar o mérito do atual governo e saber se, de fato, ele continua e merece conservar-se. A autoridade é respeitada? As regras de justiça conseguem dirimir as controvérsias dentro da lei? As leis e instituições funcionam neste governo? As pessoas o consideram adequado? A forma mista consegue eliminar os conflitos existentes entre os diversos interesses? Se tais coisas são respondidas de modo negativo, parece que não existe uma estabilidade de governo ou, pelo contrário, em razão disso, a instabilidade do governo está sempre latente para Hume:

> [...] na INGLATERRA, em contrapartida, visto que predomina a parte republicana do governo, apesar de uma grande mistura com a monarquia, o governo é forçado, para sua própria preservação, a nutrir uma *desconfiança* atenta em relação aos magistrados, a extinguir todos os poderes discricionários e a garantir a vida e a fortuna de todos por meio de leis gerais e inflexíveis. Uma ação só pode ser considerada um crime se assim for claramente definida pela lei; nenhum homem pode ser acusado de um crime sem que se apresente aos juízes uma prova legal; e mesmo esses juízes precisam ser seus pares, estando obrigados, em seu próprio interesse, a manter uma vigilância intensa sobre os abusos e as arbitrariedades dos ministros. Resulta dessas causas que existam tanta liberdade, e mesmo, talvez, licenciosidade, na GRÁ-BRETANHA; mesma forma como existiam, antigamente, a escravidão e a tirania em ROMA (HUME, 2004, p. 104).

Para Hume, a desconfiança constitui-se o problema do caso inglês e, ao mesmo tempo, uma espécie de escravidão, pois os extremos se tocam, o meio termo é o remédio e a solução mais adequada para esta dificuldade. As liberdades, sem o resguardo à autoridade, mostram-se prejudiciais à própria administração da máquina estatal. De maneira alguma, Hume abre mão do corpo legislativo, visto que não se deve confiar por inteiro a "fortuna" às questões de Estado. Dessa atitude, resulta ser necessário um conjunto de leis para administrar o Estado. Aliás, ao refletir sobre as implicações das leis, Hume retira o exemplo dos procedimentos dos tribunais com seus ritos e medidas que formam uma trincheira contra a depravação moral. Além disso, descreve que a cidade de Gênova, quando foi administrada pelo Banco de São George (*San Giorgio*), pôde transformar o quadro de sedições sociais em um ordenado governo, graças à administração do banco. Nem mesmo quando as famílias *Fregosi* e

Adorni disputavam a proeminência do poder na cidade alteravam radicalmente os ditames estabelecidos pelo Banco, cabendo apenas a este exigir, da parte vencedora da contenda, a observância das leis. Para Hume, este exemplo demonstra a importância das leis como um elemento para a estabilidade política dentro do Estado. Não deixa de ser interessante que tal exemplo tenha sido utilizado por Hume e que ele o tenha extraído da **História de Florença**, de Maquiavel.

Sem dúvida, o Florentino tem sido o teórico da ciência política mais lido na história do pensamento ocidental. Contudo, a leitura dos seus escritos foi reservada tão somente ao **Príncipe**, por parte do grande público. De certo modo, adicionando os **Discorsi** e a **Arte da Guerra**, se teria mais elementos para uma reflexão sobre política do Florentino. Mas foi um Escocês do século XVIII que percebeu a importância de pensar a política com relação ao comércio, bem como o papel do Estado em incentivar a mobilidade e o aperfeiçoamento das técnicas de fabricação para o enriquecimento do Estado. De acordo com Pocock:

> [...] a Escócia de 1707-1745, na qual Hume cresceu e começou a escrever, estava profundamente envolvida com o anseio por troca e gosto, comércio e cultura. E o envolvimento do próprio Hume na vida de homem de letras deve tê-lo distanciado de qualquer tipo de romantismo primitivista (POCOCK, 2003, p. 173).

Assim como Smith encontrou em Hume, e outros, suas fontes para escrever sobre economia e política, Hume encontrou as sementes do comércio em sua relação com a política. As circunstâncias econômicas devem ter exercido alguma influência sobre o filósofo, afinal, a estrutura política passava por profundas transformações que, por fim, despertou a importância de unir novos elementos à reflexão política. Mas ela não consegue dar conta da genialidade do mesmo em estabelecer uma relação de que o comércio encontra sua fundamentação na antropologia humana. De outro lado, se em um contexto criticava o excesso de liberdade que ocasiona o acirramento político, de outro lado, solicitava a liberdade econômica para os empreendimentos comerciais. O facciosismo inglês era um problema delicado na equação política do seu tempo. Não deixa de ser esclarecedor indício de que Hume, no século XVIII, conhecia alguns trabalhos de Maquiavel. Talvez não se saiba ainda a medida de influências que o secretário Florentino tenha exercido sobre o secretário Escocês, mas não restam dúvidas de que Hume tinha um conhecimento das principais ideias e dos pensamentos políticos de Maquiavel sobre os quais veio a dissertar, ainda que obliquamente.

A passagem sobre o Banco São Jorge, por exemplo, faz uma pequena referência de que *historiadores informam* sobre o acontecido, em uma indireta alusão a Maquiavel, pois o Florentino encontra-se nas notas de rodapé citando **Della Hist. Florentinè, lib. 8.** (HUME, 2004, p. 120)[130]. Em outro ensaio, **Do refinamento nas artes**, aludi que os *historiadores ITALIANOS nos oferecem um motivo mais satisfatório para essa degeneração de seus camponeses* (HUME, 2004, p. 427), em uma clara citação a Guicciardini e, provavelmente, a Maquiavel. Afinal, ele fez questão de pôr no plural a menção. Além disso, Hume considerava Maquiavel um historiador e um político, como confirma o comentário sobre vícios e virtudes contidos na **História de Florença**[131]. De algum modo, Hume evita transmitir aos leitores qualquer relação com os escritos do Florentino, fazendo identificação, tão somente, quando é difícil apresentar o argumento sem uma menção ao Secretário da 2ª Chancelaria de Florença.

Hume provavelmente encontra nos escritos do Florentino elementos para a reflexão, visto que a grande preocupação de Hume é preservar a estabilidade política do governo. A crise inglesa é fruto da forma mista adotada. Como teórico que pensa a política sob a base da experiência e busca encontrar a "verdade efetiva das coisas", ele concebe que não sendo de todo monárquico, nem sequer republicano puro, o governo tende para a licenciosidade e a corrupção e, por conseguinte, para a instabilidade política. Hume não é um moralista sobre o tema da corrupção e admite que em certo nível, a corrupção é uma prática aceitável e garante a governabilidade. Maquiavel, decerto, não se oporia a este instrumento se o fim resultasse na glória da pátria.

A liberdade excessiva é outro problema. Identificar o tema da liberdade no Florentino é uma dificuldade. Segundo Escorel (1979, p. 80), *a palavra liberdade se confunde em Maquiavel com a de "lei" e a de "ordem"*. É possível encontrar alguma relação desta com as palavras: *civil* e *política* em Hume. Tal leitura deve ter influenciado, profundamente, Hume; afinal, a interpretação da liberdade civil reivindica o fim das regulamentações mercantilistas e o direito de empreender e usufruir seus bens materiais como bem lhe aprouver. De certo modo, o Estado foi reduzido em suas funções e poucas pessoas estariam preocupadas em participar das celeumas políticas, visto que desejariam retirar proveitos da atividade comercial. Ele deixou claro que o comércio pode prosperar em um país livre, tanto que cita Londres, Amsterdã e Hamburgo como exemplos do seu tempo.

---

[130] Esta é a forma que a citação encontra-se no original. Ver Hume (2006, p. 11).
[131] Ver comentário de Hume (HUME, 2004, p. 786).

De fato, os homens, em sua maioria, desejam apenas gozar de suas conquistas materiais. Maquiavel pensava do mesmo modo que os homens da política. No entanto, é o comércio que estimula as volições humanas, afinal, *jamais existirão compradores de livros se não existirem livreiros, mas, frequentemente, podem existir leitores onde não existem autores* (HUME, 2004, p. 225). A liberdade política é outra questão que, para Maquiavel, depende da política externa a ser adotada pelo Estado. Se os homens fossem moderados, talvez pudessem usufruir de tal liberdade, que deve estar prevista em lei. Hume tinha nesta ponderação seu ditame sobre o assunto, uma vez que os homens são seres inventivos. No ensaio **Da poligamia e dos divórcios**, HUME (2004, p. 311) escreve: *se as leis humanas não restringissem a liberdade natural dos homens, cada casamento em particular seria tão diferente dos outros quanto os contratos ou acordos de qualquer tipo ou espécie*. Para ele, o *coração do homem se deleita com a liberdade: a própria imagem do constrangimento lhe faz mal* (HUME, 2004, p. 319). Destarte, ele sabia que a liberdade natural devia ser reduzida em prol do interesse coletivo. Este egoísmo presente na condição humana inclina-se sem limites e representa um perigo constante. A vida humana só se realiza de modo pleno na vida social e quando as pessoas estão dependentes entre si. Porém, este desejo natural precisa ser educado em uma tradição. Assim sendo, o costume e a autoridade têm um papel significativo em moldar o caráter de uma nação, em qualquer sistema de governo. Aliás, todos os governos estimulam um espírito cívico, seja monárquico ou republicano. No entanto,

> [...] o governo INGLÊS é uma mistura de monarquia, aristocracia e democracia. As pessoas com autoridade se compõem de uma pequena nobreza e de comerciantes. Entre eles se encontram todas as seitas religiosas. E a grande liberdade e independência de que todo homem goza lhe permitem apresentar diferentes e peculiares maneiras. Daí o INGLÊS, entre todos os povos do universo, ser aquele que apresenta em menor grau um caráter nacional; a não ser que assim se possa considerar a singularidade que acabo de descrever (HUME, 2004, p. 343).

Deste modo, a liberdade precisa ser resguardada, porém sob a tutela da autoridade, jamais colocada como uma bandeira de oposições. Segundo Hume, a sociedade existe para que os homens possam viver juntos e condicionados uns aos outros. Hume não é um reacionário que prega o fim da liberdade, mas um teórico que conhece e consulta a história e, assim, percebe que o excesso de liberdade desperta as

volições naturais. Um governo que não tenha uma autoridade forte, nem por isso despótica, necessita estimular a desconfiança, seja dos súditos em relação aos governantes, seja o inverso. A liberdade sem o controle da autoridade vira licenciosidade. Se os homens preferem seguir as disposições naturais e, por decorrência, viverem sob a mais livre liberdade, Hume pensa, com base na história, que isso é pernicioso para o bem público. Tal afirmação não o transforma em defensor do autoritarismo, pelo contrário. Ele escreve:

> [...] em todos os governos, existe uma perpétua luta intestina, aberta ou secreta entre a AUTORIDADE e a LIBERDADE; e nenhuma das duas pode prevalecer de maneira absoluta nesse conflito. Um grande sacrifício da liberdade deve, necessariamente, ser feito em todos os governos; e, contudo, também a autoridade, que limita a liberdade, não deve tornar-se jamais, em qualquer constituição, completa e incontrolável (HUME, 2004, p. 139).

O tema liberdade em Hume está associado às garantias institucionais, como a proteção à propriedade e à livre iniciativa em questões comerciais. Mas um governo que sagra a liberdade como ícone inviolável e não restringida por leis só tende a minar as bases que o sustentam. Hume já tinha escrito que a avidez e a parcialidade são sentimentos humanos e que ninguém deseja diminuir uma predisposição do espírito, a menos que seja para receber algo maior. Se as pessoas são sem restrições sociais, livres, por que razão elas teriam respeito à lei e ao interesse alheio? Este bem maior é a sociedade organizada e estabelecida, com suas regras de justiça e uma administração que governe com normas gerais. A liberdade é importante para tornar os homens o mais felizes possível na sociedade. Onde a liberdade não está condicionada à lei, a desconfiança reina. Sem confiança não há como firmar acordos ou acreditar no fiel cumprimento das promessas. E o que dizer do comércio? Hume (2004, p. 516) escreveu que *os impostos mais perniciosos são aqueles arbitrários*. Smith (1999, p. 486), depois dele, reescreveu: *o imposto que todo o indivíduo é obrigado a pagar deve ser certo e não arbitrário*. Ambos discorrem sobre as certezas de que a vida em sociedade exige a confiança. Para Hume, a ausência de confiança no governo é fonte de sedição, bem como nas relações comerciais. Dentre as funções do governo, cabe fazer com que os homens cumpram a palavra empenhada. Sem esta, instala-se o temor que, na maioria das vezes, recorre aos expedientes extraordinários para preservar a ordem. Hume entende que tais medidas, às vezes, são necessárias, mas a base da boa ordenação é

seguir os meios ordinários. Afinal, o governo foi uma evolução do tempo, que tende a se aperfeiçoar. Da autoridade dos homens se chega ao império das leis. A liberdade, portanto, deve ser exercida sob os auspícios da norma escrita. É preciso preparar os homens para este sentimento cívico que os torna dependentes uns dos outros. Afinal,

> [...] o homem que só ama a si mesmo, sem preocupação com a amizade ou o merecimento, merece a mais severa reprovação; e o homem que só é suscetível à amizade, sem espírito público ou preocupação com a comunidade, é deficiente na parte mais concreta da virtude (HUME, 2004, p. 122).

Mas tal traço só poderá ser uma *opinião* comum se o ator político souber usar o artifício de criar uma identidade que envolva a satisfação pela existência do governo e, ao mesmo tempo, se tal sentimento for internalizado na sociedade. Para isto, será necessário ter líderes eficientes que sejam capazes de moldar as estruturas para que os indivíduos aceitem a obediência como um ingrediente necessário à estabilidade política. Assim, o controle social, que é exercido diretamente pelo Estado, deixa de estar limitado aos recursos extraordinários da violência estatal, a passo em que a sociedade incorpora uma semelhança de valores que induzem determinados comportamentos positivos e faz ainda com que os indivíduos tenham a complacência dos subordinados. A sociedade existe quando as pessoas começam a regular suas posturas de acordo com as normas sociais que permitem a estabilidade do governo. Em virtude disso, Hume considerou a importância da *opinião* para a manutenção da sociedade. Em todo caso, o ator político terá um papel significativo na condução de uma política, pois precisa ser avaliado pelo êxito de sua administração e, ao mesmo tempo em que governa segundo leis, aprovação popular, precisa moldar o comportamento das pessoas. Para Maquiavel:

> [...] honrar e recompensar a *virtù*; não desdenhar da pobreza; dar valor à boa ordem e à disciplina em seus exércitos; obrigar os cidadãos a amar uns aos outros, a rejeitar a discórdia e preferir o bem do público a qualquer interesse privado; e outros princípios desse tipo que seriam compatíveis com nossos tempos. Esses princípios seriam facilmente instituídos, caso se tomassem as devidas providencias para tal fim, pois parecem tão razoáveis em si e sua conveniência é tão óbvia para o bom senso que ninguém poderia opor-se a eles. Quem toma esse rumo planta árvores de cuja sombra desfrutará com maior prazer, e mais segurança, do que desfrutamos aqui (MAQUIAVEL, 2003, p. 12).

O que o personagem de Maquiavel comenta como desejo efetivo da ação política, Hume teoriza com maior aplicabilidade em seu conceito de *opinião* pública. O homem por natureza é egoísta e isso representa uma séria dificuldade para a instalação do governo como ferramenta que procura promover o bem público. Em virtude disso, Hume preconiza que todo o trabalho supere essa condição natural do homem e, assim, encontre o remédio no artifício da justiça e do Estado. Mas Hume vive outro momento da política. Maquiavel escreve o **Príncipe** na esperança de que alguém, com imensa *virtù* e *fortuna,* possa fundar o Estado italiano e, por conseguinte, prepare o ressurgimento da república italiana nos moldes da antiga Roma. Hume diagnostica o cenário inglês na tentativa de preservar o corpo político existente, ainda que para isso se tenha que recorrer à monarquia. De outro lado, Hume deve ter tido diversas chances de entender as preocupações de Maquiavel ao se implantar uma monarquia em um povo acostumado a viver em liberdade. Dessa maneira, Hume busca na história evidências de que a *polis* não é resultado natural e tampouco um processo contratual. Do contrário, Hume teria percebido que a força é o pressuposto do mando e os níveis simbólicos de dominação são posteriores ao recurso à violência que bem aplicada, consegue os resultados que Maquiavel considerava o cálculo da *virtù* e da boa *fortuna:*

> [...] quando se institui um novo governo, independentemente dos meios empregados, o povo geralmente fica insatisfeito com ele e obedece mais por medo e necessidade do que com base em qualquer ideia de fidelidade ou de obrigação moral. O príncipe está atento e vigilante e precisa se precaver contra qualquer início ou sinal de insurreição. O tempo faz desaparecerem gradualmente todas essas dificuldades e habitua o povo a reconhecer como seus príncipes, legítimos ou naturais, os membros daquela mesma família que, originalmente, era considerada de usurpadores ou de conquistadores estrangeiros. E, para justificar esta opinião, não recorrem a nenhuma noção de promessa ou consentimento voluntário, que, como bem se sabe, não foi nesse caso nem esperado nem pedido. A instituição é criada originalmente por meio da violência e a submissão só pode ser atribuída à necessidade. A administração que se segue também é sustentada pelo poder e aceita pelo povo, por uma questão de obrigação e não de escolha. O povo sequer imagina que o seu consentimento confere legitimidade ao príncipe; ele consente de bom grado, por julgar que a longa posse lhe conferiu seu título, independentemente de sua escolha ou preferência.
> Pode-se argumentar que o simples fato de continuar vivendo sob o domínio de um príncipe, a quem seria possível abandonar, é um sinal de que cada indivíduo manifesta um consentimento *tácito* à sua autoridade e uma promessa de obediência; mas este consentimento implícito só pode ocorrer se cada indivíduo acreditar que o assunto depende da sua escolha. Mas, se cada um pensar (como geralmente

> acontece com todos os homens nascidos sob um governo estabelecido) que tem, desde que nasce, deveres de submissão a um determinado príncipe ou a uma determinada forma de governo, será absurdo inferir um consentimento ou uma escolha, que, neste caso, todos negam e repudiam expressamente (HUME, 2004, p. 673-674).

Hume esclarece sua posição de que o recurso à violência é um meio de preservar o Estado. Para Maquiavel, o ator político não vê problema se a ordem política exige fundar, outra vez, o Estado, para eliminar a causa, corrupção dos costumes; tampouco Hume mostra resistência a esse pensamento. O que ele de fato deseja é a estabilidade do governo. Maquiavel debatia sobre circunstâncias especiais, enquanto Hume pensava somente em preservar a ordem. A lei precisava conter, em sua própria constituição, meios para frear e controlar as ações do próprio governo; caso contrário, não seria sob leis que o Estado continuaria. Aliás, a respeito deste escrito de Maquiavel, Hume certamente apoiaria:

> [...] todas as artes que foram apresentadas à sociedade para o benefício comum da humanidade, e todas as leis que foram instituídas para obrigá-los a viver no temor a Deus e em obediência às leis humanas, seriam inúteis e sem sentido se não fossem sustentadas e defendidas por uma força militar; essa força, quando adequadamente comandada, manterá essas leis e conservará sua autoridade, embora talvez não sejam perfeitas ou impecáveis (MAQUIAVEL, 2003, p. 4).

Hume confia na instituição das leis, pois acredita que elas possam levar a estabilidade política. Aliás, em seu ensaio **Que a política pode ser reduzida a uma ciência,** escreveu: *boas leis podem proporcionar a ordem e a moderação no governo*, e para reforçar seu raciocínio nesta crença, ele continua seu pensamento: *mesmo que os usos e costumes tenham incutido pouca humanidade ou justiça no caráter dos homens* (HUME, 2004, p. 120). Desse modo, ele percebeu que a sociedade política é um mecanismo complexo que exige o funcionamento ordenado por leis e instituições estáveis que proporcionem a estabilidade governamental. Assim, Hume é favorável à uma monarquia, no entanto com limites previstos em leis e com caução da propriedade. Hume não defende uma monarquia tradicional, por isso não pode ser confundido com um simples Tory. Porém as condições de insegurança o levam a desconfiar da forma mista do governo, pois entende a fragilidade e dispersão do poder nesta forma, e sabe que o exercício do mando precisa da centralização do poder nos momentos de crise, visto que ele é inerente e fundamental para a ordem social.

A indevida acusação de monarquista não procede em Hume, visto que ela não remonta a uma monarquia tradicional que se sustenta na ficção de Robert Filmer[132], pois bem sabe que todo poder emana da força. A força legitima o poder e não cabe a nenhum príncipe invocar um direito natural, já que ele não existe. As crises e as condições políticas da Inglaterra pedem uma inovação política capaz de promover a estabilidade e dirimir as crises que têm na distribuição do poder uma fonte de energia. A instalação da monarquia é uma inovação, ainda que pareça uma proposta contra o tempo. De fato, segundo Hume, todos os corpos políticos tendem a finalizar-se um dia; e toda autoridade, substituída por outra. De certo modo, Hume parece acreditar em um determinado *devir* político, parecido com o de ciclo de Maquiavel. Uma série de turbulências anuncia o final dos ciclos, corrupção dos costumes, instabilidade política, dentre tantos.

De maneira inevitável, a forma adotada com mais frequência na história foi recorrer à figura de um líder militar que, de modo paulatino, funda uma dinastia. O que Hume reivindica como solução monarquista é a transferência da forma mista (na qual um conselho de ministros só exerce suas funções depois que agrada aos membros do Parlamento, com o recurso da corrupção) para uma forma monarquista de fato (na qual o rei governe), sem incorrer no risco de uma revolução social, permitindo, assim, uma manutenção do sistema político que visa desfrutar as vantagens de um governo já instalado. Hume pondera sobre a capacidade de assimilar um recurso político sem ter que passar, necessariamente, por todos aqueles tumultos que de acordo com a história se assistiu. Dessa maneira, ele propõe o caminho da adoção de um sistema ao invés de percorrer todos os males indevidos para se chegar ao mesmo sistema.

A proposta de Hume não é utópica, mas ele sabe que dificilmente seria adotada em um país regido por uma constituição débil e dividido entre dois partidos motivados por um faccioso zelo e sem moderação. Este é um aspecto que o leva a fazer uma leitura negativa da Constituição inglesa; mas deve-se, em grande parte, a sua incapacidade de encontrar meios legais para sanar problemas práticos, por exemplo,

---

[132] Robert Filmer foi autor do **Patriarcha**. Neste ensaio, ele defendeu a centralização do poder real, na qual o rei encarnava o ideal nacional por vontade divina. Em seu próprio tempo, James Tyrrell escreveu **Patriarcha non Monarcha** e Algernon Sidney **Discourses concerning Government** e, finalmente, O **Primeiro Tratado** de Locke refutou os argumentos de Filmer. Não obstante a estas refutações, este último autor nem sequer é citado nos **Ensaios**. Em se tratando dos textos lidos por Hume e não mencionados em seus escritos, como não considerar que Filmer tivesse sido lido por Hume e ainda assim não ter qualquer relação com suas ideias. Ora, em diversos momentos, Hume trata da monarquia absoluta e até considera um argumento pueril defendê-la por argumentos divinos. Esta evidência negativa não é, de certo modo, um indício de que ele leu Filmer?

um mau ministro. Além disso, uma forte evidência de que Hume pensa a situação inglesa, a partir dos escritos antigos e dos florentinos, foi a sua análise sobre as facções. Tal estudo o fez perceber o risco da estabilidade quando as questões de Estado são confundidas por animosidades pessoais entre membros de partidos opostos; sugere que:

> [...] procuremos então, se for possível, extrair da precedente doutrina uma lição de moderação em relação aos partidos em que atualmente o nosso país está dividido; ao mesmo tempo, não permitamos que essa moderação debilite a paixão e a diligência que cada indivíduo tem o dever de colocar a serviço do bem de seu país (HUME, 2004, p. 122-123).

Maquiavel procura *a verdade efetiva das coisas*. Hume utiliza a observação e a experiência das coisas para fazer uma leitura realista do fato político. Percebe-se sua postura como teórico do fenômeno político, tal como Maquiavel, que deseja oferecer seus conselhos à pátria. A despeito disso, é que faz sua crítica ao zelo partidário e, do mesmo modo, à ausência de reflexão dos membros mais *fanáticos* para ponderar seus interesses abaixo dos interesses públicos. De outro lado, ele sabe que a moderação política dificilmente será alcançada ou nem sequer desejada pelas pessoas, mas ele não deixa de dar sua contribuição. Segundo Hume, a Constituição Inglesa não possui mecanismos para conter tal desmedida política e, pelo contrário, a total liberdade, que traz uma felicidade maior nos governos livres, funciona como um ingrediente de corrupção do sistema político adotado na Inglaterra. Em virtude disso, ele pode escrever com facilidade que *uma constituição só é boa se ela oferece um remédio contra a má administração* (HUME, 2004, p. 125).

Hume é um crítico do sistema misto por este produzir uma situação de instabilidade governamental. A questão não se resume em ser favorável ao partido Whigs ou aos Tories, mas sim em compreender a dinâmica do fato político e suas possíveis repercussões. Hume não deseja uma retrospectiva monárquica, pois sabe que ela é anacrônica[133], mas fazer uma reflexão analítica de um momento político e, assim, propor o desenvolvimento de uma ferramenta importantíssima para a manutenção do Estado: a Constituição. Trata-se de um fato político que disponibiliza condições

[133] *A mera palavra rei impõe pouco respeito; e falar de um rei como vigário de DEUS na terra, ou dar-lhe quaisquer daqueles títulos magníficos que antigamente deslumbravam os homens provocaria, apenas o riso de todos* (HUME, 2004, p. 151-152).

específicas para se considerar a própria formação da Constituição inglesa. Não deixa de ser significativa a menção ao escrito de Bolingbroke, **Dissertação sobre os partidos**[134], que, de maneira inevitável, exemplificará oportunidades de explorar o fato político que envolveu Bolingbroke e Robert Walpole. Além disso, mostra a contextualidade de Hume acerca dos assuntos políticos da Inglaterra. Hume faz a reflexão daquele momento e recorre aos seus contemporâneos, pensando em realizar uma reavaliação crítica da constituição inglesa. Poder-se-ia imaginar que ele apenas queria criar fatos políticos para aumentar a crise, porém, como ele era um moderado em suas ações, dever-se-ia considerar que se trata de uma proposta realista, que ele estava sendo sensato. Aliás, ao retomar o exemplo do remédio do corpo político afirma:

> [...] e se a BRITÂNICA, no máximo de seu vigor e depois de ser aprimorada por dois acontecimentos tão notáveis como a *Revolução* e a *Coroação*, devido aos quais a nossa antiga família real por ela se sacrificou; se a nossa constituição, quero dizer, tem tão grandes vantagens e não consegue oferecer qualquer remédio, então deveríamos antes ficar agradecidos ao ministro que a solapa, já que assim nos oferece uma chance de erigir outra melhor em seu lugar (HUME, 2004, p. 125-126).

Hume é um mero literato que escreve distante acerca da política. Para ele, a imagem da política está associada com um campo de ação humana que merece ser tratada em razão das diversas conexões que fazem os homens viverem unidos em sociedade. A visão de Hume é, em parte, de que os homens deveriam ser tratados como homens unidos em sociedade e que, do mesmo modo, fossem capazes de usar a moderação nas suas deliberações, tendo as leis e as instituições como palco das contendas. Ademais, ele sabia que a natureza humana foi feita para o consumo e que os recursos não estão disponíveis para todos, e isso gera o conflito que não pode ser dirimido sem o uso da força, sem a qual nenhum governo seria estável do ponto de vista político.

Se ele é um crítico de Walpole em determinado momento, em outro, ele utiliza a conduta do ministro para refletir sobre seu estilo de administração e, assim, tirar lições concretas de sua estada no governo. Desse modo, ele não é nem um Tory nem um Whig. Ele é um moderado, um realista disposto a entender a atividade política além

[134] No texto "Que a política pode ser reduzida a uma ciência" (HUME, 2004).

do personalismo. Mostra ainda que a moderação não é um mero condicionamento da alma, mas uma capacidade teorética que julga os fatos políticos. Todavia não se prende a mesma, no entanto procura estabelecer conexões com seus efeitos.

Foi inclusive a moderação que lhe permitiu entender a estrutura dos partidos ingleses. É bem provável que tal reflexão tenha uma influência dos pensamentos de Maquiavel, coligada à originalidade do Escocês. O realismo de Hume é latente, tanto que ele foi pioneiro em entender os princípios que norteiam a formação dos partidos e sua prática diária diante de tal princípio. Os ensaios, **Dos partidos em geral** e **Dos partidos da Grã-Bretanha**, são duas fontes de consulta obrigatórias para compreensão dos partidos.

Segundo Duverger (1970), Hume mostrou como o programa do partido cumpria uma função importante para aglutinar as pessoas. Segundo Hume, os dois partidos ingleses, Whig e Tory, reúnem indivíduos mais ou menos semelhantes em torno de objetivos comuns. Embora estes dois ensaios façam a provocação ao tema, existem comentários em outros ensaios, permitindo teorizar hipótese de que Hume preferiu diluir as discussões de acordo com os leitores.

De acordo com Hume, o partido Whig estava no poder quando redigiu sua **História da Inglaterra**. Esta passagem é importante para se conhecer melhor o perfil do filósofo. Ele teve a oportunidade de conquistar a simpatia dos membros deste partido, mas preferiu o conhecimento mais apurado da história a ceder às justificativas de poder dos Whigs, em especial, quando redigiu sobre o período dos Stuarts. De uma perspectiva partidária, tal atitude tem sido entendida como uma filiação irrestrita aos interesses do Tories.

Hume percebeu que os partidos são constituídos por homens que visam a satisfação de seus interesses, porém dentro da linha de interesses comuns existem, também, subdivisões. Os partidos são fundamentais para o equilíbrio do poder político, entretanto é preciso que os indivíduos sejam guiados por algum sentimento cívico e não, exclusivamente, por seus interesses imediatos. Observa-se, ainda, que a discussão sobre partidos políticos só se torna evidente no século XIX, bem como a questão da ideologia. No entanto, Hume já tinha percebido que o egoísmo é um sentimento natural da espécie humana, assim como a simpatia. Somente pela simpatia se pode participar da emoção do outro e filiar seus interesses ao interesse de outrem. É a simpatia que alimenta a confiança e promove as amizades que são reforçadas pela

inclinação natural. Partindo desta base, ele analisa as causas e os efeitos provocados pela Revolução Inglesa.

> Se considerarmos a origem dos primeiros partidos na INGLATERRA, durante a grande rebelião, observaremos que ela decorreu em conformidade com essa teoria geral, e que foi o tipo de governo de então que os fez surgir, por meio de uma influência regular e infalível. A constituição INGLESA, antes desse período, se encontrava numa espécie de confusão; ainda assim, era organizada de maneira a permitir que os súditos possuíssem muitos privilégios, que, embora não fossem rigorosamente definidos e defendidos pela lei, eram universalmente aceitos, devido à longa duração da posse, como a eles pertencentes, por direito de nascimento. Um príncipe ambicioso, ou antes mal-orientado, surgiu, e considerou que todos esses privilégios eram concessões de seus predecessores, e que portanto podia revogá-los livremente; e, de acordo com esse princípio, agiu em aberta violação da liberdade, ao longo de muitos anos. A necessidade, por fim, o obrigou a convocar o parlamento: o espírito da liberdade surgiu e se espalhou: O príncipe, privado de qualquer apoio, se viu forçado a conceder tudo o que lhe foi exigido: E seus inimigos, enciumados e implacáveis, não puseram limites às suas pretensões. Aqui começaram aquelas disputas, e não é de se admirar que os homens daqueles tempos tenham se dividido em vários partidos; e mesmo hoje o observador mais imparcial não é capaz de decidir sobre a justiça da contenda. Se as pretensões do parlamento fossem aceitas, o equilíbrio da constituição seria rompido, tornando o Governo quase inteiramente republicano. Se não fossem aceitas, talvez a nação continuasse ameaçada pelo poder absoluto, devido aos príncipes estabelecidos e aos hábitos inveterados do rei, claramente manifestados em todas as concessões que ele foi forçado a fazer ao seu povo. Nessa questão, tão delicada e incerta, os homens se inclinaram, naturalmente, para o lado que mais se harmonizava com seus princípios habituais, e os mais apaixonados partidários da monarquia declararam-se a favor do rei, enquanto os mais zelosos defensores da liberdade apoiaram o parlamento. Como as chances de êxito eram aproximadamente iguais para os dois lados, o interesse não teve grande influência nessa disputa: de forma que os CABEÇAS-REDONDAS e os CAVALEIROS foram puramente partidos de princípio; nenhum dos dois repudiou a monarquia ou a liberdade; mas o primeiro partido tendia mais para a parte republicana de nosso governo, e o segundo tendia mais para a parte monárquica. Nesse aspecto, eles podem ser considerados como partidos da corte e do campo, levados a uma guerra civil infeliz concurso das circunstâncias e pelo espírito turbulento da época. Os republicanos e os partidários do poder absoluto estavam ocultos nos dois partidos, mas só constituíam uma parte ínfima deles (HUME, 2004, p. 171-173).

Hume é eminentemente um teórico do realismo. Afinal, suas exposições dos fatos procuram demonstrar como as coisas funcionam ou como acontecem. Sua ingerência visa, sobretudo, apontar os caminhos para que certo resultado seja obtido e

a interpretação do fenômeno político tente descortinar o fato concreto para que o indivíduo saiba o que significa sua ação. Tais atitudes condizentes com a leitura do realismo político estão em Hume. Assim, quando observa a prática dos membros destes partidos, chega a uma conclusão:

> [...] dos dois lados há fanáticos suficientes, que inflamam as paixões de seus partidários e, a pretexto de defenderem o bem público, só visam aos interesses e objetivos da facção a que pertencem. De minha parte, sempre serei mais favorável a promover a moderação que o zelo; embora talvez a maneira mais garantida de fazer surgir a moderação em qualquer partido seja aumentar o nosso zelo pelo público (HUME, 2004, p. 122).

A presença dos "fanáticos" e o discurso oficial pelo bem público não condizem com a realidade dos membros da Câmara. Hume revela que o discurso é mera peça de retórica, enquanto a animosidade perniciosa é o que caracteriza a ação dos dois partidos. As críticas ao governo são marcadas pelo exagero dos partidos, bem como, a defesa, que não avalia concretamente a medida das observações antagônicas. Qual medida do governo é tratada como prejudicial aos interesses da nação? Por vezes, inclusive aquelas que se evitam tomar. Apesar da defesa, Hume nota que falta objetividade e uma estratégia moderada que evite perder ou colocar a estabilidade do governo em risco. Se esta é a natureza ou o comportamento dos partidos, Hume informa que é preciso entendê-lo em seu funcionamento, além de conhecer a natureza humana, afinal, o zelo dos partidários existe por causa de uma inclinação humana. Este mesmo sentimento natural faz com que as pessoas se filiem a um objetivo em comum. Esta flutuação de humores tem um propósito deliberado, o sucesso dos chefes e dos seus filiados. De outro lado, os partidos que surgem por causa de problemas reais, tratam as questões políticas com sobriedade, revelam como o caráter humano pode ser tomado pelo *senso de justiça e equidade* (HUME, 2004, p. 130). Como existem dificuldades na administração política, também é possível mobilizar recursos eficientes para tratá-las. Embora o zelo[135] partidário fosse um problema real para a política, ele é uma realidade e, portanto, Hume aproveita a observação do fato e extrai uma lição dele:

[135] Zelo não é definido em Hume, mas ele aparece está associado a um tipo de sentimento, um empenho, uma dedicação exacerbada que segue a imoderação.

> [...] procuremos então, se for possível, extrair da precedente doutrina uma lição de moderação em relação aos partidos em que atualmente o nosso país está dividido; ao mesmo tempo, não permitamos que essa moderação debilite a paixão e a diligência que cada indivíduo tem o dever de colocar a serviço do bem de seu país (HUME, 2004, p. 122).

Em face desta posição, Hume procura observar a ausência de moderação e como o partido majoritário encontra-se limitado na condução da política pública por necessitar da confiança do parlamento, precisando recorrer à patronagem para implementar sua filosofia política. Tal ato revela a falta de moderação dos partidos. Hume procura extrair lições dos eventos e está atualizado com as discussões do Parlamento, bem como, com a discussão intelectual. A **Dissertação sobre os partidos** de Bolingbroke foi citada algumas vezes em seus ensaios; no entanto, Hume mostra-se um cético com a Inglaterra. O senso de moderação de Hume (2004, p. 221) permite que ele leia este autor e veja algum mérito, apesar de fazer uma crítica contundente: *as produções de Lorde BOLINGBROKE, com todos os seus defeitos na argumentação, no método e na exatidão, contêm uma força e uma energia a que os nossos oradores poucas vezes ambicionam*. Bolingbroke lança ataques constantes à figura de Walpole em um jornal que faz oposição aos Whigs. Estes defendem seus ministros de quaisquer acusações e, assim, atacam os Tories em seus periódicos. Conforme observara Hume, eles são, às vezes, imoderados. Hume (2004, p. 124) não traça reflexões contrárias por uma preferência partidária, mas delineia perspectivas a partir desse comportamento sem moderação, pois,

> [...] quando essa acusação e esse panegírico são recebidos pelos partidários de cada partido, não é de se admirar que se verifique em ambos os lados uma enorme efervescência, enchendo a nação de violentas animosidades. Mas eu adoraria persuadir esses fanáticos de que existe uma contradição óbvia tanto na acusação quanto no panegírico, e que, se não fosse essa contradição, seria impossível que um e outro lado chegassem a tais extremos. Se a nossa constituição fosse realmente essa *invenção nobre, orgulho da* GRÃ-BRETANHA, *motivo de inveja de nossos vizinhos, erguida pelo labor de tantos séculos, aprimorada à custa de tantos milhões e consolidada por tão grande profusão de sangue*, quero dizer, se a nossa constituição merecesse em qualquer grau esses louvores, nesse caso ela jamais teria permitido que um ministro fraco e perverso governasse triunfalmente durante duas décadas, enfrentando a oposição dos maiores gênios da nação, que gozavam da mais ampla liberdade de expressão e de imprensa, no parlamento e nos frequentes apelos que faziam ao povo. Mas, se o ministro é tão fraco e perverso como tão insistentemente se afirma, então a constituição deva estar errada em seus princípios originais, e

> não se pode fazer uma acusação consistente ao ministro de solapar a melhor forma de governo do mundo (HUME, 2004, p. 124-126).

Para Hume, uma carta constitucional precisa oferecer, de modo eficiente, ao Estado caminhos administrativos contra a má administração. Do mesmo modo que um remédio serve para curar ou prevenir doenças, a constituição deve distribuir as competências e as relações entre os poderes, bem como os direitos e deveres dos governados e governantes, ajustando as ações humanas às normas. Para o Escocês, a lei máxima britânica estrutura-se ao longo dos acontecimentos políticos, embora ela ainda não consiga ainda "oferecer qualquer remédio" a uma administração ineficiente. O realismo político não o coloca como um ser suprapartidário, afinal, fez uma opção pela monarquia, mas não nos moldes do partido Tory. Afinal, ele percebe os excessos de seus princípios políticos, que se aproximam a imoderação política. Ele se coloca como um teórico que procura entender o fenômeno político e, em virtude disso, analisa a sucessão real (dos Stuarts para os Hanover) e encontra tanto posições favoráveis para o acontecimento, como contrárias. Segundo ele:

> [...] as desvantagens da sucessão protestante resultam dos domínios estrangeiros que os príncipes de HANOVER possuem, e é licito pensar que eles nos arrastariam para as intrigas e as guerras do continente, fazendo com que, em certa medida, perdêssemos a vantagem inestimável de estarmos cercados e protegidos pelo mar, que dominamos. As desvantagens de chamar de volta a família deposta decorrem sobretudo da sua religião, que é mais prejudicial para a sociedade que a religião estabelecida entre nós; na verdade é contrária a esta, e impede que qualquer outra comunidade religiosa desfrute de tolerância, paz e segurança (HUME, 2004, p. 714).

Hume é conduzido pelo realismo político em suas reflexões e, deste modo, faz a leitura mais realista da sucessão, procurando determinar quais foram as vantagens e desvantagens. Hume convida o leitor a acompanhar suas especulações a partir dos fatos. Ao mesmo tempo em que pensa na sucessão, o Escocês sabe que as mudanças trazem inovações, porém, é ciente de que o tempo e o *hábito* consolidam as coisas, principalmente, as mudanças no tocante ao direito hereditário. Sabe que a Casa dos Hanover representa um perigo à estabilidade da nação, à proporção em que se violou o direito de hereditariedade. Com isto, não defende uma linha de realeza, como um Tory, visto que ele já tinha escrito, antes, que os reinos começam de algum modo pela força e pela usurpação. De modo simples, afirma que existe um *costume* que foi violado

na sucessão, entendendo que o afastamento daquela Casa Real e a substituição por um membro da família evitam que no futuro qualquer um tenha a pretensão de requerer algo que nunca lhe pertenceu. Ainda assim, como houve uma linhagem interrompida, isso não deixa de ser um empecilho. *Qualquer regime só tem a ganhar com a moderação*, escreveu Hume (2004, p. 706). Realizou uma reflexão sobre os partidos, demonstrando que o conflito, ao envolver questões de princípios e estão subsidiados em problemas reais, promove o engrandecimento da pátria, assim como ocorre o inverso quando se descobre no motivo da origem do conflito, apenas a animosidade entre seus membros. Hume, ao descrever os princípios "especulativos" dos partidos e os motivos pelos quais eles se digladiavam, percebeu que:

> [...] um dos partidos, ao vincular o governo à DIVINDADE, tenta torná-lo tão sagrado e inviolável, que constitui pouco menos que um sacrilégio, por mais tirânico que ele se torne, contestá-lo ou violá-lo no menor detalhe. O outro partido, tornando o governo inteiramente dependente da aprovação do POVO, pressupõe a existência de uma espécie de *contrato original,* por meio do qual os súditos se reservaram tacitamente o direito de resistir ao seu soberano, sempre que se sentirem prejudicados por aquela mesma autoridade que confiaram voluntariamente a ele, para determinados fins (HUME, 2004, p. 662).

Hume mostrou que o argumento do "Contrato" era inconsistente e que o suposto "Estado Natural" nada mais era do que uma *ficção*. Do mesmo modo, ele negou a defesa de uma monarquia como uma consequência da vontade de Deus. Afinal, se Deus é, em última análise, a causa do mundo, quem estiver no poder, como ironicamente escreve Hume (2004, p. 663), seja *um usurpador ou ainda um salteador ou um pirata,* estará realizando a vontade do Senhor. Tal justificativa era incongruente e fora do tempo em uma Inglaterra que tinha entregado a Coroa a um estrangeiro. Contudo Hume procura determinar o que são estes partidos. Em primeiro lugar, trata-se de uma conquista do poder, por meio do partido. Não obstante a disputa, Hume considera que estes partidos, às vezes, mais se assemelham às facções. Hume percebe que não existia diferença substancial entre eles, pois eram formados essencialmente por grupos homogêneos que disputavam o poder. Embora existissem as divisões entre *reais* e *pessoais*, era comum, segundo Hume, certa mistura de ingredientes entre si. Desde cedo, Hume considera que os partidos reais, se tomados pela moderação, são mais benéficos à condução do governo, enquanto o outro prejudica a estabilidade política. Mas é comum também que uma celeuma começada com um problema real

perdure algum tempo por causa das inclinações humanas, mesmo que o objeto real da contenda não exista mais.

Os partidos aglutinam diversos tipos humanos que se identificam segundo a crença religiosa, interesses econômicos e a conquista do poder dentre tantas coisas que fazem os homens se reunirem entre si. Pode ser uma conclusão fácil, na atualidade, mostrar que os grupos se rivalizam na medida em que consideram seus respectivos critérios e valores mais justos e apropriados do que a da outra confraria. A respeito, Hume (2004, p. 162) escreveu: *cada qual deseja, naturalmente, que o direito seja respeitado, de acordo com a sua própria concepção do direito*. Ele percebeu que cada grupo forma uma estrutura que justifica seu poder enquanto repudia os supostos direitos dos outros. Ao mesmo tempo, ele introduz um novo raciocínio: a ideia de que alguns partidos defendem suas posturas como membros de uma ordem religiosa. Além disso, afirma Hume (2004, p. 165): *são mais furiosos e raivosos do que as mais cruéis facções que já tiveram origem no interesse ou na ambição*. De fato, Hume descobre o perigo advindo de tais linhagens. Tal afirmação esclarece um pouco mais uma passagem de Duverger (1970, p. 22-23) sobre *the Whip*. De acordo com ele, cabia a esta figura fiscalizar os votos e os discursos dos membros do partido e também a nomeação e destituição dos cargos públicos. Tal leitura demonstra que a nomenclatura de partidos só esconde a influência do líder e desmascara aquilo que Hume já tinha denunciado sobre a irreal diferença entre os partidos. Por isso, se observava frequentemente que na saída do deputado de um partido para outro, ele fosse acompanhado por seu séquito. Hume mostra-se, também, excelente observador:

> [...] dois partidos de PRINCÍPIO estão envolvidos na própria natureza de nossa constituição, e eles podem ser corretamente denominados partido da CORTE e partido do CAMPO. A força e a violência de cada um deles dependerão do caráter da administração. É possível que uma administração seja tão ruim que acabe empurrando a maioria para a oposição: enquanto uma boa administração fará com que se aliem à corte muitos dos mais apaixonados amantes da liberdade. Por mais que a nação flutue entre esses dois partidos, porém, eles sempre subsistirão, enquanto formos governados por uma monarquia limitada (HUME, 2004, p. 168).

Há uma disputa para se obter vantagens pessoais, visto que a condução da máquina administrativa pode conceder benefícios a uns e vetar a outros a obtenção de prerrogativas. Existem princípios que norteiam a ação destes grupos, bem como seus

interesses. A divisão de interesses e princípios é mais sentida pelos líderes do que pelos membros. Desta maneira, existem dois grupos homogêneos que disputam o poder e que oscilam suas consciências, de acordo com seus interesses mais imediatos. Conforme Hume deixa claro, não há substanciais diferenças entre eles, mas sim uma animosidade que estabelece laços de interesses e desinteresses. Tanto assim que o *Whip*[136] manuseava seu açoite a partir do fim obtido da votação. A compreensão política deste momento permite imaginar o nível de corrupção reinante naquele país[137]. A concórdia civil só se obtém pela compra das consciências. A condução da política administrativa segue as negociações políticas de um Gabinete que mistura os interesses particulares com o bem público. Para Hume, isto representa uma ameaça à estabilidade política, na medida em que alguns abraçam a causa real em virtude dos benefícios em mira e são contrários.

> [...] mas, além dessa diferença de Princípio, aqueles partidos são fortemente fomentados por uma diferença de INTERESSE, sem a qual eles dificilmente seriam perigosos ou violentos. Naturalmente, a coroa dará toda confiança e poder àqueles cujos princípios, reais ou fingidos, forem mais favoráveis ao governo monárquico; e essa tentação, naturalmente, os levará a extremos maiores do que se fossem movidos apenas pelos seus princípios. Seus antagonistas, que se vêem frustrados em suas principais aspirações, abraçam o partido cujas opiniões se inclinem para uma desconfiança maior do poder real, e naturalmente defendem essas opiniões com uma intensidade maior do que seria justificada por uma política consistente. Assim a Corte e o Campo, que são o genuíno legado do governo BRITÂNICO, constituem uma espécie de partidos mistos, influenciados ao mesmo tempo pelo princípio e pelo interesse. Geralmente, os líderes das facções são guiados sobretudo por esse motivo; e os membros inferiores por aquele (HUME, 2004, p. 168).

De um modo semelhante a Maquiavel, Hume procura "a verdade efetiva das coisas" quando se debruça sobre os partidos políticos ingleses. Percebe-se que o ganho pessoal é a fonte que inclina o alinhamento político dos parlamentares. Hume percebeu que a conjuntura política demanda deste expediente para fazer funcionar a máquina administrativa. Em relação às questões religiosas e de poder, Hume afirmou que a liberdade de pensamento não foi benquista por aqueles que dominam a religião, uma vez que a mente acostumada à liberdade e às volições naturais não teme a morte

---

[136] *Etimologicamente, Whip significa chicote; em linguagem cinegética, designa os picadores armados de chicote que dirigiam a matilha em direção ao animal perseguido* (DUVERGER, 1970, p. 22).

[137] *Walpole gobernó por médio de la corrupción, porque cundo ejerció el poder no había outra manera de gobernar* (MACAULAY, 1911, p. 102).

como um processo automático da existência humana. Somente a má educação pode infundir um medo horripilante a uma consequência certa que é a morte. Do mesmo modo, somente quem queira tirar algum proveito nesta existência pode discorrer sobre a obediência passiva e o direito de governar advindo de um direito transcendente. Assim sendo, o partido da corte goza da preferência do clero oficial, *enquanto, ao contrário, os dissidentes de todos os tipos pertencerão ao partido do Campo* (HUME, 2004, p. 169). A análise destes princípios foi devidamente explorada por Forbes (1975), e não convém aqui aos interesses do realismo político.

Em sua perspectiva política, muito próxima do Florentino, Hume admite que a função do governante é exercer o poder e manter a ordenação do Estado; controlar os humores dos homens e submeter estes sentimentos à força das leis, de modo a não interferir na forma de governo. Se Hume é um conservador em política, é por receio da instabilidade. Ao mesmo tempo em que faz suas reservas à liberdade, ele considera um prejuízo a interferência do Estado, com regulamentações excessivas, nas transações comerciais. Deste modo, sua crítica à regulamentação faz dele um revolucionário em pensamento econômico. Escreve sobre os benefícios da expansão comercial entre países, e apóia em carta a libertação das treze colônias na América. Hume é apaixonado pelo saber dos clássicos e sabe que o governo deve ser avaliado pela sua eficiência administrativa. Também sabia que o enriquecimento das pessoas contribuía para a economia do país e fortalecia o intercâmbio de ideias entre nações, o que aumentava a capacidade crítica e o refinamento das pessoas. Ao estudar as cidades italianas, percebeu que o rico comércio daquela região favoreceu aos banqueiros promover um desenvolvimento sem igual nas letras, ciências e artes. Graças ao comércio, os italianos projetaram suas ideias de beleza pela Europa, porque, assim, desenvolveram-se as cidades. As transformações econômicas que estavam acontecendo no mundo exigiam mudanças na política, principalmente, no tocante à visão mercantilista ultrapassada. Não menos importante, as posições fisiocratas defendiam que a terra era única fonte de riqueza aceitável dentro de uma nação. É o trabalho que transforma o mundo e o egoísmo, entendimento que levará Smith a desenvolver mais tarde o raciocínio de que o *padeiro* prepara o pão visando obter somente o lucro. No trabalho especificado, surge a melhoria do artefato que interfere no preço e gera a competição, sempre motivada pelo egoísmo de ganhar alguma coisa.

Alguns analistas acreditam que a genialidade de Smith foi favorecido pelo momento histórico, pois sua obra explora justamente a não-intervenção do Estado nas questões econômicas. Em vista disso, não deixa de ser relevante o papel de Hume como o arauto do fim das taxações sobre as transações mercantis. Hume percebeu as transformações socioeconômicas acontecendo e o papel do trabalho, da indústria e do comércio. Tratava-se de um fenômeno à vista do observador atencioso. A ruptura estava a caminho desde que o processo de expansão marítima e comercial se iniciou, promovendo a materialização das monarquias nacionais e, por fim, despertou o interesse pelos mercados italianos.

Se a economia tinha leis próprias, no plano político, o sistema misto de governo inglês parecia sempre frágil, permitindo mudanças abruptas que deixavam expostas as vísceras da forma política. É evidente que Hume não estava satisfeito com aquele sistema que não era por inteiro nem uma "república", tampouco uma "monarquia". O esforço intelectual de Hume foi apresentar uma proposta controversa, uma monarquia centralizada para momentos de crise. Não se tratava de uma mera opção, mas a cada sucessão inglesa começava a discussão de quem tinha de fato direito ao trono inglês. Ele sabia o papel da força para manter o governo, mas sabia também que era preciso uma justificativa simbólica para o exercício do mando. De grande importância para o realismo político, são suas ideias sobre o "consentimento" e a "promessa" como fontes do poder. O mando está nas boas leis e nas armas, como afirmava o Florentino. De outro lado, ninguém melhor do que ele para afirmar que o consentimento popular *é um fundamento justo do governo* (HUME, 2004, p. 672). Entretanto, ele sabia que o Parlamento detinha o poder, embora a forma de encontrar a "confiança" dos parlamentares representasse um sério risco à boa ordenação do Estado. Na falta de uma solução para um velho problema, nada igual à velha proposta: centralizar o poder político, no entanto permitindo a liberdade econômica. Ele acreditava que transpassado os conflitos mais enraizados, a própria ordem das leis imperaria entre os homens. Afinal, para o Filósofo que defendia a liberdade do comércio, o refinamento das artes e pessoas e, sobretudo, a moderação nos assuntos políticos, tão logo fosse afastado o risco da instabilidade política, tratava-se de um caminho realista e pragmático, tal como previu o Florentino, pois ele era um ardente defensor da liberdade, conforme mostra o trecho a seguir:

> [...] a liberdade é uma bênção tão inestimável que, sempre que surgir qualquer possibilidade de recuperá-la, a nação não deve temer enfrentar grandes riscos, nem se lamentar diante de um derramamento de sangue ou de uma dilapidação do tesouro (HUME, 2004, p. 698-699).

A liberdade é um princípio e, ao mesmo tempo, uma inclinação da espécie humana, mas deve estar prescrita sob as leis do Estado. Um governo eficiente permitirá aos súditos desfrutá-la sem que seja um inconveniente à ordem pública. A liberdade é um direito, porém, não deve ser defendida por zelo ou fanatismo. Deve existir coadunada as circunstâncias políticas, afinal, segundo Hume (2004, p. 175), foi *o fundamento mais sólido* da Revolução inglesa. A leitura de Hume acerca da liberdade mostra-se clara ao definir os membros dos partidos em relação a este tema. Para ele:

> [...] um amante apaixonado da monarquia, naturalmente, rejeitará qualquer mudança na sucessão, por aproximar-se demais de uma república: e um amante apaixonado da liberdade estará inclinado a pensar que todas as partes do governo devem se subordinar aos interesses da liberdade (HUME, 2004, p. 176).

David Hume continua um representante do realismo político da mesma linha dos antigos e dos florentinos. Em sua perspectiva, Hume adota elementos do Florentino, tendo sempre a preocupação de propor medidas e reflexões eminentemente práticas. Não obstante, Hume nega-se, à risca, em abraçar esta ou aquela outra máxima maquiaveliana sem contextualizá-la pelas circunstâncias concretas da vida política. Hume leu o **Príncipe**, os **Discorsi**, a **História de Florença** e, pelo menos, um **relatório**. Tal leitura serviu para ilustrar que é necessário adotar medidas de caráter republicano e, em partes iguais, sustentar a centralidade do exercício do mando na figura do rei, com o objetivo de minar os conflitos políticos oriundos da fragilidade da monarquia inglesa. Esta é constantemente ameaçada pela forma de governo misto. Assim, ele é o crítico da República mista, por acreditar que os *dois extremos do governo, a liberdade e a escravidão, frequentemente se aproximam a ponto de se tocarem* (HUME, 2004, p. 102), embora o meio termo seja, *um pouco de monarquia com a liberdade, o governo se torna sempre mais livre* (HUME, 2004, 102). Hume é um moderado em consonância com o realismo político exposto pelo Florentino.

Respaldado pelo realismo político, o pensamento de Hume deve ter recorrido do discurso elaborado por Maquiavel para apresentar uma velha fórmula em uma nova

embalagem. Para o Escocês, a soberania só pode existir quando há uma autoridade capaz de instituir leis e, ao mesmo tempo, cumprir este corpo positivo no qual vivem os governados e governantes. O império das leis é preferível à vontade do rei, mas quando a ordem pública encontra-se ameaçada de dissolução não há problema em se utilizar medidas extraordinárias para preservar ou restabelecer a ordenação sócio-política. A interpretação política de Hume julga que lutas e divisões na Grã-Bretanha apresentam analogias com diversas situações históricas que antecedem a ruína do Estado. Para o caso, a monarquia efetiva é uma resposta momentânea à conjuntura política que se apresenta, devida às crises de proeminência dos Whigs e a ausência de moderação dos Tories. A situação deve ter obrigado o filósofo explorar os temas maquiavelianos com o propósito de garantir a segurança do indivíduo e a propriedade.

9 Considerações finais

> Eliminando todos os outros fatores, o que sobra tem que ser verdadeiro (CONAN DOYLE, 2007, p. 83).

Com estas palavras, o detetive Holmes explicava sua ciência da dedução para o amigo Watson. A investigação é um processo frio de observação e dedução. Portanto, era preciso diferenciar o que se vê do que se observa. Para Holmes, a diferença é clara. É um erro formular hipóteses antes de se ter acesso aos fatos, porém, depois de consultá-los, e seguindo a orientação dos fatos, é preciso edificar uma teoria, por mais absurda que seja. Depois de examinados os indícios e seguidos os encadeamentos dos fatos, em especial, os pequenos detalhes, ainda que lhe pareça um tanto extraordinário, só sobra o verdadeiro.

A partir do presente estudo foi possível evidenciar que David Hume leu Niccolò Machiavelli e conhecia a sua obra. É bem provável que tenha mantido uma interlocução com o Florentino durante suas reflexões políticas. Afinal, os temas que permeiam suas ideias, não por acaso, são política, estado, governo e natureza, mostrando uma identidade de pensamento entre eles. Ao discutir o poder, eles estão interessados na forma em que se conquista e se mantém. Encontram-se a ideia de natureza humana e sua inclinação primeva: o egoísmo. Este advém da escassez de recursos. Este saber foi fornecido pela história, sendo esta, uma fundamental fonte de exemplos.

A Inglaterra tinha problemas políticos, em especial, a instabilidade política e o aumento considerável da corrupção e da patronagem, ingredientes fundamentais que alguns membros do gabinete recorriam para continuar no poder. De um rei que pretendia governar por vontade divina, à figura simbólica que reina, porém não governa, a Coroa flutuava de uma cabeça a outra, sempre antecedida de crises e de conflitos que insistiam em perdurar, mesmo depois das pelejas. De um lado, um partido que reivindica o retorno das prerrogativas reais, de outro, o que entroniza um rei mediante o contrato que pode ser rompido a qualquer instante. Com efeito, para Hume, a Inglaterra era em um 'barril de pólvora' com rastilho.

À luz do realismo político, Hume afirmara que existem, ainda, outros fatores preocupantes: o endividamento do erário público por má administração aumentava a

crise; a economia não estimulava de modo adequado o trabalho e era ainda taxada em excesso; medidas protecionistas impróprias inibiam o incremento industrial e a competitividade; a riqueza concentrava-se em poucas mãos, dificultando a mobilidade de capital; monopólios eram concedidos pelo governo aos amigos da corte; e a ideia de que a balança comercial deveria ser associada à velha prática de estoque de metais preciosos. Aquela situação era prejudicial ao Estado, pois dificultava o intercâmbio comercial entre nações, ao mesmo tempo em que estimulava um desnecessário nacionalismo que gerava guerras[138]. Para Hume, a riqueza de uma nação encontrava-se no trabalho, tese que seria explorada de modo mais profícuo por Smith. Além destes fatores estruturais, os partidos disputavam o poder sem qualquer moderação. A Inglaterra é dominada por lutas partidárias que excedem aos problemas reais, semelhantes às lutas facciosas. Desde os antigos e, provavelmente, com os escritos do Florentino, Hume percebeu que as lutas partidárias podem semear o nascimento de facções. Estas geram divisão e ameaçam a existência do Estado, à medida que acirram a luta intestina pelo poder, tornando a nação sensível à ameaça externa.

Hume tentou compreender a Inglaterra após a Revolução e em seu próprio tempo. Percebeu que a Constituição era o caminho adequado para Inglaterra, afinal, é preciso ter o respeito às leis. Contudo, não foi um apologista do sistema inglês. Sua análise da realidade estava sob as linhas do realismo político, sem filiar a um único ponto de vista. Este tipo de leitura política permitiu-lhe destacar que a rivalidades entre Whigs e Tories ameaçava o bom ordenamento sócio-político inglês. À mercê da revolução, formaram-se dois blocos de interesses e posições políticas. Para Hume (2004, p. 173), esses partidos *não mais deixaram de confundir e perturbar o nosso governo*. Hume percebeu que os próprios partidos, apesar de suas inclinações sobre seus princípios, podem, às vezes movidos por interesses maiores, se unir. Esse foi o caso da Revolução Gloriosa, em que os Tories e os Whigs destronaram James II e ofereceram o trono a Guilherme III e Mary II, filha do destronado. A partir daquele momento, o mando de fato seria exercido pela vontade dos parlamentares. Para Hume, eles seriam mais úteis se fossem regidos pela moderação. Tal moderação está vinculada à questão das facções que, Maquiavel e Hume, entenderam como um problema. É bem provável que este tema tenha ganhado a atenção de Hume depois de sua leitura dos italianos. Afinal, estes perceberam que as facções são a porta para inimizades desnecessárias

[138] Advertência preconizada por Hume.

que, em seguida, geram a discórdia social. E Hume preocupava-se mais com a ordenação das instituições do que com o regime político. Além do mais, sua real preocupação foi a manutenção da ordem civil. Desse modo, deve ter sido promissor encontrar no Florentino uma série de reflexões que se pautavam mais nos fatos empíricos do que nas descrições de belas repúblicas inexistentes. Este tinha um débito com os clássicos e priorizou as suas considerações a partir do realismo político, sobrepondo as razões do Estado às vontades do ator político. De fato, a história forneceu vários exemplos que mostram como as facções foram danosas ao Estado.

Tanto Hume quanto Maquiavel inspiraram-se em outros filósofos, também, e deve ter sido significativo para os teóricos lerem Salústio "descrevendo" a trama de Catilina[139], afinal, este foi o principal manual dos conspiradores. Maquiavel (2007, p. 406) chama atenção às obras dos cidadãos, visto que os homens de virtude devem ser louvados nas repúblicas e terem seus caminhos abertos para que possam agir em *prol do bem comum*. Os caminhos devem ser públicos, porque os privados fazem partidários e enfraquecem as leis. Para Maquiavel (2007, p. 407), as vias privadas estimulam a corrupção dos costumes e é um problema para o governo. Maquiavel partiu do conceito de corrupção para escrever a história da cidade (BIGNOTTO, 1991, p. 191). Hume percebeu que, sem um pouco de corrupção, o governo não pode ser eficiente (SKINNER, 1996, p. 66). Talvez, por isso, tenha destacado o papel da moderação para iniciar a análise política. A ideia de partir da moderação sugere que o problema da corrupção já era evidente. É possível que Hume tenha sido influenciado por Maquiavel ao propor a moderação como o caminho entre os excessos de zelo partidários ou entre facções; em seguida, mostrou como ele utilizou o próprio conceito de facção para justificar uma preferência pela monarquia, visto que a cada sucessão, se fosse apenas uma questão de escolha de um governo livre, envolveria toda uma disputa pelo poder, tendo até mesmo a possibilidade de *uma guerra civil* (...) *cada vez em que o trono fica vago* (HUME, 2004, p. 111). Revela ainda que Hume não exclue de modo decisivo a probabilidade de se implantar uma aristocracia ou mesmo uma democracia,

---

[139] A conspiração de Catilina (ROSTOVTZEFF, 1973, p. 127) foi o exemplo clássico e estudado pelos dois teóricos. Este exemplo serve ainda para explicitar o conhecimento que Hume tinha acerca dos eventos ocorridos em solo italiano. Hume resgatou o poema **an Essay on Man**, de Alexander Pope, no qual este escritor procura entender as relações entre os homens e os males do mundo, colocando Borgia e Catilina, o que mostra a extensão de Hume do universo político. Eis o trecho do poema: *se pragas e terremotos não perturbam os desígnios dos céus, Como fariam um BÓRGIA ou um CATILINA?* (POPE *apud* HUME, 2004, p. 301). Este trecho também ilustra como os atos da família Borgia já eram conhecidos em solo inglês.

entendendo que os governos livres são aqueles nos quais se pode gozar a liberdade. Cabe ressaltar que tal análise será seguida sobre a importância do governo livre e o efeito nocivo para as províncias, o que recorda um pouco Maquiavel, e, ao mesmo tempo, para deixar de lado a questão da Inglaterra. Essas e outras afinidades deixam perceber uma possível extensão do pensamento de Maquiavel, podendo considerá-lo como um interlocutor político de Hume. Um aspecto parece certo, além do nome, Maquiavel, neste ensaio de Hume, confirma o estilo dele em comentar sobre certas situações ou pessoas, de forma indireta, pois seu texto utiliza a polêmica entre os adeptos e os contra da política adotada de Robert Walpole[140], tanto em atacá-lo como em defendê-lo. Além disso, parece relevante que Hume já desponta uma interpretação sobre os partidos políticos como um grupo associado que visa obter benefícios para seus líderes e membros, porém, possui como marca acentuada a batalha pela busca do poder, conforme assinala Weber[141]. E Hume (2004, p. 673) entendia de modo perfeito o governo como uma estrutura utilizada por homens para dominar outros homens, afinal, *a administração que se segue também é sustentada pelo poder e aceita pelo povo, por uma questão de obrigação, e não de escolha*. Hume parece afirmar que somente o governo tem o direito de recorrer ao uso da violência, principalmente, para preservar a ordem diante das facções. Para que o Estado tenha sua existência garantida, é preciso que as pessoas obedeçam às autoridades constituídas, seja porque a moral exige tal princípio seja devido às regras e normas instituídas. Mas parece que Hume ousou um pouco mais; ele percebeu que toda ação humana envolve interesses escondidos. Afinal, por trás das lutas entre famílias em Florença, existia o desejo de controlar as ações comerciais.

Hume convive com críticas e semelhanças acerca da política em Maquiavel. Para ambos, o que caracteriza a política é o poder, o monopólio da força, por parte do

---

[140] Robert Walpole não é citado por Hume neste ensaio "Que a política pode ser reduzida a uma ciência", mas é evidente de que seja ele o político que provoca as reações criticadas como imoderadas por ambos os lados. Além disso, a analogia entre o mau ministro, que solapa a Constituição, não deixa dúvidas de que seja ele mesmo. A instalação da política de gabinete firmou-se no período em que exerceu esta função, na qual habilmente recorreu à corrupção para nela ficar por duas décadas. O tradutor da versão portuguesa afirma, categoricamente, que seja ele. Todavia, não se trata de nenhum excesso, pois, Walpole como Lord of the Treasury, foi a figura principal na política inglesa até sua renúncia em 1742. Além disso, Hume escreve algo interessante que demonstra que Walpole era o assunto principal dos escritores nos últimos tempos, pois se *poderia montar uma enorme biblioteca com o que foi escrito a favor ou contra ele, já que foi tema de mais da metade do papel gasto em nossa nação nestes últimos 20 anos* (HUME, 2004, p. 796).

[141] Weber (1982, p. 98) clareia o assunto quando afirma que *quem participa ativamente da política, luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideias ou egoístas, quer como o 'poder pelo poder', ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder*.

Príncipe ou do Estado, respectivamente, e o uso desta força para estruturar e manter a ordem no Estado. Hume aponta a eficiência administrativa como uma marca favorável ao governo. Em Maquiavel, o êxito do príncipe é avaliado pela conservação do principado diante das intempéries. De certo modo, 'eficiência' e 'êxito' podem ser interpretados como a capacidade de produzir bem o efeito desejado ou realizar bem as tarefas, seja por meio da força ou habilidade do ator político. Tanto um quanto o outro sabem da importância da força; no entanto, recorrem ao artifício das Leis para assegurar a ordem. De fato, a interlocução com Maquiavel parece ser uma hipótese possível, uma marca velada nos ensaios de Hume. Tais marcas suscitam dúvidas de que uma série de interpretações do secretário Escocês pudesse ter tido como ponto de partida os textos de Maquiavel. Afinal, o estilo proeminentemente prático coaduna com a perspectiva empírica e realista da política de Hume. Tal esforço não era tão simples em razão da sincronia complexa de sua época.

A interpretação da realidade é uma problemática humana que se impõe para o teórico da política; sobretudo, quando envolve escolhas e interpretações das causas dos eventos políticos. Em defesa da liberdade, Hume deve ter recorrido aos textos dos humanistas renascentistas, afinal, os **Discorsi** associa com perfeição a ideia de liberdade e republicanismo. Ele vai ao encontro dos escritos, em especial do **Príncipe**, porque as circunstâncias extraordinárias, por exemplo, as divisões internas promovidas pelos partidos, exigiam o pulso forte, uma autoridade capaz de evitar que o Estado entrasse em anarquia diante de um governo inexpressivo que recorre cada vez mais à corrupção para se manter. Para Maquiavel, o ciclo de mutações inicia-se com a corrupção dos princípios que fundaram o Estado. Esta corrupção é o desvio dos valores, mas que pode promover as ambições pessoais, fazendo com que as leis e a autoridade não sejam respeitadas. Isto desembocaria na avidez por bens, permitindo que o interesse particular se confundisse com o interesse público. Em Hume, tal situação pode ser regulada em algum nível, todavia quando se institucionaliza uma regra, torna-se muito perigosa para a segurança do Estado. Tanto Maquiavel quanto Hume conheciam as ideias de Políbios, segundo as quais as formas de governo se sucedem e, cada teórico buscava prolongar a existência do Estado ante o ciclo do devir. O momento político estava receptivo às ideias do Florentino. Embora o século XVIII aponte para inovações políticas e econômicas, ele ainda se encontra em uma fase de coexistência de valores medievais e modernos. As ideias do Florentino transitam

neste ambiente. A própria figura de Maquiavel representa o novo, entretanto de modo pejorativo pela modernidade. A mudança só ocorrerá a partir do século XIX, conforme analisa Cassirer[142].

Hume tentou entender a Inglaterra logo após os eventos que, de modo íntimo, marcaram a história daquela nação e ele vivenciou outros momentos tão decisivos como os anteriores. De outro modo, o que os torna tão diferentes são os momentos políticos de suas vidas. Maquiavel pode ser utilizado como um defensor da monarquia, por assim entender o caminho político para a sua Itália; porém Hume assiste e compõe parte do "Esclarecimento", que afirma a liberdade do indivíduo e sabendo que os defensores do "contrato" utilizaram concepções republicanas dos escritores latinos. Como acontecimento histórico, o 'Esclarecimento' volta-se contra a monarquia absoluta e a ideia de direito divino do rei governar. A simples noção de poder com direitos transcendentes é injustificável para Hume, pois sabe que todo poder começa, na maioria das vezes, com a atitude de se apossar das coisas alheias. Portanto, ninguém tem o direito de reivindicar uma fonte sobrenatural para seu mando, nem James I.

A ideia de exercício de poder, consequente de um contrato entre governantes e governados, também não é aceita por Hume. Ele sabe, contudo, que somente em sociedade o homem poderá gozar de suas propriedades com o máximo de prazer possível, no entanto sabe que ele é também ponto de discordância em virtude da ausência de bens suficientes para todos. Se Hume é o iluminista em seu tempo, capaz de difundir a liberdade e o intercâmbio comercial entre as nações; contraditoriamente, ele, para evitar o risco da desordem eminente, acredita na força das armas e na lei. Dada a diversidade de opiniões, como entender a realidade inglesa do seu tempo sem recorrer a instrumentos (ferramentas teóricas legadas pelo Florentino) que possam oferecer uma saída para o pensamento?

Hume é mais um conservador do que um Tory. A preocupação política dele repousa na estabilidade governamental. Sua análise política é prática, a exemplo dos Stuarts: a saída trouxe a ordenação. A perspectiva de Hume repousa sobre a ordem. A interpretação da realidade política inglesa exigia moderação e um ponto de vista realista. Teórico próximo aos acontecimentos, todavia não se filia aos partidos para poder ter uma visão mais geral da conjuntura política. Foi obrigado a recorrer aos clássicos e aos escritos que circulavam na Europa para embasar suas considerações.

[142] No século XIX, Maquiavel *tornou-se subitamente numa espécie de "epitheton ornans*", um teórico da política sem as antigas referências perniciosas da encarnação do mal (CASSIRER, 1976, p. 141).

Estudou os textos mais proeminentes em política e economia, conforme se verifica em seus ensaios. O Escocês manteve, desse modo, uma interlocução, uma parceria, uma troca de ideias com vários escritores. É bem provável que tenha escolhido um em especial para o diálogo, o que sugere que sua pena estava sob os ombros de um teórico político. Afinal, esta marca é uma condição necessária para se edificar uma reflexão política.

Eliminando todos os outros fatores, o que sobra é a verdade. Este era o conselho de Holmes para Watson enquanto esclarecia seu procedimento dedutivo. Hume não escreveu, conforme Foucault na entrevista, quais foram os autores que o mais influenciaram em sua análise da política. Talvez seja preciso ressuscitar Sherlock Holmes para buscar a materialidade da primeira hipótese, mas provas circunstanciais, embora não sejam evidências inquestionáveis, não deixam de ser fortes indícios.

Ao seguir o encadeamento dos fatos, tem-se a sensação de que Hume leu e foi sensível às ideias de Maquiavel. Afinal, Hume, mediante rodeios, estilo próprio, deve ter encontrado no Italiano um aliado. No seu silêncio, ele evoca o escritor inconfesso e discute acerca da política, estado, governo, natureza humana e história. A análise do poder revela, à moda de ontem, que a conquista e a manutenção do poder necessitam da força, mas é preciso existir um sentimento de aprovação popular a favor do governo. A natureza humana é egoísta e é o princípio motriz da ação dos seres à medida que os recursos são escassos. A história mostra a nudez humana e, assim, é fonte de exemplo. O ator político está condenado a entregar-se a este Sísifo para saber distribuir os remédios já utilizados ou, por analogia, conceber/calcular que efeitos poderiam advir do uso de determinado expediente. É deste ponto de vista que Hume é um pecador inconfesso. Ele conhecia a obra de Maquiavel e sabia que a política é um jogo de cartas que se pratica melhor ao escondê-las.

Obras de David Hume:

HUME, David. **An Enquiry concerning Human Understanding**. Oxford: Oxford Press, 1999.

HUME, David. **Da imortalidade da Alma e outros textos póstumos**. Trad. J. Conte; D. de Souza; D. S. Murialdo. Desterro: Edições Nefelibata, 2003.

HUME, David. **Ensaios morais, políticos & literários**. Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

HUME, David. **História natural da religião**. Trad. Jaimir Conte. São Paulo: Unesp, 2005.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 1999.

HUME, David. **On Human Nature and the understanding.** Edited, with a New Introduction, by Antony Flew. New York: Macmillan Publishing Company, 1962.

HUME, David. **Resumo de um tratado da natureza humana.** Trad. Rachel Gitiérrez; José Sotero Caio. Porto Alegre: Paraula, 1995. (Edição bilíngue).

HUME, David. **Sumário do tratado da natureza humana**. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

HUME, David. **The History of England**: from the Invasion of Julius Caesar to the Revolution in 1688. Indianapolis: Liberty Fund, 1983. 6 v. *In* six Volumes.

HUME, David. **Tratado da natureza humana**. Trad. Débora Danowski. São Paulo: Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

HUME, David. **Treatise of human nature**. London: Penguin Books, 1985.

HUME, David. **Uma investigação sobre os princípios da moral**. Trad. José Oscar de Almeida Marques. Campinas: UNICAMP, 1995.

Referências

AGOSTINHO. **Cidade de Deus**. Trad. Oscar Paes Leme. Rio de Janeiro; São Paulo: Vozes, 1991.

AIKEN, Henri D. (Ed.). **Hume's moral and political philosophy**. New York: Hafner Press, 1948.

ALBIERE, Sara. **David Hume**: filósofo e historiador. 1993. 198 p. Tese (Doutorado em Filosofia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANGLO, Sydney. Nicolau Maquiavel: a anatomia da decadência política e militar In: **O PENSAMENTO político de Platão à OTAN**. Trad. Talita Macedo Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

ARANOVICH, Patrícia Fontoura. **História e política em Maquiavel**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

ARAÚJO, Carlos R. V. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 2008.

ARISTÓTELES. **Órganon**. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2004.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília, DF: UnB, 1985.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A grande revolução inglesa, 1640-1780**: revolução inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna. São Paulo: Departamento de História – FFLCH – USP/ Hucitet, 1996 (série teses, 1).

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. São Paulo: Globo, 2005.

BACON, Francis. **Adancement of Learning**; **Novum Organum**; **New Atlantis**. Chicago: The University of Chicago, 1978.

BACON, Francis. **Ensaios sobre moral e política**. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2001.

BACONIS, Francisci. **Dignitate et augmentis scientiarum**. Normbergae: s/n, 1829.

BAIER, Annette. **Moral prejudices**: essays on ethics. Harvard: Harvard University, 1995.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília, DF: UnB, 1982.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Europa, uma revisão histórica**. Trad. Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Trad. Hortência dos Santos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

BARZUN, Jacques. **Da alvorada à decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Trad. Álavro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BAUMER, Franklin Le Van. **O pensamento europeu moderno**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2002. v. 1, séculos XVII e XVIII.

BAUMER, Franklin Le Van. **O pensamento europeu moderno**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2002. v. 2, séculos XIX e XX.

BERLIN, Isaiah; BATKINE, Léonide. O problema de Maquiavel. In: _____. **Maquiavel**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon, 1986. 52 p.

BIGNOTTO, Newton. **Republicanismo e realismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

BIGNOTTO, Newton. A antropologia negativa de Maquiavel. In **Analytica**, vol. 12, nº 2, 2008.

BLOCH, Leon. **Lutas sociais na Roma Antiga**. Trad. A. D. e E. C. Lisboa: Europa-America, 1974.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, M. **Sociedade e Estado na filosofia moderna**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos Clássicos. Trad. Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Ensaios sobre Gramsci**: e o conceito de sociedade civil. Trad. Marco A. Nogueira; Carlos N. Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOBBIT, Philip. **A guerra e a paz na história moderna**: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Trad. Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BOCK, Gisela; SKINNER, Quentin; VIROLI, Maurizio. **Machiavelli and republicanism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BODIN, Jean. **Los seis libros de la república**. Trad. de Pedro Bravo Gala. Madrid: Tecnos, 1997.

BRINTON, Crane. **Anatomia das revoluções**. Trad. José Veiga. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1958.

BURKE, Peter. **O renascimento italiano**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

BURKE, Peter. Repúblicas de mercadores no início da Europa moderna In: **EUROPA e ascensão do capitalismo**. Trad. Luís Orlando Coutinho Lemos. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

BURTT, Edwin A. **As bases da metafísica da ciência moderna**. Trad. José Viegas Filhos e Orlando Araújo Henriques. Brasília, DF: UnB, 1991.

CANDIDO, Antonio. A culpa dos reis: mando e transgressão do "Ricardo II" In: **ÉTICA**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CAPALDI, N. Hume as Social Scientist In: TWEYMAN, Stanley (Ed.). **David Hume**: critical Assessments. London; New York: Routledge, 1995. v. 6.

CASSIRER, Ernest **A filosofia do iluminismo**. Trad. Álvaro Cabral. Campinas: UNICAMP, 1994.

CASSIRER, Ernest. **O mito do Estado**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CHABOD, Federico. **Escritos sobre Maquiavelo**. Trad. Rodrigo Ruza. México: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

CHEVALIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Trad. Lydia Christina. São Paulo: Agir, 1986.

CÍCERO. **Tratado da República**. Trad. Francisco de Oliveira. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

COHEN, Alix. The Notion of Moral Progress in Hume's Philosophy. **Hume Studies**, v. 26, n. 1, p. 109-127, Apr. 2000.

COLLINSON, Patrick. **A reforma**. Trad. S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

CONAN DOYLE, A. **Um estudo em vermelho**. Trad. Louisa Ibañez. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

COPLEY, Stephen; EDGAR, Andrew (Ed.). **David Hume**: selected essays. Oxford; New York: Oxford University Press, 1998.

DE GRAZIA, Sebastian. **Maquiavel no inferno**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia da Letras, 1993.

DELEULE, Didier. Anthropologie et économie chez Hume: la formation de la societé civile In **Hume et lê concept de societ´civile**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989.

DESCARTES, René. **Discurso do método**; **As paixões da alma**; **Meditações**: objeções e respostas. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

DESCARTES, René. **Meditações sobre filosofia primeira**. Trad. Fausto Castilho; ed. Bilíngue. Campinas: Unicamp, 2004.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo**. Trad. Teresa Cristina Silveira Mota. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUARTE, Luciano J. C. **A natureza da inteligência no tomismo e na filosofia de Hume**. Aracaju: J. Andrade, 2003.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Trad. Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ESCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Brasília, DF: UnB, 1979.

ESCOREL, Lauro. Maquiavel e o pensamento político. In: **Maquiavel**: um seminário na Universidade de Brasília. 1982.

FEDERICO II de Prusia. **ANTIMAQUIAVELO**: o refutación del Príncipe de Maquiavelo. Trad. Roberto R. Aramayo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995.

FILMER, Robert. **Patriarcha and other political works**. New Jersey: Transaction Publisher , 2009.

FLEW, Antony (Ed.). **David Hume on Human Nature and the Understanding**, New York: Macmillan Publishing Company, 1962.

FLEW, Antony. **Hume's Philosophy of Belief**: a Study of his first inquiry. Virginia: Thoemmes Press, 1961.

FODOR, Jerry. **Hume Variations**. Oxford: Clarendon Press, 2003.

FORBES, Duncan. **Hume's philosophical politics**. Cambridge: Cambridge University, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política.** Trad. Elisa Monteiro; Inês Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRANKLIN, B. **The Autobiography of Benjamin Franklin**. New York: Pocket books, 1946.

GARCIA, Fernado C. **Partidos políticos e teoria da organização**. São Paulo: Cortez; Moraes, 1979.

GAUTIER, Claude. **David Hume et la question de la société civile**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

GILL, Michael. Hume's Progressive View of Human Nature. **Hume Studies**, v. 26, n. 1, p. 87-108, Apr. 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GREIG, J Y. T. (Ed.). **The letters of David Hume**. Oxford: Clarendon Press, 1932. 2 v.

GROTIUS, Hugo. **Do direito da guerra e da paz**. Trad. Ciro Mioranza. Ijuí: UNIJUÍ, 2004. 2 v.

GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV**: os Estados. Trad. Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Pioneira: EDUSP, 1981.

GUICCIARDINI, Francesco. **Reflexões**. Edição bilíngue. Trad Sérgio Mauro. São Paulo: Hucitec, 1995.

GUICCIARDINI, Francesco. **The history of Italy**. Trad. Sidney Alexander. New York: Princeton University Press, 1984.

GUIDE, Mario Luiz. **Maquiavel e os partidos**. 1999. 339 p. Tese (Doutorado em Filosofia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GUNNEL, John G. **Teoria política**. Trad. Maria Inês Caldas de Moura. Brasília: UnB, 1981.

JOSEFO, Flávio. **Guerra dos Judeus**. Trad. A. C. Godoy. Curitiba: Juruá, 2008. 7 v.

JOST, Jacob Sider. Hume's four philosophers: recasting the Treatise of Human Nature In: **Modern Intellectual History**, 6, n.1, p. 1-25 -, 2009.

HAAKONSSEN, Knud (Ed.). **David Hume**: political essays. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HALE, J R. **Maquiavel e a Itália da Renascença**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

HALE, J R. **A Europa durante o Renascimento 1480-1520**. Trad. António Sabler. Lisboa: Presença, 1983.

HARRINGTON, James. **La República de Océana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

HAWTHORN, Geoffrey. **Iluminismo e desespero**: uma história da sociologia. Trad. Célia Maria Euvaldo. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1982.

HEBECHE, Luiz Alberto. **A guerra de Maquiavel**. Ijuí: UNIJUÍ, 1988.

HELLER, Agnes. **O homem do Renascimento**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença, 1982.

HIBBERT, Christopher. **Ascensão e queda da Casa dos Médici**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

HIBBERT, Christopher. **George III**: a personal history. New York: Basic Book, 1998.

HILL, Christopher. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Trad. Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HILL, Christopher. **A Revolução Inglesa de 1640**. São João Del Rei, MG: Estudos Vermelhos, 2009.

HILL, Christopher. **Origens intelectuais da Revolução Inglesa**. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HOMERO. **Odisséia**. Trad. Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Ars Poetica/USP, 1992.

KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda metafísica futura**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

KLIBANSKY, Raymond; MOSSNER, Ernest C. (Ed.). **New Letters of David Hume**. Oxford: Oxford Press, 1969.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves; Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel**. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia da Letras, 1988.

LEFORT, Claude. Sobre a lógica da força. In: QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza (Org.). **O pensamento político clássico**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEROY, André-Louis. **David Hume**. New York: Arno Press, 1979.

LOCKE, John. **Dois tratados do governo civil**. Trad. Miguel Morgado. Lisboa: Edições 70, 2006.

LOCKE, John. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Trad. Eduardo Abranches de Soveral. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

LOPES, Marcos A. **O político na modernidade**: moral e virtude nos espelhos de príncipes da Idade Clássica (1640-1700). São Paulo: Loyola, 1997.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Trad. Giovanni Semeraro. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

MACAULY, Lord Thomas Babington. **Ensaios históricos**. Trad. António Ruas. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940. 2 Tomos.

MACAULY, Lord. **Vidas de políticos ingleses**. Trad. M. Juderías Bénder. Madrid: Sucesores de Hernando, 1911.

MACCHIAVELLI, Niccolò. **O pensamento vivo de Maquiavel**, apresentado pelo Conde Carlo Sforza. Trad. Rubens Gomes de Souza. São Paulo: Martins Fontes; EDUSP, 1975.

MACCHIAVELLI, Niccolò. **The Discourses**. New York: Penguins Books, 1988.

MACHIAVELLI, N. "Lettere". In **MACHIAVELLI**. Opere. Volume Terzo. A cura di Franco Gaeta. Torino: UTET, 1984, p. 367.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A arte da Guerra**. Trad. Jussara Simões. Rio de Janeiro: Elsivier, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. Trad. Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe: escritos políticos**. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Príncipe**(b) de Maquiavel. Trad. José Antônio Martins; edição bilíngue. São Paulo: Hedra, 2007.

MARTINES, Lauro. **Abril sangrento**: Florença e o complô contra os Médici. Trad. Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

MARX, Karl. **Textos filosóficos**. Trad. Maria Flor Marques Simões. Lisboa: Estampa, 1975.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Nota sobre Maquiavel In: _____. **Signos**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Trad. Arthur Chaudon. Brasília: UnB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. **O nascimento da política moderna**: Maquiavel, utopia, reforma. Brasília: UnB, 2007.

MILL, J Stuart. **Princípios de economia política**: com algumas de suas aplicações a filosofia social. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Victor Civita, 1983.

MILL, J. Stuart. **Sobre a liberdade**. Trad. Alberto da Rocha Barros. Petropolis: Vozes, 1991.

MILLER, David. **Philosophy and Ideology in Hume's political Thought**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

MILTON, John. **Escritos políticos**. Trad. do latim para o inglês moderno por Claire Gruzelier; Trad. Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MONTEIRO, João Paulo. **Teoria, retórica, ideologia**: ensaio sobre a filosofia política de Hume. 1972. 246 p. Tese (Doutorado em Filosofia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MONTEIRO, João Paulo. **Hume e a epistemologia**. Vila de Maia: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

MONTEIRO, João Paulo. **Hume**: vida e obra. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os pensadores).

MONTEIRO, João Paulo. **Novos estudos humeanos**. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

MORTON, A. L. **A história do povo inglês**. Trad. José Larênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MOSSNER, E. C. **The life of David Hume**. Oxford: Clarendon Press, 2001.

NOONAN, Harold W. **Hume**: On Knowledge. London: Routledge, 1999.

NORBROOK, David. **Writing the English Republic**: poetry, rhetoric and politics, 1627-1660. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

NORTON, David Fate; POPKIN, Richard H. **David Hume**: Philosophical Historian, 1965.

NORTON, David Fate (Ed.). **Hume**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

NORTON, David Fate and POPKIN, Richard H. **David Hume**: philosophical historian. Indianapolis: The Library of Liberal Arts, 1965.

NOXON, James. **La evolución de la filosofia de Hume**. Trad. Carlos Solís. Madrid: Revista de Occidente, 1974.

ORTEGA y GASSET, José. **Que é filosofia?** Trad. Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1971.

PARETO, Vilfredo. As elites e o uso da força na sociedade In: SOUZA, Amaury de (Org.). **Sociologia política**. Trad. Alice Rangel. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

PARKS, Tim. **O banco Médici**: poder, dinheiro e arte na Florença do século XV. Trad. S. Duarte. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PELTONEN, Markku. **Classical Humanism and Republicanism in English Political Thought 1570-1640**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PISON, Jose Martinez de. **Justicia y orden politico em Hume**. Madrid: Centro de Estúdios Constitucionales, 1992.

PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

PLATÃO. **Diálogos**. Trad. José Cavalcante de Souza; Jorge Paleikat; João Cruz Costa. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003.

POCOCK, J. G. A. **The Machiavellian moment**: Florentine Political Thought and The Atlantic Republican Tradition. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2003(b).

POLÍBIOS. **História**. Trad. De Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 1985.

QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza (Org.). **O pensamento político clássico**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RIBEIRO, Renato Janine. Filosofia, ação e filosofia política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 143-149 - , fev. 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. O retorno do bom governo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

RIDOLFO, Roberto. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. Trad. Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.

RINESI, Eduardo. **Política e tragédia**: Hamlet, entre Maquiavel e Hobbes. 2002. 275 p. Tese (Doutorado em Filosofia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROBERTSON, John. Adam Smith o iluminismo e a filosofia da sociedade In: **O PENSAMENTO político de Platão à OTAN**. Trad. Talita Macedo Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

ROMERO, José Luis. **Maquivelo historiador**. Buenos Aires: Siglo Veintuno Editores, 1986.

ROSSI, Paolo. **Francis Bacon**: da magia à ciência. Trad. Aurora Fornoni Bernardini. Londrina: Eduel; Curitiba: UFPR, 2006.

ROSTOVTZEFF, Michael I. **História de Roma**. Trad. Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental**: A aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SALAS, Jaime de; MARTÍN, Félix. **David Hume**. Madrid: Editorial Complutense, 1998.

SALÚSTIO. **A conjuração de Catilina**. Trad. Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes, 1990.

SESONSKE, A.; FLEMING, N. **Human Understanding**: studies in the philosophy of David Hume. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1966.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Ribeiro; Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins fonte, 1986.

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1999.

SKINNER, Quentin. **Machiavelli**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 2. ed. Trad. Teodora Cardoso; Luís Cristóvão de Aguiar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. v. 1

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 3. ed. Trad. Luís Cristóvão de Aguiar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. v. 2

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. Trad. Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SMITH, Norman Kemp. **The philosophy of David Hume**: a critical study of its origins and central doctrines. New York: Macmillan, 2005.

SMITH, Plínio J. **O ceticismo de Hume**. São Paulo: Loyola, 1995.

SPINOZA, B. **Tratado Político**. Trad. Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone, 1994.

STONE, Lawrence. **Causas da Revolução Inglesa 1529-1642**. Trad. Modesto Florenzano. Bauru: EDUSC, 2000.

STRAUSS, Leo. **Thoughts on Machiavelli**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. **Timoneiros**: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini. 2008. 240 p. Tese (Doutorado em História)- Pontifícia Universidade Católica do Rio, Rio de Janeiro, 2008.

TENENTI, Alberto. **Florença na época dos Médici**: da Cidade ao Estado. Trad. Sibval Freitas Medina. São Paulo: Perspectiva, 1973.

TERENCE, Penelhum. **David Hume**: an introduction to his philosophical system. Indiana: Purdue University Press, 1991.

THOMPSON, E. P. **Os românticos**: A Inglaterra na era revolucionária. Trad. Sérgio Moraes Rego Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TIN, Emerson. **Para sempre**: cinquenta cartas de amor de todos os tempos. São Paulo: Globo, 2009.

TITO LÍVIO. **História de Roma**. Trad. Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989. 2 v.

TOMÁS DE AQUINO: **Do reino ou do governo dos príncipes, ao rei de Chipre**. Trad. A.V. dos Santos, revisão. A.R. do Nascimento, em Santo Tomás de Aquino, escritos políticos. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 123-172. (Clássicos do pensamento político).

TREVELYAN, George Macaulay. **História social de Inglaterra**. Trad. Adolfo Álvarez-Buylla. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

TREVELYAN, George Macaulay. **Historia política de Inglaterra**. Trad. Ramón Iglesias. Pánuco: Fondo de Cultura, 1963.

TREVELYAN, George Mccaulay. **A revolução Inglesa**. Trad. Leda Bozacian. Brasília: UnB, 1982.

TRIGG, Roger. **Ideas of human nature**: an historical introduction. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1988.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**, 3ª ed., trad. De Mário da Gama Kuty. Brasília, DF: UNB, 1987.

VALVERDE, A.JR. A liberdade cívica no Livro I dos Discorsi de Maquiavel. In **Hypnos**, n. 5. P. 337-354, São Paulo: EDUC/Palas Athená, 1999.

VELK, T.; RIGGS, A. R. David Hum'e practical economics. In: TWEYMAN, Stanley (Org.). **David Hume**: critical assessments. New York: Routledge, 1995. v. 6.

VELK, T.; RIGGS, A. R. David Hume on money, inflation and the State In: TWEYMAN, Stanley (Org.). **David Hume**: critical assessments. . 1995. v. 6.

VEYNE, Paul. Os gregos conheceram a democracia? **Diógenes**, n. 6, 1984.

VILLARI, Pasquale. **Maquiavelo**: su vida y su tiempo. Trad. Antonio Ramos-Oliveira y Julio Luelmo. México: Gandesa, 1953.

VIROLI, Maurizio. **O sorriso de Nicolau: história de Maquiavel**. Trad. Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da Sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Brasília; DF: UNB, 1999.

WALSH, W.H. **Introdução à filosofia da história**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 1982.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Trad. Leônidas Hegenberg; Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2004.

WEBER, Max. **Três tipos de poder e outros escritos**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

WEBER, Max. **Parlamento e governo na Alemanha reordenada**: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos. Trad. Karin Bakke de Araújo. Petrópolis: Vozes, 1993.

WHELAN, Frederick G. **Hume and Machiavelli**: political realism and liberal Thought. Maryland: Lexington Books, 2004.

WHELAN. **Order and artífice in Hume's political philosophy**. Princeton: Princeton University, 1985.

WHITE, Michael. **Maquiavel**: um homem incompreendido. Trad. Julián Fuks. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WOODWARD, E. L. **Uma história da Inglaterra**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria geral do Estado**. Trad. Karin Praefke-Aires Coutinho. Lisboa: Fundação Calouste Glbenkian, 1997.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo